

Universidade Federal de Uberlândia

Sérgio Teixeira

**PROGRAMAS ESPORTIVOS NO ESTADO MILITAR: AÇÕES DO “ESPORTE
PARA TODOS” PARA A EDUCAÇÃO POPULAR (1973-1990)**

Uberlândia
2015

Sérgio Teixeira

**PROGRAMAS ESPORTIVOS NO ESTADO MILITAR: AÇÕES DO “ESPORTE
PARA TODOS” PARA A EDUCAÇÃO POPULAR (1973-1990)**

Tese apresentada no curso de Pós Graduação
em Educação, da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial para a
obtenção de título de doutor em educação.

Linha de pesquisa: História e Historiografia da
Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique de
Carvalho – Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

T266p
2015

Teixeira, Sérgio, 1965-
Programas esportivos no estado militar : ações do “esporte para todos” para a educação popular (1973-1990) / Sérgio Teixeira. - 2015.
343 f. : il.

Orientador: Carlos Henrique de Carvalho.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Esportes - Aspectos sociais - Teses. 3. Esportes - História - Brasil - 1973 - 1990 - Teses. 4. Esportes e Estado – Brasil - Teses. Carvalho, Carlos Henrique de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Sérgio Teixeira

**PROGRAMAS ESPORTIVOS NO ESTADO MILITAR: AÇÕES DO “ESPORTE
PARA TODOS” PARA A EDUCAÇÃO POPULAR (1973-1990)**

Tese apresentada no curso de Pós Graduação
em Educação, da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial para a
obtenção de título de doutor em educação.

Linha de pesquisa: História e Historiografia da
Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique de
Carvalho – Universidade Federal de
Uberlândia

Uberlândia, 10 de dezembro de 2015.

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho (UFU- orientador)

Prof.^a Dr.^a Betania de Oliveira Laterza Ribeiro (UFU)

Prof. Dr. Décio Gatti Júnior (UFU)

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago (UFMG)

Agradecimentos

A execução da tese de doutorado demanda esforços, em que o pesquisador depara-se com paradoxos, pois ao mesmo tempo em que enfrenta desafios solitários, está envolto por aqueles que com seu carinho e profissionalismo o abastecem das energias para o cumprimento de sua jornada. A essas pessoas remeto os meus agradecimentos.

Aos colegas de trabalho, pelo incentivo constante durante o meu percurso discente.

Ao James e à Gianni, secretários do PPGED-UFU, pela presteza e dedicação demonstradas desde a época de meu mestrado.

Aos professores e colegas da linha de História e Historiografia da Educação, pelo compartilhamento de saberes e pelo respeito no trato com os conhecimentos.

À Viviane, Luiz e Julianna, primos e à Neuza, tia, pelas acolhidas no Rio de Janeiro durante a minha pesquisa.

Aos pais, Nilton e Eunice, e aos irmãos Cláudia, Núbia e Júnior, por sempre me apoiarem no decorrer de meus estudos.

À sogra, Yolanda, responsável por colaborar na transcrição da primeira entrevista.

Ao Haroldo, professor e amigo, que contribuiu com indicações importantes na execução de meu projeto de doutorado.

Ao professor Osvaldo Jesus de Souza, pela tradução de artigo originalmente escrito em alemão.

Aos professores Lamartine Pereira da Costa, Edison Francisco Valente, Katia Brandão Cavalcanti e Antônio Carlos Bramante, pela cordialidade e generosidade em me receber para as entrevistas.

Aos professores Wenceslau Gonçalves Neto, Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Décio Gatti Júnior, Tarcísio Mauro Vago e Rodrigo Patto Sá Motta, membros das bancas avaliadoras de qualificação e de defesa, por assentirem ao convite e pelas profícuas sugestões.

Ao Carlos Henrique de Carvalho, orientador, por fomentar o espírito crítico no decorrer dos trabalhos e por apontar os caminhos de diálogo entre o objeto da pesquisa e a História.

À Valéria, companheira, pela cumplicidade, por se colocar sempre à disposição quando externava minhas dificuldades e angústias. Presente nos momentos de alegria e de dúvidas. A ela, dedico este doutorado.

Resumo

O propósito desta tese foi discutir a existência do Esporte para Todos (EPT) no Brasil, no período compreendido entre de 1973 e 1990. A escolha da temática deveu-se à presença de propostas que exaltavam o EPT como um movimento democrático, organizado a partir da população, com espontaneidade e espírito de improvisação, mesmo tendo o seu apogeu durante o governo militar implantado no país. Por outro lado, nossa hipótese é que o EPT foi um movimento idealizado tendo em vista promover o controle social, sobretudo, num momento em que o regime militar via-se em fase de enfraquecimento, passando a adotar discursos voltados à participação da população em diferentes instâncias. O objetivo foi apresentar as configurações do contexto no qual o movimento EPT foi desenvolvido, ou seja, traçar as articulações relativas às dimensões políticas, econômicas, sociais e educacionais estabelecidas no país durante o regime militar, mais precisamente, do início ao término do EPT, o que implicou também em percorrer pelas nuances atravessadas em âmbito internacional e nacional, após a segunda metade do século XX, as quais influenciaram na deflagração do golpe militar no Brasil, em 1964. O escopo documental é composto pelos documentos do EPT, bem com a legislação referente ao período abordado, além de entrevistas com atores que tiveram destaque na condução do EPT. Ancorado nesta documentação foi possível identificar que o EPT compôs discussões demarcadas no cenário internacional registradas nos embates entre o desporto de massa e o desporto do alto rendimento, sendo que no Brasil ele foi implantado como campanha em 1977, por meio de propostas que já vinham sendo discutidas a respeito da difusão do esporte de massa, desde 1973. Porém, no final de 1978, a campanha EPT foi desativada oficialmente, o que pode ser creditado aos incômodos gerados pela aglomeração de multidões nos eventos de impacto, mas não deve ser menosprezado o fato de que os eventos de permanência suscitaram disputas de poder entre personagens de escalões governamentais e entre os próprios segmentos situados na Educação Física. Desse ponto em diante, segundo autores que fizeram parte do EPT, ele tornou-se um movimento autônomo, livre das ingerências estatais e crivado por aportes de pluralismo e de descentralização. Este estudo investiga o grau de hegemonia conferido pelo EPT à população na fruição de atividades físicas informais. Conclui-se que o EPT se ancorou no aval institucional do Estado, recorrendo ao repertório popular das atividades físicas informais, a fim de se autodenominar como um movimento eivado pelos interesses comunitários. No entanto, a constatação desta tese é que o EPT não logrou o enraizamento cultural suficiente para que fosse considerado um movimento de matriz popular, ao contrário das atividades esportivas informais historicamente presentes no seio das comunidades. A institucionalização do EPT apresentou sinais de debilidade nos estertores do regime militar, onde o movimento tutelado pelo Estado começou a ceder espaços para os anseios corporativos do mercado da Educação Física, o que pode ser comprovado pelo precário legado deixado pelo EPT.

Palavras-chave: Esporte para Todos; Regime Militar; Hegemonia; Pluralismo; Descentralização.

Abstract

The purpose of this dissertation is to discuss the project Esporte para Todos (EPT) in Brasil, within the period between 1973 and 1990. The theme was selected due to the existence of propositions which exalted EPT as a democratic movement, inspired in the population, with spontaneity and in the spirit of improvisation, despite its apogee during the Brazilian military government. On the contrary, our hypothesis is that the EPT was devised with the aim of promoting social control, especially when the weakening military regime started adopting discourses to encourage popular participation in several spheres. Our objective is to present context configurations in which EPT movement was developed, that is, we intend to outline the articulations concerning political, economic, social, and educational dimensions established during the military regime, more precisely, from the beginning to the end of EPT. That entails going through national and international nuances in the second half of the 20th century which influenced in the deflagration of the military coup d'etat in Brasil, in 1964. The documental scope comprises EPT documents, legislation related to the period handled, and interviews with people who took important roles in the conduct of EPT. With such documentation, it was possible to verify that EPT composed discussions demarcated in international scenery, concerning disputes between mass sports and high performance sports. The project was implemented in Brasil as a campaign in 1977, by means of proposals referring to mass sports dissemination which had been discussed since 1973. However, at the end of 1978, EPT campaign was officially discontinued. That could be attributed to the discomforts caused by the gathering of crowds at events, but the fact such events drew power disputes among characters in government ranks and even in the segments of Physical Education should not be neglected. From that point on, according to authors who took part of EPT, the project became an autonomous movement, free from state meddling and riddled with contributions of pluralism and decentralization. This study investigates the degree of hegemony conferred by EPT on the population in the fruition of informal physical activities. It is concluded here that EPT anchored on the endorsement of the State, resorting to popular repertory of informal physical activities in order to define itself as a movement permeated by the interests of the community. Nevertheless, this dissertation verifies that EPT did not reach enough cultural rooting to be considered a movement with popular matrix, unlike the informal sports activities historically present in the heart of communities. The institutionalization of EPT showed signs of weakness in the throes of military regime. At that point, the movement sponsored by the State started to give way to corporate interests in Physical Education market. This can be demonstrated by the poor legacy left by EPT.

Keywords: sports for all; military regime; hegemony; pluralism; decentralization

Lista de figuras

Figura 1 – Imagem da capa da Revista Dedinho, nº 1.....	85
Figura 2 – Imagem da capa da Revista Dedinho, nº 2.....	86
Figura 3 – Imagem da capa da Revista Dedinho, nº 3.....	86
Figura 4 – Imagem da capa da Revista Dedinho, nº 4.....	87
Figura 5 – Imagem da capa da Revista Dedinho, nº 5.....	87
Figura 6 – Imagem da capa da Revista Dedinho, nº 6.....	88
Figura 7 – Modelo piramidal esportivo do Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil.	90
Figura 8 – Modelo piramidal de divisão de níveis na organização do EPT brasileiro, durante a sua fase de implantação.....	130
Figura 9 – Modelo piramidal de grupos de participantes do EPT brasileiro.....	154
Figura 10 – Imagem do papa João Paulo II praticando corrida de rua.....	179
Figura 11 – Imagens da jornada do papa João Paulo II durante a sua primeira visita oficial ao Brasil, tendo ao final ele praticando corrida de rua.	180
Figura 12 – Imagem de duas pessoas obesas praticando corrida de rua.....	182
Figura 13 – Anúncio de evento da campanha EPT na cidade de São Paulo e a sua descrição. ..	187
Figura 14 – Organograma do movimento EPT e a sua descrição.	205
Figura 15 – Faixa de evento realizado na praia de Canavieiras/ BA, tendo como patrocinador o supermercado Maré Mansa.	207

Lista de quadros

Quadro 1 – Censo demográfico da população brasileira entre os anos de 1940 e 1991.	30
Quadro 2 – Legislação brasileira referente à Educação Física no regime militar e no período de sua implantação no Brasil.	53
Quadro 3 – Números da campanha EPT relativos ao ano de 1977.	134
Quadro 4 – Números da campanha EPT relativos ao ano de 1978.	135

Lista de siglas

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

AI-1 – Ato Institucional nº 1

AI-3 – Ato Institucional nº 3

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CBRERP – Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquete Pinto

CIEPS – Conselho Internacional de Educação Física e Desportos

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONFED – Conselho Federal de Educação Física

CREFs – Conselhos Regionais de Educação Física

DED – Departamento de Educação Física e Desportos

DEF – Divisão de Educação Física

DIESPORTE – Diagnóstico Nacional de Esportes

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

EPT – Esporte para Todos

FIEP – Federação Internacional de Educação Física

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDUSP - Fundo de Construção da Universidade de São Paulo

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

INDESP – Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto

IPEA – Instituto de pesquisa Econômica Aplicada

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Superiores

ISEB – Instituto Brasileiro de Estudos Superiores

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONU – Organização das Nações Unidas

PED – Plano de Educação Física e Desportos

I PND – Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento

II PND – Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento

III PND – Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento
PNED – Plano Nacional de Educação Física e Desportos
PRODAC – Programa Diversificado de Ação Comunitária
PSD – Partido Social Democrático
I PSEC – Primeiro Plano Setorial de Educação e Cultura
II PSEC – Segundo Plano Setorial de Educação e Cultura
III PSECD – Terceiro Plano Setorial de Educação e Cultura e Desportos
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RBEFD – Revista Brasileira de Educação Física e Desportos
RCE – Revista Comunidade Esportiva
SEED – Secretaria de Educação Física e Desportos
SINRED – Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa
SNDEL - Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer
SRE-MEC – Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC
SUEPT – Subsecretaria do Esporte para Todos
TAFISA – The Association For International Sports for All
UDN – União Democrática Nacional
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I	
ESTADO MILITAR: CONFIGURAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS, CONTEXTOS SOCIOEDUCACIONAIS.....	21
1- Poder, classes sociais e o EPT no Brasil	21
2- Contextos internacional e nacional para o golpe militar no Brasil.....	26
3- Do regime militar ao golpe dentro do golpe.....	44
4- O endurecimento do regime militar: governo Médici	56
5- A crise do governo militar	61
6- Considerações parciais	77
CAPÍTULO II	
A DIFUSÃO DO “ESPORTE DE MASSA” NO CONTEXTO DAS DISCUSSÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	81
1- A Educação Física e o “esporte de massa” nos primeiros anos do regime militar.....	81
2- Orientações internacionais para o “esporte de alto rendimento” e do “esporte de massa”	91
3- A campanha “Esporte para Todos” no Brasil.....	105
4- Considerações parciais	144
CAPÍTULO III	
O MOVIMENTO EPT: DISCUSSÕES SOBRE SUA AUTONOMIA.....	147
1- O EPT após a sua desativação oficial	147
2- Os princípios do Esporte para Todos.....	152
3- A Carta de Compromisso do Esporte para Todos: o código de ética do movimento EPT	157
4- A Rede Esporte para Todos (1982-1986)	168

5- Considerações parciais	176
CAPÍTULO IV	
DAS PROPOSTAS DE AUTONOMIA AO FIM DO MOVIMENTO ESPORTE PARA TODOS	178
1- As práticas discursivas fomentadoras do movimento EPT: em busca da afirmação da autonomia.....	178
2- Os paradoxos do movimento EPT: pluralismo e descentralização.....	194
3- EPT: o caráter institucionalizado e a lógica do mercado profissional na Educação Física	213
4- Considerações parciais	241
CONSIDERAÇÕES FINAIS	246
REFERÊNCIAS	260
ANEXO 1- ENTREVISTA COM LAMARTINE PEREIRA DA COSTA	271
ANEXO 2 – ENTREVISTA COM EDISON FRANCISCO VALENTE.....	293
ANEXO 3 – ENTREVISTA COM KATIA BRANDÃO CAVALCANTI	312
ANEXO 4 – ENTREVISTA COM ANTÔNIO CARLOS BRAMANTE	325
ANEXO 5 – AVALIAÇÃO DO EPT REALIZADA POR ANTÔNIO CARLOS BRAMANTE EM 1983	342

INTRODUÇÃO

A construção do trabalho acadêmico investe-se de uma diversidade de fatores que demarcam a trajetória do pesquisador. No meu caso, sempre fui instigado pelo período de perduração no poder do regime militar brasileiro e desde os meus anos escolares tinha interesse especial pelas aulas de História, sobretudo quando se abordava a aludida época.

Porém a paixão pelos esportes fez com que eu optasse pela licenciatura em Educação Física. Logo deparei-me com um curso predominantemente voltado à instrumentalidade, legado do tecnicismo do governo militar, e pouco afeito, com raras exceções, a discussões sobre outras esferas das competências educacionais, incluindo os aspectos históricos que envolviam a Educação Física.

Finalizada a minha formação universitária, exerci inicialmente atividades não relacionadas à área acadêmica, o que apenas me ocorreu após algum tempo. O meu ingresso no mestrado, aproximou-me novamente da História, e decidi estudar sobre o lazer em escolas de Uberlândia durante a década de 1990, mas, diante da precariedade de fontes, modifiquei os rumos, investigando o conteúdo de lazer na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (RBEFD)¹, veículo editado entre os anos de 1968 e 1984, portanto, correspondente ao tempo de permanência das forças armadas no comando do país.

Em minha dissertação de mestrado observei que, a despeito da prevalência do esporte de alto rendimento na RBEFD, o lazer e a recreação faziam-se presentes. Constatei que ocorreram duas fases no periódico: a primeira voltada a entonações mais incisivas de controle social, em que os discursos se direcionavam principalmente à juventude, incentivando a construção de parques e áreas de lazer nas grandes cidades. A segunda fase objetivava a difusão das atividades físicas à totalidade do corpo social, buscando envolver todos os segmentos populacionais espalhados pelas diversas regiões do país, num momento de enfraquecimento do regime militar. Assim, identifiquei que o Esporte para Todos (EPT) surgiu, sob uma verbalização mais participativa, no que considere como a segunda fase do periódico, ou seja, popularizar as práticas corporais, e uma das ferramentas empregadas para tal seria o EPT.

Na oportunidade, concluí que o EPT foi utilizado a fim de envolver o maior número de indivíduos possível, em todas as camadas sociais, espalhado pelo país, facilitando a instalação de uma eficiente rede de fiscalização, algo que se tornaria economicamente

¹ O contato com esse periódico aconteceu por meio da leitura da tese de doutorado de Oliveira (2001), em que o autor o utiliza como uma de suas fontes de pesquisa.

viável, porque mais cingida por sentimentos de autonomia e de liberdade dos indivíduos do que pelo uso direto de aparelhos de repressão – estratégias sutis de estabelecimento da disciplina e de condução das condutas da população (TEIXEIRA, 2008, p. 187).

Embora eu considere importante o estudo, pois me ajudou a compreender o desenvolvimento do lazer e da recreação no regime militar, resultando no advento do EPT como um movimento de propagação de atividades físicas e esportivas na população e que coadunou com discursos presentes no período de distensão do governo, as análises circunscreveram-se a apenas uma fonte de pesquisa, a RBEFD.

A principal referência encontrada nesse periódico foi o Documento Básico da Campanha, o primeiro documento oficial do EPT brasileiro, destinado a explicar a campanha no que concerne aos seus conceitos, características, entidades e agentes envolvidos, público-alvo, parcerias e concepção. prontamente deparei-me com expressões que me chamaram a atenção, tais como “movimento de baixo para cima”, “espírito de improvisação”, “sentido popular e comunitário” e “espontaneidade”. Em que pesem as origens internacionais do EPT, a articulação com a situação política do país me parecia evidente.

Na edição da RBEFD que continha o Documento Básico da Campanha, a de número 35 de 1977, havia também um artigo de Lamartine Pereira da Costa sobre a implantação da campanha EPT no Brasil, além de relatos de autores estrangeiros a respeito das experiências em seus países – Jürgen Palm na Alemanha, Armand Lams na Bélgica, Keith McKerracer no Canadá, Bengt Sevelius na Suécia, Pekka Koni na Finlândia e Per Hauge-Moe na Noruega. Um exemplar totalmente dedicado ao EPT, que se alicerçava em referências internacionais abrigadas em países que primavam pelo alto nível de desenvolvimento econômico e pelo investimento massivo no bem-estar social aliado à realidade de uma democracia consolidada.

Percebi que, apesar de se sustentar em publicações de autores de múltiplas nações, a introdução do EPT no Brasil continha suas peculiaridades e contava uma versão oficial no desenlace da RBEFD, por ser um veículo editado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), ainda que a quantidade de publicações relativas a esse tema fosse adstrita a algumas inserções que apareciam ocasionalmente na revista, uma vez que ela cultivava maior valor ao esporte de alto rendimento.

Porém a escolha do EPT como objeto de estudo demanda um arsenal ampliado de fontes. Com o desenrolar dos estudos, após o término do mestrado, pude averiguar que existia

literatura considerável sobre o EPT, como a Revista Comunidade Esportiva (RCE)², editada entre os anos de 1980 e 1986 e divulgadora de atividades não formais que ocorriam no cenário nacional e internacional. Ademais, no livro organizado pelo professor Lamartine Pereira da Costa, *Teoria do esporte comunitário e de massa*, de 1981, verificam-se várias contribuições sobre a temática, além de ela ser desenvolvida em Valente (1993 e 1996) e Lobato (1989), afora outras obras que são exploradas ao longo deste estudo.

Partindo dessa premissa, a ideia inicial da tese situava-se no estudo sobre o desenvolvimento do EPT na cidade de Uberlândia, em virtude de eu acreditar que estaria munido de um conjunto de fontes, tanto documentais quanto orais, que cumpririam as demandas da pesquisa, e, da mesma forma, atenderia a uma logística adequada a meu domicílio.

Dois fatores, todavia, contribuíram para que eu alargasse o horizonte da pesquisa. O primeiro deles, a sugestão do professor Carlos Henrique de Carvalho, orientador desta tese, de que eu estendesse o universo dos municípios a serem pesquisados, haja vista o EPT ter-se tratado de um movimento de alcance nacional.

O segundo fator motivou-se pela observação de que a participação de Uberlândia no EPT foi bastante tímida, embora a cidade tenha sido escolhida como sede regional da campanha EPT³. Entretanto, encontrei esparsas referências descritas no jornal Correio de Uberlândia, o qual deveria ser utilizado como uma das fontes da pesquisa, por ser um veículo de grande relevância no município, com suas atividades iniciadas no ano de 1938 e circulando até os dias de hoje, porém com a nomenclatura modificada para Jornal Correio, a partir de 1995⁴.

As aludidas referências verificadas no jornal Correio de Uberlândia localizam-se em apenas duas inserções: quando se refere ao lançamento nacional da campanha EPT⁵ e, em artigo de autoria de Sônia Silveira, que acredito tenha sido produzido em escala não restrita ao periódico uberlandense, pois suponho que fosse uma chamada geral à população sobre os benefícios do EPT, não direcionada especificamente aos habitantes da cidade⁶. Além disso, nas páginas da RCE, principal fonte escrita estudada por mim no decorrer deste trabalho, e nos anais dos congressos nacionais, não constam relatos de experiências desenvolvidas na cidade de Uberlândia.

² Trata-se da principal mídia do EPT. Foi editada primeiramente em formato de jornal, até o número 7. A partir do número 8, a edição passou a ser em formato de revista, até o número 40, a última edição. Para efeito de identificação, utilizo a sigla RCE, quando me referir a qualquer uma de suas edições.

³ UBERLÂNDIA integrada na campanha “Esporte Para Todos”. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 8, 29 abr. 1977.

⁴ Dados disponíveis em: <<http://goo.gl/srRJvO>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

⁵ LANÇADA a campanha “Esporte Para Todos”. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 5, 22 mar. 1977.

⁶ ESPORTE Para Todos. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 7, 18 fev. 1982.

No desenlace das leituras, entendi que o mais importante não seria traçar um quadro comparativo entre as cidades, mas sim indagar sobre a plenitude que o EPT conquistou no cenário das atividades esportivas informais alaistradas pelo Brasil. Coube, nesse aspecto, mergulhar na literatura e identificar os pontos de congruências e de incongruências contidos nos discursos do EPT.

Oficialmente, o EPT brasileiro surgiu em 1977, no âmbito das discussões atinentes à difusão do esporte de massa no Brasil; no entanto, a delimitação do corte temporal deste trabalho equivale às primeiras apreciações sobre a penetração do EPT no Brasil – por meio da participação de Lamartine Pereira da Costa e Otávio Teixeira na Jornada Internacional de Estudos sobre o Esporte, realizada na cidade de Buenos Aires, no ano de 1973 – até o seu encerramento definitivo, em 1990, na presidência de Fernando Collor de Mello.

Convém salientar que os encaminhamentos sobre a difusão do esporte de massa no Brasil já vinham sendo desenvolvidos um pouco antes de 1973, de modo ainda incipiente, e combinavam com os embates internacionais que se travavam entre o esporte de massa e o esporte de alto rendimento. Assim, no ano de 1969, um convênio celebrado entre a Divisão de Educação Física (DEF) e o Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), deu origem à formulação do Diagnóstico de Educação Física e Desporto no Brasil, o qual foi concluído em 1971. Constatava o diagnóstico que pequena parcela da população brasileira era praticante ativa de atividades físicas e esportivas.

Tal fator motivou a inclusão do esporte de massa na legislação brasileira, até então orientada pelo Decreto-Lei nº 3.199/41⁷, o qual contemplava somente os interesses do esporte de rendimento. O esporte de massa foi inserido na Lei nº 6.251/75⁸, que, por sua vez, redundou na elaboração do Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED).

Entretanto, o desenvolvimento do EPT brasileiro⁹ esteve longe de transcorrer de maneira harmônica, haja vista que a desativação oficial da campanha EPT deu-se no final de 1978, ou seja, com pouco mais de um ano depois de seu lançamento. A partir daí, ele se

⁷ O Decreto-Lei nº 3.199/41 estabelecia as bases de organização dos desportos em todo o país, colocando os desportos brasileiros dentro da estrutura do Ministério da Educação e Saúde. Os seus capítulos tratavam do Conselho Nacional de Desportos e dos Conselhos Regionais de Desportos; da Organização Geral dos Desportos; das Confederações Desportivas; das Federações Desportivas; das Medidas de Proteção aos Desportos; das Regras, Símbolos e Expressões Desportivas; além das Disposições Gerais e Transitórias.

⁸ A Lei nº 6.251/75 instituía normas gerais sobre o desporto e dava outras providências. Nela, o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED) deveria observar as diretrizes da Política Nacional de Educação Física e Desportos, dentre as quais implantar e intensificar a prática dos desportos de massa.

⁹ Nesse sentido, sustento que o EPT no Brasil adquiriu as suas particularidades, não caminhando em completa consonância com outras iniciativas difundidas no cenário internacional, dentre as quais as citadas anteriormente na introdução deste trabalho e que estavam contidas na RBEFD número 35.

transformaria, segundo autores que pesquisaram sobre o EPT, num movimento autônomo, descentralizado e pluralista, culminando com a publicação da Portaria nº 522/81¹⁰ do MEC.

É justamente nesse contexto que persigo os rumos do problema deste trabalho, qual seja, identificar possíveis ligações entre as determinações do regime militar, que via as contradições sociais aumentar, e o desenvolvimento do EPT brasileiro, tanto em sua fase de campanha, quanto na fase que o intitulou como um movimento eivado por desejos comunitários.

Ainda que Cavalcanti (1984) tenha elaborado uma obra crítica de grande relevância, ao afirmar que o EPT pautava-se pelo espalhamento de discursos ideológicos, sustentando as aspirações hegemônicas das classes dominantes, considero que os estudos relativos ao atrelamento do EPT à esfera governamental estejam insuficientemente explorados. Com efeito, avalio o comportamento do EPT como aparato institucional e o modo como se relacionou com a dinâmica da Educação Física no governo militar.

Compreendo que a Educação Física constituiu-se em prioridade do regime militar, desde seu início, promovendo uma interlocução entre o esporte de rendimento e o esporte de massa, mesmo que muitas vezes crivada de disputas de poder. Por exemplo, o EPT fundou-se num modelo piramidal calcado na lógica de que um grande contingente de participantes no desporto de massa produziria uma elite de campeões, mas tal meta esteve distante de obter resultados profícuos, tampouco contou com a simpatia de setores alojados no esporte de rendimento.

No meu ponto de vista, isso fez uma estratégia para justificar o esporte de massa e enquadrá-lo na estrutura piramidal a serviço do esporte de competição. Assim, as razões para a adoção do esporte de massa adequar-se-iam à ideia de Ghiraldelli Júnior (1991) de que a divulgação do desporto de alto nível tinha a intenção de alimentar as esperanças do povo na conquista de medalhas olímpicas, reverberando em outras instâncias de controle, isto é, cultuar a figura do atleta herói, fomentar o individualismo e, eventualmente, alcançar a idolatria por conta dos esforços pessoais e ser reverenciado pela mídia.

A assunção do EPT como mecanismo de difusão do lazer e da recreação na população demarcava uma relação de movimento com as configurações políticas existentes

¹⁰ A Portaria nº 522/81, do MEC, aprovava o regimento interno da Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED), tendo a finalidade de “planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da Educação Física, do Desporto e do Esporte para Todos no país, em consonância com as diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desportos” (BRASIL, 1981). A SEED tinha a seguinte estrutura: Conselho de Administração do Fundo de Assistência do Atleta Profissional, Subsecretaria de Coordenação, Subsecretaria de Educação Física, Subsecretaria de Desportos, Subsecretaria de Esporte para Todos (SUEPT) e Secretaria de Apoio Administrativo.

àquela época. Entendo que havia mecanismos guiados por dispositivos educacionais destinados a atuar na fabricação de subjetividades da sociedade em geral.

A minha hipótese é a de que o EPT foi um movimento idealizado para promover o controle social, por meio da instalação de táticas de convencimento sobre as massas, a fim de que prevalecessem as estratégias suaves na condução das condutas da população. Num momento em que o regime militar, em decorrência do fim do "milagre econômico", perdeu o apoio que tinha de boa parcela da população desde o golpe de 1964, era necessário que fossem adotadas medidas de cunho participativo.

Proponho uma pesquisa descritiva de cunho documental, analisando as fontes escritas que sustentaram o EPT. Dentre elas, o Documento Básico da Campanha (1977), o qual contém o Decálogo que orientou as ações do EPT, e a Revista Comunidade Esportiva, editada de 1980 a 1986.

As produções bibliográficas referentes à temática contribuem para fomentar as reflexões acerca de posicionamentos de matrizes teóricas diversas, sendo compostas de livros, artigos, dissertações e teses que descrevem as características assumidas pelo EPT no âmbito nacional. Nesse sentido, promovi ao longo deste trabalho, um diálogo com autores que adquiriram relevância no contexto do EPT, em que destaco obras variadas de Lamartine Pereira da Costa, Edison Francisco Valente, Katia Brandão Cavalcanti, Antônio Carlos Bramante, Arlindo Lopes Corrêa, George Massao Takahashi e Alfredo Gomes de Faria Júnior.

Ademais, a legislação que norteou a emergência do EPT é um elemento fundamental, não apenas a do campo esportivo, como também no que se refere aos aspectos políticos, econômicos e sociais que atravessavam o país. Verifico a articulação entre os planos nacionais de desenvolvimento, os planos setoriais de educação e cultura, o PNED e o EPT.

Outro aporte da pesquisa deu-se na realização de entrevistas orais com atores que adquiriram grande relevância no contexto do EPT. As entrevistas foram feitas através da utilização de um roteiro semiestruturado, para a construção de documentos baseados na história oral temática. Destarte, a história oral foi utilizada neste trabalho, a fim de inquirir sobre elementos contidos na documentação escrita do EPT, através da interlocução com intelectuais diretamente envolvidos no movimento.

Thompson (1992) afirma que a história oral procura atingir a verdade oculta. Não representa necessariamente um instrumento de mudança, mas, sendo a fonte histórica derivada de percepções humanas subjetivas, a história oral oferece possibilidades de desafiar essas subjetividades.

A História oral é uma história construída em torno de pessoas. E lança a vida para dentro da própria História e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre a maioria desconhecida do povo. Traz a História para dentro da comunidade e extrai a História de dentro da comunidade [...]. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 1992, p. 44).

Para Meihy (1996), a história oral aponta a necessidade de se dar voz a variados sujeitos que fizeram parte de determinado contexto, cidadãos comuns ou indivíduos que de alguma forma ganharam destaque. Na história oral temática, a busca pelo esclarecimento de um evento definido vislumbra possibilidades de diálogo entre o entrevistador e o pesquisado, em que a contestação é uma conjuntura concreta e a verdade, um elemento externo.

Geralmente, um trabalho que envolve entrevistas orais não revela o nome dos sujeitos pesquisados, a fim de preservá-los contra quaisquer constrangimentos que porventura venham a ocorrer. No caso deste trabalho, no entanto, devido ao fato de os atores entrevistados apresentarem-se na condição de acadêmicos que se aprofundaram na discussão do EPT, decidi que o melhor seria identificá-los.

Para tanto, a pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia, perfazendo os trâmites legais exigidos pelo mesmo. Além disso, os entrevistados assinaram o Documento de Cessão Gratuita de Direitos de Depoimento Oral, no qual foi esclarecido que haveria a identificação de fonte e autor.

As categorias de pesquisa embasaram-se na centralidade adquirida por conceitos-chave ao longo deste estudo. Desse modo, hegemonia, pluralismo e descentralização são trabalhados, de maneira a perscrutar os discursos e as ações contidos no curso do EPT.

O objetivo desta tese foi apresentar as configurações do contexto no qual o movimento EPT foi desenvolvido, ou seja, traçar as articulações relativas às dimensões políticas, econômicas, sociais e educacionais estabelecidas no país durante o regime militar, mais precisamente, do início ao término do EPT. Com efeito, o intuito é analisar como se materializaram, ou não, as propostas acerca da implantação de atividades esportivas

informais, tendo por propósitos, no escopo das práticas discursivas do EPT, serem democráticas, autônomas, plurais e descentralizadas.

Para tanto, considero necessário percorrer as caracterizações que não somente permearam o período de abrangência do EPT, mas se amoldaram desde a metade final do século XX. Nesse sentido, o capítulo I busca analisar as relações de poder entre as classes sociais e de que maneira tais fatores contribuíram para a instalação do golpe militar no Brasil, em embates que se alojavam nos contextos internacional e nacional. Da implantação do golpe ao enfraquecimento do regime militar, vários fatores compuseram as dinâmicas encetadas no governo militar, as quais dialogaram com o esporte e, especificamente com a difusão do esporte de massa em nosso país.

O capítulo II transita pelos horizontes internacional e nacional que motivaram o alastramento do esporte de massa, bem como no relacionamento com o esporte de alto rendimento. A Educação Física tornou-se prioritária para o regime militar, à medida que se detectou que ela estava, diferentemente de outras áreas de conhecimento, distante dos ideais “revolucionários” da nação e, assim, foi importante a elaboração do Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, em 1971, o qual direcionou a legislação brasileira atinente às práticas esportivas, inclusive sobre a dimensão participativa da população. A partir daí, a campanha EPT foi gestada sob a tutela do Estado, sendo implantada em 1977 e desativada oficialmente no final do ano de 1978.

O capítulo III traça as configurações que o EPT assumiu após a desativação oficial da campanha, analisando elementos que passaram a compor suas práticas discursivas, agora sob o formato de movimento. Parcela da literatura aponta que, a partir dessa etapa, o EPT adquiriu autonomia e munuiu-se de elementos comunitários, sendo formulados os princípios do Esporte para Todos, a Carta de Compromisso do Esporte para Todos, uma espécie de código de ética, além da criação da Rede Esporte para Todos, que objetivava incrementar os canais de comunicação do movimento.

O capítulo IV aprofunda-se nas fontes de pesquisa (livros, relatos de experiências, entrevistas), a fim de perscrutar o grau de autonomia do movimento EPT, o qual se fundou no pensamento de que o pluralismo e a descentralização caracterizaram essa fase. Minhas críticas direcionam-se à apropriação do repertório popular promovido pelo EPT, alocando as práticas numa estrutura central, fato este que resistiu até quando se obteve um suporte institucional. Depois disso, nem mesmo a elite da Educação Física, que o apoiava, afiançou a continuidade do EPT.

CAPÍTULO I

ESTADO MILITAR: CONFIGURAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS, CONTEXTOS SOCIOEDUCACIONAIS

1- Poder, classes sociais e o EPT no Brasil

Este capítulo busca apresentar as injunções políticas, econômicas, sociais e educacionais que se fizeram presentes desde a segunda metade do século XX. O objetivo é identificar a realidade internacional e nacional que colaborou na instituição do golpe de 1964, bem como discorrer a respeito das tessituras que acompanharam o regime militar ao longo de suas fases de implantação, endurecimento, flexibilidade, até a sua extinção no ano de 1985.

A intenção é promover um diálogo entre essas situações e o EPT brasileiro, haja vista que ele se inscreveu no contexto da ditadura militar brasileira, que, por sua vez, surgiu no âmbito dos conflitos existentes no plano internacional entre o comunismo e o capitalismo, os quais sobrevieram, sobretudo, após o final da Primeira Guerra Mundial. Desse modo, o capítulo busca traçar a contextualização entre o objeto deste estudo e as intercorrências espalhadas pelo mundo e que desaguaram sobre o Brasil.

No que tange à Educação Física e ao esporte, os debates instalaram-se na acomodação desses campos de conhecimento diante das nuances que cruzavam esse período. Uma das resultantes foi a criação do EPT, num panorama cortado pelas lutas de classes.

“Mesmo os mais indiferentes conseguem perceber que a solução do EPT pode constituir um novo alento na Educação Física e nos Desportos brasileiros” (COSTA, 1981c, p. 18). A frase do professor Lamartine Pereira da Costa revela a importância conferida ao EPT brasileiro, animado pela ideia de que a Educação Física em nosso país trilhava caminhos demarcados pela espontaneidade, diferenciando-o das características europeias que a princípio influenciaram o desenvolvimento do EPT em nosso país.

Nesse sentido, as camadas populares, segundo Costa, abraçaram o EPT com maior aceitação, como um conjunto de atividades improvisadas voltadas essencialmente ao lúdico, gerando contornos nacionais peculiares capazes de continuar o processo de transformação que vinha sendo operado pelo EPT, em relação à forma pela qual as práticas esportivas foram conduzidas.

Inusitadamente o EPT, em nosso país, sempre foi mais forte na camada mais pobre da população, que ainda o pratica de modo assistemático e sob

condições lúdicas, com mínimas interpretações de saúde física e mental. Isto se contrapõe ao envolvimento da classe média que está assumindo o esporte recreativo através de valores físicos, psicológicos e de “status” social, além da natural ludicidade e da influência dos meios de comunicação de massa. Na Europa, nos EE.UU. e no Japão, a “nova onda dos esportes” fundamenta-se similarmente ao observado na classe média brasileira, contudo em proporções bem superiores de praticantes (COSTA, 1981c, p. 17).

Assim, o EPT brasileiro teria contraído as suas peculiaridades, ainda que tenha sofrido influências estrangeiras, como atesta Costa (1977). Porém o ponto fulcral situa-se na dimensão em que o EPT foi articulado entre as classes sociais, num período em que a difusão do desporto¹¹ de massa passava a ser motivo de preocupação da Educação Física nacional.

As conclusões do “Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil” (COSTA, 1971) indicavam que pequena percentagem da população brasileira era praticante de atividades físicas e esportivas. Urgia que fossem criados instrumentos legais que fomentassem a difusão do desporto de massa na população, o que foi feito a partir da elaboração do PNED (BRASIL, 1976a).

No Brasil, a ascendência maior do EPT nas classes populares solicitava que houvesse ao menos um mínimo de orientação sobre elas, através da aplicação de atividades simplificadas e de fácil aceitação (o futebol pelada é um exemplo constantemente citado na literatura do EPT).

Os argumentos fundados na democratização do acesso às práticas corporais¹² compuseram o foco do EPT, dialogando com o horizonte político, social e econômico brasileiro, observado a partir do enfraquecimento do regime militar, no qual o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) propugnava o caráter mais participativo e a divisão do bolo do crescimento entre as classes sociais.

Então, o EPT insere-se no cenário das discussões sobre o tratamento conferido às classes sociais, devendo ser analisado, a fim de se identificar a forma como se estabeleciam as interconexões e as expectativas de atuação do governo brasileiro sobre essas classes sociais e as relações de poder instaladas entre elas.

¹¹Sobre o termo desporto, segundo Marchi Júnior (2005), é originário da palavra francesa *deport*, manifestada como forma de descanso, de esparecimento, de recreio e de prazer. Na Inglaterra, destinou-se ao termo uma entonação atlética, definindo-o como *sport*. Em Portugal, tanto as influências inglesas derivaram o uso da grafia esporte, como houve emprego significativo da tradução do termo francês para desporto, o que acabou por ocorrer também no contexto brasileiro. Assim, quando utilizados os termos desporto e esporte, ao longo deste trabalho, entende-se que ambos têm o mesmo significado.

¹²Utilizo neste trabalho a expressão “práticas corporais” para me referir ao objeto de estudo específico da Educação Física, isto é, às atividades esportivas decorrentes das construções humanas erigidas pela sociedade.

Desde que Getúlio Vargas assumiu a presidência da República, em 1930, o processo de urbanização transformou a estrutura da sociedade brasileira. Em sua primeira passagem pelo comando do país (1930-1945)¹³, a conformação das classes sociais tornou-se um elemento fundamental na mediação das tensões que crescentemente se incorporaram ao âmbito do país.

A propósito do conceito de classes sociais, Cavalli (1998) afirma que, apesar das dificuldades de se encontrar um consenso entre os estudiosos, ele está vinculado às desigualdades presentes na sociedade. O autor entende que as desigualdades sociais são fruto de construções humanas, as quais não comportam a categoria das desigualdades naturais, embora algumas dessas possam adquirir relevância em determinadas sociedades, revertendo-se assim, em desigualdades sociais, tais como as diferenças entre os sexos, entre as gerações de diferentes idades e entre as raças. Isso depende dos critérios de atribuição dos papéis sociais destinados a cada classe.

Nem todas as desigualdades sociais redundam na formação de classes, à medida que esse fator somente se concretiza quando é reproduzido de uma geração a outra. Se, ao contrário, o acesso aos vários papéis sociais é igual a todos, gera-se um modelo de sociedade que se aproxima da mobilidade perfeita, isto é, os papéis não são atribuídos *a priori* em virtude da condição nas quais os indivíduos nascem.

Como essa mobilidade quase perfeita, conforme Cavalli descreve, não é constatada historicamente em qualquer sociedade, indaga-se se toda a trajetória humana esteve permeada pela existência de sociedade de classes. A princípio, pode-se afirmar positivamente, malgrado muitos autores limitarem sua aplicação às sociedades que não apresentam a sanção da lei para as desigualdades sociais, sem que isso necessariamente signifique que elas deixem de existir.

Desse modo, as classes sociais são resultantes do advento da sociedade capitalista, em que o capital torna-se a referência principal nas relações de produção, em substituição ao modelo alicerçado nas bases agrárias, tendo a burguesia como a primeira classe social. À medida que a terra também é transformada em capital, surgem a classe dos proprietários rurais e a dos camponeses e, com a eclosão da Revolução Industrial, a classe operária.

Então, como definir as características de uma classe social, ou mesmo situar seus sujeitos? Para Cavalli, se nos reportarmos ao campo da Sociologia, devemos tomar o cuidado

¹³Pode-se caracterizar o período de 1930 a 1945 em três momentos: o Governo Provisório, de 1930 a 1934; o Governo Constitucional, de 1934 a 1937; e o Estado Novo, de 1937 a 1945. Cf. SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Tradução de Ismênia Tunes Dantas. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

para não confundir classe com estrato social. O pertencimento a uma classe social sinaliza um sentimento de solidariedade e de comunidade, ou seja, há uma coletividade concreta que extrapola as demarcações estatísticas.

No campo da educação, a abordagem relativa à categoria de classe social é bastante relevante, pois a educação pode contribuir para homogeneizar a mobilidade social, ou por outro lado, ela tem o potencial de reproduzir modelos pautados nas desigualdades sociais, dependendo da maneira como o complexo educacional de dada realidade é lançado entre os segmentos sociais.

A escola é a principal instituição disseminadora de uma educação sistematizada, atuando diretamente na forma pela qual se expressa a luta de classes. Coexiste nos interstícios escolares o predomínio dos ensejos das classes dominantes, mas com a possibilidade de que as classes dominadas os utilizem em benefício de suas reivindicações.

Snyders (1981) enxerga que a escola capitalista é o instrumento educacional que trabalha em favor da ideologia burguesa, premida por um sistema de seleção e hierarquia que promove a idolatria do êxito individual e dos interesses pessoais. As classes trabalhadoras assimilam a fabricação de efeitos de verdade rodeados de perspectivas temporais em longo prazo, de modo que a escolarização as iluda quanto à esperança no futuro.

Contudo, Snyders compreende que há espaços de resistência dentro da própria escola burguesa, eivados por assunções pedagógicas e políticas de alunos e professores, no sentido de remar contra o ideário hegemônico capitalista. Adotando a expressão escola progressista, o autor afirma que “é a escola que saberá aproveitar o lado positivo da desvantagem, que servirá de instrumento intermediário entre a positividade e a desvantagem” (1981, p. 392).

No entanto, não é só no campo formal da educação, habitado principalmente pela escola, que se travam os embates acerca da luta de classes. Gramsci (1999) entende que a educação não formal também se desdobra como um caminho necessário para a formação cultural da classe trabalhadora.

[...] a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente “escolares”, através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem suas experiências e seus valores historicamente necessários, “amadurecendo” e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior. Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto em todo o indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre as camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército. Toda relação de “hegemonia” é

necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjunto de civilizações nacionais e continentais (p. 399).

Nesse sentido é que se enquadra o objeto de estudo deste trabalho, o EPT. Seria ele um mecanismo de educação popular oriundo dos anseios comunitários, ou seja, um processo não formal responsável por suscitar a preparação cultural das massas? Ou seria um instrumento burocrático a serviço do Estado, no intuito de esquadriñar os comportamentos, privilegiando as classes dominantes?

São fatores que motivam as apreciações a respeito das relações de poder que penetram no corpo social. Segundo Stoppino (1998) as relações de poder compõem as relações entre pessoas, entre classes sociais, onde o poder é exercido sobre outro indivíduo ou grupo, induzindo comportamentos que traduzem a hegemonia de uma classe sobre a outra.

Qualquer forma de exercício de poder remete ao fato de que existe o poder em ato, efetivamente aplicado e, o poder potencial, possibilidade de sua aplicação. A sua mensuração pressupõe a quantidade de pessoas alcançadas, à probabilidade de que o comportamento desejado se concretize, ao grau de modificação do comportamento e à esfera do poder, isto é, qual a escala de importância que dado componente ou evento estabelece sobre alguém ou sobre o grupo de pessoas.

De acordo com Stoppino, o poder ganha dimensão significativa no campo da política. Uma das questões a serem consideradas refere-se às relações constituídas entre as elites e outros setores da população. Reflete o jogo de mediação de poder (forças) que se interpõe no contexto social.

O intuito de se discutir o modo pelo qual as relações de poder penetram no corpo social diz respeito à forma como isso se articula ao objeto deste trabalho, o EPT. Assim, é preciso que se adentre em seu arcabouço documental, a fim de se investigarem as circunstâncias que permearam tais relações de poder no interior do EPT.

O fato de que o EPT tenha surgido no horizonte de um regime ditatorial, mesmo que num momento de seu enfraquecimento, denota que, a despeito de suas práticas discursivas verterem-se para a espontaneidade e autonomia da população, ele pode também ter sido utilizado como um mecanismo de arrefecimento das tensões sociais.

O trabalho do pesquisador exige o exame dos acontecimentos que cercam o objeto estudado. Este não adquire sobrevivência por si só, mas se apresenta envolto por tessituras políticas, econômicas e sociais que norteiam o seu curso. Cabe ao pesquisador analisar os

fatos e promover a releitura do objeto de pesquisa, interpretando-o de acordo com o que as fontes dizem para ele.

No caso do EPT, indago sobre a composição histórica que resultou na sua implantação no Brasil em 1977, por meio da análise conjuntural que cruzou o planeta na derradeira metade do século XX. Tal contextualização deve-se ao motivo de que a Guerra Fria tornou-se o episódio que orientou as relações mundiais e, assim, o Brasil estava imerso no campo de disputa internacional, sendo uma nação estratégica devido à sua dimensão territorial e à sua importância contra eventuais intervenções soviéticas no continente sul-americano.

Em que pese existir vasta literatura que aponta o EPT como um movimento de massas, de “baixo para cima”, a que aderiu grande parte da população brasileira, deve-se ponderar a respeito dos aspectos que o originaram, atrelados às configurações políticas registradas no Brasil e no mundo no decorrer dos embates gerados pela Guerra Fria.

Portanto, no âmbito das contendas ideológicas instaladas por intermédio da Guerra Fria, perscruto se as práticas corporais serviram como mecanismos de persuasão, de convencimento e de arrefecimento das tensões sociais, bem como a dimensão pela qual estiveram articuladas aos aspectos políticos presentes após a Segunda Guerra Mundial.

O desencadeamento das conformações políticas, econômicas, sociais e educacionais ocorridas a partir da metade final do século XX resultou no golpe militar de 1964. Desse modo, compreendo que seja fundamental percorrer a trajetória desse período, bem como desvelar de que forma um governo ditatorial comportou-se perante um movimento do porte do EPT que carregava em seu discurso a espontaneidade e a autonomia dos indivíduos.

2- Contextos internacional e nacional para o golpe militar no Brasil

A disposição política no plano internacional, após a Segunda Guerra Mundial, apresentava-se bipolarizada, diante do nascimento da denominada Guerra Fria, um evento gerado pelo embate entre as duas maiores potências bélicas do planeta, Estados Unidos da América e União Soviética, as quais defendiam posicionamentos políticos antagônicos, capitalismo e comunismo, concentrando o seu poderio em torno da ameaça nuclear que se impôs sobre o mundo até o colapso do império soviético em finais da década de 1980.

Como observa Hobsbawm (1995), as lutas ideológicas intensificaram-se no final da Segunda Grande Guerra. Constitui-se um desenho caracterizado pelo “respeito” entre as duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética), uma vez que se costuraram acordos

entre elas no período final da Segunda Grande Guerra (1943-1945), amparados também pelo aval da Inglaterra, diante da necessidade de neutralizar o poderio da Alemanha Nazista, delimitando as porções em que a zona socialista tomara forma até o ano de 1950, envolvendo a maior parte do leste europeu, a China e a Coreia do Norte e, os americanos detiveram a supremacia sobre o contingente do mundo capitalista. Uma distribuição desigual, mas aceita por ambas as partes, mesmo porque um confronto mundial com a utilização de armas atômicas significaria a adoção de posturas suicidas. (HOBSBAWM, 1995).

Na América Latina, houve também as lutas em torno de modelos políticos a serem adotados pelas nações. O caso mais relevante foi a revolução cubana, ocorrida em 1959, que desencadeou novas expectativas no continente americano. Hobsbawm (1995) afirma que o sucesso do movimento do pequeno arquipélago caribenho suscitou interpretações românticas atinentes aos atos de heroísmo e desprendimento de jovens revolucionários. Algo saudado com entusiasmo pelos grupos esquerdistas de todo o mundo, pelo efeito de tão ousada façanha, sobretudo porque muitos desses grupos não se encontravam mais animados, ante o posicionamento pacífico soviético na convivência com o capitalismo mundial.

Poder-se-ia afirmar que o rescaldo da revolução cubana atingiria outras nações da América Latina, especialmente o Brasil? Torna-se difícil estabelecer essa relação, diante das diferentes características deparadas por esses países, mas é certo que as circunstâncias serviram para que se espalhasse a ideia na população dos riscos de se implantar um regime comunista no Brasil.

O início da década de 1950 demonstrava um panorama de extremada instabilidade política. Em face de efervescências atravessadas por uma delicada estrutura democrática experimentada pelo país depois do fim do Estado Novo, em 1945, o contexto nacional jamais houvera trilhado caminho seguro em direção à consolidação de um Estado calcado nas liberdades individuais e sociais.

Percebe-se que, no Brasil, a incipiência de suas composições democráticas sequer se aproximava dos modelos dos países desenvolvidos. O crescente processo de urbanização verificado no país alterava as relações de poder historicamente instituídas, e os conflitos de classes acentuaram-se no período de não ditadura (1945-1964), em um país que ainda não havia conhecido a democracia de forma efetiva. A concepção de uma sociedade participativa esbarrava nos preceitos oligárquicos e elitistas refratários à transformação do arcabouço político, cultural, social e econômico da nação.

Após 1945, o Brasil ainda vivia sob forte influência de Getúlio Vargas. Em janeiro de 1951, ele chegava novamente ao comando da nação, entretanto com uma relevante

diferença: alçado por meio da eleição direta, em vez do ditador, surgia o líder com roupagem democrática.

Iniciava-se uma nova etapa presidencial de Vargas, bastante discrepante em relação aos seus governos anteriores de 1930 a 1945. A lógica da construção de uma pretensa organização democrática compreendia lidar com uma oposição enraizada, assim como negociar com mais intensidade a fatia de poderes dos aliados. Se, ao longo de sua incursão na presidência que perdurou do Governo Provisório ao Estado Novo, Vargas tivera a habilidade necessária para aliciar seus adversários, agora o país demonstrava outra dinâmica nas relações sociais, menos sustentadas no ambiente rural chefiado por membros de uma oligarquia responsável por arregimentar votos de cabresto¹⁴.

As crescentes classes média e operária dos centros urbanos apareciam de modo multifacetado, indefinidas politicamente e difíceis de se guiar por qualquer coligação partidária. Perante o quadro político, social e econômico permeado por tensões sociais, Vargas viu-se encostado por demandas complicadas.

Pelo lado dos militares, nos anos de 1950, havia uma divisão que se tornava perigosa para o futuro político de Vargas. Parte deles apoiou a legalidade da gestão presidencial, embora às vezes esse apoio se manifestasse titubeante. Outra parte sempre se mostrou relutante quanto às possibilidades de infiltração comunista em seu governo, em que pese Vargas, pessoalmente, nunca ter externado qualquer vocação dessa magnitude¹⁵. No entanto, a sua defesa veemente do nacionalismo contava com a simpatia de setores da esquerda considerados subversivos por alguns militares, os quais enxergavam o golpe de Estado como a única alternativa de livrar o país das amarras do comunismo.

Ademais, o alvo dos ataques oposicionistas sobre João Goulart (Jango), escolhido como ministro do trabalho, em 1953, alarmou os segmentos conservadores da sociedade, uma vez que Jango possuía a fama de concorrer com a causa comunista. A imprensa, em sua

¹⁴A estrutura política da República Velha criou uma condição *sui generis* no Brasil, pois, ao “incorporar” os ex-cativos, imigrantes e os descendentes de ambos, os quais passaram a compor, ou melhor, ficar sob a esfera de influência eleitoral dos herdeiros da casa-grande, ou seja, os grandes latifundiários. Este “sistema”, assentado em relações de trocas pessoais, tanto na esfera privada como no âmbito do espaço público, isto é, numa relação patrimonialista, (re)cria o “coronelismo”, que, sobretudo, estabelece “um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil” (LEAL, 2012, p. 44). É nesta ambiência que sucessivos governos estaduais e federais se elegeram com os “votos de cabresto” nesses grotões.

¹⁵Em ocasião anterior, inclusive, como atesta Fausto (2006), Vargas utilizou o comunismo como justificativa para a implantação do Estado Novo, sobretudo após deter a Intentona Comunista, em 1935. Para Getúlio, o comunismo subvertia os valores da civilização cristã e representava um regresso ao primitivismo das organizações sociais.

maioria contrária ao governo, espalhava os receios de que o Brasil sucumbisse aos efeitos nefastos do alinhamento com a União Soviética e, dessa forma, tentava imputar à imagem de Vargas a incompetência administrativa, no sentido de sua incapacidade de frear pretensões dessa natureza. Com as pressões, Jango foi substituído, porém as investidas sobre Vargas não cessaram.

Vargas, portanto, encontrava-se em posição delicada e se via ameaçado por uma iminente intervenção militar. Todavia, um fato trágico bloqueou essa opção naquela oportunidade: o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954. Foi a decisão do presidente, depois que sua situação no poder tornou-se insustentável, em decorrência da tentativa de assassinato de seu desafeto político, o jornalista Carlos Lacerda. O crime, de acordo com Skidmore (1982), constituiu-se numa atitude tomada à revelia de Vargas.

Vários dos amigos íntimos e adeptos de Getúlio observavam com angústia a deterioração da posição política do presidente. A principal figura dos ataques da oposição, concordavam eles, era o belicoso jornalista Carlos Lacerda. Se ao menos pudessem “removê-lo” do cenário político, talvez se salvasse a situação. Estes seguidores de Getúlio decidiram tomar o assunto em suas próprias mãos. O General Mendes de Moraes e o Deputado Federal Euvaldo Lodi sugeriram a Gregório Fortunato, chefe da guarda presidencial, que seu dever era “cuidar” de Lacerda. Gregório, um gaúcho analfabeto, que há mais de trinta anos servia fielmente a Getúlio, viu aí a ocasião de prestar ao presidente seu maior serviço. Sem o conhecimento de Getúlio, arranhou um pistoleiro profissional para assassinar Lacerda (SKIDMORE, 1982, p. 175-176).

O motivo de se incursionar pela trajetória de Vargas na presidência da República deve-se às configurações que se estabeleceram no Brasil durante a sua atuação política, não somente quando exercia o mandato de presidente, mas também pelo legado deixado nos contornos da história brasileira e que sobrevieram sensivelmente na metade final do século XX.

Essa análise precisa ser realizada à luz da distribuição das classes sociais, num panorama que modificava a estrutura dos grandes centros urbanos, em decorrência da maior aglomeração causada pelo fluxo migratório do campo para as cidades. Destarte, como já foi dito, paulatinamente as oligarquias rurais diminuíram o controle que possuíam antes do processo de urbanização, o qual se incrementou com o início da industrialização na década de 1930, modificando o índice de concentração de pessoas no espaço das cidades e das zonas rurais, conforme demonstra o quadro 1.

Quadro 1 – Censo demográfico da população brasileira entre os anos de 1940 e 1991.

	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Total da população urbana	12.880.182	18.782.891	31.303.034	52.084.984	80.436.409	110.990.990
Total da população rural	28.356.133	33.161.506	38.767.423	41.054.053	38.566.297	35.834.485
Total geral	41.236.315	51.944.397	70.070.457	93.139.037	119.002.706	146.825.475
Porcentagem da população urbana	31,24 %	36,16%	44,67%	55,9%	67,6%	75,6%
Porcentagem da população rural	68,76%	63,84%	55,33%	44,1%	32,4%	24,4%

Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm. Adaptado.

Se analisarmos a evolução do mapa distributivo da população brasileira entre as décadas de 1940 e 1960, percebemos que Vargas conviveu com um significativo processo migratório da zona rural para a urbana, isto é, uma realidade que se alterou desde o seu primeiro governo, em 1930, até o seu suicídio, em 1954.

Assim, o arranjo das classes sociais passava também por transformações. Poulantzas (1985) compreende que o Estado procura atender aos interesses das classes dominantes, porém não é totalmente produzido por elas. O poder não é algo redutível ao Estado, pois são as lutas de classes que definem as relações de produção.

O que se apresentava no Brasil era uma população difícil de ser controlada e modulada em benefício dos anseios do Estado e das classes dominantes, uma vez que surgiam novas configurações demarcadas por um contingente de pessoas que deixava de obedecer ao contexto imediato das relações entre o proprietário da terra e os trabalhadores rurais para se inserir em modalidades plurais, que tinham nas cidades as reivindicações coletivas por melhorias nas condições de trabalho, na saúde, na educação, no lazer etc.

Tais conjecturas perpassaram o contexto da educação, onde se discutia a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), iniciada em 1948 e aprovada somente no ano de 1961 (Lei nº 4.024/61). A extensa duração entre o projeto e a aprovação decorreu dos debates em torno dos defensores da escola pública e dos da escola privada, concentrados no âmbito dos três maiores partidos políticos, União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), como também espalhados pelos segmentos sociais (FREITAS; BICCAS, 2009).

Argumentações acaloradas compuseram as contendas sobre a aprovação da Lei nº 4.024/61, e muitas delas foram responsáveis por travar o andamento das discussões. Parte dos congressistas atuava em prol das garantias à escola privada, por meio da alegação de que a

escolarização constituía-se num direito da família, tendo ela que definir o melhor caminho para a educação de seus filhos, contando com o financiamento do Estado, independentemente se o aluno estivesse alocado numa escola estatal ou particular. Aqueles que se lançaram a favor da escola pública estatal, afirmavam que os aportes financeiros governamentais deveriam ser totalmente destinados a ela, ou seja, recursos públicos para a escola pública estatal.

No cerne dessas discussões, entende-se que o processo deu-se em direções heterogêneas e mesmo entre os defensores da escola pública estatal, a forma pela qual seria conduzida a dinâmica da estatização escolar se fazia presente, inclusive em relação aos temores que a causa comunista provocava.

A própria defesa da escola pública estatal não pode ser considerada um objeto monolítico, pronunciada com se expressasse visões de mundo idênticas e convergentes. Entre os defensores da escola pública não eram poucos os que expressavam desconforto com o “elemento popular” que se agregava ao processo, como por exemplo a desconfiança que se tinha em relação aos estudantes considerados “permeáveis ao bolchevismo” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 174).

Pode-se ajuizar que um dos elementos encetados nos debates sobre a educação inscrevia-se no âmbito da luta de classes que se travava no período em questão. A bandeira da escola pública estatal gratuita não exprimia a uniformidade de expectativas em relação aos seus objetivos e, dessa maneira, interpreta-se o modo pelo qual as agitações que se avolumaram após a Segunda Guerra Mundial e reverberaram no campo da educação.

A educação inseria-se em engrenagens de poder, buscando ajustar comportamentos que se interpunham no corpo social. Uma população que se urbanizava, conforme visto no quadro 1, necessitava ser educada para atender às demandas nacionais, e as elites não se furtariam em utilizar a educação para forjar uma sociedade pautada em valores que reproduzissem os seus privilégios.

Nesse sentido, o Estado procurava acomodar os interesses das classes dominantes perante um cenário em que as próprias frações dos blocos de poder digladiavam entre si. Em que pese haver os embates entre os defensores da escola pública estatal e os da escola privada, a educação servia para amainar eventuais tensões que pudessem ocorrer, em virtude do surgimento de uma população indefinida politicamente.

No campo esportivo, essa questão também é digna de análise, pois se coloca no objeto de estudo deste trabalho, o EPT. O esporte passa a ser normalizador das condutas

sociais, à medida que ele se constitui num instrumento divulgador da “saúde” das nações. Ter bons resultados esportivos significava o sucesso dos modelos de governo, o que ficou bem evidenciado no plano internacional, após o fim da Segunda Grande Guerra¹⁶.

Porém, no decorrer do crescimento do fenômeno esportivo, o esporte de alto rendimento começa a ser indagado sobre ser a melhor alternativa para a população e, nesse quadro, surge em meados da década de 1960 no continente europeu um forte movimento em favor do esporte de massa, o qual atingiria o lazer ativo da população.

Como essas proposições chegavam ao Brasil, no momento em que atravessava um quadro de modificações políticas, econômicas e sociais intensas? No que tange ao esporte de alto rendimento, o futebol havia ganhado forte apelo popular, incrementado ainda mais pela conquista dos títulos mundiais da seleção de futebol nos anos de 1958 e 1962. Outros esportes dependiam de desempenhos isolados, que vez por outra, chamavam a atenção do público, contudo, não havendo subsídios estatais suficientes que conduzissem o país ao topo das potências esportivas mundiais.

No entanto, essa não parece ser a visão de Inezil Penna Marinho, que desenvolveu estudos relativos à história da Educação Física no Brasil. Marinho (s/d) destaca o maior interesse das autoridades governamentais no esporte de alto rendimento, o qual teve “grande surto no país” (p. 106), a partir de 1946, apresentando um quadro dos resultados mais expressivos do Brasil em jogos olímpicos e em jogos pan-americanos, no período compreendido entre os anos de 1948 e 1975. Os feitos olímpicos conquistavam relevância para a conformação social e era um dos fatores responsáveis pela hegemonia do Estado em sua articulação com as classes dominantes.

Por seu turno, o esporte de massa marchava por iniciativas esparsas. De acordo com Costa (1981b), ele sobrevinha desde a década de 1910, com o futebol pelada, passando pelas colônias de férias na década de 1930 e pelas ruas de lazer no final da década de 1950.

A análise relativa ao esporte promove a reflexão de como ele atuou na acomodação das classes sociais, diante da realidade brasileira das décadas de 1950 e 1960. Não se pode negar que a produção de efeitos de verdade relativa aos benefícios proporcionados pelo esporte é fundamental na construção do estereótipo de uma nação que se pretendia forte e que, para isso, precisava contar com a adesão de todos.

Por meio do refrão “A taça do mundo é nossa, com brasileiro não há quem possa”, música composta após a conquista da Copa do Mundo de Futebol pelo Brasil¹⁷, interpreta-se

¹⁶Essa discussão será aprofundada no tópico 2 do segundo capítulo.

que era importante forjar uma identidade nacional para unir todos os brasileiros em prol do desenvolvimento da nação, superando quaisquer antagonismos de classe.

Vivia-se, durante esse período, uma época de ouro no panorama internacional, segundo Hobsbawm (1995), com índices de crescimento bastante significativos, e o Brasil também pretendia participar das perspectivas que animavam esse horizonte. A chegada de Juscelino Kubitschek à presidência, no ano de 1956, expressou novos momentos de otimismo de uma nação que galgaria a passos largos rumo ao seu desenvolvimento. No terreno político e econômico, lançaram-se as bases para um avanço tecnológico e industrial, mediante a implantação de uma política econômica definida como Plano de Metas, com o intuito de fomentar a mentalidade desenvolvimentista que alçaria o Brasil ao patamar das potências mundiais.

“Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”. Embalado por esse lema, Kubitschek promoveu uma intensa expansão da produção industrial brasileira, na qual fomentou o incremento dos setores de automóveis e eletrodomésticos, além de incentivar o investimento em demandas da esfera pública, especialmente no transporte e na energia elétrica.

O respaldo para que se modulasse a ideologia desenvolvimentista de que o Brasil tanto precisava Kubitschek encontrou no Instituto Brasileiro de Estudos Superiores (ISEB), órgão que para Toledo (1982), atingiu o seu apogeu na gestão desse presidente e era entendido como defensor dos interesses nacionais, assumindo, numa alusão crítica do autor, uma “ideologia acima de qualquer suspeita” (p. 34).

Nesse sentido, Kubitschek buscou ancorar-se numa espécie de nacionalismo desenvolvimentista, mesmo que receptível à entrada do capital estrangeiro no país. Skidmore (1982) aborda que a política de Juscelino visava à industrialização urgente como o caminho para superar o subdesenvolvimento e, por esse meio, alavancar condições de atenuar as tensões e injustiças sociais. Na prática, a ideia centrava-se na expectativa de que a circulação de mais dinheiro beneficiaria todos os segmentos sociais.

A despeito da penetração do capital estrangeiro, os isebianos sustentavam que a autonomia do país transitaria pelo seu pleno desenvolvimento, ou seja, embora a internacionalização da economia pudesse levantar, em princípio, suspeitas de subserviência em relação às nações desenvolvidas, o importante seria o progresso nacional imediato. O

¹⁷“A taça do mundo é nossa”, composição de Wagner Maugeri, Lauro Müller, Maugeri Sobrinho e Victor Dagô, por ocasião do título da seleção brasileira de futebol na copa do mundo da Suécia, em 1958.

ISEB tornou-se o órgão de inteligência que se constituiu na “fábrica de ideologias” (TOLEDO, 1982) do governo Kubitschek.

De acordo com Toledo, a formatação de uma ideologia nacional do ISEB ignorou as preocupações acerca das lutas entre as classes sociais, o que combinava com o estilo de governar de Kubitschek. O presidente vinculou a sua imagem à de administrador moderno, preocupado com o desenvolvimento do país, em posição de neutralidade a conturbações de quaisquer naturezas.

O brasileiro “bom no samba e bom no couro”¹⁸ deveria ser o sujeito comportado, obediente às diretrizes que se traçavam para o país e amoldado aos estereótipos construídos em torno da alegria e da ginga tipicamente nacional. Algo condizente com a compreensão isebiana, a qual mascarava os confrontos de classe e invocava a premissa de que o principal eixo concentrava-se no desenvolvimento da nação. Os discursos relativos ao esporte coadunavam com os ensejos das elites.

Porém, a despeito das vontades do ISEB, era inevitável que as classes populares se organizassem no intenso processo de urbanização e de industrialização vivenciado pelo Brasil, em busca de melhores condições sociais, numa realidade em que a política de Juscelino, embora tivesse levado o país a um desenvolvimento considerável, em relação ao estágio anterior à sua posse, provocou o rápido endividamento, além de recorrer a mais empréstimos internacionais para a continuidade do crescimento. Isso gerava dependência às atribuições impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que, com o tempo, acabaram por desagradar contingentes adeptos ao nacional-desenvolvimentismo, dentre eles os componentes do ISEB.

Ademais, Skidmore (1982) alerta que para obter certo consenso e garantir a governabilidade, Kubitschek lançou mão de vários ardis. Em que pese o imane processo de urbanização e de industrialização resultar na divisão de segmentos sociais mais organizados, o Brasil ainda se via preso a estruturas clientelistas arcaicas, dominadas pelas oligarquias rurais de Estados menos desenvolvidos, que, por seu turno, alcançavam, diante do sistema representativo, uma significativa influência no Congresso Nacional.

Com efeito, Kubitschek terminava o seu mandato enfrentando problemas políticos, econômicos e sociais. Skidmore destaca que, apesar disso, o presidente não abdicou em preservar a sua imagem de líder independente e conciliador e, por conseguinte, não se esforçou em fazer seu sucessor, abrindo possibilidades para a ascensão de Jânio Quadros, um

¹⁸Refere-se a uma parte da letra da música citada anteriormente.

personagem com pequena identificação partidária e que procurava trilhar uma trajetória independente, em relação aos políticos tradicionais. Ganhara reputação no Estado de São Paulo, onde se caracterizou por carreira meteórica de vereador a governador, criando um perfil que atraía as classes médias e baixas, através da imagem de homem sério, moderno e avesso à corrupção.

Quadros havia sido, durante toda sua carreira, um político não ortodoxo. Tendo se iniciado como professor em São Paulo, tornou-se Vereador, passando depois a Prefeito, da cidade de São Paulo em 1953. No ano seguinte foi eleito Governador do mesmo Estado, vencendo o temível articulador de votos, Ademar de Barros. A atração de Jânio baseava-se na sua imagem como “antipolítico”, o amador honesto que oferecia a possibilidade de uma transformação radical em relação aos detentores do antigo estilo, os quais se apegavam aos hábitos pré-1930 e não podiam se adaptar às necessidades de um Brasil urbano e moderno. Não fôra, sem razão que obtivera sucesso em São Paulo, o Estado economicamente mais desenvolvido. O sucesso eleitoral de Quadros foi tal que pôde se dar ao luxo de estar a cavaleiro dos partidos (SKIDMORE, 1982, p. 231-232).

Quadros adotou uma postura descolada de qualquer vinculação partidária estreita. Alcançara sua vitória com larga margem de votos de vantagem, mas com um senão: não conseguira transferir a sua votação ao candidato à vice-presidência de sua chapa, Milton Campos. O vitorioso era novamente Jango (que já havia sido eleito vice-presidente de Kubitschek), um político que motivava bastante desconfiança à direita¹⁹.

O conceito de político heterodoxo de Quadros redundou no seu sucesso inicial em empreitadas eleitoreiras. Segundo Skidmore, por possuir uma história relativamente desconhecida no âmbito das personalidades políticas, o seu estilo original cultivou a simpatia de milhões de pessoas que acreditavam que ele se atrelava às transformações de que o país necessitava, no intuito de combater a ineficiência estatal e a crise financeira, em que se agravava o aumento da inflação e da dívida externa.

Mas o esgotamento do modelo janista não tardaria a acontecer. Deparando-se com uma situação de extrema dificuldade de governabilidade, Quadros enfrentou um montante enorme de dívida externa, além de altas taxas de inflação. Logo, viu-se forçado a tomar decisões impopulares, muitas das quais relacionadas a uma velha ortodoxia política.

¹⁹De acordo com Skidmore (1982, p. 235), Quadros foi até conivente com essa situação, não escondendo “sua tolerância aos comitês locais ‘Jan-Jan’ que solicitavam aos eleitores que dividissem seus votos, escolhendo Jânio Quadros para Presidente e João Goulart para Vice-Presidente”.

[...] Quadros começou a duvidar do rigoroso programa antiinflacionário com o qual havia se comprometido. Nos primeiros meses de sua administração, o Ministro da Fazenda, [Clemente] Mariani, conseguira convencer facilmente o presidente de que tais medidas se faziam necessárias. Mas o protesto imediato contra as impopulares medidas de reforma cambial que resultaram na duplicação do preço do pão e da gasolina, demonstrou a Quadros o custo político do combate à inflação. Passou, portanto, a se tornar receptivo aos conselhos dos intelectuais “desenvolvimentistas” que se aproximaram dele em março e abril. Argumentavam êstes que as medidas de combate à inflação, embora necessárias, eram inadequadas se tomadas em separado, visto que as causas mais profundas da inflação jaziam no desequilíbrio estrutural da economia brasileira. Qualquer programa de estabilização tornar-se-ia, portanto, ineficaz, se não fizesse parte de um plano mais amplo de prosseguimento da industrialização e aumento dos investimentos públicos (SKIDMORE 1982, p. 241-242).

Em que pese Quadros aparecer como um governante que inaugurou um *marketing* pessoal inovador, fundado em preceitos de honestidade, de combatente de estruturas arcaicas e de defensor intransigente do combate à corrupção, as incertezas propiciadas pela postura titubeante ocasionaram a sua ruína. As classes médias e populares, que tinham-se constituído no seu maior trunfo eleitoral, não vislumbravam perspectivas de melhoria em sua situação. A convivência com as elites e com os políticos tradicionais desgastava-se, à medida que se temia pela perda de privilégios e pelos receios de que o enfrentamento à corrupção pudesse desaguar contra eles. A enigmática política externa, através da indefinição quanto ao alinhamento com os Estados Unidos ou Cuba, traduzia a volátil maneira de agir do governo. Faltava ao presidente o jogo de cintura para lidar com essas questões.

Diante das dificuldades, Quadros tomou a decisão de renunciar à presidência no dia 25 de agosto de 1961. Com esse gesto, Skidmore (1982) levanta a hipótese de que o presidente poderia estar prevendo obter maiores poderes de governar, já que contava com a recusa do Congresso Nacional, com os clamores populares a seu favor e com a reação dos militares, ante a iminência de Jango assumir o seu lugar. Para o autor, tal posicionamento não passou de um equívoco de Quadros. A partir daí, surgia um novo problema: a posse de Goulart, com todas as implicações que transbordariam no golpe de 1964.

Quadros herdara uma situação complicada no campo econômico, com dificuldades para o pagamento da dívida externa, além de uma inflação galopante, o que deixava o presidente fragilizado entre segmentos que haviam apoiado a sua eleição. A esse respeito, Singer (2014) destaca que a comoção popular causada pelo suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, pode ter motivado Quadros à renúncia, prevendo que alcançaria maior autoridade, diante dos presumidos clamores da sociedade para que abandonasse tal ideia.

Sem contentar a elite empresarial que o lançou e as massas urbanas que o elegeram, Jânio viu a sua popularidade derreter. Para sair da enrascada, em agosto de 1961, renunciou ao posto, esperando voltar ao poder nos braços do povo, talvez inspirado pelas manifestações populares ocorridas sete anos antes, pela deposição e morte de Getúlio Vargas.

Mas Jânio não era Getúlio. A renúncia foi aceita e as atenções se voltaram para seu sucessor. Os ministros militares de Jânio, porém, decidiram se opor à posse de Jango, o que provocou a mobilização das forças democráticas do país e uma reação radical de Leonel Brizola, o governador do Rio Grande do Sul, que conclamou o povo à resistência contra o que seria um novo golpe (SINGER, 2014, p. 183-184).

Jango encontrava-se na China no dia da renúncia de Quadros. Teve que adiar o seu retorno e acompanhar de longe os trâmites que definiriam o seu destino político. O Brasil expôs toda a sua vulnerabilidade democrática, ao cogitar seriamente a possibilidade de impedimento da ascensão de Jango à presidência, afinal, o respeito à legalidade foi colocado em plano secundário por determinados segmentos civis e militares.

[...] para as direitas e a UDN, era como se o fantasma de Getúlio Vargas voltasse a assombrar a República, pois Jango era o seu principal herdeiro político. Os militares resolveram vetar a posse de João Goulart, acusado de simpatias esquerdistas e comunistas. Um golpe de Estado (REIS FILHO, 2014, p. 77).

Perante o quadro eleitoral que permitia a eleição de presidente e vice-presidente de chapas diferentes, a inusitada renúncia de Jânio conturbou setores da sociedade civil ligados à elite e a grupos militares receosos da figura imprevisível de Goulart, um político herdeiro de Vargas e ideologicamente indefinido, uma vez que caminhava sob a batuta do PTB, criado por Vargas como braço dos movimentos sindicais que pretendiam conferir a ele o apoio do operariado, mas, ao mesmo tempo, a origem de Jango de uma rica família de estancieiros do Rio Grande do Sul depositava dúvidas sobre a sua disposição em favor das lutas populares.

No cenário internacional da Guerra Fria, qualquer rescaldo comunista servia de alerta para porções conservadoras da sociedade, sobretudo porque o barulho da Revolução Cubana ressoava na América Latina. O enigmático Jango representava, no mínimo, a incerteza quanto ao futuro do país, e isso já era suficiente para investi-lo em posição delicada, devido às suas supostas alianças com componentes da esquerda brasileira.

No entanto, concomitantemente a pressões para o impedimento da posse de Goulart, havia setores da sociedade que defendiam a obediência às normas constitucionais

brasileiras, as quais previam que ele teria direito de assumir a Presidência da República. Além de clamores de boa parte da população, as próprias forças armadas encontravam-se divididas, o que intimidou eventuais tentativas de golpe naquele momento (NAPOLITANO, 2014).

Em 7 de setembro de 1961, Jango tornou-se Presidente do Brasil. Uma de suas lutas mais intensas tratou da recondução do Brasil ao sistema presidencialista, já que, com a renúncia de Jânio, o parlamentarismo surgiu como estratégia de emergência para minar os poderes de governabilidade de Goulart. Através da realização de plebiscito, em janeiro de 1963, houve a vitória do presidencialismo, em que o governo pôde vislumbrar possibilidades de atuar com maior independência, embora tardiamente, dado que restavam apenas cerca de dois anos para o término de seu mandato.

Desde o princípio, Jango buscou livrar-se da pecha de comunista, tomando a iniciativa de criticar o modelo autoritário de Fidel Castro, bem como articulando a aproximação com os Estados Unidos. No âmbito nacional, compôs um governo constituído tanto com a esquerda moderada, como com elementos de centro pelos quais nutria simpatia. Sua política econômica almejava manter as significativas taxas de crescimento do período Kubitschek, além de conter os altos índices inflacionários que vinham assolando o Brasil.

Mas, por que, então, mesmo diante da assunção de posturas aparentemente ortodoxas que acompanhavam os anseios das elites, Jango causava desconfianças? Para compreender os fatores que motivaram o golpe militar de 1964, é necessário desvelar uma série de conjunções marcadas por dificuldades no exercício da hegemonia. As classes dominantes observavam um declínio da coesão social que, havia algum tempo, vinha-se configurando em virtude de novas forças políticas que surgiam em um país que não mais pertencia a arcaicas estruturas rurais oligárquicas.

Para Dreifuss (1981), fracionaram-se as ambições das classes dominantes, através de uma série de rupturas que ocorreram em seu interior, causando uma crise de hegemonia, bem como a população encontrava maiores espaços de expressar descontentamentos e gerar insubordinações, o que se acentuou no período janguista.

Jango, desse modo, propôs-se implantar um executivo nacional reformista, aglutinando, além das forças populares, a pequena e média burguesia industrial brasileira, setores pertencentes às classes rurais e intelectuais que defendiam um tratamento igualitário entre o capital nacional e o estrangeiro. Sob a égide das reformas de base, Jango dialogava com grupos historicamente reprimidos que procuravam conquistar novos espaços, ante um ambiente crivado de transformações nas configurações políticas, as quais afetavam o que Dreifuss denomina interesses multinacionais e associados.

As reformas de base caracterizavam-se pelas expectativas de modernização do país, oferecendo a setores alijados do processo de desenvolvimento condições de inserção num modelo de governo voltado para a participação popular. Para Jango, deveria ser superado o atraso da nação concentrado nas tradições arcaicas da oligarquia rural e na classe industrial e empresarial conservadora, refratária a mudanças que beneficiassem os trabalhadores.

Todavia, ao tocar em pontos nevrálgicos, tais como a remessa de lucros das empresas multinacionais, o monopólio do petróleo, o aumento do salário mínimo, a reforma agrária, o reescalonamento da dívida externa, o direito ao voto dos analfabetos e dos soldados, o governo de Goulart enveredou-se por caminhos espinhosos, uma vez que sempre esteve distante de obter o consenso indispensável para a sua consolidação.

Ademais, Jango viu-se encostado na parede, pois precisava recorrer a empréstimos internacionais, aumentando ainda mais a dívida externa e, isso ocasionava a sujeição às exigências dos Estados Unidos e do FMI, no sentido da adoção de medidas impopulares. Assim, ocorriam os bombardeamentos de todos os lados, haja vista as acusações de entreguismo das porções radicais da esquerda, enquanto o centro e a direita denunciavam o panorama de desordem que se alojava no Brasil. Na verdade, todos sabiam que o país carecia de um programa de estabilização econômica, mas ninguém estava disposto a abrir mão de seus proveitos particulares (DREIFUSS, 1981).

O Estado não é apenas um aparelho hierárquico, em que as suas relações se apresentam homogêneas, de alto a baixo (POULANTZAS, 1985). Existem arenas de tensões alastradas pelo corpo social que se manifestam à medida que os segmentos da população encontram brechas na estrutura do Estado. São movimentações descontínuas que se interpenetram no arcabouço estatal, promovendo a mediação do Estado no atendimento das demandas de cada setor.

No que se refere ao governo Jango, intensificaram-se os campos de disputa perspectivados em outras dimensões, que não as advogadas pelo ISEB. Com efeito, a ideia dos isebianos vinculava-se ao atrelamento do desenvolvimento da nação à hegemonia das classes dominantes (embora não houvesse consenso entre eles sobre a forma como isso se concretizaria), acreditando que a contradição principal do Brasil se dava em torno de dois polos, nação e antinação (concentrados na dicotomia estagnação e desenvolvimento). Outras eventuais contradições para o ISEB deveriam ser consideradas secundárias (TOLEDO, 1982).

No período anterior ao golpe de 1964, as contradições localizadas nas lutas de classes afloraram-se durante o governo Jango. Contudo, em que pese ter havido o aumento das efervescências populares, Jango nunca foi um presidente que assumiu posição resoluta

quanto à sua identificação com as lutas de classes. Com efeito, procurou cercar-se inicialmente por colaboradores localizados no centro e na esquerda moderada, mas sempre se locomoveu por um terreno movediço, à medida que sofria contestações, tanto de integrantes da direita incendiária, Carlos Lacerda era um de seus representantes, como da esquerda radical, na qual se destacava o seu cunhado Leonel Brizola. A maior afinidade de Jango com os movimentos de massa deu-se às vésperas do golpe militar, na tentativa desesperada de salvar o seu mandato, onde passou a pender para a esquerda radical.

Por seu turno, cientes de que o Brasil passava por transformações significativas, as classes dominantes vinham trabalhando havia tempos para a conservação da sua hegemonia. Os interesses multinacionais e associados assumiram a vanguarda de um movimento centrado especialmente no complexo formado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e no Instituto de Pesquisa e Estudos Superiores (IPES) (DREIFUSS, 1981), órgãos promotores da articulação civil-militar responsável pela deflagração do golpe de 1964.

Ou seja, o golpe de 1964 emanou de uma articulação civil-militar comandada pelo complexo IPES/IBAD, em que não somente prevaleceram os interesses de um segmento específico situado na cúpula militar, mas que mediaram relações de poder instaladas no corpo social. Os fatores que redundaram na eclosão do golpe militar manifestaram-se por meio de movimentos animados pela supremacia da hegemonia de classes, vinculada ao capital multinacional e associado. Os setores civis e militares apoiadores do golpe passaram a ocupar os postos de condução dos rumos do país, abrigando os setores tradicionalmente dominantes da política, relativos à oligarquia agrário-industrial, bem como os utilizando para contra mobilizar setores das classes médias e trabalhadoras. “Isto significava que a intervenção militar poderia ser legitimada em nome do ‘povo’” (DREIFUSS, 1981, p. 483).

O Estado apresenta-se como a condensação de relações de força, de acordo com Poulantzas (1985) e, para que ele mantenha a sua hegemonia e represente os interesses das classes dominantes, é necessário que, em sua ossatura material, esteja presente também as aspirações das classes dominadas, entre as quais as classes médias e populares foram cooptadas a participar do restabelecimento da ordem social, através de discursos responsáveis

por espalhar os perigos atinentes à mudança estrutural do país, em que se pode sobressair a atuação das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”²⁰.

Vinculada a setores conservadores da Igreja Católica, as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” obtiveram grande adesão de mulheres, convocadas para convencer a população dos males provocados pelo comunismo, algo considerado iminente perante a propagação de discursos que invocavam esses riscos. A figura do sexo feminino transmitia a imagem da alma materna, responsável pelo esteio do lar organizado e refratária a situações que cindissem a família brasileira, a qual deveria ser o produto de uma sociedade pautada por valores dedicados à preservação da ordem social.

A organização desse movimento deu-se no intuito de responder a setores de dentro das próprias classes médias e populares que clamavam pelas reformas de base. O evento que ficou conhecido como “Comício da Central” ecoou de maneira barulhenta sobre setores conservadores. No dia 13 de março de 1964, com a participação de Jango, Leonel Brizola, deputado federal pelo Estado da Guanabara e ex-governador do Rio Grande do Sul, e Miguel Arraes, governador de Pernambuco, milhares de pessoas foram reunidas em comício na Estação de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em defesa dos ideais propugnados pelo governo – momento no qual o governo Goulart dava os seus últimos suspiros e buscava no alinhamento com a esquerda radical a sua sobrevivência.

Isolado, mas ainda dispondo de popularidade, o presidente João Goulart encaminhava-se para a política das ruas, dos comícios, das assembleias populares. Isso parecia comprovar a tese do autogolpe em gestação. Mas não podemos desprezar uma outra interpretação possível deste arriscado movimento: para um presidente sem trunfos para negociar com um Congresso arisco às reformas que exigissem reformas da Constituição de 1946 (mesmo as mais moderadas), perdendo apoio entre as elites empresariais e bombardeado pela imprensa, as ruas pareciam ser um sopro de vida. Aproximar-se da política das ruas significava aproximar-se dos movimentos e organizações de esquerda (NAPOLITANO, 2014, p. 50-51).

Diante das dificuldades de lograr as reformas de base, Jango foi incentivado pelos radicais de esquerda a conduzir as suas lutas diretamente ao povo, através de eventos de grande repercussão, pois a fragmentação existente no congresso nos estertores do governo depunha contra qualquer articulação que levasse adiante a sua batalha. Evidentemente essa

²⁰ As “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” foram ações orquestradas por segmentos católicos situados nas classes médias, bem como incentivados por políticos conservadores, elite empresarial e movimentos femininos. A intenção centrava-se em espalhar a ideia de que o governo Jango se vertia ao comunismo, cerceando as liberdades individuais e ignorando os valores cristãos tradicionais (CODATO; OLIVEIRA, 2004).

atitude de passar por cima do congresso suscitara ainda mais os desejos oposicionistas de impedimento de Goulart, além de alarmar os militares na adoção de medidas severas em relação ao presidente.

Em decorrência da situação conturbada vivenciada pelo país e pela atuação dos setores modernizantes conservadores, capitaneados principalmente pelo complexo IPES/IBAD, bem como a maneira pela qual foram produzidos efeitos de verdade sobre frações das classes médias e populares, no dia 31 de março de 1964, foi deflagrado o golpe militar no Brasil, com a deposição do presidente João Goulart. Uma articulação conservadora que se revelou uma resposta à crise de hegemonia do Estado brasileiro e expôs as fissuras existentes em seu contexto social, político, econômico e cultural.

Assim, em meio à insatisfação dos setores empresariais, militares, da Igreja Católica, da classe média e de parte da chamada “grande imprensa”, as tensões políticas atingiram um patamar de extrema gravidade no país, poucas vezes verificado em sua história. Esta pressão se elevou ainda mais pelo pronunciamento do presidente João Goulart no comício de 13 de março de 1964, na estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde anunciou que tomaria novas medidas para promover uma melhor distribuição de renda no país. Enquanto isso, a conspiração civil-militar aumentava de intensidade e ganhava mais adeptos, ou como assevera Dreifuss:

as classes dominantes, sob a liderança do bloco multinacional e associado empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas, através de uma série de instituições e organizações de classe, muitas das quais eram parte integrante do sistema político populista (1981, p. 483).

Jacó Gorender argumenta que:

O período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século [XX]. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse (2001, p.66-67).

Mas, se o momento que antecedeu ao Golpe pode ser caracterizado como extremamente tenso, logo após, seu início foi marcado como relativamente pacífico e sem grandes resistências e repressões. No entanto, com o transcorrer do tempo e das medidas

tomadas pelo Estado Militar, o cenário modificou-se e o clima tornou-se bastante repressivo. A classe média, que, inicialmente, apoiou o Golpe, a partir de 1965 começou a vê-lo com certa desconfiança, gerada por basicamente três fatores: a dificuldade econômica em função do aumento da inflação, a crise política devido à transformação das eleições diretas em indiretas e extinção de partidos e, por fim, a deterioração do ensino superior, cuja destinação de verba era cada vez mais escassa.

Em relação aos aspectos sociais, a ditadura privou os cidadãos do direito à liberdade; criou a figura do excedente tanto no ensino superior como no mercado de trabalho; ampliou as diferenças sociais, provocadas pelo dualismo educacional, uma vez que “apenas uma pequena minoria, filtrada no ensino secundário, ascenderá à universidade; e, para a grande maioria, ter-se-á de considerar a escola secundária como a sua formação final” (GERMANO, 2005, p.131).

Os reflexos da ditadura no campo social talvez tenham sido os mais sentidos, não por serem eles mais importantes, mas por serem mais visíveis e verificáveis no cotidiano da sociedade. Os cidadãos, privados de sua liberdade, podiam ter a qualquer momento suas casas invadidas, suas correspondências violadas, suas vidas investigadas. A censura estava presente, constantemente, na vida do cidadão: na música, na literatura, na imprensa.

Os estados de exceção surgem, segundo Poulantzas (1976), motivados pela crise de hegemonia no interior dos blocos no poder e em suas relações com as classes populares. Por meio de transformações radicais que não se executam linearmente ou por retoques sucessivos, adota-se um centralismo burocrático altamente hierarquizado, possuindo como características principais a supressão dos direitos políticos, eliminação do voto direto e utilização de técnicas repressivas, que incidem inclusive sobre alguns representantes dos blocos no poder.

Os interesses do capital multinacional e associado foram ameaçados (DREIFUSS, 1981), e a estratégia utilizada constituiu-se na denúncia de que os movimentos populares apoiadores das reformas de base continham arranjos subversivos. As elites não pouparam esforços para conter quaisquer possibilidades de sublevações populares e, para isso, incrementou o fomento de jogos de poder hierarquizados e regentes das relações pessoais e sociais, inclusive adotando táticas de convencimento sobre as classes médias e populares, de que a partir daquele momento se restituiria a ordem social e se marcharia a passos largos rumo ao desenvolvimento, com a inserção do Brasil ao patamar das grandes potências mundiais. Todas as classes estavam convidadas a participar da construção desse país, desde

que empenhadas em conservar a disciplina e expressar publicamente os seus sentimentos somente quando convocadas a corroborar com os ensejos do Estado.

O golpe que instaurou a ditadura em 1964 exprimiu uma heterogênea aliança, reunindo líderes políticos, empresariais e religiosos, civis e militares, elites sociais e segmentos populares.

O que cimentava esta frente disparatada?

O medo das reformas. Caso implementadas, haveria um outro modelo de desenvolvimento. Desapareceria o latifúndio e o domínio dos capitais estrangeiros. Reformas revolucionárias (REIS FILHO, 2014, p. 85).

Mas o Estado não é o senhor absoluto das ações. No interior das classes sociais surgem contestações que apelam para a modificação estrutural da sociedade. O Estado busca garantir a hegemonia do capital monopolista, porém encontra em seu seio a necessidade de também atender às reivindicações oriundas das lutas populares, as quais, por sua vez, estão inscritas em sua materialidade institucional, ou seja, o Estado detém uma autonomia relativa, diante das frações do bloco no poder, dialogando igualmente com as massas, o que é imprescindível para o aparelhamento dessa hegemonia (POULANTZAS, 1985).

A despeito de o regime militar ter-se caracterizado como uma ditadura que atendesse às aspirações contidas em sua articulação com setores da sociedade civil pertencentes às classes dominantes, os seus primeiros anos marcaram-se pela reflexão, por parte de alguns segmentos da sociedade, de que a tão propalada revolução não passara de um engodo para restabelecer a hegemonia das elites impedindo os clamores das massas populares acerca das reformas que vinham sendo gestadas durante o governo Jango.

O próximo tópico discute o período que compreende o início do governo militar, quando ainda se observavam focos de resistência não totalmente intimidados pelos mecanismos repressivos adotados pelo Estado, até o endurecimento do regime, apresentando como ponto culminante a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968.

3- Do regime militar ao golpe dentro do golpe

No entendimento de Alves (1989), durante o governo Jango, houve uma organização de movimentos populares que adquiriram certa consciência e passaram a reivindicar melhorias no quadro político e social. O golpe militar derivou da premência de frear as manifestações “subversivas” alaistradas pelas grandes cidades do país, por meio de mecanismos repressivos que se davam em nome da tranquilidade e da harmonia social.

Retomar esse caminho representava não se furtar à utilização de ações violentas contra segmentos da população antagônicos ao regime militar.

Porém, mesmo assim, ocorreram brechas para a eclosão de contestações. Do ano de 1964 ao ano de 1968, observaram-se ações que afrontavam as aspirações de ordem imersas no ideário governamental e dos setores hegemônicos que alçaram regime militar ao comando do país. As greves operárias de Osasco e de Contagem, em 1968, bem como as mobilizações estudantis e de grupos católicos são exemplos de como essas resistências reverberavam no corpo social.

A própria cúpula militar também se encontrava dividida quanto ao período de sua permanência no governo. Instalou-se o embate entre duas correntes, a sorbonista/castelista²¹, de tendência mais flexível, que pregava o retorno dos civis à presidência, após breve transição e restabelecimento da ordem social, e a corrente de linha dura, caracterizada pelo anseio da presença mais duradoura no governo e de uma posição firme para a contenção de quaisquer movimentos que atentassem contra o modelo de regime imposto.

Nesse ambiente de tensões, o regime militar buscava espalhar o ideário de que ele seria a alternativa de combate aos verdadeiros inimigos da nação, isto é, aqueles que almejavam implantar atos “subversivos” em território brasileiro. Em seus discursos, o governo realçava a sua predisposição democrática, condizente com os valores do mundo capitalista ocidental e contrário às diretrizes ditatoriais do sistema soviético. Dedicava-se atenção especial a Cuba, devido à sua proximidade com o Brasil, utilizada como exemplo do insucesso proveniente das repúblicas socialistas autoritárias, bem como para alertar que ações revolucionárias semelhantes não seriam toleradas por aqui.

No intuito de lograr as suas expectativas, o regime militar passou a lançar mão de atos institucionais, os quais consistiam em incorporar dispositivos não previstos na Constituição brasileira, mas tomando o cuidado de enfatizar que as decisões respeitavam os princípios constitucionais, modificando-os apenas na esfera do poder executivo.

Assim foi que, para justificar à nação a necessidade de se extirparem quaisquer traços comunistas, o Ato Institucional nº 1 (AI-1) celebrou a garantia de amplos poderes ao Presidente da República, ao mesmo tempo em que enfatizou que a “revolução” objetivava defender a normalidade constitucional, ao manter o Congresso Nacional em funcionamento, porém, com as suas devidas reservas de atuação.

²¹ A denominação deriva do fato de os integrantes dessa corrente terem vínculos com a ESG (Castelo Branco era a referência), que, pelo seu padrão e excelência na formação de intelectuais, era comparada à Universidade de Sorbonne. A ESG oferecia cursos a membros da elite militar e civil Cf. SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Tradução de Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional (BRASIL, 1964).

“Revolução vitoriosa”. Com essa entonação, o regime militar difundiu os motivos para que os homens de farda finalmente, após vários ensaios ocorridos após 1945, assumissem o comando do país, dotados das condições suficientes de controle sobre o Congresso Nacional. Foi o Congresso que, por esmagadora maioria de votos, afiançou o governo militar, elegendo o general Humberto de Alencar Castelo Branco, para a Presidência da república em 11 de abril de 1964.

O veloz processo eleitoral de Castelo Branco fazia parte das prerrogativas do AI-1. As forças armadas cuidaram de ceifar os entraves provocados pelas resistências oposicionistas observadas, sobretudo, durante os governos de Quadros e Jango. Ao Congresso Nacional cabia o papel secundário de referendar as decisões do executivo, uma vez que se estabelecia a dúbia explanação do AI-1, já que concomitantemente previa a continuidade da Constituição democrática de 1946, porém com a destinação de plenos poderes ao presidente.

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato.

Art. 2º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois (2) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º - Se não for obtido o *quorum* na primeira votação, outra realizar-se-á no mesmo dia, sendo considerado eleito quem obtiver maioria simples de votos; no caso de empate, prosseguir-se-á na votação até que um dos candidatos obtenha essa maioria.

§ 2º - Para a eleição regulada neste artigo, não haverá inelegibilidades.

Art. 3º - O Presidente da República poderá remeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição.

Parágrafo único - Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento, em duas sessões, com o intervalo máximo de dez (10) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem, em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso.

Art. 4º - O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados.

Parágrafo único - O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça, em trinta (30) dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

Art. 5º - Caberá, privativamente, ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública; não serão admitidas, a esses projetos, em qualquer das Casas do Congresso Nacional, emendas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (BRASIL, 1964).

Valendo-se do AI-1, a equipe econômica de Castelo Branco logo tratou de adotar políticas de controle da inflação, redução do déficit público e da defasagem da balança de pagamentos, renegociação da dívida externa e intervenção na política salarial. Isso exigia também a recorrência a empréstimos internacionais, a fim de suprir as demandas imediatas de infraestrutura das quais o país precisava.

O Brasil, entretanto, vinha sendo olhado com desconfiança por órgãos de financiamento mundiais, uma vez que as políticas implantadas após 1950 claudicavam em seguir a cartilha ortodoxa imposta especialmente pelo FMI, devido ao seu caráter de impopularidade. Sem dúvida, um fato que provocaria repúdio no Congresso Nacional, fosse nas hostes oposicionistas, fosse nos setores vinculados ao nacionalismo radical. Porém a situação agora apresentava-se diferente. Num governo ditatorial não havia espaços para os extremismos de esquerda e de nacionalistas combatentes do imperialismo americano.

O golpe de 1964 modelara-se como uma articulação civil-militar de vertente direitista e, assim, foi saudado com entusiasmo pelos Estados Unidos (mesmo que

extraoficialmente)²². Daí, como acreditava o general Golbery do Couto e Silva, a aproximação com os americanos seria inevitável, afinal, o Brasil era uma nação importantíssima na América do Sul, e o afastamento de Jango representava eliminar os riscos atinentes a uma revolução socialista no continente (ALVES, 1989).

No entendimento das forças armadas, a recondução do país à ordem social, passaria por ações austeras, de exceção, no intuito de coibir quaisquer movimentos que atentassem contra a ordem social. Sob tal ideário, ocorrera o golpe militar. No entanto, se este obtivera a adesão de muitos membros da alta hierarquia das forças armadas, a forma como se concretizaria tornava-se ponto de embate entre os sorbonistas/castelistas e os componentes de linha dura.

Castelo Branco havia chegado à presidência, convencido de que a legalidade significava caminhar pela normalidade institucional. Para ele, Jango não mais oferecia condições de governar o país dentro dos princípios democráticos e livre dos temores de uma guinada bolchevique. Mas, igualmente, Castelo Branco era um militar dado ao respeito à constituição e, sendo assim, a presença dos generais no comando da nação não deveria ser mais do que um período de transição.

Vencida essa etapa, Castelo Branco desejava entregar a presidência a um civil vinculado à UDN, de perfil moderado, através da realização de eleições. Era justamente ancorados nos temores da quebra do controle social, que os militares de linha dura pressionavam Castelo Branco na tomada de posições mais agressivas. A vitória dos candidatos a governador nas eleições de outubro de 1965 Israel Pinheiro e Francisco Negrão de Lima, respectivamente nos Estados de Minas Gerais e da Guanabara²³, contra as indicações udenistas do governo, serviu como sinal de alerta do que poderia ocasionar o voto direto. O Ato Institucional nº 3 (AI-3) determinou, então, em seu artigo primeiro, eleições indiretas para o governo dos Estados. “A eleição de Governador e Vice-Governador dos Estados far-se-

²²Fico (2008) expõe alguns exemplos da intervenção norte americana no Brasil, revelando como a “Aliança para o Progresso” (a qual se constituiu num programa de ajuda aos países latinos americanos e que foi gestada em 1960, na presidência de John Kennedy) atuou no sentido de distanciar-se do governo Jango. Buscando evitar confrontos públicos, foram destinados recursos diretamente a Estados da federação dirigidos por políticos identificados com a causa anticomunista, à revelia do poder central. Especificamente em relação ao golpe militar, desde o final de 1963 foi arquitetado um plano de contingência contra eventuais cenários que contrariassem aos interesses dos Estados Unidos, o que deveria ser tratado de forma secreta. O apoio só se constituiria de forma aberta caso fosse preciso lançar mão de uma força-tarefa naval, a qual se denominaria “Operação *Brother Sam*” a fim de responder a quaisquer intervenções da União Soviética ou de Cuba, o que para Fico era uma perspectiva improvável, mas “poderia servir de desculpa no caso de um conflito prolongado, porque alegações de algum tipo de interferência cubana, por exemplo, sempre poderiam ser usadas” (p. 93).

²³O Estado da Guanabara foi criado no ano de 1960, pela Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, correspondendo aos limites geográficos da cidade do Rio de Janeiro. Tal episódio decorreu da mudança da capital federal deste município para Brasília. Em março de 1975, houve a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, deixando o primeiro oficialmente de existir.

á pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, em sessão pública e votação nominal” (BRASIL, 1966).

Enfim, existiam campos de tensões imbricados dentro da própria cúpula do regime militar, bem como se exigiam atitudes de maior controle sobre movimentações que brotavam no corpo social. Medidas como a cassação dos direitos individuais, controle sobre o Congresso Nacional, inelegibilidade de pessoas que representassem perigo aos ideais da “revolução”, censura prévia à mídia, limitação econômica dos Estados, nomeação de governadores e prefeitos de capitais, foram adotadas no sentido de garantir a governabilidade.

Nesse interregno, em março de 1967 houve a eleição de um novo presidente militar, sendo Castelo Branco substituído por Arthur da Costa e Silva, um representante da corrente de linha dura que comandou um governo marcado por contestações. O golpe que se constituía no desejo das elites, abalizando seus interesses políticos, econômicos e sociais, através da intervenção do complexo IPES/IBAD, não mais obtinha consenso de setores das classes dominantes e de políticos que o tinham apoiado, que olhavam com suspeita as aspirações ditatoriais dos militares de perpetuação no poder. Desse modo, vários de seus integrantes não mais afixavam as forças armadas no comando da nação, além do que os Estados Unidos cuidaram de ser cautelosos ante as evidências de tortura de presos políticos e dos expurgos de políticos desalinhados com o regime militar.

Ademais, boa parte da classe média, que fora um dos sustentáculos para a derrubada de João Goulart, observava com reticência as ações repressivas adotadas pelo governo militar, num país envolto pela decretação de Atos Institucionais responsáveis por conferir maiores poderes ao executivo e que mais tarde foram incorporados pela Constituição de 1967.

Os desmandos repressivos do regime militar começaram a gerar protestos na população, tendo como exemplo o assassinato do estudante secundarista Edson Luís pela polícia militar, em represália a uma manifestação na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1968.

A morte do jovem estudante foi o estopim que fez explodir as tensões com os estudantes mobilizados contra o regime havia dois anos, assim como comoveu boa parte da classe média. A história do menino que veio do Pará para estudar no Rio de Janeiro mexeu até com os empedernidos conservadores e anticomunistas. Mais de 60 mil pessoas foram ao seu enterro e a missa de sétimo dia se transformou em uma batalha campal entre estudantes e tropa de choque carioca (NAPOLITANO, 2014, p. 89).

Outro caso importante adveio do discurso proferido pelo deputado federal Márcio Moreira Alves em 2 de setembro de 1968, até certo ponto desprezioso quanto às suas repercussões, durante uma sessão “pinga fogo” (de pequeno expediente) da Câmara. Alves defendia o boicote ao Dia da Independência pelas famílias brasileiras, além de sugerir uma recusa amorosa às namoradas dos cadetes e jovens oficiais, por conta de suas cumplicidades com os atos repressivos do governo. O motivo da indignação de Alves dava-se em decorrência da invasão da Universidade de Brasília (UnB), dias antes, por tropas militares. O discurso foi considerado uma afronta aos militares, que rapidamente solicitaram a cassação de Moreira Alves junto à Câmara dos Deputados.

Porém a Constituição de 1967 oferecia garantias à autonomia do poder legislativo e, em seu artigo de número 34 dispunha que deputados e senadores eram invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, dizendo em seu parágrafo primeiro que para serem processados criminalmente, a Câmara ou o Senado, de acordo com o mandato do parlamentar, teriam que conceder prévia licença.

Isso era tratado com um misto de desconfiança e de cautela por parte dos chefes militares, mas, mesmo assim, o governo acreditava que a sua base de apoio no partido da situação, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), referendasse as suas ações, evitando-se a adoção de medidas mais austeras.

O governo esperava a cassação de Alves. Apresentando-se um clima tenso na Câmara dos Deputados, perante manobras do executivo favoráveis à concessão de licença para a abertura de processo contra o deputado, os parlamentares, no entanto, inclusive alguns da ARENA, responderam contrariamente às expectativas das forças armadas, respaldados pela garantia de imunidade contida na Constituição de 1967.

Como represália a esta iniciativa e, talvez muito mais o discurso de Alves servindo de pretexto para se exacerbar a ditadura no país, no dia 13 de dezembro de 1968, uma sexta-feira, um dia após a sessão que evitou o processo contra o deputado, foi baixado o AI-5, criando-se artifícios que asseveravam o controle sobre os parlamentares.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República [...].

Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição [...].

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na

Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais [...].

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares;

c) domicílio determinado,

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário (BRASIL, 1968).

Com efeito, assumir posturas para garantir a hegemonia da ditadura militar passava pela intensificação dos métodos coercitivos e, ante o horizonte instável que reinava no país, o endurecimento do regime já vinha sendo gestado no interior das forças armadas. O ano de 1968 constituiu-se num divisor de águas diante das efervescências políticas e sociais ocorridas desde o período anterior ao golpe, que culminaram em conturbações que careciam de uma ação mais rigorosa do Estado.

Reportando a Poulantzas (1985), o Estado necessitava condensar as relações de força que estavam inseridas em seu seio, pois o poder não se circunscrevia a ele, tampouco escapava das mediações das lutas econômicas, políticas e ideológicas travadas em seu interior. Tratava-se de relações de produção, em que as lutas de classes detinham a primazia sobre o Estado.

O que o regime militar procurava garantir era a eliminação de contradições que porventura pudessem desaguar em maiores consequências para a manutenção da governabilidade. Segundo Dreifuss (1981), a estratégia para a eclosão do golpe militar constituiu-se na difusão de discursos de que ele fora dado em nome do povo.

Então, quando se corria o risco de que as camadas médias e baixas da população fossem convencidas do contrário, medidas teriam que ser tomadas no intuito de se evitarem quaisquer contingências que quebrassem a ordem social. Poulantzas (1976), ao abordar a necessidade dos Estados ditatoriais de preservar a sua hegemonia, contribui para esclarecer essa questão.

Privado da base de massa, o regime não pode se permitir, diante do aumento das lutas populares, uma depuração concentrada que provocaria a total desorganização do Estado e apresentaria o risco de colocar em causa o próprio sistema capitalista (POULANTZAS, 1976, p. 95).

Os fatores que redundaram na promulgação do AI-5 nasceram do acirramento dos confrontos sociais, fruto das relações de produção que ocorriam no contexto da sociedade. Ou seja, deveria haver maior controle sobre os cidadãos e sobre as instituições, todavia as dinâmicas incrustadas no cerne do Estado também deveriam obedecer a uma lógica de fabricação de práticas discursivas que afixassem o caráter “democrático” que motivara o golpe de 1964, bem como conferir credibilidade ao regime militar.

Colocar em causa o sistema capitalista significa também adotar medidas de convencimento, o que leva a supor que o sistema educacional certamente estaria presente nas prioridades do regime militar. Nesse sentido, Germano (2005) destaca que, na área da educação, partindo de pressupostos discutidos no país desde a década de 1940, os militares apressaram-se em implantar a Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), na qual, dentre outras coisas, atenderam a reivindicações acerca da eliminação do sistema de cátedras, da introdução à organização departamental e do incentivo à pós-graduação. A estratégia do regime militar com a Reforma Universitária consistia em abafar os movimentos estudantis, que, como se mencionou anteriormente, constituíram um pilar de resistência ao governo militar.

É preciso evidenciar que o acolhimento a clamores há muito requisitados buscava esconder os vestígios autoritários da Reforma Universitária, uma vez que os anseios referentes à autonomia ficaram ao largo das discussões, em favor de um panorama que alimentava a desmobilização dos estudantes e a instalação da ordem e da disciplina. Nesse sentido, a reforma:

[...] propunha uma mudança no processo de escolha dos dirigentes universitários, excluindo a participação dos seus próprios pares e centralizando o poder de decisão nas mãos do Presidente da República. Com isso, seriam mantidos os princípios de fidelidade e de responsabilidade diretamente vinculados à autoridade máxima do país. Tratava-se de “quebrar” qualquer resquício de autonomia, transformando os reitores e diretores de unidades universitárias em meros delegados da “revolução” (GERMANO, 2005, p. 127-128).

A Educação Física e os esportes, por seu turno, igualmente navegavam nesse cenário de endurecimento do regime, crivado de instabilidades políticas e sociais, no âmbito

das contendas instaladas em nível doméstico, como também nas conjecturas internacionais da Guerra Fria.

Em princípio, concordando com Oliveira (2001), incursionar por esse campo de investigação parece não ser tarefa fácil, visto que historiografia brasileira não oferece aportes teóricos consistentes para responder a tais indagações. Assim, entendo que o caminho a ser percorrido seja coerente ao de Oliveira, recorrendo às fontes primárias, que no caso do autor foram encontradas na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos²⁴, bem como foco em outra fonte primária, a legislação brasileira referente à Educação Física, apresentada no quadro 2, da qual lancei mão ao longo deste trabalho, a fim de contribuir na análise da área de conhecimento no período do regime militar.

Quadro 2 – Legislação brasileira referente à Educação Física desde o Governo Constitucional de Getúlio Vargas até o período em que perdurou o regime militar.

Instrumento	Descrição
Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.	Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. <i>Esta lei criou, no âmbito do Departamento Nacional de Educação, a Divisão de Educação Física (DEF).</i>
Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941.	Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.
Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969.	Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências.
Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970.	Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. <i>Neste decreto, é criado o Departamento de Educação Física e Desportos (DED), em substituição ao DEF.</i>
Decreto nº 69.450, de 1 de novembro de 1971.	Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências.
Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975.	Política Nacional de Educação Física e Desporto. Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED).
Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977.	Regulamenta a Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre os desportos e dá outras providências.
Decreto nº 81.454, de 17 de março de 1978.	Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. <i>Este decreto criou como um dos órgãos centrais de direção superior a Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED), em substituição ao DED</i>
Portaria nº 522, de 1 de setembro de 1981.	Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED). <i>Esta portaria criou, dentro da estrutura administrativa da SEED, a Subsecretaria de Esporte para Todos (SUEPT).</i>

²⁴ Este periódico passou por várias denominações ao longo de sua trajetória, Boletim Técnico Informativo (n^{os} 1 a 8), Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva (n^{os} 9 e 10), Revista Brasileira de Educação Física (n^{os} 11 a 24) e Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (n^{os} 25 a 53). Para efeito de homogeneização, utilizo a última denominação, sob a sigla RBEFD, no intuito de me referir a ele.

Fonte: elaboração própria.

Com efeito, na RBEFD o tenente-coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira, diretor da Divisão de Educação Física (DEF) – órgão vinculado ao MEC –, pode-nos contar a respeito da versão oficial que transitava na Educação Física brasileira. Na condição de paraninfo de uma turma de formandos do ano de 1969 da Escola de Educação Física de Bauru, Ferreira (1969b) alertava sobre os riscos de se sucumbir a tendências perigosas que tinham o potencial de assolar a juventude de nosso país.

Não importa que o Brasil tenha sido descoberto há mais de quatro séculos. O que importa é que os brasileiros como vós o descubram também. Temos que conquistá-lo com o nosso esforço e com o nosso patriotismo, enfrentando os novos invasores travestidos de missionários das idéias novas, mas na verdade missionários de ideologias perniciosas que pretendem inocular o espírito desavisado de nossa juventude para fragmentar a unidade nacional e corroê-la de dentro para fora (p. 11).

O recado de Ferreira era claro, não somente aos formandos, mas igualmente aos familiares, aos professores e aos demais membros da plateia que o via. Estava nítido que os homens da Educação Física ligados aos escalões governamentais abominavam inclinações “subversivas” e comunistas que, a qualquer momento, poderiam disseminar-se na sociedade.

Compreendo que o papel da Educação Física nos ideais “revolucionários” vinha sendo formulado desde o golpe de 1964, não se tratando de um discurso isolado de Ferreira, mas compondo as tessituras inscritas no cenário da ditadura militar. Digo isso, porque Ferreira tinha a consciência de que o ambiente universitário abrigava multiplicidades capazes de mediar as disputas em torno da hegemonia do regime militar.

A pressa do governo em aprovar a Reforma Universitária denunciava essa questão. Germano (2005) afirma que um dos estratagemas de desmobilização estudantil, especialmente no contexto universitário, foi justamente fomentar grupos de estudantes favoráveis à ditadura para o enfrentamento aos grupos oposicionistas.

A fala do tenente-coronel Ferreira desvela, então, que muito mais que se dirigir aos formandos, havia a necessidade de se criar uma aura em prol do ideário da “revolução”, convocando a todos para a empreitada. “Bem sei que sereis missionários, bandeirantes, catequistas dessa importante prática educativa, componente fundamental da Educação Hodierna” (FERREIRA, 1969b, p. 11).

Segundo Poulantzas (1985), as conjunturas políticas e ideológicas permeiam as relações e a produção. Desse modo, percebo que o regime militar se atentava às

movimentações presentes no seio da sociedade, não se iludindo que as determinações advindas do alto, por si só, conseguiriam modelar a população. Era preciso ir além, cooptando o maior contingente possível de indivíduos afeitos à sua ideologia, urgindo que a Educação Física se alinhasse à mentalidade ufanista de construção da nação desenvolvida, da potência mundial.

Combate-se a malquêrência, a malediscência, a crítica destrutiva, que dividem, que desunem e obstam aos nossos esforços em ajudar o nosso atual governo a construir uma grande Nação, mais forte, mais acatada e acreditada no conceito das demais Nações. O BRASIL GRANDE (FERREIRA, 1969b, p. 14).

Ferreira prosseguia em sua oratória, ressaltando com eloquência que a adesão dos futuros profissionais seria imprescindível, no sentido de se difundirem as diretrizes de imanência entre a Educação Física e as políticas governamentais. Para isso, ao professor teria que ser forjada a sua linha de pensamento e ele, simultaneamente a forjaria sobre os seus alunos.

Quer se dar ao professor de Educação Física a convicção de que ele, por força da profissão, é um condutor de jovens, um líder e não pode aceitar ser conduzido por minorias ativas que intimidam, que ameaçam e, às vezes, conseguem, pelo constrangimento, conduzir a maioria acomodada, pacífica e ordeira (FERREIRA, 1969b, p. 14).

Assim, os rumos da Educação Física perpassavam pela consolidação das estratégias nas quais ela se atrelaria às orientações oficiais. No entanto, no que se refere ao objeto deste trabalho, que é investigar a difusão do esporte de massa no contexto brasileiro, havia apenas incipientes estratégias sobre esse aspecto.

O ano em que Ferreira proferiu a sua palestra, 1969, já demonstrava, no cenário internacional, fortes indícios, como se verá adiante, de alastramento do esporte de massa. No Brasil, precisava-se criar uma nova legislação que versasse sobre o esporte, e essa preocupação existia, pois o que o regia era o Decreto 3.199, de 1941, norteado basicamente para o esporte de alto rendimento. Destarte, Ferreira aludia às possibilidades do Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, no que se refere à participação da população.

O convênio entre a DEF e o Instituto do Planejamento Econômico Social (IPEA) do Ministério do Planejamento e Coordenação-Geral para o levantamento das atuais condições da Educação Física, Desportiva e Recreativa em todo o território nacional, o qual servirá de diagnóstico e base

para a elaboração de planos que efetivem a citada política nacional de Educação Física e tornem a melhoria de estado físico dos nossos patrícios numa realidade, está em pleno andamento (p. 13).

Edificavam-se os primeiros passos para que o esporte de massa se inserisse no horizonte das perspectivas do regime militar. Conjuntamente, o discurso de Ferreira traduz as inquietações sobre possíveis infiltrações na área da Educação Física de ideologias apartadas dos desejos do governo.

Este tópico buscou expor as características que se fizeram presentes na fase inicial da ditadura militar, alicerçando os campos de diálogos travados com a Educação Física e os vestígios que nasciam referentes ao esporte de massa. A seguir, percorro as dinâmicas encetadas na etapa em que se consumou a linha dura do regime, procurando, igualmente, observar como se apresentaram as diversas interlocuções.

4- O endurecimento do regime militar: governo Médici

Ao mesmo tempo em que o AI-5 engendrou as possibilidades de se incrementar o foco repressivo sobre aqueles que, de alguma maneira, eram considerados inimigos da “revolução”, o Brasil passou a viver um momento caracterizado por sensível prosperidade econômica, sustentada por índices de crescimento de mais de dez por cento ao ano, o que o tornava a nação com melhores resultados dentre os países do terceiro mundo.

Os chamados anos de chumbo, que vão da decretação do AI-5 ao final do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), foram permeados por uma atuação repressiva intensa contra os movimentos de esquerda, em contraste com o horizonte de euforia gerado sobre a população acerca do avanço econômico brasileiro. Desenhou-se um quadro, portanto, interposto por situações conflitantes.

Médici alcançara a presidência em outubro de 1969, em virtude da interrupção do mandato de Costa e Silva, vítima de derrame cerebral (viria a falecer em 17 de dezembro de 1969). De início, Médici não pretendia se lançar como candidato à sucessão, mas foi convencido por seus colegas de farda, por se tratar de uma figura de consenso dentro dos círculos militares.

A Constituição de 1967 previa que, em caso de impedimento do presidente, assumiria o vice. O nome em questão era de Pedro Aleixo, um civil pertencente ao partido do governo, a ARENA, e alçado das fileiras da UDN. Não era intenção, porém, do Alto Comando das Forças Armadas, entregar o governo a um civil. Aleixo era um homem calhado

ao liberalismo, que se colocou em posição contrária à promulgação do AI-5 e, portanto, não contava com a simpatia dos militares de linha dura.

Diante do imprevisto afastamento de Costa e Silva, qual deveria ser então, a atitude dos militares, para driblar a constituição e bloquear a posse de Aleixo? Evidentemente, elaborar um novo Ato Institucional, o de número 12 (AI-12), o qual determinava em seu artigo primeiro que:

Enquanto durar o impedimento temporário do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, por motivo de saúde, as suas funções serão exercidas pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar nos termos dos Atos Institucionais e Complementares, bem como da Constituição de 24 de janeiro de 1967 (BRASIL, 1969b).

No entanto, antes mesmo de confirmada a morte de Costa e Silva, Médici já havia assumido a presidência. Foi breve o período que transcorreu entre a promulgação do AI-12, em 1º de setembro de 1969, e a posse, em 30 de outubro de 1969. O exemplo explana que as forças armadas não sinalizavam para quaisquer cerimônias em atropelar a Constituição, modificando-a de acordo com os seus interesses, através da promulgação de atos institucionais. Porém isso desagradava a setores que haviam participado da articulação civil-militar responsável pelo golpe de 1964.

A crise de hegemonia gerada a partir de rupturas do bloco no poder provocou o endurecimento do regime e determinou novas relações de poder espalhadas no corpo social. A base de apoio civil que levou as forças armadas ao comando da nação apresentava-se fragmentada, diante das próprias divergências situadas no aparato militar.

A forma mais incisiva que o regime militar adotou para aplainar as tensões foi a decretação do AI-5, estabelecendo as prerrogativas para o domínio do executivo sobre o legislativo e o judiciário, buscando conferir a hegemonia do regime militar, no sentido de obter o controle absoluto sobre os segmentos da sociedade. Todavia, não quer dizer que existia uma passividade absoluta das instâncias ideológicas inscritas nos conflitos sociais. Eles se ramificavam nos interstícios da sociedade, e setores das classes dominantes e das classes médias que respaldaram o golpe, desconfiados das boas intenções “democráticas” do governo, bem como as classes populares, perante as discrepâncias sociais, não ficariam calados por muito tempo, ainda que considerada a difusão dos atos de repressão.

A prevalência da corrente de linha dura contemplou o momento histórico, em que ela interpretou ser preciso neutralizar os movimentos de resistência, inclusive em círculos das classes dominantes que haviam-lhe atribuído apoio. O Estado adotou ações repressivas, mas

com a cautela de que elas não soassem como medidas autoritárias perante a sociedade. Assim, o AI-5 procurou garantir a sua credibilidade justamente por intermédio de uma redação norteada pela defesa da democracia, combate à subversão e ataque a ideologias perniciosas que atentassem contra as tradições da nação.

Conquanto o aparato discursivo estivesse voltado para o convencimento da nobreza dos “ideais revolucionários”, o cenário criado por meio da concentração de poderes no executivo instalou os ardis para o enfrentamento de grupos opositores, principalmente as guerrilhas armadas que se formaram nas áreas urbanas e no campo, cuidando-se para que tudo transparecesse dentro dos limites da legalidade e da democracia.

Não é somente pela repressão que são estabelecidos os controles sobre os corpos bem como sobre as massas. Devem-se fomentar condições para que se gerem positivities e estas estejam no interior de engrenagens que amenizem as lutas de classes, as quais, por sua vez, compõem as tessituras responsáveis por definir a ossatura do Estado. O Estado é portador de uma autonomia relativa, assumindo estratégias de persuasão e condensando as relações de poder que se entrecruzam em suas entranhas (POULANTZAS, 1985).

Mesmo no período mais repressivo da ditadura militar, com a consolidação da corrente de linha dura, o Estado tinha que se adequar aos interesses presentes no seio da sociedade, o que leva em conta a manutenção da hegemonia das classes dominantes. Porém, para que esses interesses fossem preservados, era necessário que as mediações das relações de força passassem pelas decisões do Estado, que tinha que alinhar os interesses dominantes às reivindicações de melhoria das condições de vida das classes médias e baixas.

A princípio, essa situação pareceu encaminhar-se de forma tranquila. Durante o governo Médici, a corrente de linha dura beneficiou-se de um panorama econômico favorável, alicerçado nos efeitos do “milagre econômico”²⁵, para sustentar-se no comando da nação e lograr a sua hegemonia nas forças armadas até meados da década de 1970. Boa parte das classes dominantes e das classes médias via-se envolvida pelo clima de otimismo que propagandeava os louvores da “Revolução de 1964”, no que se refere ao restabelecimento da ordem social e ao crescimento do Brasil.

Diante desse quadro, foi implantada a Lei nº 5.692/71, relativa à reforma da educação de 1º e 2º graus. Tratava-se de um período em que, diferentemente da Reforma

²⁵De 1968 a 1974, o produto interno bruto brasileiro alcançou anualmente a média de 10,9%, a uma taxa de inflação de cerca de 17% ao ano, aliado também ao significativo aumento das reservas cambiais. Foi um período de euforia comemorado pelas classes altas e médias, que viram seu poder de compra aumentar, sobretudo por conta do consumo de bens duráveis. O entusiasmo causado nesses setores gerou o denominado “milagre econômico”. Cf. SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Tradução de Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Universitária, havia poucas resistências, uma vez que as lideranças estudantis e os intelectuais de esquerda eram vítimas de forte repressão, e os resultados do “milagre econômico” alimentavam o sucesso do regime militar sobre vários segmentos da sociedade.

A referida lei estendia a escolaridade obrigatória a todo o 1º grau, além de generalizar o ensino profissionalizante para o 2º grau, que assumia o caráter terminal e deixava de ser propedêutico para o acesso à universidade. Segundo Germano (2005), a estratégia do regime militar consistia em transformar a educação numa plataforma para a conquista do Brasil Grande, contudo constituiu-se num modelo que acentuou ainda mais as desigualdades sociais, ao focar prioritariamente o quesito quantitativo, deixando de lado a qualidade.

As metas do regime militar eram ambiciosas, vislumbrando, no espaço de uma geração, alçar o Brasil à categoria das nações desenvolvidas. Através disso, foi elaborado o Primeiro Plano Setorial de Educação e Cultura (I PSEC), intimamente atrelado aos anseios do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), em que ambos os documentos estipulavam as suas vigências para o período compreendido entre os anos de 1972 e 1974.

Nesse sentido, o I PSEC tinha o objetivo de atacar o alto índice de analfabetismo que existia no país, além de se atentar para o ensino primário, o ensino médio, o ensino superior²⁶, e os principais problemas observados nessas instâncias concentravam-se nos baixos salários e na má preparação dos professores, na carência de vagas e de matrículas, na evasão e reprovação escolar e na precariedade na infraestrutura. Previa o foco também na educação permanente, como forma de valorizar os recursos humanos, por meio de programas não formais.

As políticas educacionais direcionavam-se ao fomento da “teoria do capital humano”, isto é, a educação tornava-se a mola propulsora do desenvolvimento econômico, ancorada na ideia de que ela deveria estar inextrincavelmente alicerçada aos padrões de produtividade pretendidos pelo regime militar (GERMANO, 2005).

Entendo que essas questões se incorporavam à própria mentalidade que percorria um país caracterizado por altos índices de crescimento, engendrando-se a expectativa de que se elevasse ao topo das potências mundiais. O campo educacional passava a ser alardeado como alternativa para a ascensão social e dele emanariam as chances de sucesso, sobretudo

²⁶A autoria do I PSEC é de Confúcio Pamplona, coronel que à época era Secretário-Geral do MEC. Embora a sua vigência fosse compreendida entre os anos de 1972 e 1974, o documento somente foi editado em agosto de 1973. Quando em sua primeira parte alude ao PND, nota-se que a denominação dos níveis de ensino remete ainda à nomenclatura da Lei nº 4.024/61. Somente na segunda parte do documento é que a denominação dos níveis de ensino está de acordo com a Lei nº 5.692/71, quais sejam, 1º grau, 2º grau e ensino superior.

para as camadas populares e médias da população, que viam as suas oportunidades de consumo ampliadas. Desse modo, o I PSEC enxergava a educação como o caminho para lograr os novos tempos que se agouravam para o Brasil.

“[...] a aceleração da revolução na educação brasileira deve ser fundamentada na formação de uma adequada estrutura de recursos humanos, condizente com as necessidades socio-econômicas, políticas e culturais e no incremento da rentabilidade, produtividade e eficiência do sistema educacional” (PAMPLONA, 1973, p. 19).

A educação como investimento era a expressão-chave, dentro de um cenário ufanista propiciado pelo “milagre econômico”. Rentabilidade, produtividade e eficiência compunham o viés a ser seguido numa nação que crescia e convidava os seus cidadãos a se aventurar na guinada rumo ao desenvolvimento.

Por sua vez, a Educação Física não poderia ficar de fora desse processo, buscando despertar uma nova consciência esportiva no país, através da “Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo”, a qual conclamava o professor a participar na melhoria das condições físicas da população e colocar o Brasil no patamar das nações desenvolvidas no âmbito da Educação Física. Para tanto, as verbas adviriam da loteria esportiva, instituída por meio do Decreto-Lei nº 594/69, garantindo trinta por cento da renda líquida obtida para programas de Educação Física e atividades esportivas.

A evolução que empolgou todos os setores da atividade humana também chegou à Educação Física e os países mais desenvolvidos destinaram recursos consideráveis para o setor; carentes destes, víamos o aumento vertiginoso da distância que nos separa de tais nações, sem que pudéssemos fazer qualquer coisa de produtivo, exceto o já registrado esforço de uns poucos que, outros méritos não tivessem, pelo menos não permitiram a anulação total do trabalho.

E veio a Loteria Esportiva. E com ela, a reestruturação da Educação Física brasileira.

Mas não podíamos partir para uma reestruturação atabalhoadamente – agora que os recursos existiam, mister se fazia o correto equacionamento dos nossos problemas, de modo que pudéssemos agir de maneira altamente positiva; é que os novos recursos, tidos e havidos como fabulosos e que, se examinados à luz do passado, poderiam assim ser considerados, não eram ainda suficientes para que pudéssemos pretender vencer de um só fôlego o fosso que nos colocava atrás de países que começaram primeiro (MARQUES, 1972, p. 4).

Marques enfatizava que o marco para a virada da Educação Física brasileira ocorreu com o Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, pois, através de suas

constatações, é que se possibilitou a criação do Departamento de Educação Física e Desportos (DED)²⁷, em substituição à antiga DEF.

Essas situações fomentaram a elaboração do Plano de Educação Física e Desportos (PED 1971/1974), bem como estabeleceu a versão do documento “Eu sou o DED”, os quais ampliavam o papel da Educação Física, para aproximá-la dos parâmetros que vinham acontecendo nos países desenvolvidos.

Nesse período, um dos fatores que vinham sendo discutidos no âmbito da Educação Física mundial relacionava-se ao desporto de massa, que se colocava na base de um modelo piramidal, para dar sustentação ao desporto de elite. O Diagnóstico apontava a necessidade do desporto de massa ser alavancado em nosso país, como forma de se obter a melhoria do esporte de alto rendimento. “É considerado ideal o sistema de organização que produz uma elite desportiva originária da massa praticante” (COSTA, 1971, p. 20).

Portanto, o incremento da Educação Física vislumbrava adequá-la aos países capitalistas desenvolvidos, contando com a incorporação do desporto de massa dentro dessas conjecturas. Contudo, eram estratégias delineadas em um país que vivia a euforia do crescimento econômico, o qual esfriaria, diante da crise que se abateu no horizonte internacional, a partir do ano de 1973. As práticas discursivas tiveram que ser modificadas na direção de um caráter mais participativo da população.

5- A crise do governo militar

A chegada de Ernesto Geisel ao governo (1974-1979) representou o advento da corrente sorbonista, tendo como consequência a adoção de discursos e de posturas mais participativas perante a sociedade. Essa tática almejava apurar a desgastada imagem das forças armadas, por meio da distensão política gradual proposta pelo presidente, no sentido de reconduzir o país à democracia.

Para tanto, Geisel vislumbrava que o cenário econômico continuasse a oferecer os aportes suficientes, a fim de que o governo, concomitantemente à permanência do apoio das classes médias e altas, expandisse a distribuição de renda e atendesse também à camada mais carente da população.

No entanto, tais ambições foram logo corroídas, pois, já nos últimos meses de Médici no comando da nação, o mundo deparava-se com uma crise decorrente do exponencial

²⁷Cf. quadro 2. O DED foi criado por meio Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, o qual dispunha sobre a organização administrativa do MEC.

aumento do preço do barril de petróleo. O que parecia ser uma crise momentânea prolongou-se pelos anos subsequentes da presidência de Geisel.

Diminuiu-se o poder de compra da classe média, bem como as classes populares reivindicavam melhores condições sociais, haja vista que o crescimento do país não havia representado qualquer ganho para elas. Mergulhado nesse contexto, o apoio das elites fragmentou-se no decorrer do regime militar.

Se o golpe de 1964 emanou de uma articulação civil-militar, em que o complexo IPES/IBAD tomou uma posição fundamental ao espriar discursos favoráveis ao restabelecimento da ordem social e da afirmação da democracia, o que no entendimento de Dreifuss (1981) contribuiu para consolidar o capital multinacional e associado, as conjecturas apresentadas a partir de meados da década de 1970 causaram conflitos dentro das frações das classes dominantes, que se viram forçadas a assumir novos posicionamentos, inclusive por conta de pressões exercidas de baixo para cima pelas classes populares, as quais não se beneficiaram dos efeitos do “milagre econômico”.

Poulantzas (1976) afirma que as ditaduras militares não são blocos monolíticos, abrigando diversos componentes nas instâncias de poder, que se expressam em contradições existentes dentro do seu próprio aparelho dominante. À medida que os interesses da burguesia vão-se diluindo, espriam-se relações de poder que dão origem a conflitos no seio do Estado, mas as ditaduras não oferecem uma solução política para a resolução dos confrontos instalados, redundando num entrave à organização hegemônica burguesa.

No entanto, a oposição criada contra a ditadura, no entendimento de Poulantzas, é hesitante e flutuante, uma vez que as frações burguesas que se digladiam necessitam preocupar-se com os movimentos advindos das massas populares. Ao mesmo tempo em que uma aliança tática entre burguesia e classes populares é fundamental para a derrubada da ditadura, os objetivos são precisos e limitados quanto à convergência dos anseios referentes à modificação da estrutura social.

Não que tenha existido um movimento frontal contra os regimes dos países europeus analisados por Poulantzas (o autor analisa as ditaduras de Portugal, da Grécia e da

Espanha²⁸), porém as lutas populares foram determinantes para a derrubada das ditaduras, malgrado não terem representado um fator direto ou principal. Isso acontece porque as lutas populares interferem nas contradições internas do regime, interiorizando-se em seu seio e cooptando, sobretudo, elementos indecisos alocados dentro do aparelho estatal. Ou seja, uma disputa à distância que vai se materializando nas transformações das condutas do Estado.

Embora Poulantzas não direcione suas análises para o contexto brasileiro, elas são importantes para interpretar as conjunções políticas e sociais que atravessavam nosso país de meados da década de 1970 até a metade dos anos de 1980. Questões aparentemente latentes ganharam força, ao passo que se tornaram empecilhos no corpo social.

Comparando-se com o panorama europeu, no Brasil as resistências à ditadura militar advieram dos conflitos de classe travados pela busca da hegemonia. Apesar da existência de guerrilhas urbanas e rurais, rapidamente eliminadas pelo aparato repressivo das forças armadas, o escopo das contestações não se constituiu em ações abruptas e violentas, marcadas pela organização coletiva e uniforme das classes sociais, mas se concretizaram à medida que os interesses dessas classes foram minados nos aspectos políticos, econômicos e sociais.

No campo econômico, a lógica de que o bolo deveria primeiro crescer para depois ser dividido mostrou-se uma falácia diante da acentuação das desigualdades sociais. O fim do “milagre econômico” contribuiu para desvelar as frestas existentes numa realidade em que o alardeado índice de crescimento não mais conferia credibilidade ao governo militar. A classe média, que inicialmente enxergara o desenvolvimento da nação como possibilidade de ascensão social, começou a desconfiar do ônus que se tinha criado em decorrência da estagnação da economia.

A assunção de discursos participativos, nesse contexto, passou a compor o propósito de atenuar as privações das massas. Com o II PND (1976/1979), o objetivo pautava-se no empenho de se manterem os impulsos gerados pela “revolução”, ciente de que a crise energética investida no plano mundial demandaria esforços para a conquista do rápido

²⁸Sobre as referidas ditaduras, compete esclarecer que, em Portugal, houve a tomada de poder por parte do exército em 1926, extinguindo a Primeira República. Começava a se destacar a figura de Antônio de Oliveira Salazar, o qual assumiu provisoriamente o Ministério das Finanças em 1926, voltando a exercer a função entre os anos de 1928 e 1932. Em 1932, ainda sob a ditadura militar, assumiu a Presidência do Conselho dos Ministros, preservando esse papel quando ele próprio instituiu o Estado Novo, em 1933. Ficou no poder até o seu afastamento em 1968, por motivo de doença, sendo substituído por Marcelo Caetano, que comandou Portugal até que a Revolução dos Cravos pusesse fim ao Estado Novo, em 25 de abril de 1974. Na Espanha, o general Francisco Franco chegou ao poder ao final da guerra civil daquele país, em 1939, permanecendo até a sua morte em 1975. A Grécia, por sua vez, teve o período ditatorial liderado por uma junta militar (ditadura dos coronéis) chefiada por George Papadopoulos entre os anos de 1967 e 1974.

crescimento, concomitantemente ao controle da inflação e equilíbrio na balança de pagamentos.

Criou-se a expectativa de que, até o fim da década de 1970, o Brasil alcançasse sensível aumento na renda *per capita*, destinando atenção especial ao desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para tanto, as metas visavam à progressão do produto interno bruto, geração de empregos (notadamente para as faixas mais pobres da população) e elevação das exportações.

O II PND enfocava como estratégia de desenvolvimento social a atenção às classes médias e trabalhadoras, além da eliminação da pobreza absoluta, em especial nas regiões mais carentes. Em que pesem as alegações atinentes aos avanços obtidos após a “revolução”, principalmente no governo Médici, reconhecia-se que, em muitos aspectos, o Brasil ainda era um país pobre, o que exigia a adoção de políticas redistributivas. “Na opção realizada, o Governo não aceita a colocação de esperar que o crescimento econômico, por si, resolva o problema da distribuição de renda, ou seja, a teoria de ‘esperar o bolo crescer’” (BRASIL, 1976a, p. 52).

A despeito de o I PND já apontar para a necessidade de melhor distribuição de renda, simultaneamente à descentralização econômica, permitindo o desenvolvimento integrado das diversas regiões do país, foi com o II PND que a área de desenvolvimento social se tornou uma estratégia fundamental, ganhando um capítulo à parte, a fim de corrigir as distorções nacionais.

No entanto, de acordo com Germano (2005), não foi uma situação comungada com a área da educação, pois, se no contexto da elaboração do I PND ocorreu a sintonia com o I PSEC, no que tange aos pressupostos participativos do II PND, houve um descompasso com o Segundo Plano Setorial de Educação e Cultura – 1975-1979 (II PSEC).

Com efeito, Germano (2005) indica que o II PSEC ainda continha em sua estrutura uma forte identificação com a teoria do capital humano, que previa como fator precípua para o setor educacional a imanência com a lógica do mercado, não abarcando o teor participativo do II PND. Pode ser, segundo o autor, que essa injunção fosse resultado da predominância de ministros militares de alta patente na pasta da educação, ao contrário dos ministérios ligados ao desenvolvimento econômico, quase sempre entregues a civis.

Lanço mão da íntegra de uma passagem do II PSEC, também trabalhada por Germano, porém com alguns cortes de redação, a fim de destacar a minha desconfiança em relação às colocações de Germano a respeito do desafino entre as propostas educacionais do regime militar e as políticas contidas no II PND.

O sistema educacional brasileiro deve, antes de tudo, assegurar meios para a plena afirmação do homem brasileiro, enquanto pessoa. Depois, promover a sua integração na sociedade nacional. Em seguida, capacitá-lo como recurso para o desenvolvimento do país – o que, em si mesmo, é afinal um instrumento para a consecução das prioridades anteriores. Por fim, como forma de assegurar esses escopos, garantir a democratização do acesso à educação e do sucesso individual e social conseqüente (BRASIL, 1976c, p. 33).

Assim, compreendo que se deva relativizar as ponderações de Germano. A referida citação não me parece denunciar o descompasso aludido pelo autor, tampouco o contexto do capítulo ao qual ele recorreu apresenta justificativas suficientes que lhe deem sustentação para eleger tais conclusões.

Ao longo do II PSEC, no meu ponto de vista, sucedeu-se a intenção de ajustá-lo ao II PND, a fim de divulgar o seu caráter participativo e democrático, como percebo demonstrar a própria citação acima. Ademais, acredito que apesar de não se dever desprezar o norteamento do II PSEC para a formação profissional, o que *a priori* pode estabelecer vínculos com a teoria do capital humano, verifico que existe forte ênfase no desenvolvimento social e no alargamento de oportunidades educacionais a todas as regiões do país.

Para tanto, o II PSEC dedica a sua parte inicial à análise dos resultados alcançados pelo I PSEC, considerando tanto os avanços, como aquilo que não fora contemplado, na educação pré-escolar, ensino do 1º e 2º graus, ensino superior e ensino supletivo, em que se destacava a atuação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Nota-se que há uma preocupação em ampliar os benefícios educacionais à maior parcela possível da população, estendendo-os até mesmo à zona rural, o que já é um indício que o tom participativo também englobava os objetivos do II PSEC. Os seus fundamentos podem colaborar nessa interpretação.

Nessa linha, pode-se e deve-se falar em democratização do ensino. Ela não significará apenas a democratização do acesso à educação, mas também a do sucesso que ela proporciona ao ser humano em sociedade. Será, basicamente, individual, na medida em que atende às aspirações da pessoa humana, colocada como fundamento orientador da política em educação. Mas será, igualmente, um sucesso em escala social, na medida em que corresponda ao segundo dos fundamentos enunciados: o da satisfação dos direitos do homem, enquanto indivíduo e enquanto ser integrado em sociedade. Supérfluo enumerá-los. Importante é registrar, neste *plano*, a posição que lhes é reconhecida como inspiração no processo educacional (BRASIL, 1976c p. 32).

Não cabe aqui fazer uma apreciação detalhada do teor participativo do II PSEC, dado que não se constitui no objeto deste trabalho, mas o exame é importante para detectar como a Educação Física também se enquadrava nesse processo. Os discursos apontam que havia alguma sintonia sim com o II PND, uma vez que o II PSEC visava à “tradução das metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento em termos educacionais” (BRASIL, 1976c, p. 43).

Entendo que na Educação Física essas circunstâncias possam ser confirmadas, devido à grande relevância que ela ganhou no II PSEC. Em que pese na introdução do documento o ministro da Educação e Cultura Ney Braga destinar um caráter instrumental à Educação Física, encarando-a como um mecanismo em favor do aperfeiçoamento do preparo físico nas escolas (focado na formação de atletas), ela transitava por caminhos que, no decorrer de sua redação, iriam lhe conferir certo estatuto de difusão e democratização aos diversos segmentos sociais, ao menos em suas práticas discursivas.

Tal fato pode ser constatado nos objetivos do II PSEC para a Educação Física. Recorria-se ao Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, cujo objetivo geral visava à melhoria da aptidão física da população, com o escopo participativo se fazendo mais presente nos objetivos específicos no intuito de “incrementar as atividades desportivas de massa, estendendo-as a indivíduos de todas as regiões e camadas sociais” (BRASIL, 1976c, p. 38).

Ou seja, os campos de diálogo articulavam-se na esfera governamental. Todavia, atravessava-se um quadro em que o regime militar tinha que adotar posturas para amainar as tensões, diante do panorama político instável. O governo, além de lidar com as oposições ao regime, não detinha controle absoluto sobre grupos de extrema direita, de cunho militar, que orquestravam ações repressivas contra indivíduos considerados subversivos. A morte do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e do operário Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976, traduzem esse quadro. Dois casos em que o governo se apressara em dizer que se tratava de suicídios, embora ambas as vítimas estivessem nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), isto é, sob a tutela do Estado. Em virtude desses acontecimentos, o comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávilla de Mello, foi sumariamente transferido para a reserva pelo presidente Geisel em janeiro de 1976.

Geisel, desde o início de seu governo teve que lidar com as dificuldades de se implantar o processo de abertura política, pois existia o receio de que, se não houvesse o devido controle, o país regrediria ao estatuto apresentado antes da “Revolução de 1964” e,

assim, temia-se pelo alívio da conduta dos “subversivos”. Juntamente com o general Golbery do Couto e Silva, chefe do gabinete civil, e seu homem de confiança, Geisel reconhecia a árdua tarefa de manter a autoridade sobre facções instaladas nas diversas forças de segurança alastradas pelo país e impedir o terrorismo de direita, cuja prática sistemática de tortura era um elemento constrangedor para o governo e uma forma de sabotar a política de distensão proposta por ele.

Para a desmontagem do aparato repressivo paralelo, o governo viu-se forçado a adotar posturas enérgicas contrárias à difusão de poder registrada nas diversas instâncias das forças armadas, já que o Alto Comando não conseguia responder pela totalidade das ações de grupos distribuídos nos departamentos de repressão aos “subversivos”.

O Estado não é um dispositivo uniforme verticalizado e hierarquizado. Ele apresenta variáveis compostas por processos descontínuos, fundados além dos centros de poder. As lutas encontram-se diluídas no corpo social e são elas que determinam as relações de força (POULANTZAS, 1985).

Ao passo que a sociedade cada vez mais deixava de apoiar o governo, ele lançava mão de artifícios de caráter participativo, o que significava, por outro lado, contemplar os interesses de segmentos incompatíveis ideologicamente com os conjuntos mais duros dos militares. Isso pode explicar esses campos de tensões que se desencadearam na adoção de políticas participativas, dentre as quais o EPT inseriu-se como um instrumento de difusão do esporte de massa, mas que, do mesmo modo, esteve sujeito a questionamentos dentro da esfera governamental, como será visto adiante.

Geisel conviveu com a constante quebra de hierarquia, reconhecendo que a insubordinação extrapolava para outras modalidades que não as atitudes intempestivas de grupos torturadores. A própria corrupção instalada em círculos de poder militares era um entrave no caminho das elites das forças armadas, que tanto prezavam pela sua honradez e patriotismo.

Para que fosse mantido o caminho da redemocratização, Geisel necessitava articular com habilidade, no intuito de fazer um sucessor afeito ao viés de flexibilização e abertura política, pois a sociedade não toleraria mais qualquer movimento de regresso à linha dura do regime militar.

Nesse sentido, a disputa em torno da presidência tornou-se acirrada, especulando-se o nome do general Sílvio Frota, ministro do Exército, como o eventual candidato das fileiras da corrente de linha dura e que, de acordo com Reis Filho (2014), articulava a sua candidatura à revelia de Geisel. O presidente não tardou em exonerá-lo de seu ministério, em

outubro de 1977, antes mesmo que os embates eleitorais se apresentassem em plena discussão, e sua escolha recaiu sobre o general João Batista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações, o qual possuía mais afinidade com os pensamentos do presidente.

Ainda que a memória liberal reserve um espaço de louvor a Geisel como o presidente que reconduziu o país à democracia, Napolitano (2014) pondera que se devem levar em conta as marchas e contramarchas que delimitaram esse processo. Reconhecidamente autocrático, Geisel vislumbrava um projeto de “institucionalização da exceção” (p.234), em que o retorno dos militares para os quartéis previa um vagaroso trajeto e sem data definida, impedindo extremismos de direita ou de esquerda, até a entrega do comando da nação a um civil simpático às forças armadas.

[...] era preciso iniciar uma normalização da vida política, que no jargão político da época significava consolidar o espírito de tutela do AI-5 em princípios constitucionais, abrandar o controle da sociedade civil, sem necessariamente dar a ela espaço político efetivo no processo decisório e, em um futuro incerto, devolver o poder a civis identificados com as doutrinas que inspiraram 1964 ou que, ao menos, não lhe fossem hostis. Em outras palavras, os militares sonhavam com um regime com um partido oficial hegemônico, chancelado pelo voto, majoritariamente civil e um Estado blindado contra “crises”, sejam oriundas da extrema direita militar, sejam advindas das pressões da esquerda nas ruas e movimentos sociais (NAPOLITANO, 2014, p. 237-238).

As decisões não emanavam apenas de cima, dependentes unicamente das vontades do aparelho central, mas compunham um jogo que envolvia formadores de opinião que atuavam sobremaneira nas camadas médias da população, bem como, na metade final do governo Geisel, as ruas foram tomadas como um lugar de expressão dos estudantes e das classes populares, representadas por movimentos sociais que se organizavam, exigindo o fim da ditadura e forçando o Estado a agilizar a transição para a democracia.

O fato é que só no final do seu governo o presidente que ficou conhecido como o artífice da abertura, o “ditador sem ditadura” delineou com clareza o caminho da transição política para um regime civil, processo que ainda conheceria alguns sustos, mas nenhum retrocesso efetivo. Até o começo de 1977, a abertura era uma miragem, um projeto ainda incerto, mais preocupado em reorganizar o “modelo político” do regime. A partir de 1978, transformou-se em uma agenda política voltada para a transição democrática.

Mas a batalha das ruas estava apenas começando. Durante a crise estudantil de 1977, muitas vozes expressivas de diversos setores sociais, profissionais, religiosos e culturais se manifestaram na carona dos protestos de rua. Não houve dia, naquele ano, em que a imprensa não publicasse notícia sobre as “siglas da democracia”. Foi uma verdadeira sopa de letras que se tornaram

sinônimas da oposição democrática ao regime: OAB, CNBB, SBPC, ABI. Era o apogeu da crença na “sociedade civil”, termo que se consagrava como expressão da luta pela democracia, contrapondo-se ao lugar do poder autocrático, o Estado (NAPOLITANO, 2014, p. 262).

Foi nesse quadro de transformação da estrutura política interna que ocorreu a ascensão à presidência de Figueiredo (1979-1985), o que representou a continuidade do processo de abertura lenta, gradual e segura de seu antecessor. Em seu governo, foi promulgada a Lei nº 6.683/79, que concedia anistia a todos os indivíduos que houvessem cometido crime político no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (BRASIL, 1979).

Ao mesmo tempo em que a lei possibilitou a volta dos exilados políticos e beneficiou as pessoas que de diversas maneiras foram punidas pelos Atos Institucionais, ela abriu brechas para que os atores de ações repressivas, inclusive os torturadores, também fossem absolvidos de quaisquer acusações.

Embora, sob os auspícios de se buscar a promoção de uma distensão política que evitasse a ruptura brusca daquele modelo de governo, o cenário apresentava-se eivado de tensões. O processo de redemocratização do país não derivou das vontades unilaterais do regime militar, como se nele estivesse concentrado o centro do poder e fosse soberano para presentear a sociedade com a abertura política, mas sim, emanou das relações de força pulverizadas no corpo social.

Imerso num contexto de estagflação, a elaboração do Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND – 1980/1985) fundou-se nas preocupações acerca dos desequilíbrios provocados por uma inflação galopante, concomitante ao quadro de estagnação econômica. Diante do recrudescimento dos efeitos provocados pela crise energética mundial, políticas foram adotadas para que se buscassem mecanismos de autossuficiência nesse setor, substituindo os derivados de petróleo por fontes alternativas, como o carvão e o álcool.

Igualmente ao Plano anterior, o III PND reconhecia que as populações de menor poder aquisitivo se tornaram vítimas de um modelo econômico que privilegiou de maneira

desigual as diversas classes sociais do país. Para tanto, a distribuição de renda deveria ser o alvo, juntamente com o rápido crescimento econômico.

Apesar de se deparar com um cenário desfavorável à governabilidade, o III PND não deixava de evocar os avanços brasileiros advindos do golpe militar. Em seus fundamentos, afirmava-se sobre “o respeito ao incontestável amadurecimento político da sociedade brasileira e ao histórico compromisso da Revolução de 1964 com sua vocação e seu ideal democrático” (BRASIL, 1980a, p. 12).

Em vias de seu enfraquecimento, o regime militar se esforçava em espraizar uma retórica de inclusão, sobretudo das camadas menos favorecidas e, para isso, lançou mão, no III PND, de políticas setoriais que respondessem a essa necessidade. Foi o que aconteceu por meio da formulação do Terceiro Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos (III PSECD – 1980/1985), agora sim, no entendimento de Germano (2005), afeito às conformações políticas e sociais que permeavam a realidade nacional.

Segundo Germano, o III PSECD fazia clara opção pela população de baixa renda, no intuito de se orientar em favor da construção de uma sociedade democrática. As linhas de ação previam a concentração na educação rural e na das periferias urbanas mais carentes, visando a promover a justiça social, além do desenvolvimento cultural e da valorização dos recursos humanos vinculados à educação, à cultura e ao desporto.

Nesse sentido, o III PSECD transitava pela premência de se amenizarem as injustiças sociais e os desequilíbrios regionais, alcançando grupos carentes alijados do desenvolvimento da nação. A necessidade da extensão da educação a todos os segmentos era tamanha, que o plano assumia um caráter extremamente pragmático ao tratar da qualidade do ensino rural, admitindo ser “preferível oferecer menos, porém de forma realista, do que pretender oferecer mais, de forma apenas legalista” (BRASIL, 1980b, p. 15), bem como defendia a ideia de uma terminalidade antecipada no ensino de 1º grau à população mais carente.

A dinâmica do III PSECD perpassava por estratégias comuns e específicas, enfatizando que, sob uma base geral, as regiões do Brasil possuiriam autonomia para definir as suas metas. Estava, portanto, de acordo com a política de descentralização do III PND, a qual visava a atenuar as mazelas provenientes das desigualdades sociais.

Na Educação Física, ao contrário, compreendo que não houve uma articulação tão aprofundada entre o III PND e o III PSECD, sobretudo no que tange à disseminação do esporte de massa como um vetor para a participação da sociedade, no qual observo que o III PND preocupou-se mais com tal situação.

O vigoroso processo de urbanização do País, a insuficiência de espaços livres e de equipamentos, a comercialização dos respectivos serviços, as dificuldades de acesso às áreas de lazer e as formas de “cultura de massa” são fatores preponderantes na formulação de políticas de recreação, lazer e desportos voltada para o aumento do bem-estar das populações, sobretudo dos estratos mais carentes (BRASIL, 1980a, p. 95).

Supor-se-ia que, para se assemelhar ao III PND, os objetivos do III PSECD relativos à Educação Física convergissem para a difusão das atividades físicas de massa no seio da sociedade, contudo a prevalência do esporte de alto rendimento denotava a seletividade, em detrimento da participação popular. Ademais, a forma como se direcionava às “populações pobres”, no ensejo de promover a integração social, crivava-se de uma retórica demasiadamente evasiva quanto à sua aplicabilidade.

Na esfera do desporto, o objetivo reside na intensificação das atividades físicas de lazer e de aperfeiçoamento corporal. Busca-se promover o desenvolvimento da educação física escolar, visando incorporar, efetivamente, sua prática e a dos Desportos às atividades escolares, com ênfase no ensino de 1º Grau. Pretende-se aperfeiçoar o desporto de alto nível, sobretudo nas modalidades olímpicas, bem como incentivar as competições desportivas populares, integrando-as a outros programas da área social.

A educação física e o desporto se apresentam, sob os seus numerosos aspectos, como um fenômeno de amplitude e forças excepcionais, bem como de marcante universalidade, atingindo a pessoa, quer como participante, quer como espectador. Pode e devem contribuir no futuro, de maneira mais decisiva que no passado, para o desenvolvimento do homem e sua melhor integração social, apoiando o esforço geral de educação básica, primordialmente orientado para as populações pobres (BRASIL, 1980b, p. 24).

Assim, havia um retrocesso em comparação ao II PSEC, haja vista que este recorria ao Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, a fim de enfatizar a carência de praticantes de atividades físicas no país e incentivar o desporto de massa, o que depois serviu de inspiração para o surgimento do EPT. No III PSECD, por sua vez, as argumentações são bastante generalistas no desenlace dessas injunções.

Como se verá adiante é bom ressaltar que em 1980, ano de elaboração do III PSECD, o desporto de massa passava por algumas contingências no cenário brasileiro, e o próprio EPT foi desativado oficialmente no final de 1978, porque, conforme Valente (1993), a reunião de multidões desagradava a alguns setores do governo. Talvez daí seja pertinente perscrutar se a omissão da expressão “desporto de massa” estivesse associada propositalmente

às políticas do MEC, ou se houve um efetivo descompasso entre o III PSECD e as propostas legais para a Educação Física brasileira (Lei nº 6.251/75 e Decreto nº 80.228/77).

Trata-se de uma questão que deve ser ponderada com atenção, dado que outros fatores podem ter contribuído para a desativação do EPT, o que será discutido ao longo deste trabalho. No entanto, é plausível inferir que as aglomerações causavam desconfianças, principalmente por conta dos acontecimentos verificados no final da década de 1970.

Existiam aspectos permeados por classes em lutas, no momento anterior à elaboração do III PND e do III PSECD, em que o governo carecia de agir, a fim de atender aos interesses das frações hegemônicas do bloco do poder, simultaneamente às aspirações dos diversos setores da sociedade. A greve dos operários do ABC paulista, desencadeada no mês de março de 1979, com a participação de cerca de 180.000 metalúrgicos, constituía-se no primeiro grande desafio do presidente Figueiredo e expressava as limitações da ditadura diante das novas contingências espalhadas no corpo social.

A princípio, o governo Figueiredo buscou demonstrar a força de seu governo, ao intervir sobre os sindicatos de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul. Agir com firmeza significava evitar que eventos desse porte se multiplicassem, bem como uma maneira de conduzir o projeto de abertura política com segurança²⁹.

No entanto, os fatos transitaram por um horizonte complexo. Houve a propagação de movimentos pelo país (que não se localizaram apenas nos metalúrgicos), favoráveis a melhorias salariais, em decorrência das perdas acumuladas nos sucessivos anos marcados pela ampliação da inflação.

Embora a atuação dos metalúrgicos de São Paulo recebesse grande publicidade, não foram eles somente que recorreram à greve em 1979 em prol de suas reivindicações. A atmosfera de abertura e os precedentes criados pelo movimento operário paulista, juntamente com o aumento da inflação (41 por cento em 1978 e 77 por cento em 1979), levaram os trabalhadores de outras categorias a agir. Entre janeiro e outubro de 1979 houve mais de 400 greves (SKIDMORE, 1988, p. 417).

Skidmore destaca que se abriram precedentes importantes com a greve do ABC de 1979, no sentido de formação de líderes independentes, desapegados do peleguismo estatal, bem como o desencadeamento de negociação salarial direta entre patrões e empregados e o considerável apoio da sociedade aos trabalhadores. Ou seja, sob a ótica de que o terreno político estava premido por efervescências de vários humores, o regime militar viu-se

²⁹QUESTÃO de autoridade. **Veja**, São Paulo, n. 551, p. 20-22, mar. 1979.

obrigado a comungar os múltiplos interesses das classes sociais e agir com cautela. Através da abertura lenta, gradual e segura, a intenção direcionava-se para a preservação da governabilidade.

Desse modo, a abertura política não emanou de um cenário verticalizado, dependente somente das vontades de determinadas facções militares. Poulantzas (1976) compreende que nas ditaduras, quando as contradições se acumulam e se condensam, elas são difíceis de ser eliminadas.

Os clamores acerca do retorno à democracia encontravam eco em instituições representativas de classes, em que predominava o ideário liberal, do porte da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da comunidade empresarial, bem como da União Nacional dos Estudantes (UNE).

As reações de membros das forças armadas avessos à anuência de manifestações de variados matizes que passaram a ocorrer, sobretudo após a lei da anistia, sem que houvesse o impedimento do governo, continuaram a existir ao longo do processo de abertura política (destarte, mais uma vez a indagação se o desporto de massa não seria um empecilho diante do descontrole do governo sobre as grandes aglomerações).

Um caso emblemático foi o atentado do Riocentro. Na noite de 30 de abril de 1981, quando se comemorava o Dia do Trabalhador, uma bomba explodiu dentro do carro em que estavam o sargento Guilherme Pereira do Rosário, morto no incidente, e o capitão Wilson Machado Dias, que ficou gravemente ferido. Inicialmente, o governo tentou atribuir os atentados a grupos de esquerda, mas posteriormente as investigações apontaram para o envolvimento de integrantes militares. Com efeito, as bombas destinadas a tumultuar o show do Dia do Trabalhador ganharam dimensão contrária e demarcaram a virada para a redemocratização do país.

O episódio do Riocentro não se constituiu num ato isolado em relação à explosão de bombas, dado que grupos extremistas de direita, especialmente de natureza anticomunista, já vinham desde 1978 perpetrando atentados contra pessoas e entidades opositoras ao regime militar. Inclusive no quarto do hotel em que Leonel Brizola estava hospedado, na cidade do Rio de Janeiro, logo após o seu retorno do exílio, foi encontrado um artefato explosivo (NAPOLITANO, 2014).

Napolitano afirma que, de maneira geral, os atentados possuíam o objetivo de intimidar e provocar o pânico entre os movimentos sociais, além de ser uma forma de

manifestar descontentamentos com o próprio governo, todavia, em algumas oportunidades fizeram vítimas, até mesmo mortes.

O acontecimento do Riocentro, por sua vez, perspectivava uma intervenção diferenciada quanto aos cuidados de adquirir um mero teor de intimidação e, se lograsse êxito, acarretaria consequências terríveis. Ao evento, foram levadas duas bombas, uma para ser detonada na caixa de energia, cortando a luz do local (essa foi detonada, mas não obteve o efeito desejado) e a outra (a qual explodiu dentro do carro) para ser lançada no espaço onde se aglomeravam cerca de 20 mil pessoas. Pode-se supor o resultado de tamanho contingente apavorado, às escuras, buscando em desespero evadir-se do local.

Diante da empreitada malsucedida dos agentes extremistas, percebem-se as contingências entremeadas no âmbito do regime militar, no sentido de controlar os aparelhamentos de repressão distribuídos pelos organismos estatais, dentre eles o DOI-CODI, ao qual pertenciam os militares envolvidos no caso supracitado. O certo é que a referida ocorrência serviu como um divisor de águas e denunciou as hesitações das forças armadas, perante um governo que se via cada vez mais enfraquecido e caminhando a passos largos para o seu estertor.

O governo ficou dividido entre levar a sério a investigação e acobertar o caso e saiu desgastado do episódio. Por outro lado, o esquema da extrema-direita armada ficou perigosamente exposto, correndo o risco de desgastar o próprio Exército como instituição. O fato é que, depois do Riocentro, suas ações minguaram. O governo, desgastado por pactuar com os setores que queriam sabotar sua própria estratégia de abertura, também perdeu seu pouco capital político para conduzir o processo. A partir daí, sua agenda seria mais reativa do que propositiva (NAPOLITANO, 2014, p. 295-296).

“A menor ‘abertura’ real corre o risco de desabar o conjunto do edifício” (POULANTZAS, 1976, p. 73-74). No regime militar, o processo de abertura expôs as fendas situadas entre as suas facções, desencadeadas principalmente através da necessidade de redemocratização do Estado, em face das reivindicações dos diversos segmentos da sociedade. Assim, é importante investigar, igualmente, como ocorreram as reações ao esporte de massa no interior das esferas governamentais.

No período em que as oposições mais austeras ao regime militar encontravam-se isoladas em determinados grupos, expressos pelos movimentos estudantis e operários, desembocando mais radicalmente na formação de guerrilhas, a atuação dos aparelhos de repressão mostrara-se eficiente no que tange à depuração de agitações que colocassem em risco a ordem social.

Porém contradições criadas no âmbito do regime militar acumularam-se e condensaram. À medida que elas se espalharam no corpo social, tornou-se impossível lançar mão de mecanismos repressivos concentrados, por conta da inviabilidade logística e das possibilidades de desorganização do Estado.

Ao contrário, foi preciso incrementar os canais de diálogo com a sociedade, reconhecendo também que as lutas populares intervieram diretamente nas incongruências da própria cúpula do regime. Por seu turno, isso carregou o ônus de ativar ainda mais as contradições sociais, uma vez que “toda abertura, no sentido de uma ‘liberalização controlada’ da parte do Estado torna-se rapidamente uma brecha aberta em que se engolfa o movimento popular” (POULANTZAS, 1976, p. 74).

Aliado a essas questões, observo que seja instigante verificar a trajetória do EPT brasileiro. Como já foi visto na introdução deste trabalho, ele foi lançado como campanha no ano de 1977 e desativado oficialmente em fins de 1978, de acordo com Costa (1981b). Entretanto, o EPT obteve a sua continuidade, considerado a partir de então como movimento e, mais tarde, pode-se dizer que foi institucionalizado, por meio da Portaria nº 522, de 1981, com a criação da Subsecretaria do Esporte para Todos (SUEPT), a qual compunha a estrutura administrativa da Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED)³⁰.

Ora, então por que criar a SUEPT, se o EPT havia sido encerrado de forma oficial? Valente (1993) acredita que isso redundava da autonomia alcançada pelo EPT e que essa portaria tratava de um aspecto meramente formal, pois o EPT lograra o seu estatuto comunitário e não necessitava mais do aval do Estado para a sua permanência. Contudo, entendo que seja salutar a análise sobre as ambições do regime militar ante a institucionalização do EPT por meio de uma portaria ministerial.

As táticas de controle sobre a população precisam ser apreciadas. Compreendo que não se pudesse abrir mão de dispositivos educacionais, como o esporte de massa, num momento de efervescências sociais significativas. Agora, todavia, modificavam-se as configurações, focando a atuação no interior das comunidades e não na reunião simultânea de milhões de pessoas.

Um fato que pode corroborar as minhas impressões é o que desaguou, a partir do ano de 1983, nas agitações favoráveis às eleições diretas para presidente da República, resultando no movimento das Diretas Já. As experiências do voto direto já tinham alcançado sucesso no pleito realizado em 1982, quando compareceu às urnas um número superior a

³⁰Cf. quadro 2, que trata da Legislação brasileira referente à Educação Física no regime militar e no período de sua implantação no Brasil.

quarenta e cinco milhões de eleitores. O sufrágio revelou-se um diagnóstico da insatisfação da população com o regime militar, uma vez que a situação obteve apenas a pequena maioria no Congresso, e a oposição conquistou o governo de nove Estados, inclusive os de maior importância política, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (SKIDMORE, 1988).

Tal tendência ao descontentamento da sociedade sucedia-se das configurações políticas, econômicas e sociais que permeavam o país. O quadro recessivo que se anunciava cada vez mais forte, o déficit na balança comercial, a queda do produto interno bruto e o aumento do desemprego retratavam o campo minado pelo qual os economistas do governo trafegavam. Ademais, se o regime militar, em virtude da boa situação financeira do país durante o “milagre econômico”, louvava-se de ter adquirido certa independência em relação aos organismos internacionais de financiamento, no início da década de 1980 teve que sucumbir ao manual do FMI, provocando o ataque de nacionalistas de todas as vertentes.

Em que pese o movimento das Diretas Já não ter conquistado o seu objetivo, o saldo político revelava-se altamente negativo para o regime militar. É relevante notar as articulações das classes dominantes nesse processo. Quando se instituiu o bipartidarismo, no ano de 1966, a ideia pautava-se na coexistência sem maiores turbulências entre a situação, ARENA, e a oposição, concentrada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – uma oposição consentida que alojou, em sua maioria, membros de distintas tendências, entre elas as elites que não comungaram com o golpe militar ou que logo se arrependeram de oferecer seu apoio a ele.

Porém os fatos norteiam-se por discontinuidades. O regime militar personificou a “revolução”, malgrado esta não se tratasse de uma atuação unilateral. Aos poucos, novos interesses foram colocados em jogo, permeando-se por uma relação concomitante de diálogos e de conflitos diluídos nas frações militares, nas classes dominantes e nas massas populares.

Setores das classes dominantes paulatinamente abandonaram a ARENA. Diante de seu enfraquecimento e do consequente crescimento do partido oposicionista, o MDB, o governo adotou como estratégia o pluripartidarismo no final de década de 1970, com o intuito de inibir a unidade oposicionista.

A Lei da Reforma Partidária, aprovada pelo Congresso em novembro de 1979, correspondia ao projeto estratégico do governo de partir a oposição em muitas facções e manter o partido oficial unido. O Partido Democrático Social (PDS), novo nome da ARENA, era alardeado como o maior partido do Ocidente e tinha as canetas, cargos e verbas do governo militar para fazer e acontecer (NAPOLITANO, 2014, p. 299).

No entanto o poder não é algo redutível ao Estado. As efervescências incrustadas nas tessituras sociais orientaram a assunção de posturas por parte das elites, as quais perceberam que a população invocava transformações, desencadeando manifestações favoráveis à redemocratização do país, simbolizadas principalmente pelo episódio das Diretas Já.

O mesmo regime militar que foi saudado com entusiasmo pelo grande capital tornara-se um empecilho para segmentos das classes dominantes, cristalizando suas pretensões, em virtude do excesso de centralismo advogado por integrantes das forças armadas, o que, por conseguinte, as tornava incapazes de conter os conflitos sociais em curso.

Grupos historicamente hospedados nas hostes governistas migraram para outras instâncias. No âmbito das contradições verificadas no regime militar, a crise de hegemonia instalada no Estado derivava de interesses multiformes. Dissidentes das elites almejavam consolidar-se no poder, à medida que se exauriam as bases de apoio das forças militares, das quais foram aliados. Contudo isso não emanou especificamente de suas aspirações, mas também das pressões exercidas pelas massas populares.

O fim do regime militar exprimi os limites da ditadura. Mesmo num país do porte do Brasil, que nunca havia experimentado uma democracia consistente, não se pôde exercer por muito tempo o poder à custa de atitudes coercitivas. Se, no primeiro momento, ocorreu certa simpatia à ação das forças armadas, esta se deveu, especialmente, ao conagraamento com as elites e à sua competência de alastrar discursos ao corpo social, no desígnio de alertar para o quadro de desordem que vivenciava o país. Afinal, para a derrubada de Jango era imprescindível que se acreditasse nisso.

Entretanto a derrocada do governo militar não representou prejuízos às classes dominantes. Ao contrário, elas foram acomodando os seus interesses, atentas aos movimentos advindos das massas. São questões que não aconteceram abruptamente, mas que se moldaram no decorrer da ditadura.

6- Considerações parciais

Imerso numa teia demarcada pela fragilidade democrática, o Brasil de 1964 demonstrava os sinais de instabilidade que historicamente sempre o acompanharam. O golpe militar foi o reflexo de uma situação interposta entre os condicionantes domésticos e a efervescência mundial provocada pela Guerra Fria.

Nesse contexto, observam-se as alterações que se compuseram no interior das classes sociais, e nenhuma delas obedeceu fielmente às diretrizes autoritárias das forças armadas. Os militares, ao longo de sua permanência no comando do país, cederam a diversas reivindicações ramificadas pelo corpo social, isto é, eles não pretenderam se afirmar somente pelo artifício da repressão, mas também por certo caráter de persuasão, utilizando táticas sutis, no sentido de controlar as tensões existentes no seio da sociedade.

Mas como as atividades físicas e esportivas inseriram-se nessas configurações? O início deste capítulo alerta que o EPT se retratou como um movimento que atendia às camadas populares e, daí, cabe identificar o alcance das determinações da esfera estatal e as relações de poder entre as classes sociais na busca pela hegemonia.

O capítulo procurou demonstrar que a Educação Física e o esporte não estavam apartados das conjunções políticas, sociais, econômicas e educacionais que se desenrolavam no contexto da sociedade. Desse modo, considere importante realizar uma incursão histórica, partindo da década de 1950, a fim de traçar a contextualização presente entre o objeto deste estudo e o cenário que se alojava no plano internacional, até o chegar ao regime militar brasileiro, e como se desenrolaram, a partir desse momento, as ações relativas à articulação das diretrizes governamentais com o desenvolvimento do esporte de massa.

Essa opção redundava do fato de que os embates entre o comunismo e o capitalismo adquiriram fortes entonações no período, ressoando no âmbito nacional na forma de propagação de discursos que acabaram por justificar o golpe de 1964. É bom lembrar que o golpe foi saudado, pela articulação civil-militar responsável por ele, como uma alternativa para eliminar os riscos de a nação sucumbir ao comunismo, o que pode ser percebido no momento em que se inauguraram a promulgação de atos institucionais.

A retórica de vinculação do governo de Jango ao comunismo foi, então, alardeada pelo regime militar, a fim de buscar o respaldo suficiente para aboná-lo no comando do país. Dizia o AI-1 que visava “a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula de governo como nas suas dependências administrativas” (BRASIL, 1964). O Ato Institucional nº 2 (AI-2), por sua vez, reforçava a redação anticomunista do AI-1, ao arrogar o papel que a “revolução” detinha na condução dos rumos do país.

A autolimitação que a revolução se impôs no Ato institucional, de 9 de abril de 1964 não significa, [...], que tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma por essa limitação, ou se tenha despojado da carga de poder que lhe é inerente como movimento. Por isso se declarou, textualmente, que "os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País",

mas se acrescentou, desde logo, que "destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo Governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder no exclusivo interesse do País" (BRASIL, 1965).

No meu entendimento, além de efetivos temores referentes ao risco comunista, havia a difusão de certos mitos que imputavam a ele o carimbo de perversidades contra os valores cristãos, bem como contra a manutenção da ordem social, enfim, práticas discursivas que soavam ameaçadoras, principalmente para as camadas médias da população.

Nesse interregno, a Educação Física e o esporte caminharam por nuances no decorrer de sua trajetória. Em princípio, observa-se uma forte ênfase no esporte de alto rendimento, porém o esporte de massa passa a ocupar um lugar especial no âmbito das discussões atinentes à participação popular, o que começou a ser fomentado no cenário internacional.

No que se refere ao regime militar, inicialmente a Educação Física foi tomada por falas que desvelavam os anseios de utilizá-la como instrumento de cooptação de profissionais em favor do ideário governamental. Concernentemente aos embates mundiais, havia a predominância do esporte de alto rendimento, no entanto o esporte de massa já era alvo de atenção, sobretudo através das constatações do Diagnóstico da Educação Física e do Desporto no Brasil.

Cabe ressaltar que a Educação Física e o esporte se inscreviam nos contextos político, social, econômico e educacional vivenciados no país. As práticas discursivas constantemente reforçavam o caráter democrático que acompanhava a nação.

Tratava-se de convencer o corpo social dos benefícios do regime militar, mesmo no seu momento mais austero, com a decretação do AI-5, mas também, no período em que perdurou o “milagre econômico”. As práticas corporais enquadravam-se em técnicas suaves de controle da população.

No entanto, com a crise internacional que se abateu a partir de 1973, não foi possível manter os índices de crescimento do país. O regime militar viu a necessidade de adotar discursos participativos, que na Educação Física englobava o maior realce ao desporto de massa.

As discussões sobre o desporto de massa, expressas, sobretudo, na Lei nº 6.251/75 e no Decreto 80.228/77, demarcaram o ponto de origem do EPT brasileiro, que, por sua vez, adveio também dos debates encetados no quadro internacional. Porém, como as injunções são permeadas por multiplicidades e descontinuidades, as conjecturas instadas no EPT apoiaram-

se, inicialmente, em práticas discursivas referentes ao teor participativo da população, mas que no decorrer de seu desenvolvimento podem ter causado desconfiças quanto ao risco da reunião das multidões. É o que será investigado nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

A DIFUSÃO DO ESPORTE DE MASSA NO CONTEXTO DAS DISCUSSÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

1- A Educação Física e o “esporte de massa” nos primeiros anos do regime militar

Esse capítulo busca explicar as motivações que redundaram na implantação do EPT no contexto brasileiro. Tal discussão transita pela análise da maneira como a Educação Física comportava-se no período inicial do regime militar, bem como pela dinâmica que suscitou o desenvolvimento do esporte de massa, no horizonte tanto nacional quanto internacional.

De modo geral, o esporte ganhou grande importância a partir da segunda metade do século XX, alcançando significativa repercussão junto à sociedade. A sua evolução obedeceu às intercorrências localizadas tanto na competição esportiva como nos apelos em favor da sua extensão à população.

No Brasil, observa-se que a preocupação relativa à Educação Física nos anos iniciais do regime militar era a da afirmação de sua importância para o desenvolvimento da nação. Nesse sentido, as palavras do tenente-coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira indicam que havia o reconhecimento da defasagem da Educação Física comparada a outras áreas de conhecimento, uma vez que ela “ainda não alcançou nossos dirigentes, ao contrário do visível progresso em outros campos científicos nacionais, após a Revolução de 1964” (FERREIRA, 1968, p. 5).

Ferreira alertava que o enquadramento da Educação Física aos princípios “revolucionários” padecia de “coragem moral”, a fim de ela recuperasse a sua normalidade e se afastasse da ineficiência existente na relação entre professores e dirigentes. Isso demandaria uma ação vertical fomentada pelos órgãos de chefia.

No entendimento de Ferreira, a Educação Física havia passado por momentos de letargia e deveria finalmente acompanhar o amadurecimento do “governo revolucionário”. Partindo desse pressuposto, o autor realizava uma apologia dos avanços alcançados pela Educação Física durante o regime militar, conclamando o professor a participar do movimento afeito aos ideais patrióticos.

Tudo hoje evolui com celeridade e profundidade. Impõe-se que o professor de Educação Física, somando os seus esforços aos nossos, se erga em cultura e

profissionalmente, para que não continue marginalizado e dê a contribuição de que é capaz e que nossa Pátria dêle espera (FERREIRA, 1969a, p. 7).

Um dos pontos destacados por Ferreira aludia ao convênio celebrado entre a DEF e o IPEA, em 1969. O trabalho resultou no Diagnóstico da Educação Física e dos Desportos no Brasil, de 1971, coordenado pelo Professor Lamartine Pereira da Costa.

Assim, demonstravam-se as questões cruciais que deveriam ser enfrentadas no país. Na introdução do Diagnóstico, Arlindo Lopes Corrêa, então secretário executivo do Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, afirmava que talvez o Brasil fosse o único país a dispor de um Diagnóstico de Educação Física e Desportos e isso colaboraria para a implantação de uma política nacional para o setor e para o aperfeiçoamento dos recursos humanos existentes na nação.

Na elaboração do Diagnóstico, Costa buscava elementos capazes de nortear a política esportiva no Brasil, fundando-se na experiência de países europeus, em relação ao conceito de desporto de massa, que estaria na base de uma pirâmide e ofereceria sustentação ao desporto de elite, considerado um estágio superior.

É considerado ideal o sistema de organização que produz uma elite esportiva originária da massa praticante, enquanto o que se orienta para a seletividade de representação demonstra inconstância nos resultados, além de usar a comunidade como meio e não como fim (COSTA, 1971, p. 20).

Ou seja, de acordo com Costa, o desenvolvimento de atividades de massa propiciaria a revelação de atletas de alto nível, os quais se encontravam dispersos na sociedade, carecendo de intervenções estatais para que fossem descobertos. Criticava-se o alvo dirigido na formação direta de esportistas, uma vez que ele não incentivaria a participação popular nas atividades esportivas, mas sim visaria a lograr, por critérios iniciais de seletividade, a conquista de atletas.

Tais considerações são feitas no intuito de identificar como a Educação Física comportou-se diante do quadro político presente no Brasil do final da década de 1960 e início de 1970. A articulação da Educação Física a instâncias governamentais, como o IPEA, que, por sua vez, estava vinculado ao Ministério do Planejamento, tomava por opção a priorização do esporte de alto rendimento, mesmo adotando como base o desporto de massa.

Desse modo, os apelos concernentes ao esporte priorizavam o alto rendimento, no intuito de se fabricarem atletas a partir das massas, isto é, a Educação Física lograria a sua credibilidade por conta da elevação da representatividade esportiva nacional, e o próprio

discurso em favor do esporte de massa a justificava, traduzindo um objetivo caro aos militares, na direção de conduzir o Brasil ao topo das potências mundiais.

Tamanha era a prescrição a ser seguida pela Educação Física, que, no âmbito escolar, o Decreto nº 69.450/71³¹ consolidava o esporte como o conteúdo preponderante da Educação Física, dispondo que a aptidão física seria tomada como orientadora da prática pedagógica, bem como as atividades de iniciação desportiva teriam que compor o currículo a partir da quinta série do ensino médio.

Art . 3º A educação física, desportiva e recreativa escolar, segundo seus objetivos, caracterizar-se-á:

I - No ensino primário, por atividades físicas de caráter recreativo, de preferência as que favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário da criatividade, do sendo moral e cívico, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade.

II - No ensino médio, por atividades que contribuam para o aprimoramento e aproveitamento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, possibilitando-lhe pelo emprego útil do tempo de lazer, uma perfeita sociabilidade a conservação da saúde, o fortalecimento da vontade, o estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios.

III - No nível superior, em prosseguimento à iniciada nos graus precedentes, por práticas, com predominância, de natureza desportiva, preferentemente as que conduzam à manutenção e aprimoramento da aptidão física, à conservação da saúde, à integração do estudante no campus universitário à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade.

§ 1º A aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da educação física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino.

§ 2º A partir da quinta série de escolarização, deverá ser incluída na programação de atividades a iniciação desportiva (BRASIL, 1971).

O decreto também estabelecia que, para as sessões semanais de Educação Física, três para os ensinos primário e médio³² e duas para o ensino superior, não deveria haver a concentração em um só dia ou em dias consecutivos, com a composição de cinquenta alunos do mesmo sexo em cada turma, preferencialmente selecionados por nível de aptidão física.

³¹ O Decreto nº 69.450/71 regulamentava o artigo 22 da Lei nº 4.024/61, que dispunha sobre a obrigatoriedade do ensino da Educação Física em todos os níveis de ensino e ramos de escolarização, bem como regulamentava o artigo 40 da Lei nº 5.540/68, o qual, dentre outras atribuições, dispunha sobre o estímulo da Educação Física e do desporto no ensino superior.

³² Pode-se perceber que o Decreto nº 69.450/71 ainda obedecia às disposições da Lei nº 4.024/61 no que tange à organização do ensino. O ensino primário era ministrado em quatro séries anuais de ensino, enquanto o ensino médio era dividido em dois ciclos, ginasial e colegial, o primeiro com quatro séries anuais e o segundo, com três séries anuais.

Uma dinâmica gradual de condicionamento, visando à formação de atletas, de configuração homogênea e pautada na distribuição ideal dos corpos.

Art. 5º Os padrões de referência para orientação das normas regimentais da adequação curricular dos estabelecimentos, bem como para o alcance efetivo dos objetivos da educação física, desportiva e recreativa, são situados em:

I - Quanto à seqüência e distribuição semanal, três sessões no ensino primário e no médio e duas sessões no ensino superior, evitando-se concentração de atividades em um só dia ou em dias consecutivos.

II - Quanto ao tempo disponível para cada sessão, 50 minutos, não incluindo o período destinado à preparação dos alunos para as atividades.

III - Quanto à composição das turmas, 50 alunos do mesmo sexo, preferencialmente selecionados por nível de aptidão física.

IV - Quanto ao espaço útil, dois metros quadrados de área por aluno, no ensino primário, e três metros quadrados por aluno, no ensino médio e no superior (BRASIL, 1971).

Apontava-se, assim, para a adoção de políticas sustentadoras da prevalência do esporte de alto rendimento, a fim de atender a interesses ideológicos que se colocavam no cerne das aspirações do regime militar, e uma das formas de se preservar a sua hegemonia concentrava-se na apologia dos avanços sociais e políticos do Brasil, onde o esporte se situava como eficiente mecanismo de propaganda.

A conquista do tricampeonato pela seleção brasileira de futebol na copa do mundo realizada no México, em 1970, tornara-se um exemplo da lógica ufanista daquele momento, que se vinculava à égide do desenvolvimento com segurança instado no governo militar. “Pra frente Brasil”³³, transformou-se numa espécie de hino de motivação para o escrete nacional e para a torcida brasileira, ao mesmo tempo em que expressava o sentimento de uma nação unida e de mãos dadas, que comungava objetivos comuns.

Então, por que não alavancar em outras modalidades a formação de heróis esportivos, uma vez que o futebol já granjeara apelo popular, bem como houvera se profissionalizado há tempos. Para tanto, a realidade esportiva brasileira precisava urgentemente ser modificada, devido à carência de ídolos, a não ser pelo desempenho isolado de atletas amadores (Maria Ester Bueno, no tênis, Eder Jofre, no pugilismo e a seleção brasileira de basquete são alguns dos raros exemplos).

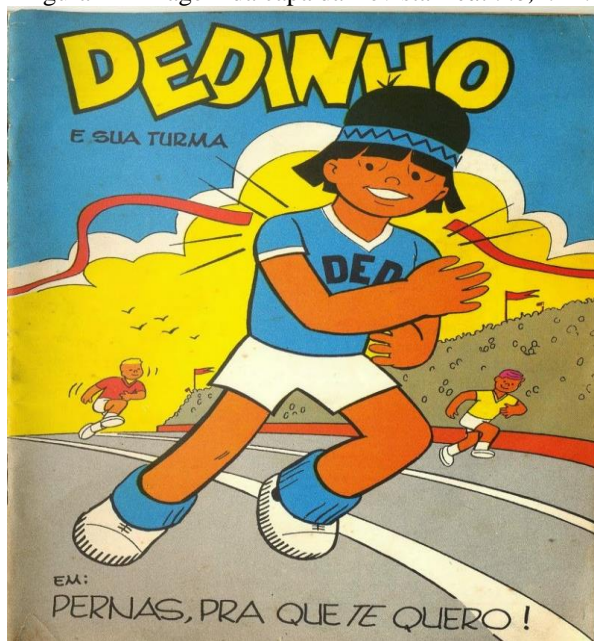
Pinto (2003) analisa a revista em quadrinhos “Dedinho”, a qual tinha como público-alvo crianças e adolescente de 7 a 14 anos. A “Dedinho” foi distribuída nacionalmente, de maneira gratuita, para alunos da Educação Física escolar, com seis

³³“Pra frente Brasil”, composição de Miguel Gustavo, por ocasião da campanha da seleção brasileira de futebol na copa do mundo do México, em 1970.

números, num total de nove milhões de exemplares, a fim de justamente incentivar outras modalidades esportivas no país³⁴.

Os temas da revista em quadrinhos versavam sobre o atletismo (número 1, corrida; número 2, saltos; e número 3, arremessos), o basquetebol (número 4), o voleibol (número 5) e o handebol (número 6), buscando “acabar com a monocultura do futebol”³⁵, o que se alinhava com as diretrizes do PED (1971-1974). Nesse ínterim, uma das ações desenvolvidas foi a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (1971-1974)³⁶, com o intuito de criar uma mentalidade esportiva no país, vislumbrando na escola o ambiente ideal para a revelação de novos talentos do esporte.

Figura 1 – Imagem da capa da Revista *Dedinho*, nº 1.



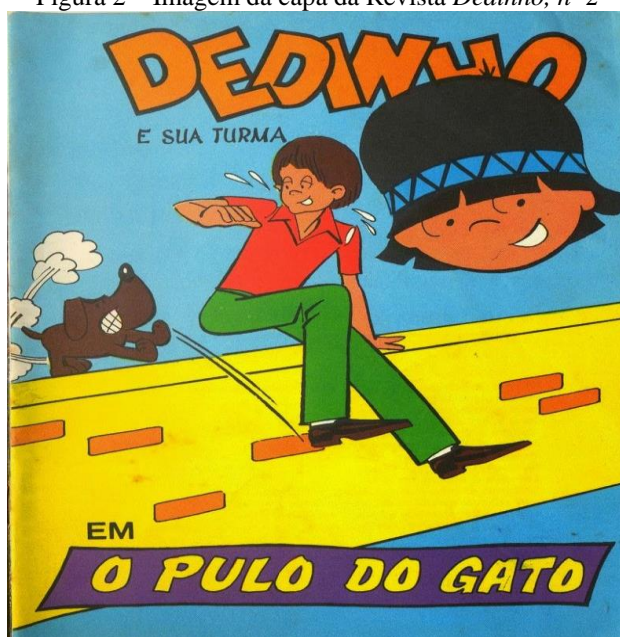
Fonte: <http://goo.gl/Gtl03K>

³⁴Na obra de Pinto, verifica-se que a ideia de se utilizar o formato de revista em quadrinhos derivou-se do intuito de chamar a atenção dos estudantes. A previsão inicial era que a revista circulasse entre os anos de 1971 e 1974, porém houve a reedição dos três primeiros números entre os anos de 1975 e 1978. Cada número alcançou uma tiragem de um milhão de exemplares, incluindo os reeditados.

³⁵A expressão “acabar com a monocultura do futebol” é utilizada por Roberto Jenkins de Lemos em entrevista concedida a Pinto (2003). Capitão do exército, Lemos foi o principal responsável pela elaboração da revista *Dedinho*.

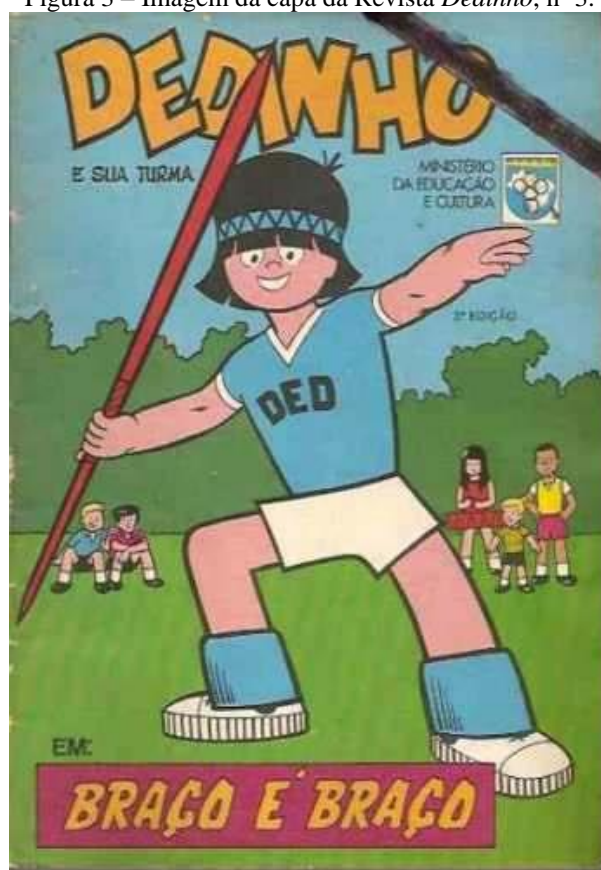
³⁶A Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo procurou modificar o comportamento da população brasileira no que tange ao envolvimento nas atividades esportivas, porém esbarrou nas estruturas burocráticas do aparelho estatal, bem como expôs as fissuras existentes entre o esporte formal e as práticas esportivas não formais. Isso fez com que o projeto inicial, que previa a duração da campanha por uma década, fosse encerrado prematuramente. Cf. LINHALES, Meily Assbú. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

Figura 2 – Imagem da capa da Revista *Dedinho*, nº 2



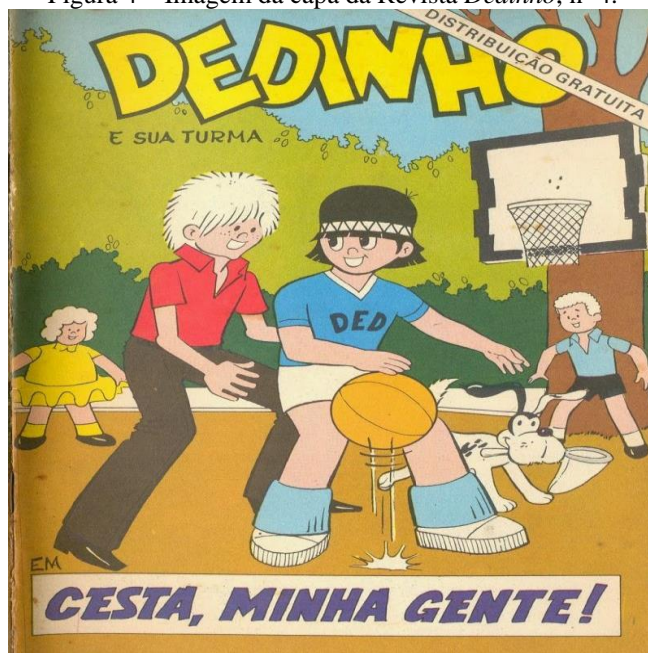
Fonte: <http://goo.gl/Gtl03K>

Figura 3 – Imagem da capa da Revista *Dedinho*, nº 3.



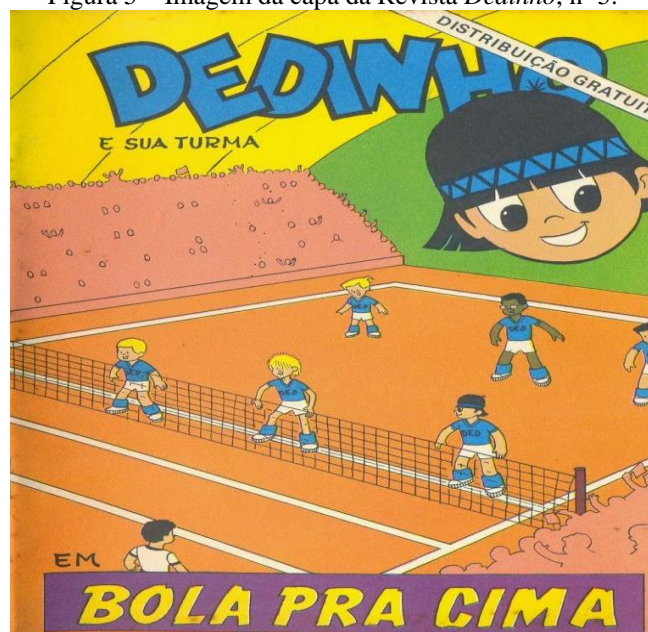
Fonte: <http://goo.gl/POJEeh>

Figura 4 – Imagem da capa da Revista *Dedinho*, nº 4.



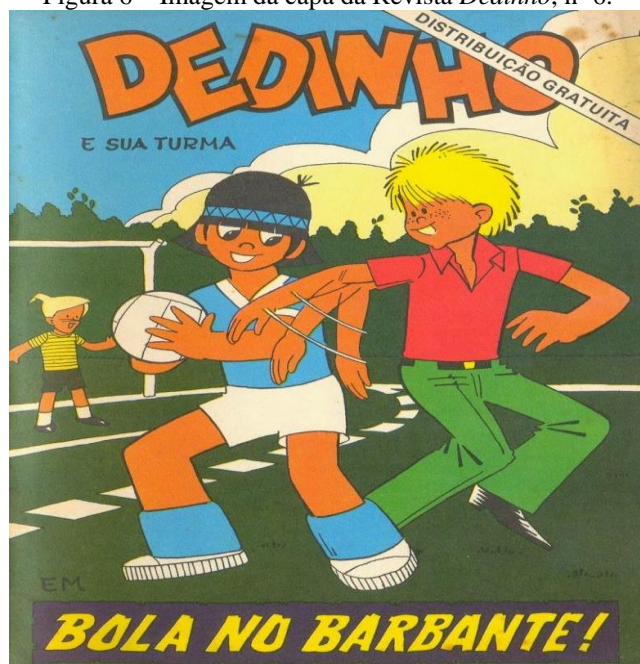
Fonte: <http://goo.gl/Gtl03K>

Figura 5 – Imagem da capa da Revista *Dedinho*, nº 5.



Fonte: <http://goo.gl/Gtl03K>

Figura 6 – Imagem da capa da Revista *Dedinho*, nº 6.



Fonte: <http://goo.gl/Gtl03K>

Mas, afinal, do que tratava o escopo da revista em quadrinhos “Dedinho” e quais foram as táticas utilizadas para envolver os estudantes da fixa etária correspondente ao ensino do 1º grau? A revista apresentava oito personagens, seis meninos e duas meninas, de características bem diversas entre si, no que se refere aos aspectos raciais, étnicos, físicos e comportamentais.

As histórias tinham como personagem principal Dedinho, nome diminutivo do DED, órgão coordenador do esporte e da Educação Física brasileira. Com efeito, Dedinho acabava por assumir a função centralizadora, de liderança no estímulo da prática de esportes junto aos amigos, uma vez que ele se munia dos conhecimentos necessários para tal. A própria representação corporal de Dedinho obedecia ao perfil ideal do esportista, magro, alto, com bom porte físico, cujo exemplo deveria estender-se aos colegas (PINTO, 2003).

Não se abandonavam na revista em quadrinhos os paradigmas técnicos que acompanhavam a Educação Física, conforme especificados no Decreto nº 69.450/71. A começar pelas orientações relativas à separação entre meninos e meninas durante a fruição de atividades esportivas, bem como ao direcionamento para a aptidão física como referência no planejamento, no controle e na avaliação da Educação Física.

Aliás, quando se aborda a questão de gênero, masculino e feminino, Pinto destaca que se explicitava a discriminação em relação ao segundo, haja vista o papel secundário que

desenvolvia ao longo das práticas propostas na revista. Isso desencadeava outra situação que descaracterizava as práticas discursivas da “Dedinho”, pois se lia em seus quadrinhos que o “importante é competir”, porém o desfecho das narrativas demonstrava a prevalência da seletividade, o que, de maneira efetiva, priorizava a participação dos homens no cenário brasileiro da década de 1970.

Desse modo, a importância conferida na preparação de atletas transitou pelo contexto do regime militar brasileiro e, portanto, *a priori* a escola foi o local escolhido para suprir as demandas existentes, a fim de que o país adentrasse o patamar das potências olímpicas, utilizando-se a legislação esportiva para indicar os rumos da efetivação dessa matéria.

No entanto compreendo que a alocação de recursos financeiros foi insuficiente para consolidar a política de formação de esportistas de alto rendimento no âmbito escolar, uma vez que o desempenho do Brasil em jogos olímpicos nos anos subsequentes à adoção de uma Educação Física prioritariamente dedicada ao esporte não logrou os resultados satisfatórios, principalmente no que tange à conquista de medalhas.

Além disso, compete avaliar em que medida os professores de Educação Física engajaram-se nas determinações legais propostas pelo governo. Oliveira (2001), ao realizar entrevistas com professores de Educação Física da cidade de Curitiba que exerceram suas atividades durante o regime militar, conclui que nem sempre havia a adesão absoluta às políticas governamentais. A aula, de acordo com o autor, oferecia um espaço relativo de autonomia, significando que abrangiam as experiências, histórias de vida e concepções dos professores. A despeito de ser preconizada a aprendizagem esportiva pura e simples, existiam possibilidades de resistência e de adoção de outras práticas pedagógicas.

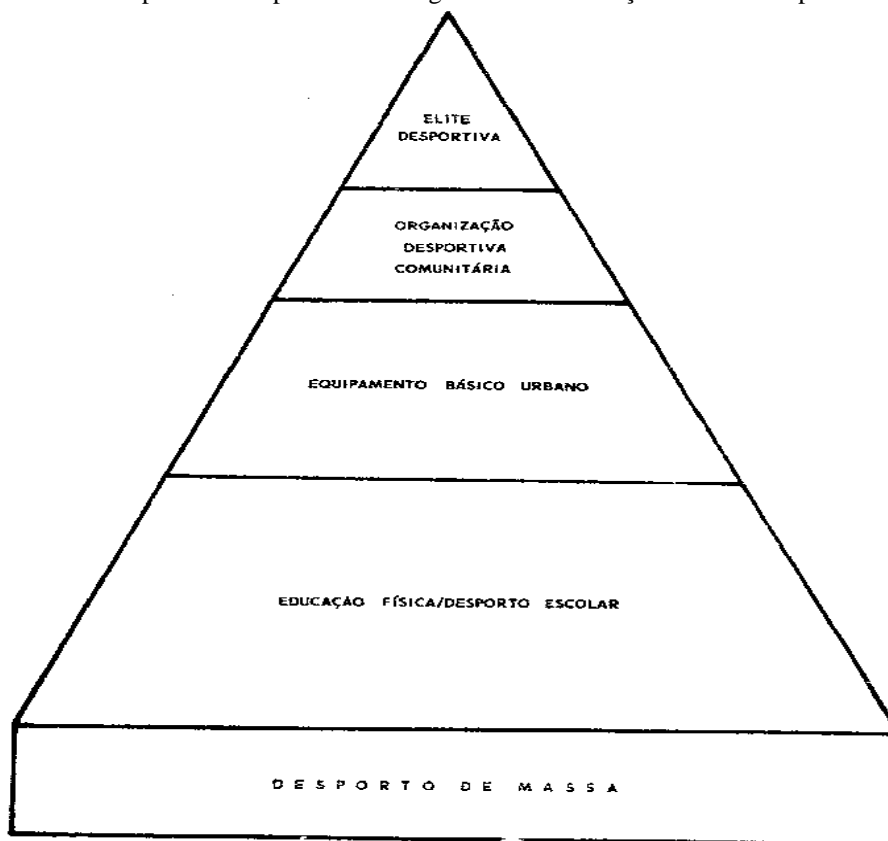
Refletir sobre a natureza das ações da Educação Física no decorrer do regime militar requer uma análise cuidadosa, a fim de que não se atribua um teor monolítico pautado apenas na esportivização das práticas corporais. A Educação Física brasileira sofria influências internacionais e procurava adquirir o seu estatuto, diante das teorizações que pertenciam ao escopo da área de conhecimento. Assim, as injunções relacionadas às atividades físicas eram premidas por aspectos diversificados, e a maneira como elas seriam direcionadas estava distante de obter consenso, pois não era somente o esporte, embora predominante, que se inseria no ambiente de discussões acerca da necessidade de se espalharem as atividades físicas e esportivas na população.

Se nem na escola se pode inferir a respeito da completa obediência ao receituário proposto pelas determinações legais, na esfera da sociedade, a propagação dos discursos e a

distribuição das práticas direcionavam-se por múltiplos caminhos, haja vista as publicações contidas na RBEFD, que se aprofundavam tanto no esporte de rendimento, quanto nas atividades de lazer e de recreação, de cunho humanista e de modo até certo ponto apartado à elevação do nível de aptidão física dos sujeitos e à fabricação de atletas de alto nível.

Retomo as situações atinentes ao modelo piramidal apresentado no Diagnóstico, que, de acordo com Costa (1971), eram consonantes com as discussões internacionais sobre o esporte, exprimindo a ideia de que o desporto de massa representava o alicerce de uma conjuntura atravessada respectivamente pelos estágios da Educação Física/Desporto Escolar, equipamento básico urbano, organização desportiva comunitária e, finalmente, no ápice da pirâmide, a elite desportiva. Seria, então, o esporte de massa o responsável por carrear os insumos na formação de atletas de alto nível? Na interpretação que se faz da pirâmide, parece ser essa a intenção.

Figura 7 – Modelo piramidal esportivo do Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil.



Fonte: Costa (1971).

A recorrência à pirâmide intui indagar a respeito do caráter de autonomia da população na fruição de suas atividades físicas e esportivas. Entendo que, embora no Diagnóstico o fomento do esporte de massa ainda se encontrasse incipiente, foi através de

suas constatações que se vislumbrou a necessidade de desenvolvê-lo no contexto da sociedade, o que acabou por desaguar na implantação do EPT em 1977.

Porém, da elaboração do Diagnóstico até a implantação do EPT, o país passou por transformações, pois não mais se vivia sob os auspícios do “milagre econômico” e o regime militar detectava os sinais de seu enfraquecimento. Desse modo, a pergunta que surge versa sobre as perspectivas dos militares a respeito do alastramento do esporte de massa e se ele se tornou prioritário na fase em que o governo perdia a sua força.

Nesse sentido, compreendo que a autonomia se investe também do conceito de hegemonia de Gramsci (1999), segundo o qual as próprias massas populares necessitam assumir a sua preparação intelectual e cultural. Isso se deve ao aprimoramento das concepções relativas ao senso comum e, aqui, Gramsci alude ao papel fundamental da filosofia da práxis, a qual “não busca manter os ‘simples’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior” (p. 103).

No entanto, diante de um regime ditatorial, coloca-se em dúvida se os praticantes teriam pleno exercício democrático no domínio de suas decisões. Então, as reflexões realizadas nesse tópico são fundamentais para a compreensão dos movimentos que se instalaram na Educação Física brasileira e que redundaram na criação do EPT. O próximo tópico procura desvelar as influências que resultaram na implantação do EPT no Brasil, mapeando acontecimentos que se desenvolviam em nível internacional.

2- Orientações internacionais para o “esporte de alto rendimento” e do “esporte de massa”

Tubino³⁷ (1975) demonstrava que, a partir da década de 1970, o quadro internacional da Educação Física passou por modificações oriundas principalmente da relevância que o esporte assumiu como eficiente mecanismo de propaganda política. Referindo-se ao Congresso Mundial de Educação Física, realizado no ano de 1973, em Bruxelas, o autor afirmava que, na oportunidade, se dispuseram duas tendências totalmente opostas, uma constituída pelos defensores de uma Educação Física voltada para o esporte de alto rendimento e outra que enxergava a área de conhecimento como parte da educação integral dos indivíduos, e o esporte comporia o conjunto de atividades destinado a esse fim.

³⁷O professor doutor Manoel José Gomes Tubino foi um dos importantes nomes da Educação Física brasileira e mundial no século XX. Formado pela Escola de Educação Física do Exército, em 1968, tornou-se professor universitário e exerceu o cargo de presidente da Federação Internacional de Educação Física do ano de 2000 até o seu falecimento, em 2008.

Para efeito de identificação, Tubino definiu a primeira tendência como de orientação pragmática, na qual o comportamento do homem é o objetivo principal, sendo o corpo tratado como objeto, e a Educação Física equivaleria simplesmente a um caminho para o desporto. A segunda tendência, de orientação dogmática, focava o homem total, tendo seus aportes teóricos amparados na predominância do humanismo.

Favorável à linha dogmática, Tubino apontava que, no plano internacional, havia a prevalência do esporte de alto rendimento, em que a vitória a qualquer custo acabava por gerar efeitos nefastos, tais como o uso excessivo do *doping* e o desaparecimento do *fair play*³⁸.

Essa discussão desenhava um panorama que há muito vinha sendo alvo de contendas internacionais, ou seja, o de oferecer alternativas ao monopólio do esporte de competição. O Manifesto Mundial da Educação Física de 1970, elaborado pela Federação Internacional de Educação Física (FIEP), advogava a adoção de novas posturas voltadas para a dimensão humana.

Em seu preâmbulo, o Manifesto dizia que os educadores se deparavam com duas possibilidades de escolha concentradas ou no esporte de competição, ou na assunção de práticas educativas e formativas. Embora ressaltasse que a primeira opção estava imersa no contexto da atualidade, sendo inevitável considerá-la como mergulhada na arena de atuação dos profissionais e que da difusão do desporto de massa brotaria naturalmente uma elite desportiva, evidenciava que o foco precisaria caminhar para a recreação e o lazer, contemplando as finalidades do desporto para todos.

De um lado, há o desporto profissional e o desporto de alta competição (mais ou menos profissionalizado), que apenas podem atingir uma minoria de indivíduos, particularmente dotados. Temos de aceitar este profissionalismo ou semiprofissionalismo como sendo realidade incontestável - lógica em um mundo dominado pelo espírito de competição, pela satisfação da glória nacional e pelos interesses financeiros mas, sobretudo, como um fato que pode adquirir certo valor humano e social. Pode ser profissão honesta e, como toda profissão, ter sua utilidade, suas alegrias e sua grandeza. Porém, o desporto deve tornar-se mais claro em suas intenções, mais bem estruturado e mais social em sua organização. Ele deve servir à promoção humana e social dos especialistas e não ao seu aviltamento.

Por outro lado, existe o desporto essencialmente animado por preocupações educativas, higiênicas e recreativas, que é necessariamente o desporto para

³⁸Em nota, dizia Tubino que o *fair play* “é uma expressão que pode ser empregada em qualquer circunstância, tanto na vida como no campo de disputas desportivas, para mostrar a honestidade mais pura e mais cavalheiresca, constituindo-se numa homenagem ao valor moral do desporto e à nobreza dos desportistas” (TUBINO, 1975, p. 11).

todos, aquele que mais se integra no sistema geral da Educação Física (FIEP, 1970).

O discurso acerca do esporte de alto rendimento já adquirira grande relevância a partir de meados do século XX. Em que pese o Manifesto valorizar os aspectos de cunho recreativo por meio do incremento do esporte de massa, a justificativa por essa opção acabava encontrando na imanência com a perspectiva da competição as suas assertivas, haja vista que a elevação do número de praticantes favoreceria a revelação de campeões.

Deste "desporto-jogo", deste "desporto-lazer", verdadeiro desporto de massa, surgirá naturalmente uma elite, entre os jovens, que, tal como acontece atualmente, se desenvolverá até ao mais alto nível, podendo então esperar-se um espírito diferente, um "desporto mais puro, mais cavalheiresco, mais calmo", como sonhou Pierre de Coubertin (FIEP, 1970).

Criava-se, assim, um paradoxo na expansão do desporto para todos, uma vez que se suspeitava que a popularidade dos atletas campeões não lograsse o alcance social necessário à promoção das práticas de atividades físicas e esportivas na população, corroborando o espetáculo e, conseqüentemente, o aumento do lazer passivo. Por outro lado, apesar de um discurso norteado ao lazer ativo e pontuado por sua dimensão social, o alvo do manifesto girava em torno da seleção esportiva, mas agora, envidado por um caráter formativo que transformaria as relações entre os esportistas.

Em vez de um modelo dirigido diretamente para a formação de atletas, invertiam-se as ações, em virtude de o Manifesto afirmar que, munido de um número elevado de praticantes do esporte de massa, haveria a probabilidade muito maior de se conseguirem os campeões. Através do enaltecimento do “desporto-jogo” e do “desporto-lazer”, previa-se que “naturalmente” surgiria uma elite esportiva. Ou seja, ao mesmo tempo em que o esporte de alto rendimento era contestado por seu distintivo elitista, servia de fundamento para explicar a difusão das práticas de lazer.

Apelava-se para o *fair play*, jogo limpo, que assumia nova feição ante o avanço do mercado esportivo. Era fundamental conferir um selo humanista, condizente com o ideal de pureza advogado por Coubertin³⁹, a fim de referendar a difusão do esporte no corpo social.

O Manifesto cercava-se de valores morais atinentes ao arquétipo capitalista, vislumbrando oferecer aportes para uma vida saudável e sustentando a sua credibilidade no cientificismo advindo dos discursos biológicos. O relevante papel social do desporto provinha de sua capacidade em gerar uma população mais saudável, por meio de uma educação permanente apegada ao receituário de especialistas que graduavam a dosagem exata das atividades físicas da infância à idade adulta.

O desenvolvimento das qualidades básicas constitui a melhor preparação às ações futuras da vida corrente, da vida profissional e da especialidade desportiva. Quanto ao desporto educativo, convém evitar toda especialização prematura. Não se deve aprisionar, muito cedo, a criança em uma única atividade e num meio fechado que modelarão seu corpo e sua alma dentro de condições estreitas e poderão impedir a afirmação de certas potencialidades. É preciso - como nos outros domínios da educação - colocar progressivamente a criança, depois o adolescente em condições de fazer uma escolha livre e judiciosa de uma ou várias atividades, que serão praticadas o maior tempo possível. Convém preparar, sobretudo para as atividades da idade adulta, que são fundamentais, pois se trata de um período (de responsabilidades familiares e sociais) no qual o homem tem necessidade de manter-se sadio e fisicamente apto (FIEP, 1970).

Interessava que os indivíduos se tornassem conhecedores das informações concernentes aos benefícios fisiológicos proporcionados pelo desporto de massa. Entretanto, a definição das atividades físicas e esportivas que lhes trariam lazer e recreação escapava à sua autonomia, afinal, já existiam os responsáveis por administrá-las com respaldo nos discursos médicos para aferir o atestado científico necessário à sua confiabilidade.

Coutinho (1989), ao se reportar ao conceito de hegemonia de Gramsci, analisa que a concepção ampliada de Estado comporta duas esferas complementares, a sociedade política (Estado-coerção) e a sociedade civil, responsável por espalhar ideologias. Ambas as esferas formam o Estado, de modo que Gramsci alarga o campo de investigação para além da superestrutura concentrada na sociedade política, pois, num contexto de ocidentalização das

³⁹A figura do Barão Pierre de Coubertin (1863-1937), idealizador dos jogos olímpicos modernos, é sistematicamente utilizada como expoente dos princípios de pureza e de cavalheirismo propiciados pela prática do esporte. Criou-se a lenda em torno do personagem, em que o slogan “o importante é competir” expressava a nobreza dos valores dedicados ao espírito esportivo e desinteressado, refratário a desígnios que não os dirigidos para a integração e para a gentileza entre os participantes. Bracht (2003) promove uma crítica a tal caráter laudatório, pois considera que isso faça parte de uma estratégia discursiva favorável a um ideário amadorista que entrava em conflito com os interesses da classe trabalhadora, dada a própria origem aristocrática de Coubertin.

relações mundiais decorrente da predominância de modelos democrático-burgueses, a sociedade civil adquire contornos que vão reverberar na luta pela hegemonia. Por exemplo, não existe mais uma articulação oficial entre Estado e Igreja, característica das sociedades pré-capitalistas, mas, em vez disso, aparece um Estado laico em que Gramsci, segundo Coutinho, envereda-se pelo desenvolvimento do conceito de “aparelhos privados de hegemonia”.

Criam-se assim, enquanto portadores materiais dessas visões do mundo em disputa, em luta pela hegemonia, o que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia”: e não se criam apenas novos “aparelhos hegemônicos” gerados pelas lutas das massas (como os sindicatos, os partidos, os jornais de opinião, etc.); também os velhos “aparelhos ideológicos do Estado”, herdados pelo capitalismo, tornam-se algo “privado”, passando a fazer parte da sociedade civil em seu sentido moderno (é o caso da Igreja e, até mesmo do sistema escolar) (COUTINHO, 1989, p. 80).

Considero que a análise atinente aos “aparelhos privados de hegemonia” possa ser vinculada às configurações que tomaram conta das atividades esportivas no âmbito da realidade europeia. Observa-se que a utilização das práticas corporais incidiu na legitimação dos princípios burgueses, numa Europa combalida após a eclosão das duas Grandes Guerras. O Estado de bem-estar social visualizava nas atividades físicas e esportivas uma das possibilidades de conduzir a população, atuando na formação de opiniões favoráveis à implantação daquele nível de consciência guiada pelas classes dominantes.

A difusão do desporto de massa mistificava as ideias de igualdade e de democratização, tão caras ao liberalismo e à socialdemocracia, abafando as lutas de classe e os clamores populares para a alteração da estrutura de poder, em que o Estado oferecia o aval para a conservação do arcabouço institucional. Com efeito, a hegemonia revestia-se de um mecanismo de superioridade política e intelectual das elites, como forma de arrefecer eventuais tensões sociais e agir na manutenção do estatuto político, buscando não permitir a formação da consciência crítica das classes dominadas.

A atuação incisiva do Estado sobre as classes dominadas tem, porém, os seus limites, pautando-se pela presença das relações políticas e ideológicas no âmbito das relações de produção. Em que pese as deliberações do Manifesto permearem-se pela organização das massas, condizente com o quadro de normalidade institucional afeito aos desejos das elites, não é somente por conta das aspirações destas que o Estado se verga, à medida que ele não é

produzido integralmente pelas classes dominantes, mas visa a harmonizar os seus objetivos, de acordo com as disputas existentes no seio da sociedade (POULANTZAS, 1985).

Há a constante luta entre as classes sociais. É importante examinar que o Estado, como instância de poder, procura referendar as práticas espalhadas no corpo social e que se registram no cenário das exigências populares. O esporte de massa desvelava as discontinuidades marcadas pela imposição e pela adequação às vontades da população, por movimentos enviesados que atendiam a determinadas demandas, dependentes da realidade na qual se apresentavam.

Ora, se não é mais possível conter os avanços populares, outras técnicas de dominação têm que ser perpetradas. Nesse sentido, é necessário que a fabricação de efeitos de verdade contemple as dinâmicas gravadas em cada panorama, de modo que, a partir do ponto em que a Europa se colocava diante dos códigos da democracia, defensora dos valores do mundo ocidentalizado, o alastramento das práticas corporais, na configuração do desporto de massa, carimbava o verniz de democratização do acesso ao lazer e à recreação.

No entanto, não é uma invenção que simplesmente vem de cima para baixo, crivada de concessões que as elites e o Estado oferecem à população. A apropriação do esporte compõe lutas historicamente assinaladas no corpo social e insere-se nas contradições existentes no contexto da sociedade, fazendo parte de conjecturas que se condensam e se acumulam, bem como carecem de um processo de mediação para que se negocie o interesse das classes sociais.

O próprio caso do esporte de alto rendimento traduz que suas nuances imergiram num cenário político que foi-se ajustando à medida que suas interfaces se modularam, de acordo com as lutas inscritas no corpo social. Originário de uma matriz aristocrática, o esporte cada vez mais penetrou na plenitude da sociedade, resultado do gosto que classes populares tomaram por essas práticas corporais. O Estado, então, não deteve o poder de inibir as ambições das massas, passando a ajustá-las, juntamente com as conveniências das elites.

Isso embasa discussões que alcançam o horizonte amador ou profissional, ocasionando o movimento *fair play*, jogo justo, limpo, que implica o respeito às regras e a honestidade. Sua retórica indica que a lealdade constitui o cerne das prerrogativas esportivas e que todos os envolvidos no esporte sujeitam-se à sua execução.

As mesmas circunstâncias utilizadas, todavia, para enaltecer as virtudes provindas das práticas esportivas escondem as relações de dominação nelas encetadas. A começar pelo ideário olímpico, que, ao advogar o amadorismo como a fonte dos valores e da igualdade

entre os indivíduos, demonstrava sua postura conservadora, movida pelo desejo de esquadrihar os corpos e distribuí-los, obedecendo ao pertencimento às classes sociais.

Às elites estariam abertas as condições para as práticas esportivas, as quais pertenceriam ao escopo de sua educação. Ser profissional significava infringir as regras do jogo justo, então, os trabalhadores tinham que ser educados para os seus ofícios, preocuparem-se com sua subsistência e com o labor, encontrando-se excluídos das vivências do esporte.

Contudo, existem as movimentações, os inter-relacionamentos que promovem novos arranjos no corpo social. As camadas populares, nesse processo, reivindicam para si a possibilidade de penetrar no terreno das atividades esportivas e solicitam o direito de usufruir de seus lazeres, sobretudo perante um contexto em que se observava o aumento da urbanização.

Veja-se o exemplo da história do esporte na cidade do Rio de Janeiro, analisada por Lucena (2001), o qual descreve como as barreiras sociais de acesso às práticas esportivas foram rompidas. Paulatinamente, as classes populares entremearam-se no terreno elitista do esporte, conquistando elas também o acesso à participação, seja no turfe, no ciclismo, no remo, no futebol, enfim, no universo de atividades concebidas para atender unicamente às classes dominantes.

A variação do papel das classes sociais e a relevância que o esporte obtém a partir da segunda metade do século XX engendram também outros discursos. Se um dos modos de identificar a hegemonia das elites residia na exclusividade que ela possuía em relação às práticas esportivas, valorizando os aspectos do amadorismo, com o recrudescimento da competição em nível mundial, permeado, sobretudo pelas disputas entre as potências na esfera da Guerra Fria, a hegemonia atrai nova roupagem.

Cada vez mais, as nações investem em demonstrar as suas realizações, assim, coerentemente com a divulgação do quadro econômico favorável, com estabilidade política, com disputa armamentista que culmina com a tecnologia atômica, com exploração espacial, dentre outras, o sucesso esportivo revela o atestado de saúde dos sistemas, e a conquista de medalhas olímpicas serve como seu indicador. Como afirma Bracht (2003),

Através da medida dos rendimentos dos “corpos” dos atletas, as nações podem medir seus rendimentos de forma inequívoca [...]. Isso favorece a um tipo de apropriação do atleta, elegendo-o como representante do sistema (todo o ritual olímpico favorece esse processo – hinos, bandeiras, etc.). Sucessos esportivos fornecem prestígio nacional. Tais sucessos testemunham que o sistema está em condições de resolver seus problemas tecnicamente de

forma eficiente. Como critério de legitimidade do sistema aparece, então, a efetividade quantificada nos corpos dos atletas. O atleta é elevado à figura de representação nacional. O nacionalismo, por sua vez, torna-se subrepticiamente a base de legitimação do esporte de alto rendimento (p. 73).

No núcleo dessas questões, surge um dilema apontado pelo Conselho Internacional de Educação Física e Desportos (CIEPS), através do Manifesto sobre o Desporto de 1964, que alertava a respeito do falso amadorismo e como isso poderia corromper os ideais do *fair play*. A fim de encontrar soluções para esses fatores, propunha que os atletas de alto rendimento não ficassem prejudicados, criando-se uma espécie de “não amadorismo”, de maneira a possibilitar aos atletas o recebimento de dinheiro e, simultaneamente, não recaindo no profissionalismo, considerado pelo Manifesto pernicioso e mau exemplo para a juventude.

Dentro deste ponto de vista, a criação **duma nova categoria de atletas, os “não-amadores”, que teriam o direito de tirar proveito do seu talento desportivo, mas que teriam também a obrigação de aprender ou exercer um ofício, parece como meio de restabelecer a honestidade do desporto, sem sacrificar para tanto a qualidade humana e desportiva do campeão.** Os “não-amadores”, controlados diretamente pelas federações, poderiam participar no mesmo título que os “amadores” em todas as competições federais. Não poderiam, naturalmente, reivindicar a categoria de amadores, pois que teriam o direito de receber dinheiro. Porém não poderiam ser confundidos com os profissionais, visto que teriam um outro ofício, além do desporto. Ocupariam, em suma, uma posição original entre o amadorismo – que preencheria, em qualquer caso, o estatuto da massa e de certos campeões, tendo guardado no coração o nobre ideal do desporto desinteressado – e o profissionalismo, que substituiria autêntico em alguns desportos e para uma minoria.

O “não-amadorismo” favoreceria, sem dúvida, o desaparecimento do falso amadorismo. Daria também a cada atleta a sua oportunidade de alcançar o máximo e preservaria, ao mesmo tempo, o seu futuro social. **Abriria ao desporto uma nova perspectiva humanista: a da promoção humana e social do campeão. Os jogos olímpicos, pelo seu prestígio, o seu brilho, a sua popularidade, poderiam contribuir para impor universalmente este novo ideal.** Seria importante que, para isto, eles fossem abertos para todos que, amadores e não-amadores, têm sabido dar o exemplo dum êxito desportivo e profissional, isto é, a todos os campeões que, pelo exercício duma ocupação extradesportiva, podem aspirar a uma promoção durável: os “profissionais” que fazem do desporto a sua única profissão, deveriam ser excluídos, visto que a sua atividade tem um caráter demasiado temporário para poder, a maior parte da vezes, assegurar o seu futuro social e permitir-lhes perante a juventude um exemplo inteiramente válido

Aí se encontra, incontestavelmente, a via da razão. Sacrificar a elite, tentando impor-lhe um amadorismo que ela já não pode respeitar, será tão pernicioso e nefasto para o desporto como sacrificar o amadorismo, que é e deve continuar a ser o estado da alma dos praticantes. Certamente que a

criação de uma categoria de “não-amadores” fará perder oficialmente à maior parte dos campeões a qualidade de amador. Mas restituirá, ao respeito pela regra, o caráter absoluto que hoje perdeu, e favorecerá assim a defesa do “fair play”, gravemente ameaçado pela mentira e a batota atuais.

O “fair play” dá ao desporto a sua qualidade humana. Tudo deve ser posto em marcha para que se torne o ideal de todos os sportistas (CIEPS, 1973, p. 20-21, grifos do autor).

Esta longa citação se explica pela natureza que se tende a imprimir ao espírito humanista do esporte, voltado aos princípios do *fair play* – uma fórmula confusa de não amadorismo que começava a suscitar as contendas que estavam por vir no ambiente esportivo.

É preciso que se entenda a preocupação de integrantes do CIEPS em oferecer artifícios de ganhos financeiros aos atletas que se destacavam, sem, contudo, que se corrompessem os “nobres ideais olímpicos”. Em primeiro lugar, as repercussões midiáticas dos grandes campeões tramitavam num mundo crescentemente coberto pela informação e pela lógica do mercado, onde o êxito dos atletas carecia de sua dedicação completa aos treinamentos e, por conseguinte, a alternativa que restava incidia sobre a sua compensação pecuniária.

Tratava-se de ir além do mero altruísmo que valorizasse o esforço dos atletas, pois as suas vitórias vinculavam-se ao modelo de consumo capitalista, ou seja, ao incremento da venda de produtos diversificados. Destarte, as elites antes refratárias à presença das massas no território fechado das práticas esportivas ocupavam-se, a partir de então, de aproveitar-se dessa situação, no que tange à exploração do carisma dos sportistas junto à população.

Em segundo lugar, como já foi mencionado, no contexto da Guerra Fria a representação esportiva vitoriosa proporcionava credibilidade do sistema político vigente, e o receio dos países capitalistas residia no fato de que a inibição à remuneração dos atletas afugentasse possíveis campeões, haja vista que, no cenário das nações socialistas, todo atleta, independentemente da modalidade praticada, era considerado amador.

Logo, ocorre o percalço no âmbito da supremacia mundial, socialismo ou capitalismo, em que o Estado busca comandar as ações, mas nem sempre se constitui no sujeito, devido às modernas conjunções esportivas do mundo ocidental derivarem de contradições de classe que se transformaram, transitando principalmente pelo domínio do mercado, em que os atletas corporificaram modelos de sucesso, alvos perfeitos para a divulgação de produtos, consubstanciados pela exposição que conquistaram mediante o tempo que a imprensa confere ao esporte.

São lutas registradas nas relações de produção, que Poulantzas (1985) indica como componentes das clivagens existentes nos desenlaces do Estado com as classes dominantes. Um jogo multifacetado, em que frações dos blocos no poder assumem a hegemonia em determinado contexto e promovem novas configurações. No esporte, pode-se dizer que a mídia e o grande capital inserem-se no conjunto desses fragmentos, convertendo-se em setores responsáveis por interferir nas batalhas entre o profissionalismo e o amadorismo e inaugurando mecanismos favoráveis à exploração da imagem e à valorização do consumo.

Porém não é apenas na esfera da tendência à profissionalização que se vertiam as atenções acerca do esporte, já que esta se consolidava, à medida que o capital tomava conta de sua direção. As relações de produção alteram-se no cenário do esporte moderno, com a instalação de inúmeros campos de disputa, interpostos por arenas de conflitos no terreno político.

Os embates avolumam-se e deságuam na premência de educar a população, em que ser profissional ou amador torna-se uma interpretação à parte perante a necessidade de se espalhar o esporte de massa, num panorama demarcado pela predominância do alto rendimento. Adotam-se posicionamentos às vezes maniqueístas, às vezes buscando a articulação entre ambos. Discussões que penetram no surgimento do movimento Esporte para Todos e que pretendem justificar a sua difusão no corpo social.

Pierre Seurin, presidente da FIEP, por exemplo, analisa os conceitos atinentes à Educação Física e ao desporto, asseverando que não são opostos, embora diferentes. Focando-se nos mesmos propósitos funcionalistas do Manifesto da FIEP, de 1970, Seurin aborda que a Educação Física necessita voltar-se à saúde ativa, ao desenvolvimento da aptidão física e à afirmação de valores morais e particulares, em que os indivíduos se ajustem ao mundo que lhe é destinado (SEURIN, 1973).

Quanto ao desporto moderno, Seurin alerta que, ao seguir pela seletividade e pelo apego excessivo ao dinheiro, está voltado a um viés pernicioso, urgindo que seus caminhos sejam corrigidos, de forma a devolvê-lo às propriedades educativas da Educação Física.

Com efeito, alega que o desporto pode-se tornar educativo, ao passo que incorpora valores recreativos e lúdicos, disseminando-se por todas as idades. Para isso, a escola deveria ser tratada como o local de formação de sujeitos capacitados para exercer de forma leal e desinteressada as atividades físicas e esportivas. Uma educação para o lazer, que se afastasse dos dispositivos do desporto atual, qual seja, o da competição exacerbada.

Nesse combate difícil é preciso, antes, “escolher nosso terreno”, aquele onde nossos esforços possam ser os mais eficazes. Esse terreno é evidentemente a escola. Uma escola que permaneça “aberta” para o mundo moderno, mas que seja também para a criança e o adolescente, a “cidadela provisória”, o meio preservado das influências nefastas da sociedade ou da ditadura do “bando”, o meio onde o adulto (aqui o educador) está **a serviço da criança**, para seu progresso humano, social e suas oportunidades de felicidade futura (SEURIN, 1973, p. 11, grifo do autor).

Infiro que os posicionamentos achavam-se concentrados nos objetivos de alguns órgãos ou até eram de ordem pessoal, que poderiam ganhar contornos maiores dependendo do autor, pois o esporte de alto rendimento como meta final não era descartado nem mesmo pelo manifesto da FIEP de 1970, da qual Seurin era presidente. Nesse ínterim, ao defender a profusão do esporte de massa, Seurin não obrigatoriamente se colocava como porta-voz da FIEP.

Outro caso que pode ser citado refere-se à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que se constituiu numa das entidades que sempre trabalharam no intuito de incentivar o esporte de massa, sem, contudo, expressar-se contra o esporte de alto rendimento. No entanto, o seu diretor-geral, René Maheu, convidado pelo comitê organizador dos jogos olímpicos de Munique de 1972, dias antes de seu início, a proferir palestra, reforçava veementemente que o desporto deveria abraçar a finalidade de formação e preparação para a vida.

A integração do desporto e a educação compunha a análise de Maheu, pautando-se por reivindicar maior cuidado às entidades governamentais e não governamentais a respeito da capacidade de utilização do desporto na educação permanente.

O sucesso do espetáculo esportivo, a importância que assumiu nos costumes infelizmente é muitas vezes explorada para fins alheios e às vezes opostos ao desporto e que são outros tantos fatores de corrupção ou de deformação: o mercantilismo, o chauvinismo, a política. Chegou o tempo de reagir e de reagir energicamente, se se quer conservar o espírito do desporto. Chegou o tempo de escolher entre o circo romano e a palestra grega. Chegou o tempo de escolher entre a exaltação do orgulho nacional e a da fraternidade humana, entre aquilo que opõe os homens e aquilo que os une (MAHEU, 1973, p. 22).

Com entonação incisiva, ante uma plateia que, em virtude da natureza do evento, provavelmente era afeita ao espetáculo esportivo, o autor alfinetava as diretrizes traçadas nesse setor, isto é, a defesa intransigente do esporte de alto rendimento. Propunha a humanização, por meio do esporte, com a sua difusão harmoniosa na população, sem incorrer

no risco de se guiar pelo mercado, por um nacionalismo descabido ou por rumos políticos que se desviassem dos preceitos do esporte.

Cabe ressaltar que a UNESCO, juntamente com o Banco Mundial, sobretudo em meados da década de 1960, promoveu uma política educacional que visava a oferecer a “tranquilidade” ao mundo globalizado e a conter manifestações chauvinistas. Perante um cenário internacional em que se buscava consolidar o neoliberalismo, tal política serviria para a propagação de ideologias capitalistas, demarcadas pela prevalência da dimensão instrumental, qual seja, os indivíduos deveriam ser dotados de habilidades e qualificações técnicas atinentes à lógica do capital e à teoria do capital humano (LEHER, 1999).

Partindo do pressuposto de que a destinação de aportes financeiros aos países do terceiro mundo, pela via do FMI, dependia também de concessão de créditos para que essas nações investissem em educação, aos moldes neoliberais, o Banco Mundial adotou uma tática economicamente mais viável de controle político internacional, em vez do confronto bélico direto contra governos que, no contexto da Guerra Fria, se vertessem ao comunismo.

Diante de um mundo que se transformava, em fins de 1960, e observava um considerável processo de descolonização, o Banco Mundial percebeu que a segurança internacional exigia o enquadramento ideológico das nações, sendo a educação importante para isso. Ademais, tal fator passou a gerar o aumento da dívida dos países periféricos, a partir do início da década de 1980, inclusive do Brasil, o que causou uma maior relação de subserviência ao Banco Mundial.

No âmbito educacional de implantação de arquétipos neoliberais, o esporte de massa encaixava-se no escopo das prerrogativas da educação permanente, daí Maheu (1973) preocupar-se com os riscos da competição esportiva, defendendo a humanização das práticas corporais. Fazia parte de uma estratégia em que a UNESCO, articulada ao Banco Mundial, tinha a função de zelar pela ordem internacional.

Obedecendo a esses anseios, a UNESCO participou ativamente das teorizações relativas à promoção de atividades físicas e esportivas à totalidade da população e que deram origem ao EPT. A Carta Internacional da Educação Física e Desportos, elaborada pela UNESCO no ano de 1978, definia como direito de todos o acesso à Educação Física e ao Desporto, fomentando a expansão da pessoa humana, além de desenvolver hábitos e comportamentos favoráveis. Pautando-se por um aporte teórico fundado na paz e no respeito internacional, na harmonia e dignidade da pessoa humana, na democratização ao acesso às práticas corporais, a Carta evocava as potencialidades de se alastrarem os seus paradigmas para o mundo inteiro.

Ao longo de seus dez artigos, a Carta enfatizava a prática da Educação Física e do desporto como direito fundamental para todos; educação permanente; correspondência com as necessidades dos indivíduos e da sociedade; confiada a pessoal qualificado; equipamentos e materiais apropriados; pesquisa e avaliação indispensáveis ao seu desenvolvimento; disponibilização de arsenal de informação e documentação; condução para que os meios de comunicação exercessem influência positiva; adesão de entidades públicas e privadas e cooperação internacional no seu desenvolvimento.

Como braço da Organização das Nações Unidas (ONU), a UNESCO enxergava no esporte a possibilidade de ser um elemento integrador entre os países. Mas exatamente o último artigo, o da cooperação internacional, sofreria um abalo significativo, uma vez que as oscilações políticas mundiais, num futuro breve, passariam a influir decisivamente em sua trajetória. O período no qual foi formulada a Carta apresentou um quadro adverso ante as tentativas de diálogo e entendimento propugnadas pelo documento, contrastando com o otimismo decantado pela UNESCO, em relação aos rumos do esporte.

É pela cooperação e pela defesa de interesses comuns no campo da educação física e no dos desportos – linguagem universal por excelência – que os povos contribuirão em prol da manutenção de uma paz duradoura, do respeito mútuo, da amizade, e assim criarão um clima favorável à solução dos problemas internacionais. Uma estreita colaboração fundada no respeito às suas competências específicas, entre outros órgãos interessados – governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais – deve favorecer o desenvolvimento da Educação física e dos desportos no mundo inteiro (UNESCO, 1978, p. 7).

Escancarou-se que o esporte não possuía a aura romântica e desinteressada, centrada em seus próprios objetivos, pois os conflitos ideológicos sobrepujaram os valores educativos dedicados ao esporte, tão caros à UNESCO e ao legado de Coubertin. O boicote aos jogos olímpicos de Moscou, em 1980, orquestrado pelos Estados Unidos da América, juntamente com seus aliados, em represália à invasão soviética ao Afeganistão, e o boicote aos jogos olímpicos de Los Angeles, em 1984, realizado pela União Soviética e demais países comunistas, os quais alegaram falta de segurança, dão conta da dimensão que as conjecturas mundiais alcançaram naquele cenário.

As preocupações discursivas da UNESCO, então, versavam para a difusão do esporte como a alternativa para a formação de mentalidades carregadas de valores humanistas, em que as disputas entre as nações fosse apenas um dos processos de educação esportiva. O mais importante era que a prática da Educação Física e dos desportos se estendesse a todos e

que as instituições responsáveis incutissem nos indivíduos e na sociedade o imaginário correspondente aos seus benefícios.

Por aí caminhavam as colaborações da UNESCO para a consolidação do movimento Esporte para Todos em nível internacional. Estabeleceu-se a imanência com o pensamento que já incidia em países da Europa Ocidental desde o ano de 1967, quando a Noruega, segundo Costa (1977), constituiu-se no berço do movimento, buscando transformar sedentários em praticantes. A partir do início da década de 1970, o movimento espalhou-se por outros países europeus, até mesmo socialistas, bem como para os Estados Unidos, o Canadá, o Japão e o México, assumindo diversos nomes, de acordo com o local onde era desenvolvido.

Em 1967, *experts* de 5 países – Alemanha, Noruega, Holanda, Suécia e Bélgica – encontraram-se, pela primeira vez, em Ruit, Alemanha, para uma conferência sobre o assunto. Em 1969 a Conferência Européia, em Oslo, teve o número de países participantes aumentado para 11, com a adesão da Finlândia, Grã-Bretanha, França, Áustria, Itália e Suíça. Em 1971, na conferência em Arnheim, a Iugoslávia e a Islândia aderiram; em 1973 a conferência de Frankfurt teve 18 representantes, incluindo Polônia, Japão, Canadá, EE.UU. e México (PALM, 1977, p. 32).

Sobre essa ossatura, em 1975, houve a formulação da “Carta Europeia do Desporto para Todos”⁴⁰, com o objetivo de sustentar as políticas de expansão de atividades físicas e esportivas. Ela era destinada especialmente às autoridades, reafirmando a importância da participação da população e orientando-as quanto ao seu papel no desenvolvimento do Desporto para Todos, bem como quanto às formas e estruturas de cooperação entre as nações do continente. Foi um documento cuja gênese remonta às experiências já ocorridas no EPT europeu.

Por meio da educação permanente, incentivava-se o envolvimento das massas, formando-se personalidades dentro de uma tática economicamente viável. Não se tratava de uma proposta inovadora que derivasse de movimentos de base comunitária, mas sim de ações adotadas pelo poder central em gerenciar as atividades físicas e esportivas da população. Teixeira (1976), em defesa da educação permanente, já afirmava que, além de preparar os indivíduos para as suas responsabilidades, geraria a consciência do ser autônomo, democrático, afeito à coletividade e sempre disposto a participar “do progresso econômico e social da sociedade a que pertence” (p. 18).

⁴⁰Documento transcrito na íntegra em Costa (1981d).

Os encaminhamentos dados ao EPT permitem perceber que a sua difusão crivou-se pela inserção das classes populares em uma realidade social permeada por valores capitalistas. A sua característica consistia em espalhar discursos voltados para a democratização do acesso às práticas corporais, a fim de combater um quadro demarcado pela predominância do lazer passivo, em que os indivíduos eram meros espectadores do espetáculo esportivo.

No entanto, nunca houve uma justificativa suficiente para a superação do viés competitivo, haja vista que as próprias teorizações relativas ao incremento do esporte de massa, muitas vezes o colocavam como base para a formação de uma elite esportiva. Pretendia-se que o esporte de massa lograsse a expectativa de que as classes dominadas “conquistassem” a cidadania.

Mas ser cidadão implicava na aptidão de adentrar no mercado de consumo, fazer parte do horizonte delineado pelas molduras da sociedade capitalista. Daí o EPT, principalmente no caso brasileiro, ser dedicado às classes populares, aquelas que almejavam granjear os princípios básicos da cidadania, e uma das formas era a inclusão esportiva. Só que isso aconteceu num processo orientado do alto.

Porém, ao mesmo tempo em que sobre as massas são imputados mecanismos de controle, de condução de suas condutas, elas também fazem ouvir as suas vozes, reivindicam, oferecem resistências. Trata-se de uma rede de relações distribuídas nas lutas de classes e mediadas pelo Estado.

No quadro das discussões travadas em favor do esporte de massa, o EPT ganhou uma dimensão de extrema relevância e se alastrou por diversos países. Seus códigos obedeceram a peculiaridades regionais, traçadas por meio das características de cada nação, inclusive o Brasil. O próximo tópico busca, então, analisar as conjecturas de seu surgimento em nosso país e qual escala de prioridades assumiu durante o regime militar do momento de seu lançamento, em 1977, até a sua desativação oficial, no final de 1978.

3- A campanha “Esporte para Todos” no Brasil

Em que medida, o EPT serviu ao Estado Militar como instrumento manipulativo em favor das classes dominantes sobre as classes dominadas? Essa pergunta suscita a análise de um movimento concebido por seus autores como sucedido de “baixo para cima”, onde as conformações políticas presentes no país de meados da década de 1970 a meados da década de 1980 indicavam um período de transformações sensíveis, em que o próprio

enfraquecimento da ditadura militar encarregava-se de diluir as relações de poder e colocar em dúvida o alcance das determinações estatais sobre a massa da população.

A ponderação concernente à abrangência desses fatores exige a investigação da influência que as práticas esportivas e de lazer exerceram no seio sociedade. Desse modo, qual a dimensão que pode ter animado o EPT, no que tange à sua atuação na aglutinação da população em torno de movimentos organizados para controlar as massas e contribuir com a manutenção da governabilidade, ou ele se estabeleceu, como diz grande parte de suas teorizações, em um evento de base popular, eivado pelos desejos comunitários? Perante todas essas configurações políticas, sobretudo no âmbito da crise que se abateu após meados da década de 1970 no governo militar, pode-se afirmar que as práticas físicas e esportivas foram utilizadas como elementos de arrefecimento das tensões sociais?

As questões acima incidem no problema deste tópico, qual seja, indagar a respeito da imanência entre o regime militar e o surgimento do EPT. Destarte, cabe perscrutar se as massas teriam desempenhado o mero papel de títeres nas mãos do Estado em conjunto com as ambições das elites e vergaram-se por aquilo em que acredita Cavalcanti (1984), a qual aponta o EPT como um movimento orientado por discursos ideológicos, pois não emanaria de interesses populares, mas de ações verticais fundadas na dimensão hegemônica da classe dominante, ou se, por outro lado, o EPT foi um movimento efetivo que fomentou a autonomia da população na liberdade de escolha de suas práticas corporais, de acordo com as exposições iniciais contidas no Documento Básico da Campanha.

Ademais, é relevante identificar o comportamento do EPT, ao longo de sua trajetória, no encaminhamento dado às práticas corporais. Isto é, as transformações desencadeadas nas ações dos agentes e nas intervenções estatais, assinaladas por Valente (1993), de sorte que o EPT não se teria constituído num movimento único, mas se caracterizara por vários EPT.

Então, os mecanismos utilizados para o lazer e a recreação podem ter-se demarcado por práticas heterogêneas, em que o transcurso das atividades físicas e esportivas no regime militar já denuncia que não foi linear, mas passível de descontinuidades.

Compreendo que o regime militar atentava-se para o incremento do esporte de massa desde o golpe de 1964. Afinal, tratava-se de área estratégica para a conquista da hegemonia, levando ao firmamento do convênio entre o IPEA e a DEF, ainda no ano de 1969, para a elaboração do Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil.

Na apresentação do Diagnóstico, Arlindo Lopes Corrêa louvava as ações do regime militar, no que se refere à formação do homem brasileiro, abordando as “preocupações

do Governo Revolucionário com a política nacional de recursos humanos, dirigida no sentido de aperfeiçoar o homem brasileiro em todos os seus aspectos e melhorar sua qualidade de vida” (1971, p. 7).

Corrêa, que mais tarde viria a assumir respectivamente a secretaria executiva (1972-1974) e a presidência do MOBREAL (1974-1981), advertia a necessidade de asseverar-se da orientação esportiva do homem no Brasil, onde o lazer e a recreação contribuiriam para atingir políticas de saúde e de educação, suscitando a preparação física e mental da população.

Desde o seu início, a lógica da difusão do lazer e da recreação no corpo social norteava-se pela instrumentalidade das ações. Corrêa exaltava a estreita articulação das políticas de saúde e educação, com as atividades de Educação Física e Desportos, sustentando que, sob o rumo das determinações legais, condicionar-se-ia a aptidão física e mental da população.

No entanto, o “Governo Revolucionário”, saudado por Corrêa, à época da gestação do Diagnóstico não era o mesmo quando da implantação do EPT, em 1977, haja vista que o “milagre econômico” deixara de subsidiar o apoio da sociedade ao regime militar, o qual vivenciava uma fase de queda de seu prestígio junto à população.

Foi preciso que os valores democráticos conclamados pelo governo, progressivamente adquirissem novas tonalidades, e o enfoque participativo ganhou um apelo cada vez maior, quando os índices de crescimento econômicos não mais respondiam pelo sucesso do regime militar.

Por intermédio do EPT, ocorreu uma orientação envidada a atribuir o espírito comunitário às atividades esportivas e crivada de sentido de autonomia que partiria das aspirações das coletividades. Nesse sentido, o EPT foi colocado por seus idealizadores como um movimento que promoveria a revolução da Educação Física brasileira, por conta das inovações que comporiam a sua dinâmica, tendo na democratização o cerne de suas práticas discursivas.

Na formação de uma democracia, entretanto, emanam construções coletivas, por meio de relações de hegemonia que se demarcam pelo poder de expressão e de criação. A igualdade e a autonomia tornam-se ilusões se não edificadas a consciência crítica e a possibilidade de que os homens decidam sobre seus próprios destinos (SCHLESENER, 2007).

O EPT não inaugurava as preocupações ocorridas durante o regime militar em torno do lazer e da recreação da população, uma vez que essas questões transitavam pelas páginas da RBEFD havia tempos. A diferença é que agora, as práticas discursivas pontuavam-

se por um caráter de maior participação popular, numa tendência afeita a destinar às comunidades as decisões acerca da fruição das atividades esportivas.

Estabelecer qualquer inferência ao caráter manipulador e ideológico do EPT exige maior aprofundamento em sua literatura. Em princípio, pode parecer que, por se tratar de um movimento nascido em meio a uma ditadura que já se achava em vias de seu enfraquecimento, o cerne de suas motivações localizava-se no ordenamento das massas e no possível abrandamento dos conflitos sociais.

Portanto, acredito que se deva tomar o cuidado de não se fixar, *a priori*, uma relação causa-efeito entre o desgaste do regime militar e o surgimento do EPT. No campo da cultura, por exemplo, Ortiz (2006) toma essa precaução, em virtude de que as políticas governamentais indicavam o interesse nessa área desde o golpe de 1964.

Traçar eventuais paralelos, assim, entre as configurações políticas do regime militar e a dinâmica do EPT carece de maiores questionamentos a estudos efetivados sobre o tema, pois a difusão do esporte de massa também ganhou relevância depois da chegada das forças armadas ao comando da nação.

O lançamento da campanha EPT, em 1977, como foi visto na introdução deste trabalho, chamou-me a atenção, proporcionando-me interpretar que expressões tais como “movimento de baixo para cima”, “espírito de improvisação”, “sentido popular e comunitário” e “espontaneidade” se encaminhassem para uma estratégia de controle social, sobretudo pelo motivo de que o EPT ligava-se fortemente à estrutura do MOBRAL, instituição que obteve grande repercussão durante o regime militar.

Por que o MOBRAL fora escolhido para oferecer sustentação ao EPT? A resposta é dada por Costa (1977), ao revelar que se originou de uma decisão logística do MEC, pois ao DED caberia a organização, aproveitando-se a estrutura do MOBRAL, a fim de disseminar o EPT, justamente por ele estar presente em todos os municípios brasileiros.

Costa enfatiza que a alfabetização, objetivo precípua do MOBRAL, tinha alcançado sucesso, suscitando novos desafios de diversificação para suprir os ensejos dos recém-alfabetizados, no sentido de se evitar a regressão ao analfabetismo e manter o estímulo à mobilização.

As atividades físicas e esportivas compunham um dos escopos das ações que deveriam ser incididas junto às massas, pois estas, segundo Costa, tinham elegido o lazer como uma de suas necessidades, por meio de consultas feitas no Programa Diversificado de Ação Comunitária (PRODAC), o qual buscava a ampliação das atividades do MOBRAL.

Em depoimento, Lamartine Pereira da Costa destaca a importância do MOBRAL na difusão do EPT, realçando que ele e Arlindo Lopes Corrêa tiveram uma participação fundamental na construção dessa parceria. A abrangência do MOBRAL, aliado à necessidade do fomento do esporte não formal no Brasil, engendraram a possibilidade de que se estimulasse o casamento entre EPT e MOBRAL.

Eu era do IPEA no início dos anos 70 e já atuava também como professor no mestrado de geografia na UFRJ, e por estas condições acompanhei vários colegas do IPEA que criaram o MOBRAL e, no MOBRAL eu vivenciei um ambiente que permitia a inclusão esportiva como uma solução a ser tentada no Brasil. Então, fiz a proposta para o Arlindo Lopes Corrêa, presidente do MOBRAL, e ele me disse que isso fazia parte dos princípios da entidade que ele dirigia. A razão que ele concordou foi porque, na verdade quem dirigia a área do esporte estava dentro da área da educação do IPEA que ele dirigia antes do MOBRAL. Então, ele também participou dessa coleta de informações que vinham do exterior. Ele também descobriu, entre outras, o EPT. Então, ele inclusive costumava dizer que mais cedo ou mais tarde o esporte não formal tinha que ocorrer no Brasil. Então, era melhor dar partida ao EPT no MOBRAL, o qual tinha muitos programas envolvidos com a comunidade. Então, aparentava que o Esporte para Todos poderia ser um desses programas, como de fato ocorreu. Nesse momento, não havia a figura do Ministério da Educação. Era uma coisa mais dentro do MOBRAL. Acho que houve uma participação do Arlindo ao ministro da época que era o Ney Braga (COSTA, 2015).

Dessa forma, o EPT vislumbrou no MOBRAL o amparo para sua projeção, através da articulação de discursos, fazendo com que Costa (1977) assumisse uma entonação de louvor aos resultados obtidos pelo MOBRAL. O autor o descrevia como uma entidade polivalente, atuante na alfabetização do povo brasileiro. Apesar de sua presença em todo o território nacional, não se caracterizava por centralismo ou excesso de burocratização. Em vez disso, compunha um movimento de massas, gestado de “baixo para cima”, ou seja, pactuava com as propostas do EPT.

Embora seja a única organização que cobre todo o território nacional, não há excessos de perda de controle ou de burocratização; essencialmente, o MOBRAL é um movimento de massa, descentralizado em células autônomas municipais, com a participação de 35.000 voluntários e da maioria dos prefeitos. Esses organizam os meios locais para viabilização dos programas do MOBRAL.

Trata-se, portanto, de um movimento de “baixo para cima”, cujos defeitos e virtudes são reflexos naturais do nível de desenvolvimento dos diferentes agrupamentos comunitários brasileiros. Essa mobilização contínua de agentes voluntários de mudança, monitores gratificados (somente na alfabetização atuam 160 mil por ano) e participantes é realizada através de campanhas sucessivas (COSTA, 1977, p. 11).

O MOBRAL, por sua capacitação logística, segundo Costa, poderia colaborar para suprimir uma das deficiências apontadas pelo Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil, de 1971, de que havia uma pequena percentagem de praticantes de atividades físicas no Brasil, e destes mais da metade adotava o futebol como o seu desporto de preferência. Formavam-se aí as justificativas para a intervenção do Estado no incentivo à assunção de hábitos esportivos e físicos da população.

Foi o que motivou a criação do DED, por meio do Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970⁴¹. Em sua conclusão, o Diagnóstico afirmava que a DEF não mais preenchia as expectativas para a Educação Física e o Desporto no que tange à sua “fase atual de evolução, planejamento, coordenação e controle” (COSTA, 1971, p. 359).

O Diagnóstico, nesse sentido, tornou-se um importante instrumento de detecção das carências nacionais. A partir dele é que se fundamentaram as ações para a elaboração da Lei nº 6.251/75 e da Política Nacional de Educação Física e Desportos, para que posteriormente fosse formulado o PNED. Contida na Lei nº 6.251/75, a Política Nacional de Educação Física e Desportos dispunha sobre as seguintes questões:

Art. 5º - O Poder Executivo definirá a Política Nacional de Educação Física e Desportos, com os seguintes objetivos básicos:

I – Aprimoramento da aptidão física da população;

II – Elevação do nível de desportos em todas as áreas;

III – Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;

IV – Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais;

V- Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer.

Art. 6º- Caberá ao Ministério da Educação e Cultura elaborar o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED), observadas as diretrizes da Política Nacional de Educação Física e Desportos.

Parágrafo único — O PNED atribuirá prioridade a programas de estímulo à educação física e desporto estudantil, à prática desportiva de massa e ao desporto de alto nível (BRASIL, 1976a).

Até então, a legislação esportiva brasileira orientava-se pelo Decreto-Lei nº 3.199/41, cuidando somente do desporto amador e profissional, sob a supervisão do Conselho Nacional de Desporto, não havendo qualquer menção à prática esportiva de massa.

Ficou a cargo do PNED a elaboração de estratégias que materializassem as disposições inseridas na Política Nacional de Educação Física e Desportos, em que as suas considerações demonstravam o valor das práticas físicas e esportivas no escopo das políticas do regime militar. Balizando-se pela coerência com o II PND, o PNED ressaltava que o plano,

⁴¹O Decreto nº 66. 967/70 dispunha sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura.

sobretudo, seria “um instrumento de democratização de oportunidades inserido no planejamento social do governo federal” (BRASIL, 1976a, p. 60).

No PNED, os objetivos relacionados ao desporto de massa abarcavam uma série de ações voltadas à difusão de práticas de atividades físicas e esportivas, estimulando a construção de espaços, com baixo custo, bem como esclarecendo a importância dessas práticas às várias faixas etárias. Enfim, buscava-se a melhoria da aptidão física da população.

Além disso, enfatizava a necessidade de que novos atletas surgidos das bases fossem encaminhados ao desporto de alto nível, o que reforçava o modelo piramidal contido no Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil. O desporto de alto nível teria o caráter de terminalidade, já que o desporto estudantil e o desporto de massa serviriam de suporte para ele.

O desporto de alto nível assumirá, no PNED, a função de terminalidade do processo desportivo, uma vez que as outras áreas — educação física e desporto estudantil e desporto de massa — constituem, respectivamente, a base do Plano e sua idéia-força (BRASIL, 1976a, p. 82).

Diante dessas circunstâncias, a despeito das atenções referentes à elaboração de políticas públicas de lazer, observa-se que não se abandonou no PNED o foco no esporte de alto rendimento, que alimentava as esperanças de se lograr uma representatividade nacional vitoriosa.

[...] a prioridade de atuação [sobre o desporto de alto nível] ocorrerá nas regiões onde se concentra maior número de atletas em atividades, constituindo a base das representações brasileiras. Será estendida, no entanto, às outras regiões, onde o desporto estudantil, de massa e comunitário, revelarem novos valores, a partir da ampliação das bases para a seletividade dos atletas de alto nível (BRASIL, 1976a, p. 84-85).

A prevalência do esporte de alto nível desvela que os objetivos da Educação Física transitavam por uma cadeia prescritiva verticalizada. Mesmo que os discursos sobre o esporte de massa advogassem o conteúdo democrático das práticas corporais, encetado pelos desejos próprios das massas, o fato de pender para a formação de atletas, colocados no topo da pirâmide, depositava dúvidas a respeito do incentivo à autonomia da população.

É uma questão que versa sobre a instrumentalidade dos norteamentos da Educação Física, em que deve ser analisado se, ao priorizar-se a competência técnica, encaminhou-se por táticas de controle social, uma vez que esse fator poderia gerar um círculo

vicioso da base para a elite, impedindo o fomento de iniciativas populares desinteressadas. Isso posto, pode-se inferir que o esporte de massa estava inextrincavelmente preso a uma rigorosa orientação esportiva advinda de cima.

Percebe-se que as práticas corporais compunham os estratagemas do governo para as novas recomendações traçadas, haja vista que no período de significativo crescimento do “milagre econômico”, embora de sucesso alardeado pelo governo, reconhecia-se a perduração das contradições sociais, com a não extensão dos benefícios enunciados às classes populares. A partir de agora, todos deveriam ter os mesmos direitos e o olhar se atentaria também para as localidades mais carentes do país.

Ao materializar as suas pretensões de estender as atividades físicas e esportivas à população, o governo militar acenava para a possibilidade de, conforme preconizava o II PND, haver a distribuição igualitária de recursos e oportunidades a todas as regiões do país, desde que se mantivesse o quadro de desenvolvimento e segurança que acompanhava o Brasil após o golpe militar.

Esse ponto é de importante discussão, devido ao teor que pode ser atribuído à difusão das práticas corporais no âmbito brasileiro. Ao mesmo tempo em que se pregava o estímulo à participação, havia a necessidade de se conterem os ânimos para evitar manifestações contrárias ao regime, inclusive as de cunho eleitoral.

O resultado das eleições de 1974 foi tomado como um sinal de alerta relativo ao descontentamento da população, no que tange às posturas governamentais. Enxergava-se o fato de que a abertura política esbarrava em um terreno arenoso num país que, sobretudo depois da década de 1960, adquirira novas feições.

Convém lembrar que, no transcurso da elaboração do II PND, o Brasil deparava-se com um intenso processo de urbanização, e a aplicação de atividades físicas e esportivas alinhavava-se aos interstícios do controle das condutas da população, a fim de esquadrihá-la em seus territórios.

A preocupação relativa à política da população residia, de acordo com o II PND, nas dificuldades que a superpopulação dos países subdesenvolvidos desencadearia quanto ao não aumento imediato da renda per capita, bem como às possibilidades iminentes de falta de alimento, escassez de energia e deterioração do meio ambiente (BRASIL, 1975).

Por outro lado, considerava-se que o Brasil constituía-se em uma nação subpovoada e, assim, para conquistar o seu desenvolvimento, o crescimento da população não poderia ser abandonado, mas redirecionado para as regiões do Planalto Central, Centro-Oeste e Amazônia.

As diretrizes assinalavam o caminho para redistribuir as demandas sociais, cabendo ao PNED espalhar pelo Brasil as práticas corporais, criando a aura de civilidade e de cidadania compatíveis com o II PND, quando alertava para a distribuição das riquezas e ainda suscitava a imaginação da igualdade de oportunidade de formação de atletas pela via do esporte de massa, já que a sua difusão ampliaria as possibilidades pelo país.

Em meio aos auspícios para que se lograsse o papel da Educação Física no contexto “humanista” de inserção das massas no bojo do desenvolvimento da nação, fundamental seria coordenar as táticas condizentes com o viés participativo. Aliás, a valorização das funções da Educação Física sempre foi alvo de preocupação do regime militar, haja vista o posicionamento de Ferreira (1968) descrito anteriormente, porém, com o chamamento à participação das massas, a Educação Física se adequava a orientações distintas, no que concerne à transformação de um discurso predominantemente voltado ao esporte de alto rendimento, para uma divisão mais igualitária com o lazer e a recreação, por mais que o primeiro estivesse no topo da pirâmide.

Havia, portanto, o imperativo de se criarem os elementos suficientes para a adesão da população às atividades físicas e esportivas, e ao professor Otávio Teixeira foi imbuída a tarefa de atuar junto aos membros formuladores do PNED, no intuito de formalizar o esporte de massa na legislação que passaria a reger o esporte nacional, sob os desígnios da Lei nº 6.251/75 (COSTA, 1977).

Reforço que é preciso investigar a natureza dos alinhamentos entre as políticas esportivas e a realidade do regime militar em meados da década de 1970. A organização das multiplicidades correspondia ao ensejo de intervir nos grandes centros urbanos e também cuidar do convencimento dos indivíduos que habitavam localidades menores.

Assim, o governo buscava propagandear os seus discursos a todos os segmentos sociais, especialmente contando com a adesão massiva das classes populares, a fim de resgatar a sua credibilidade. As práticas corporais denotariam a tendência ao humanismo, ao foco no cidadão, ao desenvolvimento comunitário, dirimindo clivagens que se incrustavam no interior das correntes do regime militar.

Na égide dos norteamientos participativos propugnados pelo regime militar, a extensão das atividades físicas e esportivas penetrava no campo das prioridades governamentais. Era um dos objetivos contemplados pela Lei nº 6.251/75, a qual mais tarde foi regulamentada pelo Decreto 80.228/77. Dizia o decreto que, dentre as ações que o poder público exerceria prioritariamente, a área de desporto de massa dar-se-ia “mediante a

motivação, mobilização e implantação, pela conjugação de esforços dos governos federal, estadual e municipal, da iniciativa privada e da comunidade em geral” (BRASIL, 1977).

Dessa forma, o Decreto 80.228/77 referendava as propostas do PNED, centradas nas expectativas da efetivação do desporto de massa a partir do ano de 1977 (ano de implantação do EPT) e cujas orientações dirigiam-se para o incentivo de participação popular espontânea e de baixo custo, vislumbrando a mobilização, tanto da comunidade quanto de agentes, com o aproveitamento e a adaptação dos espaços livres das cidades.

O nascimento do EPT no Brasil decorreu desses rumos, que resultaram na sua implantação oficial como campanha no ano de 1977. Para tanto, a denominação “Esporte para Todos” redundou de discussões que se avolumaram ao longo de embates instalados na premência de se difundir o esporte de massa, do qual Costa (1977) enaltecia o cunho muito mais recreativo do que competitivo, vindo de “baixo para cima” e se diferenciando da massificação esportiva tão comum em países socialistas, pois esta se mirava na formação de atletas, exigindo altos custos e não prevendo a espontaneidade dos participantes.

Mas o contato inicial com o EPT foi demarcado por certa desconfiança. Costa, em companhia do professor Otávio Teixeira, participou da Jornada Internacional de Estudos sobre o Esporte, em 1973 na cidade de Buenos Aires, onde teve a oportunidade de assistir à palestra ministrada pelo alemão Jürgen Palm, que expôs “uma nova visão da educação física” (COSTA, 1977, p. 6), dedicada às pessoas comuns, ante a realidade cada vez mais elitista das atividades físicas e recreativas.

Em princípio, Costa (1981a) revela que suspeitou do teor manipulativo que poderia estar contido na simplificação dos esportes tradicionais, bem como supôs que fazia parte de uma estratégia publicitária agressiva de “venda” de um produto a ser consumido pela população. Somente através do envolvimento em congressos internacionais de Esporte para Todos e com a oportunidade de observar as vivências europeias, Costa afirma que se convenceu de que o EPT emanava de práticas descontraídas e criativas, porém com a ressalva de que não havia completa sintonia entre a população e os dirigentes do EPT europeu, uma vez que os últimos não se desgarravam das amarras tradicionais do esporte, enquanto a sociedade praticava a seu modo as suas atividades. Para Costa, existia uma diferença entre conteúdo e forma.

O posicionamento de Costa perpassou, então, pela transformação de sua opinião sobre o EPT. De uma ação que, de acordo com ele, não se sustentava por conta da falta de bases científicas, para a ênfase nas características de liberdade das pessoas na fruição de seus lazeres no EPT, o que somente o seu amadurecimento intelectual foi capaz de perceber.

Eu tenho um texto, acho que dei para você, não me recordo. Eu tinha um texto dessa reunião, reunião não, foi um congresso internacional [de Buenos Aires], que definia posições a favor do Esporte para Todos. Porém eu era envolvido com o esporte de alto nível. Assim na ocasião do debate no congresso eu rejeitei e questionei a validade do EPT, pois não tinha bases científicas. Repito: o Esporte para Todos não tinha bases científicas. Eram simples propostas de desenvolvimento comunitário e eu não entendia o que era isso. Hoje eu entendo por estar mais maduro. E quem apresentou foi o Jürgen Palm, um dos líderes internacionais do EPT que ao final me procurou e disse que eu estava convidado para visitar o Esporte para Todos na Alemanha, que ele tinha certeza que eu ia mudar de ideia. E eu realmente aceitei o convite e mudei a minha cabeça completamente. Eu vim de lá com outras percepções e conhecimentos e eu vi que havia duas verdades. E já no Diagnóstico de 1971, essas duas verdades surgiram e, eu não tive a capacidade de entender que as duas coisas convivem. Existe a verdade do esporte formal, do esporte de alto nível, que é formativo, de gestão, de projeto, que é do clube, da federação, ou é do governo. E existe o esporte que é natural das pessoas, pelas ruas, pelas praias, etc., que está ligado à própria liberdade individual e grupal. Esse entendimento hoje está incorporado na ciência e na filosofia do esporte, finalmente, depois de um ciclo de 40 anos para entender tal ambiguidade. No meu capítulo do livro recentemente publicado na Inglaterra, “The Bloomsbury Companion to the Philosophy of Sport - 2014”, denominado de “Ideology and Sport”, eu me apoiei na teoria da duplicidade do esporte havendo uma visão formal – manipulável por suposto – e outra não formal, ligada à espontaneidade dos praticantes. Portanto, a minha experiência com o EPT foi válida, pelo que representou em termos de conhecimento. Aliás, a experiência condicionou depois a própria renovação do EPT brasileiro que tem continuidade até hoje (COSTA, 2015).

No prosseguimento de sua fala, Costa realiza uma observação sobre um trabalho de minha autoria, decorrente da dissertação de mestrado, em que utilizei como fundamentação teórica o filósofo Michel Foucault. Nesse sentido, Costa indica que até pode ter ocorrido num primeiro momento um sentido manipulativo no EPT brasileiro, quando da parceria com o MOBREAL, no entanto ressalta o cuidado de contextualizar os fatos, a fim de não se incorrer numa teoria conspiratória.

Então, quando você diz que aquele primeiro momento do MOBREAL tinha um sentido manipulativo, há alguma razão na sua interpretação se aí significa direcionamento. Isto porque os documentos iniciais são de formatação de uma campanha, através de regras – faça isso, faça aquilo, e tudo bem. Porém você joga as coisas da esquerda – EPT puro – para à direita, EPT manipulativo, prevalecendo então o EPT da teoria da conspiração das suas interpretações. Contudo o MOBREAL tinha uma solução para isso: ele tinha realmente regras formais, mas deixava liberdade para os agentes locais criarem as soluções próprias de gestão. Este era um dos motivos do sucesso do MOBREAL. Mas o envolvimento do Esporte para Todos com outras instituições além do MOBREAL foi a melhor solução que houve, pois o EPT se enraizou nas prefeituras e outras instituições locais do

país. Tanto é que as iniciativas do MOBRAL não tiveram continuidade após sua extinção, mas o EPT continuou como se viu com o Eixão do Lazer em Brasília e no fechamento do Parque do Flamengo para os praticantes nos domingos que sobrevivem até hoje. Por quê? Porque estava enraizado. Aliás, já estava antes do MOBRAL e da campanha EPT do final dos anos 70. Assim não existem os heróis do Esporte para Todos. Não existem. Eu não sou herói do Esporte para Todos. Na verdade, eu sou um professor da classe média, de formação acadêmica avançada, que viveu e vive o mito da ciência, que estava querendo entender uma coisa que já existia ao natural. Tinha que me voltar para a cultura e não tive capacidade inicial para entender esse fenômeno por estar impregnado de ciências. Portanto, você tem razão em fazer as suas interpretações manipulativas, mas falta contextualizá-las como eu o faço agora. Aliás, você poderá classificar qualquer outro tipo de propostas esportivas na nossa atualidade democrática como manipulativa, dado a que se trata de algo pertinente ao esporte. Pegue por exemplo os manuais do Segundo Tempo, projeto esportivo gigante do governo Lula e Dilma, que você vai ver que eles são mais normativos que a própria campanha Esporte para Todos. Você pode transferir diretamente Foucault para o Segundo Tempo, mas eu não o faria, pois este programa tem também aspectos libertários. Aliás, para qualquer coisa da modernidade que você quiser, haverá algo de Foucault. Eu comungo exatamente da mesma interpretação que você tem. E se nós somos intelectuais, temos o dever de entender sim essa forma de manipulação, que usa a declaração que o sujeito é livre, mas, ao mesmo tempo, cria sistemas de dominação (COSTA, 2015).

A exposição dessa parte da fala do professor Lamartine contribui para fomentar o debate acerca das raízes culturais das atividades esportivas, que no entendimento dele, já existiam antes mesmo da implantação do EPT no Brasil. Acredito que as críticas endereçadas a mim necessitam ser discutidas, pois fazem parte dos modos como desenvolvo as categorias deste trabalho.

Embora Costa aluda que, na fase inicial de articulação com o MOBRAL, possa ter havido algum sentido manipulativo, devo enfatizar que não utilizo essa categoria neste estudo, tampouco a utilizei em minha dissertação. Volto à passagem já mencionada na introdução deste trabalho, a qual aponta que a principal referência relativa ao EPT foi o Documento Básico da Campanha, quando da elaboração da dissertação. Porém, agora tendo como objeto o EPT, preciso recorrer a mais fontes para a compreensão desse fenômeno, uma das quais as entrevistas orais, de que cordialmente o próprio professor Lamartine se dispôs a participar.

A contextualização dos fatos, portanto, ocorre neste trabalho, à medida que se dialoga com as fontes. Não pretendo dar uma resposta imediata às colocações de Costa, pois a dinâmica da escrita é que esclarecerá a minha interpretação sobre o EPT. O aspecto mais importante é debater o enraizamento das atividades esportivas nas comunidades e a maneira pela qual elas foram construídas pela população, perante o contexto em que analiso o caráter institucionalizado do EPT, como será visto no decurso deste trabalho.

Costa aborda, então, que as atividades esportivas existiam ao natural. Na sua obra em conjunto com Takahashi (COSTA, TAKAHASHI, 1983), os autores abordam que tais evidências poderiam ser detectadas desde a década de 1910, com o futebol pelada, além do surgimento das colônias de férias organizadas no Rio de Janeiro pela Escola de Educação Física do Exército na década de 1930 e as Ruas de Recreio, orientadas pelo DED na década de 1950.

Nos anos de 1970, Costa e Takahashi (1983) apontam as experiências das cidades de Itapira e de Sorocaba como eventos de geração espontânea, além do fenômeno Cooper, que consistiu na adesão significativa da população à corrida de rua e que alcançou repercussão devido à sua aplicação no treinamento da seleção brasileira de futebol na conquista do tricampeonato mundial. Outros acontecimentos imediatamente anteriores ao EPT também ganharam destaque. As promoções da Prefeitura de São Paulo, a partir de 1975, e da Fundação MUDES, em 1976, bem como a Campanha MEXA-SE⁴², organizada pela Rede Globo em 1975, compuseram o universo de atividades físicas e recreativas destinadas às massas. A essa última Costa e Takahashi reservavam as suas críticas, por se tratar de um empreendimento relevante quanto ao seu aspecto de comunicação, mas inoperante no que se refere à presença de agentes de mudança que lhe garantissem a devida conservação e continuidade.

A exposição que faço sobre as teorizações iniciais do EPT tem a pretensão de identificar o enfoque dado à participação das massas nas práticas físicas e esportivas. São estratégias voltadas à adaptação dos indivíduos ao modelo social vigente e isso demanda uma série de táticas do Estado, ainda que também alastradas pelo campo das iniciativas privadas, voltadas à mediação dos interesses registrados nas lutas de classes.

As classes populares reivindicam melhores condições, buscam conquistas sociais e impõem, em certo grau, transformações que resultam em um ajustamento do Estado, que, por sua vez, procura atendê-las, mas sempre se atentando para a manutenção da hegemonia das classes dominantes. Sob as perspectivas da mentalidade capitalista, algumas dessas reivindicações se materializam, segundo Poulantzas (1985), criando novas formas de repressão simbólica, isto é, um misto de coerção e ideologia, pautadas na imanência entre os conteúdos políticos e os econômicos.

⁴²O MEXA-SE foi uma campanha organizada nacionalmente pela Rede Globo de Televisão, buscando incentivar a prática de atividades físicas na população. Entrei em contato com a emissora, a fim de ter acesso aos documentos do MEXA-SE, porém não foi concedida a autorização para a realização da pesquisa.

As áreas culturais, de lazeres e de esportes, bem como a saúde, a assistência social e o urbanismo, constituem-se em aparelhagens institucionais dotadas de dispositivos para arrefecer as tensões sociais marcadas, no entendimento de Poulantzas, pelo selo burguês. Representam ao mesmo tempo uma vitória das massas e a acomodação do Estado na distribuição de novos mecanismos de relações de poder.

Assim, inexistente uma relação de total passividade das classes populares. Ao contrário, há as limitações do Estado, que busca administrar as lutas inseridas em seu cerne. “Em lugar de um Estado onipotente, trata-se antes de um Estado encostado na parede e diante de um fosso” (POULANTZAS, 1985, p. 221). Estado que articula os interesses espraiados no contexto social a seu favor e a favor das classes dominantes, mas que procura no repertório cultural das massas populares as ferramentas de convencimento, positivas, para igualmente atender às vontades das classes dominadas.

A forma pela qual o esporte adentrou o território das classes sociais desvela os aspectos hegemônicos demarcados em seu decurso, onde Lucena (2001) aborda que os inter-relacionamentos permitiram que as massas, aos poucos, penetrassem o âmbito das práticas designadas às elites.

Quando o futebol pelada torna-se uma espécie de baluarte para explicar as raízes culturais do EPT brasileiro, é preciso que se analisem as conformações de cada tempo e as particularidades que envolvem cada momento, pois ele não requereu a chancela de qualquer instância oficial em seu desenvolvimento. A plausibilidade de tal comparação esbarra nas contingências de criação de um e de outro, pois o EPT compôs uma rede institucional tutelada pelo governo militar que aglutinou a população em torno de práticas físicas e esportivas.

É possível que a veiculação de uma idéia-síntese de esporte de massa possa se ajustar às aspirações já existentes na população brasileira, criando um fenômeno de catalisação das iniciativas isoladas. Teríamos então um reforço mútuo: da campanha para as promoções dispersas, e destas para a campanha (COSTA, 1977, p. 11).

O reconhecimento do universo cultural popular revelaria, a princípio, as “boas intenções”, ao valorizar os conhecimentos comunitários, em que o movimento alavancado de “baixo para cima” traduziria as diretrizes do EPT. Cavalcanti (1984) discorda desses encaminhamentos, ao afirmar que o EPT sustentou os interesses dominantes de manter as massas ativas, o que de maneira alguma pode ser entendido como manifestações populares, mas como estratégias de desvio cultural, uma vez que “procurar contato popular é bem diferente de facilitar o surgimento de um movimento de base popular” (p. 90).

Na citação em questão, Cavalcanti refuta um dos princípios do EPT⁴³, a linha de massa, em que se advogava que as adesões e a organização de eventos correspondiam aos desejos populares. A autora compreende que um movimento popular advém das vontades inscritas em seu próprio seio, ao contrário da teoria propagada pelo EPT, a qual se serve das massas para produzir discursos ideológicos norteados por sua suposta democratização. Trata-se de uma análise importante, mas a autora, ao reportar-se ao EPT como um discurso ideológico, deixa uma lacuna, já que aborda que a referida ideologia deu-se em nome das classes dominantes sobre as dominadas, porém sem esclarecer o papel do governo militar nesse processo.

Ora, o problema que aparenta ser o mais instigante é desenvolver uma investigação entre as configurações políticas do regime militar e a trajetória do EPT e se este se apresentava como prioritário no panorama governamental. É certo que as tensões das lutas de classes atravessaram esse cenário, no entanto o Estado não se omitiu em mediá-las e trabalhar na efetivação de sua hegemonia e das classes dominantes. Destarte, devem ser questionadas afirmações como as de Valente (1993), nas quais o sentido comunitário atribuído ao EPT encampou o seu percurso inicial, porém somente se corporificou à medida que se desgarrou da órbita governamental e adquiriu plena autonomia.

Acredito que as ponderações devam ser interpretadas acerca da maneira com que foram conduzidas as ações, pois os objetivos das políticas públicas caminham exatamente na direção de oferecer aos cidadãos as soluções para suas demandas. Isso compreende que não sejam desmerecidas, *a priori*, quaisquer injunções referentes ao fomento de práticas físicas e esportivas, em benefício dos lazeres e da qualidade de vida da população. Logo, apodero-me das palavras de Costa (1981a), ao criticar o EPT europeu, a fim de problematizar como, na realidade brasileira, ocorreu a distância ou a aproximação entre o conteúdo e a forma.

O esporte de massa no Brasil, como já foi visto, vinha sendo construído desde 1971 – fundamentado na apreciação do Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil de que apenas 0,6% da população era praticante ativa de atividades físicas e esportivas – e marchou por um processo de maturação que motivou a sua inserção na Lei nº 6.251/75 e a elaboração do PNED.

Mesmo que a princípio tenham causado suspeitas quanto ao seu teor manipulativo, os movimentos europeus serviram de inspiração para o surgimento do EPT brasileiro e não havia qualquer tipo de estranhamento a essa situação, haja vista que os países

⁴³ As discussões relativas aos princípios do Esporte para Todos serão realizadas no próximo capítulo.

em que o esporte de massa era difundido compunham exemplos dos bem-sucedidos padrões de vida ocidentais, instados por modelos democráticos consolidados.

Na Europa, o EPT nasceu no período em que ainda se experimentava, no final de década de 1960, o apogeu do incremento do produto interno bruto das nações. As atividades físicas e esportivas pertenciam a um estratagema voltado à sofisticação da qualidade de vida da população, no que concerne ao lazer, à saúde, ao humanismo, dentre outros pontos. Assim, a influência do Estado exigia a destinação de aportes financeiros, pois solicitava o fomento de tais empreendimentos, não cabendo apenas à iniciativa isolada dos indivíduos a procura pelas práticas corporais.

No Brasil, a inserção do EPT deu-se no momento em que incidiam sobre o país as implicações da crise internacional pós-1973 e, desse modo, o EPT foi resultado das políticas da Educação Física e dos esportes que, articuladas ao II PND, buscavam o incremento do bem-estar social, advogando maior distribuição de renda e democratização de oportunidades, as quais deveriam ser estendidas a todas as regiões. Refutava-se a ideia de que o bolo deveria crescer, para posteriormente ser repartido.

Lógico que qualquer tática nesse contexto deveria ser moldada à realidade brasileira, já que, diferentemente da maioria das nações europeias, o Brasil passava por uma ditadura e, o regime militar não se absteve em adotar com mão de ferro a intervenção do Estado em todos os setores, embora preocupando-se em disseminar práticas discursivas favoráveis ao teor democrático pelo qual passava o país.

O Documento Básico da Campanha, no meu entendimento, materializava a produção dos efeitos de verdade conferidos à democratização das atividades esportivas. Tratando-se do instrumento balizador do EPT, o Documento pautou-se na criação de um Decálogo que, de acordo com ele, seria o conjunto de ideias-força na orientação da campanha. O conteúdo do Decálogo traduzia expectativas de inclusão do EPT no escopo discursivo do II PND, valorizando conceitos que transitavam no mundo ocidental desenvolvido.

1- LAZER

Orientar o tempo livre para a prática esportiva com prazer e alegria, de modo voluntário e sem prejudicar as demais possibilidades educacionais e culturais.

2- SAÚDE

Criar oportunidades de melhoria de saúde do povo, no que se refere à prática de atividades físicas e recreativas, nas medidas possíveis e adequadas às condições locais das diferentes comunidades.

3- DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Aperfeiçoar a capacidade de organização e mobilização das comunidades para o trabalho em conjunto, em mutirão e dentro do necessário sentimento de vizinhança, de bairro, de região e de município.

4- INTEGRAÇÃO SOCIAL

Estimular a congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar, às relações pais e filhos, à participação feminina e à valorização da criança e do idoso.

5- CIVISMO

Reforçar o sentimento de povo, de nacionalidade e de integração social.

6- HUMANIZAÇÃO DAS CIDADES

Criar meios de prática de esportes recreativos com participação de grande número de pessoas, para a conscientização geral quanto aos benefícios de áreas livres nos grandes centros urbanos.

7- VALORIZAÇÃO DA NATUREZA

Orientar a prática esportiva ao ar livre, principalmente das crianças, de maneira a dar valor e a preservar áreas verdes, parques, bosques, florestas, praias, rios e lagos etc.

8- ADESÃO À PRÁTICA ESPORTIVA

Criar oportunidades e atividades esportivas simples e improvisadas, de modo a ampliar o número de praticantes, diversificar esportes a serem praticados e aumentar o uso das instalações e áreas existentes.

9- ADESÃO AO ESPORTE ORGANIZADO

Motivar, através do contágio de emoções da prática com grande número de pessoas, o apoio e a participação nas atividades da Educação Física estudantil e do esporte em clubes e outras entidades.

10- VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO À COMUNIDADE

Congregar o apoio popular às entidades públicas e privadas que participam dos mutirões esportivos (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 14-15).

A transcrição na íntegra do Decálogo remete à relevância que obteve como elemento integrador do EPT, um referencial que o respaldava teoricamente junto ao corpo de indivíduos envolvidos na sua difusão. Em princípio, pode-se interpretar que os tópicos enumerados externassem as necessidades de um humanismo atinente às práticas esportivas e físicas dotadas de um potencial ainda não suficientemente explorado no cenário brasileiro e, portanto, torna-se prudente não atribuir, *a priori*, que os itens contidos no Decálogo se inserissem nas aspirações de controle social do regime militar, uma vez que eles caminhavam por certa universalidade de valores.

Pode-se perceber, nesse ínterim, que a generalidade dos códigos do Decálogo encontra semelhanças na Carta Europeia do Desporto para Todos, na qual expressões como desenvolvimento humano e sociocultural, acesso à natureza e construção de instalações esportivas, bem como a articulação entre Educação Física, desporto voluntário e desporto estudantil, destacavam a matriz calcada nos programas europeus de bem-estar social.

A comparação é feita no sentido de se ponderarem as pretensões brasileiras de fabricar um modelo que se comparasse à realidade da Europa, mesmo o país enfrentando um

sistema político ditatorial. O Decálogo evocava preceitos democráticos, os quais apontavam para a liberdade da população em definir os seus rumos, como se o Brasil trilhasse por um quadro de normalidade institucional.

Ora, as práticas corporais tornavam-se um dos mecanismos para convencer a população do espírito democrático presente no país. Se havia contestações por parte da sociedade a respeito das arbitrariedades cometidas pelo governo militar, levantadas ainda mais com o enfraquecimento dele e com a chegada dos sorbonistas ao comando da nação, nada melhor do que convocar as massas para participar maciçamente de atividades de lazer, no propósito de arrefecer as tensões sociais. Constatava-se a formação de uma cadeia articulada entre o II PND, que se atinha às preocupações de alargar a participação da sociedade e dividir o bolo, e as proposições do PNDE.

Destarte, o lazer, primeiro tópico do Decálogo, fazia parte dos projetos prioritários do regime militar, visando a atender a um contingente de 7,8 milhões de pessoas em todo o território nacional, segundo o PNED, e o desporto de massa era o instrumento utilizado para conferir o estatuto democrático inserido na retórica dos militares. “O desporto de massa é eminentemente democrático e popular, criando para todos o acesso à prática dos desportos, à recreação e à melhor utilização do tempo de **lazer**” (BRASIL, 1976a, p. 78, grifo do autor).

O EPT foi implantado sob a égide da democratização das práticas corporais, trazendo como corolário em seus discursos a fabricação de efeitos de verdade atinentes à difusão do lazer no corpo social, que compunha também a saúde como um dos benefícios presentes em seus fundamentos. Desse modo, o Documento Básico da Campanha afirmava que “o povo que se movimenta é mais saudável e alegre” (p. 21), corroborando as orientações prescritivas do PNED, em que a população deveria ser conduzida à melhor utilização do lazer, a fim de aprimorar a sua aptidão física e melhorar os índices de saúde.

Não se trata de descartar, aqui neste trabalho, as vantagens advindas das atividades esportivas e que influenciam a qualidade de vida dos indivíduos, mas sim desvelar as nuances incrustadas nos discursos do EPT, que muito mais que prover a autonomia na definição das práticas de lazer, disseminava as prescrições que tinham que ser seguidas de acordo com as configurações do regime ditatorial encontradas naquele momento, especialmente quando se lia o Documento Básico da Campanha.

Isso perfaz a análise de que o foco no desenvolvimento comunitário e na integração social não se verteu de maneira desinteressada das injunções políticas do regime militar, no período de seu enfraquecimento. O próprio tópico do civismo no Decálogo traduzia as pretensões do EPT: “o sentimento de povo, de nacionalidade e de integração

social” convocava os indivíduos a participar dos empreendimentos governamentais, ampliando a rede de fiscalização existente para as comunidades, para a vizinhança e para a família, de uma forma suave e amena.

Ou seja, o Estado não age somente pela repressão, mas também por um papel eminentemente positivo (POULANTZAS, 1985). O EPT abraçava o lazer, para difundir os valores morais de uma sociedade que se almejava civilizada, obediente aos preceitos do mundo capitalista desenvolvido. Daí retomo a discussão de que a redação do Decálogo recaía sobre a universalidade de valores que *a priori* não denunciava quaisquer inclinações ditatoriais.

No entanto, as vertentes norteadoras dos rumos do país apontavam para uma forte preocupação com as orientações do desenvolvimento com segurança, revelando que os aportes teóricos do II PND focavam-se no homem brasileiro afeito à nossa cultura e identidade nacional, em que as lutas de classes ficariam à margem de um processo que alcançasse o pleno desenvolvimento econômico, condizente com o ideário “revolucionário”.

Em consonância com o binômio Desenvolvimento e Segurança, objetiva a Revolução construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida – moderna, progressista e humana.

O objetivo maior de todo o planejamento nacional é o homem brasileiro, nas suas diferentes dimensões e aspirações.

Assim, aquela construção nacional se fará segundo modelo brasileiro de sociedade aberta, social, racial e politicamente. Sociedade atenta à abertura de oportunidades ao grande número, sem a nenhuma classe ou região deixar à margem do processo de modernização e desenvolvimento, avessa à prevalência de interesses de grupos, classes ou regiões. Sociedade capaz de transformar-se e reformar suas instituições – econômicas, sociais e políticas -, segundo os objetivos da estratégia nacional, respeitando os valores humanos e a identidade nacional da cultura brasileira (BRASIL, 1975, p. 14)

Considero que havia a conformidade entre literatura do EPT e o II PND, ao nível das políticas governamentais, uma vez que se direcionava à acomodação do homem brasileiro perante o cenário desenvolvimentista pretendido. Atento aos percalços provocados pelas grandes concentrações urbanas, decorrentes, sobretudo, dos fluxos migratórios, o coronel Osny Vasconcelos, diretor do DED, externava essa questão.

O afluxo de pessoas para os grandes centros, em curto período, suscita múltiplos e complexos problemas que necessitam de solução.

O novo estágio de evolução industrial, preconizado pelo II PND, impele o País ao ajustamento de sua estrutura econômica e social, que enfatiza a valorização e promoção do homem, e ainda, “a consolidação de uma

sociedade industrial moderna e de um modelo de economia competitiva” (VASCONCELOS, 1976, p. 4).

Vasconcelos prosseguia, então, discorrendo sobre a importância de a Educação Física adentrar o panorama vivenciado pelo Brasil, em que ao público deveriam ser oferecidas atividades físicas em caráter nacional, com as iniciativas partindo da esfera governamental. Sob esse prisma, o autor citava o EPT como um instrumento que levaria as pessoas à prática do lazer ativo.

Nesse contexto, a ação governamental deverá concentrar-se na mobilidade da população para a prática de atividades físicas, desportivas e recreativas, levando em conta suas necessidades e potencialidades, procurando de forma racional e criativa maximizar os recursos existentes através da atuação descentralizada, com base em esforço comunitário. Embora já adotado em vários países, com diferentes denominações, o Esporte para Todos constitui, no Brasil, uma inovação no sistema desportivo, representando a idéia-força do PNED (1976, p. 5).

Observa-se que o EPT tornava-se uma estratégia prioritária na conjuntura da Educação Física brasileira. A fala de Vasconcelos contemplaria, posteriormente, o tópico do Decálogo que tratava da humanização das cidades, no sentido de se esquadriharem os comportamentos das massas.

Tal análise remete à hegemonia da população em determinar as suas práticas corporais. Embora Vasconcelos reforçasse os discursos concernentes ao EPT no que tange ao seu vetor democrático e popular, compreendo que as características se encaminhavam muito mais para modelos prescritivos e verticalizados pelo alto.

Inicialmente, os grandes centros urbanos constituíam-se no alvo do EPT, no intuito de organizar as multiplicidades. Porém, como será visto adiante, esse mesmo fator pode ter contribuído para a desativação oficial do EPT, no final de 1978, devido às proporções adquiridas pelas aglomerações das massas, o que não tardaria a gerar desconfiças relativas aos efeitos de se reunirem multidões, num momento de enfraquecimento do regime militar, em que setores da sociedade começavam a expressar os seus descontentamentos.

Entendo que o estabelecimento de rótulos humanistas contidos no Decálogo, em conformidade com princípios democráticos, manifestava a relação de imanência entre o EPT e as prerrogativas governamentais. Fazia parte das táticas do regime ditatorial arrogar a aura de civilidade e aproximação ao patamar das nações desenvolvidas.

Era o caso da valorização da natureza, que, como já foi dito anteriormente, carregava alguma semelhança com a Carta Europeia de Desporto para Todos, mas que no

Brasil apresentava as suas peculiaridades. O II PND ressaltava a “importância de consolidar um **modelo brasileiro de capitalismo industrial**” (1975, p. 22, grifo do autor), atentando-se para o controle da poluição, especialmente nos conglomerados urbanos.

Caberia ao EPT, nesse ínterim, fomentar as condições para que se aproveitassem ao máximo as áreas verdes disponíveis, ancorando-se, sobretudo nos exemplos europeus. Porém, no Brasil, acreditava-se que os indivíduos encontravam-se mal preparados para a fruição de seus lazeres, o que era constatado pela SEED-MEC, asseverando sobre o imperativo de conduzir os indivíduos em suas horas de folga.

Num convênio de assistência técnica firmado pela SEED-MEC com a Universidade de São Paulo (USP) e o Fundo de Construção da Universidade de São Paulo (FUNDUSP) para a construção de “Parques Esporte para Todos”, percebe-se o viés impositivo que tomava conta de alguns artigos que versavam sobre o lazer da população brasileira.

O homem brasileiro, nas suas horas livres, se limita a ligar um aparelho de TV, ir (de condução) a um cinema ou teatro, enfim, passa horas sendo um mero espectador. Se, ao contrário, sai em busca de lugares de recreação, tais como parques, praias, etc., vê-se envolvido por uma multidão sem orientação que, como ele, procura dar motivação às suas horas de lazer.

O problema, então, se agrava, pois uma recreação sem a devida orientação especializada acaba gerando situações em que o homem se perde, se anula, se aborrece com imprevistos, agindo então, nas suas horas de lazer, como agente catalisador de contrariedades.

A solução do problema, como na Europa, virá através de Parques “Esporte para Todos” (MEC-USP/SEED-FUNDUSP, 1979, p. 47).

A referência aos parques europeus buscava assegurar a aproximação com preceitos democráticos de matriz ocidental, dentre eles a valorização da natureza traduzia a credibilidade de governos que se pautavam por cuidar do bem-estar social de seus cidadãos.

Todavia, no Brasil, apesar de os discursos relativos ao EPT enveredarem-se pelo viés comunitário, os quais emanariam de “baixo para cima”, a SEED-MEC advogava um receituário a ser seguido na utilização dos parques, norteando as formas pelas quais a população deveria usufruí-los.

Desse modo, a adesão à prática esportiva, mesmo enfatizada no Decálogo sob a égide de criação de oportunidades de improvisação e diversificação, atinha-se a uma lógica de condução dos comportamentos dos indivíduos que se apartava da hegemonia no usufruto de suas atividades esportivas.

Tal fator pode ser verificado também na adesão ao esporte organizado, através do contágio de emoções, o qual expressava o aparato piramidal afeito à elitização e à seletividade do esporte, em que o esporte de massa serviria de base para a formação de atletas de alto rendimento. No entanto, pode ser observado que esse discurso não passou de uma estratégia de convencimento em torno da representatividade esportiva nacional, pois os resultados expressam que não foram gestadas políticas efetivas em favor do sucesso brasileiro em competições internacionais.

O último tópico do Decálogo, “Valorização do serviço à comunidade”, remete àquilo sobre que venho discorrendo, isto é, versa por valores consensuais de uma sociedade democratizada, porém perante um movimento institucional localizado numa ditadura. Diante de um período que o regime militar procurava granjear maior apoio popular, considero que o interesse maior não se ancorava no desenvolvimento de atividades culturais de matriz popular, mas o foco principal se direcionava a encampar o esporte de massa no cenário participativo anunciado nas políticas governamentais.

No meu ponto de vista, a redação do Decálogo corroborava a conjuntura que cortava o país, onde o regime militar, embora ditatorial, espalhava um conjunto de ideias identificadas com o atendimento às demandas da população, quais sejam, o lazer, a saúde, a humanização, o espírito comunitário, o civismo, o meio ambiente, a prática esportiva, o serviço à comunidade. Especialmente no momento de enfraquecimento do governo, a retórica situava-se no apelo participativo.

Segundo Costa (1988), contudo, o Decálogo foi um instrumento que serviu para a autoavaliação das pessoas organizadoras e divulgadoras da campanha EPT, sendo importante para conter possíveis desvios decorrentes de sua grande abrangência e atuando diretamente no fomento da cultura da comunidade e na autonomia dos agentes.

O decálogo, portanto, buscava autonomia e autogestão de eventos, e de avaliação local, desfocalizando o incentivo da prática como um objetivo em si mesmo, tradicional no âmbito da Educação Física, do Esporte e, em alguns casos, da Recreação. Isto nos diz respeito à cultura dos praticantes, então entendida como capacitada a orientar opções quanto à própria vida. Nestes termos, os objetivos apresentavam-se explicitamente como *propostas*, procurando o envolvimento voluntário e consciente e evitando rupturas nos costumes e aptidões das diferentes comunidades (p. 81).

Atentando-se ao fato de que o EPT não fora inovador, mas respeitou o repertório cultural comunitário, bem como superou os paradigmas tradicionais da Educação Física, do esporte e da recreação, Costa enfatiza que ocorreu a priorização dos desejos locais. O

Decálogo, nesse sentido, representaria um elemento fundado no saber popular, fixando-se nas necessidades das comunidades.

A minha pretensão reside justamente em dialogar com as fontes que asseveram o caráter cultural conferido ao EPT, não somente na campanha, que, como já foi observado, constituiu-se num processo altamente institucionalizado, mas também na própria configuração defendida por alguns autores de que existiu uma rede autônoma, a Rede EPT, a qual, compreendo, continuou ainda atrelada, como veremos adiante, ao governo militar.

Ressalto, entretanto, que, ao desconfiar dos aportes culturais atribuídos ao EPT, não menosprezo que as atividades esportivas, per si, carreguem essas propriedades e que sejam resultado das ambições comunitárias. Questiono sim as intercorrências que se engendram no interior das movimentações sociais, as quais vão-se avolumando, inaugurando novas situações e promovendo contradições.

São circunstâncias que não se registram somente nos interesses do Estado, uma vez que o chamamento às classes populares advém também das vontades delas. Trata-se de um jogo difuso, ao passo que a acomodação dos desejos das elites não é suficiente para garantir a hegemonia do Estado, que lança mão de artifícios para sustentá-la.

Existe uma composição demarcada por estágios e fases, no entendimento de Poulantzas (1985), que movimentam as modificações estruturais das classes sociais e, conseqüentemente, das lutas políticas e das relações de força. Para ele, o Estado capitalista chega às décadas finais do século XX como um gigante de pés de barro e, principalmente no plano político, avança sobre um solo que desmorona.

Poulantzas alerta que o Estado passa por transformações em sua ossatura e a sua substância política inscreve-se num arcabouço institucional disposto por novas formas de relações de produção. As classes populares obtêm as suas conquistas, mas estas vão sendo incorporadas e atendidas pelo Estado, sob o carimbo capitalista. O lazer constitui-se, assim, num dos aparelhos utilizados para difundir as vantagens que são disseminadas na sociedade.

Não há sequer uma menção à realidade do Brasil nos escritos de Poulantzas, já que ele prioriza suas análises para os países europeus. No entanto, o autor afirma que as nações da América Latina indicam novas formas de Estados dependentes, em torno diversos regimes. Cabe aqui perscrutar, portanto, as nuances que atravessavam o panorama brasileiro, ao se deparar com uma ditadura preocupada em propagandar a sua aura democrática.

A maneira como as práticas discursivas do Decálogo foram formuladas procurou abraçar a generalidade de padrões verificada em países desenvolvidos, contendo as influências internacionais recebidas no surgimento do EPT, concomitantemente ao

alinhamento com as diretrizes políticas do regime militar. Porém deve-se indagar se as suas recomendações eram assimiladas com clareza pelos agentes difusores da campanha.

Então, coloca-se em evidência novamente a discussão entre conteúdo e forma, pois enaltecer os valores humanos derivados da implantação do esporte de massa desenhava-se como um ponto fulcral para os teóricos do EPT. Desse modo, questiono em que medida esses postulados foram levados a termo, qual o êxito conquistaram na população e se eles tinham um fim em si mesmo, assumindo um teor desinteressado e livre de ingerências estatais.

O EPT foi lançado em forma de campanha. Uma campanha objetiva a modificação do comportamento das pessoas, através da combinação e da coordenação das ações e remete à conquista de um resultado específico, por meio da articulação de esforços sistemáticos, em que a propaganda e a divulgação almejam desencadear a sua receptividade.

Costa (1988) afirma que uma campanha se destina a um grupo-alvo, congregando, através dos meios de comunicação de massa, objetivos e mensagens. No caso da campanha EPT, o autor constata que não houve uma inovação no que se refere ao *marketing*, mas por seu turno, ofereceu um sentido revolucionário ao que vinha acontecendo no esporte.

No encalço de respostas rápidas para sua aplicação, a qual consistia em ampliar a participação dos indivíduos por intermédio do esporte de massa, invocando o envolvimento de diversos municípios, o EPT vertera-se para uma das constatações do PNED edificadas nas características da vida moderna, em que prevalecia o lazer passivo em detrimento do ativo. As pessoas optavam mais pela assistência ao esporte espetáculo, do que por atuar diretamente na execução de seus exercícios físicos.

O EPT foi dividido em ações aplicadas simultaneamente em várias partes do território nacional (eventos de impacto) e em programas locais (eventos de permanência), desenvolvidos nos municípios e obedecendo às peculiaridades de cada região. Atividades como passeios a pé e de bicicleta, ruas de lazer e colônia de férias comporiam o escopo do movimento.

Os eventos de impacto da campanha são promoções de uma única atividade, realizados simultaneamente em todo o País, em alguns feriados nacionais, buscando-se o sentimento de adesão em massa. Assim sendo, no 1º de Maio são organizados passeios de bicicleta e no 7 de Setembro (Dia da Independência) passeios a pé.

Essas atividades servem de apoio para divulgação e mobilização para as demais, de caráter mais permanente e diversificado, como se segue:

junho – torneios de futebol com regras e locais improvisados; janeiro e fevereiro – colônias de férias; fins de semana – ruas de lazer.

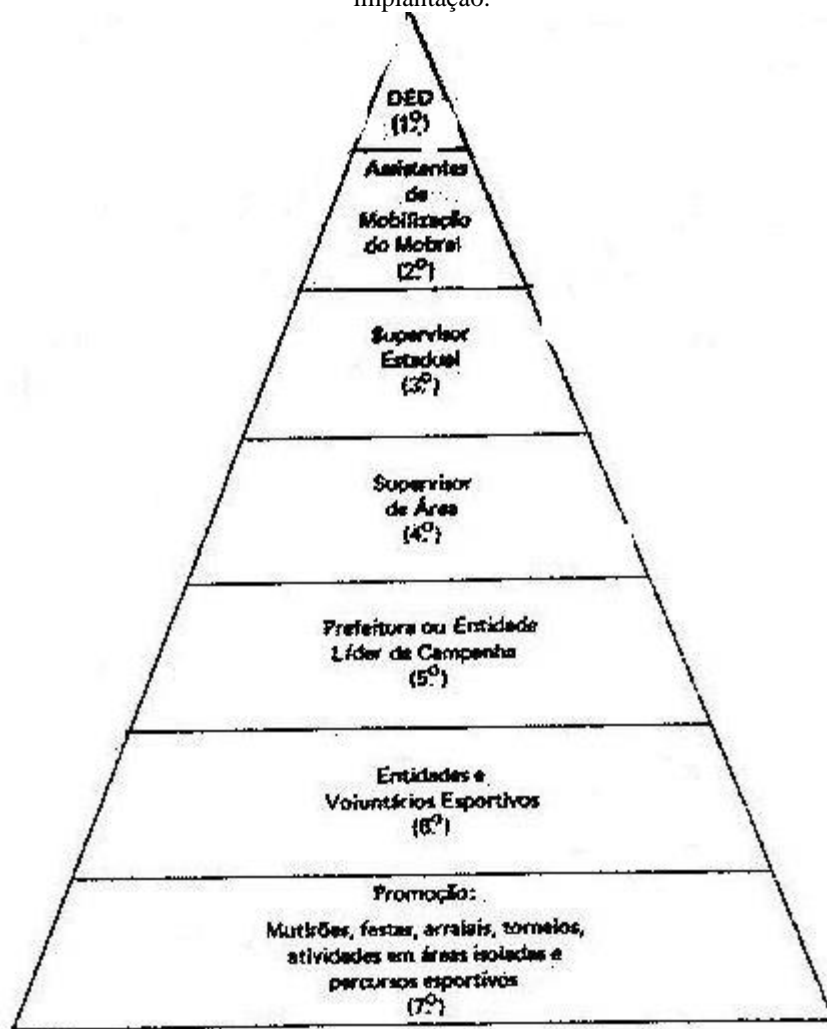
Além disso, a campanha se propõe a estimular a prática de atividades físicas informais de iniciativa local, inclusive enfatizando jogos de natureza cultural.

Como se pode observar, a campanha Esporte para Todos brasileira procura dosar uma abrangência nacional com iniciativas locais, usando a massa como mídia principal, para a motivação e mobilização de participantes (COSTA, 1977, p. 10).

As táticas para a difusão do EPT demandaram a assunção de posturas que estimulassem a formação de lideranças e de entidades capazes de reunir os empenhos necessários para se atingirem as metas colimadas, contando com estratégias conjuntas, que buscavam organizar as práticas de lazer na população. Havia o cuidado de se evitar o esvaziamento das promoções, visando à distribuição criteriosa dos eventos de impacto (nacionais) e dos de permanência (locais).

O teor discursivo assentado nas expressões de “sentido popular e comunitário” “corrente do povo e para o povo”, esbarrava na própria estrutura disposta no Documento Básico da Campanha, dado que o modelo piramidal de seu aparelhamento denunciava a hierarquia de tomadas de decisões, de acordo com a seguinte escala do topo para a base: 1º) Departamento de Educação Física e Desportos (DED); 2º) assistentes de mobilização do MOBREAL; 3º) supervisor estadual; 4º) supervisor de área; 5º) prefeitura ou entidade líder da campanha; 6º) entidades e voluntários esportivos; 7º) promoção: mutirões, festas, arraiais, torneios, atividades em áreas isoladas e percursos esportivos. As instâncias eram deliberativas e verticalizadas, partindo de um órgão central, o DED, e percorrendo os trâmites necessários para que as atividades chegassem formatadas a seu alicerce no que concerne aos interesses dos organizadores.

Figura 8 – Modelo piramidal de divisão de níveis na organização do EPT brasileiro, durante a sua fase de implantação.



Fonte: Documento Básico da Campanha (1977).

Com efeito, a redação do Documento Básico da Campanha indicava o teor prescritivo do EPT, que muito se afastava do ideário de força popular difundido por ele. À guisa de exemplo, ela continha apelos nacionalistas, afeitos a um panorama autoritário distanciado de quaisquer pretensões de hegemonia da população. Assim, na realização dos programas nacionais, existia a preparação ideológica de convencimento sobre a importância de se engajar na cruzada esportiva e de lazer. Finais de semana, férias e feriados cívicos (1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro) eram utilizados no intuito de chamar as massas,

certificá-las de que ali residia “a força da campanha, o sentido cívico das promoções e o sentimento de integração do povo brasileiro” (p. 16).

Reporto-me novamente a Cavalcanti (1984), quando a autora aborda as diferenças entre o incentivo de movimentos de base popular e a procura por contato popular, o que coloca em questão o carácter democrático do EPT. Em outro trabalho seu, Cavalcanti (1981), aponta o viés instrumental do EPT, por ela denominado “ativismo”, no qual prevalecia a dimensão técnica, em detrimento da função sociocultural do esporte. Segundo a autora, para que a própria população fosse a responsável por construir as suas ações, apartadas de fatores ideológicos, a relação entre educador e educando deveria primar-se por um processo de alfabetização esportiva.

A ênfase na competência instrumental apresentada na fase inicial do EPT traduzia as dificuldades para que as classes populares inventassem os aportes socioculturais para a superação das desigualdades sociais. Num período em que o regime militar começava a detectar sinais de debilidade, deparando-se com uma crise de hegemonia, e inclusive setores das classes dominantes apoiadores do golpe militar deixaram de comungar com o horizonte que se desenrolara no desenho político constituído a partir de meados da década de 1970, buscaram-se, no incremento do aspecto técnico do esporte de massa, maneiras de oferecer melhorias sociais às massas, bem como não se suscitarem motivações para a quebra da ordem social que atingisse as elites e o Estado.

O discurso sobre práticas comunitárias esteve circunscrito a uma estrutura hierarquizada, que em momento algum, fomentou a superação das desigualdades sociais. Foi uma estratégia de conformação e não de emancipação, em que pode ser levada em conta também a tendência abordada por Cavalcanti (1981) do ativismo do EPT.

Dessa forma, os fundamentos participativos encontrados no PNED e no II PND calcaram-se, no EPT, em uma base teórica que propunha evitar os entraves burocráticos passíveis de inibir o desenvolvimento da campanha, facilitando a sua fruição no terreno das práticas comunitárias. No entanto, a sua esquematização focava-se, sobretudo no envolvimento de entidades públicas concentradas nos Estados e nas Prefeituras, as quais ficariam responsáveis por ceder coordenadores, com o desejo de divulgar, mobilizar, promover e informar os eventos. Uma verticalização advinda do alto, ao contrário das alegações populares contidas no Documento Básico da Campanha.

Esse contexto exigia a presença de pessoas capacitadas a exercer a função de agentes multiplicadores, tomadas como líderes, patriotas e dispostas a se entregarem à tarefa

de pulverizar na população a prática de atividades físicas e esportivas. Foi então, criada a figura do voluntário esportivo.

E, como em toda missão de ordem social, há a necessidade de aparecimento de líderes; de indivíduos de energia, capacidade de improvisação, de paixão, que representem e materializem a campanha. Eles existem em toda a parte, independentemente de idade, sexo e condição econômica. Eles, muitas vezes, existem em estado latente, necessitando apenas de uma oportunidade para exercerem liderança ou cooperação com seus semelhantes; são sempre patriotas e bastante ligados à comunidade onde vivem e aos costumes de sua cidade. Eles são membros de entidades, sejam públicas, sejam privadas, nas quais exercem alguma influência e procuram ter participação relevante (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 18).

A requisição desses agentes junto à própria comunidade espelhava a carência de professores de Educação Física. O Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil registrava uma baixa quantidade de escolas de Educação Física até o ano de 1969, quadro esse que se previa melhorar razoavelmente até o ano de 1971, determinado pela obrigatoriedade a todos os níveis de ensino da prática da disciplina. Porém a distribuição das instituições superiores era desigual, agrupando-se mais nos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Para o ano de 1977, portanto, não havia ainda um contingente significativo de professores formados para suprir as exigências do EPT. Além do mais, o caráter de baixo custo solicitava atitudes economicamente viáveis, com a convocação de agentes não remunerados, em consonância com o imperativo de difusão da campanha para todo o território nacional.

Nesse aspecto, Costa (1978) pondera que não era somente o baixo número de professores que estimulava a formação de agentes, mas também a inexistência de disciplinas nos cursos de Educação Física orientadas ao esporte de massa. O treinamento dos voluntários esportivos coadunava com novos paradigmas inscritos no cenário da Educação Física brasileira, e o professor, apesar de apresentar a competência de “como fazer”, estava despreparado para lidar com vastos grupamentos.

Ao mesmo tempo, Costa afiança que, por ser a população de nosso país caracterizada por baixo nível educacional e de renda, ela não possuía condições de assimilar facilmente as prerrogativas do “como fazer”, carecendo de agentes de mudança habilitados para essa função e para a “realização do Esporte para Todos através de campanhas de promoção de massa” (p. 17). Desse modo, a palavra-chave centrava-se na simplificação, visando à meta de expandir as atividades. Tais circunstâncias exigiam uma cadeia de elementos motivadores composta pela mídia, por folhetos informativos e pelos eventos de

massa, isto é, ações integradas que não incorressem em perigos de esvaziamento, como alertaram Costa e Takahashi (1983) a respeito da Campanha MEXA-SE, de 1975.

Com efeito, cabe ressaltar que dois termos tornaram-se de extrema relevância para a campanha: a mobilização e a divulgação. Amparando-se nos objetivos de granjear a amplitude do EPT, várias entidades públicas e privadas foram chamadas a colaborar com a campanha, estabelecendo uma rede de informações que ia desde os meios de comunicação de massa, até o contato de pessoa a pessoa.

Entendo, perante todo esse processo, que exista um fator pouco explorado e que versa sobre a preparação do voluntário esportivo, aliado à aplicação, mobilização e divulgação das atividades junto às classes populares. Volto à prevalência da dimensão instrumental do EPT, do ativismo, em que os discursos pontuaram-se por assertivas que necessitam ser interpretadas como cautelosas, diante dos riscos que poderia acarretar a reunião de grandes massas da população. A cautela derivaria dos temores acerca da implantação de um movimento do porte do EPT.

Não havia a pretensão de neutralidade na formação dos voluntários esportivos para atuar junto à população; ao contrário, ao dirigir-se predominantemente para a competência técnica, supunha-se que a concentração restrita ao campo do fazer afastaria os agentes e os praticantes de quaisquer intervenções de naturezas distintas àquelas contidas no Documento Básico da Campanha, recaindo numa provável modalidade de conservação da ordem social.

Mas a não neutralidade potencializava igualmente o surgimento de agentes com posições políticas enviesadas. Gramsci (2001), ao abordar questões atinentes às chances de que cada grupo social produza seus intelectuais, afirma que não existe um trabalho puramente físico, mas em qualquer situação “existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora” (p. 18).

O cuidado de se recrutarem voluntários coerentes com o perfil desejado pelo EPT não garantiria que fosse engendrada uma rede de fiscalização eficiente e, por conseguinte, a ambição de se forjar um arquétipo ideal tropeçava nas multiplicidades crivadas no corpo social.

Percebe-se que os fundamentos que cercavam os discursos do EPT e que perpassavam principalmente pela autonomia da população devem ser analisados à luz dos resultados da campanha, durante a sua breve existência. Nesse sentido, qual o real motivo para que a campanha EPT fosse desativada após pouco mais de um ano de sua implantação?

Em primeiro lugar, as preocupações poderiam residir na envergadura adquirida pelos eventos de impacto, os quais consistiam no chamamento intervalado em feriados nacionais, em alguns finais de semana e também em férias escolares, presumindo ações pontuais na preparação de agentes para administrar atividades simultâneas em todo o território nacional previamente determinadas pelo DED.

Segundo Costa (1977), somente no dia 1º de maio de 1977 houve a participação de cerca de 1,7 milhão de pessoas em todo o Brasil, na promoção de um passeio ciclístico, além de outros eventos de grande vulto, somando enorme quantidade de municípios e de voluntários esportivos e, da mesma forma, ampla divulgação da imprensa. Para o autor, “estava definitivamente comprovada a aceitação do Esporte para Todos no Brasil” (p. 12).

A exaltação dos números da campanha EPT servia de razão para propagandear o seu sucesso. Arlindo Lopes Corrêa, em 1979, na condição de presidente do MOBREAL, elaborou um relatório, onde realizou um balanço retrospectivo das ações desse órgão entre os anos de 1974 e 1978, endereçado ao ministro da Educação e Cultura à época, Euro Brandão⁴⁴.

Dentre as ações, Corrêa descreveu o EPT, enfatizando que era uma campanha de essência municipalista, coordenada pelo DED e executada na íntegra pelo MOBREAL. No ano de 1977, Corrêa afirma que a campanha abrangera 2.777 municípios, cobrindo todo o território nacional. Eram apresentados os resultados dos eventos nacionais, sem a inclusão das atividades locais.

Quadro 3 – Números da campanha EPT relativos ao ano de 1977.

EVENTOS	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Passeio de Bicicleta	2.400	1.940.017
Torneio Gigante de Pelada	1.200	300.480
Passeio a Pé	2.100	2.822.522
Ruas de Lazer	1.494	250.000
Total	-	5.313.019

Fonte: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me002464.pdf>

Para o ano de 1978, Corrêa aborda que, a despeito da diversificação de atividades localizadas, houve queda do número de participantes em eventos nacionais, o que ele atribui a um recuo da mobilização, derivada de uma menor divulgação da mídia eletrônica, quando

⁴⁴Disponível em: <<http://goo.gl/mytWr6>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

comparada ao ano de 1977. Os municípios abrangidos também caíram, embora em proporção menor ao número de participantes, para 2.251 localidades.

Quadro 4 – Números da campanha EPT relativos ao ano de 1978.

EVENTOS	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Torneio Bom de Bola	666	267.356
Passeio de Bicicleta	1.040	701.295
Passeio a Pé	803	197.455
Torneio Gigante de Pelada	746	151.093
Colônia de Férias	224	58.621
Outras Atividades	942	412.300
Total	-	2.569.419 ⁴⁵

Fonte: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me002464.pdf>

O relatório não revela os critérios utilizados para que se chegasse às somatórias declaradas. Entendo que, em relação aos municípios abrangidos, a contagem era viável, uma vez que bastaria mapear as cidades envolvidas nos eventos. Quanto à população participante, chama a atenção o fato de que a maioria dos dados informava com exatidão o número de indivíduos envolvidos nas atividades. Infiro que a única possibilidade para tamanho rigor é que houvesse algum instrumento de inscrição, porém reitero que o relatório não esclarece a esse respeito, tampouco qualquer literatura que consultei sobre essa fase do EPT.

Foco nessa questão, pois, não havendo critérios, o público envolvido pode ser superestimado ou mesmo subestimado, de acordo com os interesses postos em jogo. A minha intenção não é asseverar que obrigatoriamente havia uma maquiagem dos dados, mas buscar entender como uma campanha que apresentava tamanha capacidade de mobilização tenha sido desativada repentinamente.

No relatório, Corrêa realça que o montante de indivíduos participantes caíra em 1978 em comparação ao ano de 1977, em virtude da menor divulgação pela mídia eletrônica. Isso, em princípio, pode representar um indício de que o governo via com cautela os investimentos que reuniam grandes aglomerações.

⁴⁵ Percebe-se que a soma do montante total e de participantes apresentada no quadro 4 está incorreta, pois o resultado exato não é 2.569.419, mas sim 1.778.120.

Mas por que abortar um empreendimento que lograra sucesso e correspondera às expectativas participativas articuladas tanto no II PND como no PNED? Ainda que os quantitativos tenham demonstrado queda de um ano para o outro, não seria importante contingenciar recursos para a continuidade da campanha EPT? Ou as aglomerações incomodavam a ponto de suscitar a desconfiança do governo ditatorial?

Naquela época, o evento de impacto tinha sido eleito como uma das principais estratégias utilizadas pela campanha para a mobilização popular. O objetivo era estimular a prática de atividades físicas informais, com base em iniciativas locais, conferindo, à massa, papel de mídia principal para a mobilização e motivação dos participantes. A mídia eletrônica também desempenhava papel de relevância para o desenvolvimento dessa Campanha. Estas estratégias foram se avolumando e o MOBREAL já não tinha mais como efetivar um controle absoluto das ações. Assim, este movimento de massa [o EPT] passou a não agradar a maioria dos políticos que apoiavam o Governo Militar, motivo de sua desativação. Apesar de estarmos vivenciando um dito período de distensão política do Presidente Geisel, foi mais uma das demonstrações de que o Governo Militar não tinha interesse que acontecessem mobilizações e adesões em massa, como aquelas que já estavam acontecendo no Brasil, pois, essas manifestações eram vistas como ameaçadoras do poder, naquele momento histórico (VALENTE, 1996, p. 135).

Ameaças ao poder teriam gerado a desativação da campanha EPT. É uma opinião, compartilhada com o depoimento de Lamartine Pereira da Costa, quando lhe perguntei a respeito dos incômodos políticos causados pela reunião de um grande contingente de pessoas durante o regime militar.

Com certeza, o passeio de bicicleta gerou incômodos, porque fui chamado à Brasília e, o ministro da Educação pessoalmente me interpelou embora eu fosse um mero servidor do MOBREAL. Acontece que à época eu já tinha notoriedade no esporte e então autoridades me consultavam e no caso do EPT me interpelaram. Este comportamento acontece até hoje, pois acabo de ser chamado à Brasília para a apresentação dos resultados do DIESPORTE aos dirigentes do Ministério do Esporte (COSTA, 2015).

Indagado sobre qual ministro havia-lhe interpelado, Costa afirma que se referia a Ney Braga, expondo as preocupações dele e de Arlindo Lopes Corrêa relativas ao fato, bem como dando pistas das disputas de poder entre o MEC e o MOBREAL.

Ney Braga. Eu me preocupei, inclusive. O próprio Arlindo ficou atento ao fato. Eles no MEC acharam que estava havendo abusos. E não era só esse exemplo não. O MOBREAL fazia o que queria. Estava se transformando num MEC dois. Os ministros que passavam por lá interpelavam sistematicamente

o MOBRAL. E tornou-se comum funcionários da Fundação MOBRAL prestarem contas em todo o Brasil. Então, eu fui chamado à Brasília: “Como é que vocês fazem uma coisa dessas e nós não temos conhecimento”? Mas nós do MOBRAL não sabíamos. Não tínhamos a menor ideia que haveria uma grande aceitação da campanha das bicicletas em todo o país. Note que é importante entender o EPT como um sistema de ensaio e erro. Quer dizer, o EPT se ajustava ao que funcionava. Isso desautoriza a ideia de que aquilo era uma criação que os praticantes teriam que se adaptar a ela, como hoje ocorre com os projetos do governo, seja federal, estadual ou municipal (COSTA, 2015).

O sucesso dos eventos de impacto pode ser aventado como o estopim para a extinção da campanha EPT. Mas considero que a fala de Costa acerca da força conquistada pelo MOBRAL desvela que não deve ser desprezada a dimensão alcançada pelos eventos de permanência, pois eles ofereceriam a continuidade dos empreendimentos, sustentando-se em atividades de iniciativa local.

Digo isso por observar que os eventos de permanência reclamavam a vinculação com a estrutura do MOBRAL, o que poderia sugerir que o prolongamento da campanha EPT sujeitava-se a vaidades políticas e conflitos de interesses instados em frações dos blocos de poder localizados no governo.

O MOBRAL, desde o seu lançamento, em 1970, estendeu as suas funções para além da alfabetização. Ao completar três anos, comemoraram-se o alcance da meta de cinco milhões de alfabetizados e a cobertura da totalidade dos municípios nacionais. Arlindo Lopes Corrêa, secretário executivo, alertava que o MOBRAL tornara-se uma autêntica agência de educação permanente, vislumbrando ampliar as ações para os campos da saúde e da alimentação⁴⁶.

Em face de a própria população atendida pelo MOBRAL reivindicar, entre suas necessidades principais, o lazer, segundo Costa (1977), o EPT aproveitaria a sua logística, pois se tratava de uma organização autônoma administrativa e financeiramente, com seus recursos advindos de verbas da loteria federal e de doações de empresas, através do imposto de renda. A articulação do MOBRAL com o EPT representaria, portanto, o atendimento aos apelos populares, no que tange à facilitação da difusão de práticas de lazer no corpo social.

Entretanto, a multiplicidade de atuações parecia não ser bem-vista por todos os segmentos. Ainda em 1975, foi instalada no Senado Federal uma CPI, a fim de investigar a abrangência do MOBRAL, já sob a presidência de Arlindo Lopes Corrêa, sobretudo por incômodos causados ante a sua interferência na alfabetização em escolas primárias. O

⁴⁶OS PLANOS do Mobral aos três anos. **Veja**, São Paulo, n. 262, p. 67-70, set 1973.

ministro da Educação Ney Braga (1974-1978), ao qual Corrêa era subordinado, informou, por ocasião desse episódio, que determinara que o órgão abortasse os projetos que não os de alfabetização de adultos⁴⁷.

A despeito de o partido oposicionista ter conseguido expressivo avanço tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados nas eleições de 1974, a ponto de que os resultados fossem encarados como uma vitória do MDB, as duas casas ainda contavam como a maioria da ARENA. A criação de uma CPI, diante dessas injunções, não era mais do que uma satisfação a setores dentro da própria base governista contrários ao tamanho alcançado pelo MOBRAL.

O Estado busca condensar os interesses das frações do bloco no poder. Ele detém, de acordo com Poulantzas (1985), uma autonomia relativa em relação a essas frações. Não se apresenta como uma unidade monolítica e sem fissuras, ou seja, existem contradições internas que se interpõem no Estado.

Além disso, os conflitos inscrevem-se no contexto das lutas de classes. Com o MOBRAL, o regime militar conjecturou erradicar o analfabetismo, mas isso advinha também da conjugação de forças com as classes populares, na criação de efeitos de verdade sobre os benefícios sociais provindos dessa situação. Ser alfabetizado significava fazer parte do Brasil Grande, ser produtivo e contribuir com o desenvolvimento do país.

Assim, o MOBRAL adquiriu uma conotação política de extrema relevância no panorama ditatorial brasileiro, focando numa educação que, em suas práticas discursivas, era destinada às massas, mas que divergia do que ocorrera no breve período de experiência democrática brasileira.

O Brasil, nesse sentido, buscava acompanhar uma tendência de educação das massas presente após o encerramento da Segunda Guerra Mundial que visava à adaptação dos desfavorecidos aos padrões modernos. Pereira e Pereira (2010) afirmam que a educação deveria verter-se por motivações democráticas e, em nosso país, ganhou destaque o método do educador Paulo Freire, tendo à frente marxistas e cristãos. Freire opunha-se àquilo que denominava “educação bancária”, caracterizada pela mera transmissão de conhecimentos, e propunha uma educação para a liberdade, além da criação do Movimento de Cultura Popular.

No entanto, Pereira e Pereira (2010) destacam que, com o golpe militar, principalmente depois do AI-5, iniciou-se a repressão a grupos de educação popular, os quais foram considerados subversivos, e o governo militar criou o MOBRAL, aproveitando-se das

⁴⁷MOBRAL NO Senado. **Veja**, São Paulo, n. 368, p. 66, set. 1975.

ideias de Freire de forma enviesada. Em vez de um movimento de massa voltado à conscientização crítica de superação das desigualdades sociais, o MOBRAL estimulava o individualismo e a acomodação ao modelo social vigente.

Ademais, apesar da determinação do ministro Ney Braga, o MOBRAL não poupou esforços em acomodar no seu arcabouço outros papéis, como o espalhamento de práticas de lazer, através do EPT. Talvez, por conta da produção de tensões relativas a esse fato, a campanha EPT tenha sido desativada.

A minha suposição sucede-se em virtude da trajetória de Arlindo Lopes Corrêa no MOBRAL. Ao todo, foram praticamente nove anos, entre a secretaria executiva e a presidência, até a sua exoneração em 1981. Em reportagem da Revista Veja⁴⁸, abordava-se que o ministro da Educação Rubem Ludwig desmantelara um desafio de sua gestão, em manobra de Estado-Maior.

O que a revista queria enfatizar versava sobre a autonomia que Corrêa conquistara durante esse período. Considerado um jovem burocrata brilhante, foi responsável por montar a estrutura do MOBRAL, cumprindo, segundo o periódico, as metas de diminuição do analfabetismo. Porém, com esse estágio concluído, Corrêa passou a interferir e incomodar em outros setores, vislumbrando a própria sobrevivência política, o que ocasionou a sua execução, “pois não havia como exercer outras atividades, sem invadir áreas alheias” (p. 76).

Com a soma de significativo volume de recursos financeiros, o MOBRAL paulatinamente concretizou a sua solidez no regime militar. As variantes incorporadas por ele garantiriam à sua chefia poderes capazes de causar receios a fatias que se serviam do Estado e se viam ameaçadas diante do crescimento da figura de Corrêa, que gozava de simpatia entre personagens de primeiro escalão do governo, entre os quais Geisel, Mário Henrique Simonsen e Golbery do Couto e Silva.

Foco esse aspecto, porque, mesmo com a desativação do EPT durante a presidência de Corrêa no MOBRAL, a linha de poder é delicada e desvela clivagens na relação do Estado com as classes dominantes. Retomo a matéria supracitada da Revista Veja, que relatava algumas atitudes de Corrêa que desobedeciam à hierarquia. O fim da campanha pode ter sido mais um episódio da queda de braço travada entre setores governamentais que tinha como corolário a luta pela hegemonia que as frações do bloco no poder visavam a alcançar.

⁴⁸O MOBRAL controlado. *Veja*, São Paulo, n. 657, p. 75-76, abr. 1981.

Trata-se de uma circunstância ainda não aventada por qualquer crítico do EPT, isto é, a de problematizar se a proeminência de Corrêa estaria por trás da desativação da campanha EPT. A literatura não aponta essa relação e, desse modo, os depoimentos de quem esteve dentro do processo, inclusive o do próprio Corrêa⁴⁹, poderiam contribuir para esclarecer a dúvida. Na entrevista que fiz com Edison Valente, abordei sobre esse fato.

Tanto na Câmara, como no Senado, eles não estavam gostando desse tipo de coisa. O Arlindo estava aparecendo muito. E, com a campanha Esporte para Todos, aí que cresceu mesmo o nome dele, com a mobilização... Até, teve uma época que o pessoal dizia assim: “O EPT é um novo partido que vai surgir no Brasil?”. Era sempre vinculado à política. Mas, foi um movimento também político, você não pode deixar de avaliar, mas que estava indo de encontro às perspectivas políticas do Brasil naquela conjuntura (VALENTE, 2015).

A fala do professor Edison expõe a visão de quem esteve envolvido diretamente com o EPT, tanto por ser um agente de difusão de atividades esportivas informais, como por ser um intelectual que discute a trajetória do EPT brasileiro. As disputas de poder, nesse caso, são elementos potenciais para a desativação da campanha.

Além disso, as próprias relações de poder registradas no interior da Educação Física brasileira podem ter motivado o encerramento da campanha, haja vista que as resistências ao esporte de massa encontravam-se dentro do esporte de alto rendimento. Quem nos aponta essa conjectura é Arlindo Lopes Corrêa, na apresentação da RCE de número 1.

Sabíamos, desde o início, que tínhamos uma corrida contra o tempo: a inovação do Esporte para Todos só se estabeleceria, como fato consumado, a curto prazo, de modo a torná-lo imune a desvirtuamentos e neutralizações dos sempre presentes tradicionalistas do esporte brasileiro. Para isso, fizemos simplificações e não procuramos compatibilizações políticas de

⁴⁹Tentei marcar uma entrevista com Arlindo Lopes Corrêa. Entrei em contato primeiramente por telefone, no início do mês de março de 2015, não me lembro exatamente o dia e, no dia 6 de março, enviei-lhe um *e-mail*, detalhando a minha solicitação. Corrêa, então, no dia 8 de março, pediu-me que lhe enviasse as perguntas antecipadamente, para que ele se preparasse para a entrevista. No mesmo dia atendi ao pedido, porém Corrêa me retornou, afirmando que eu não necessitaria me deslocar até o Rio de Janeiro, sua cidade, pois me enviaria as respostas por *e-mail*. Agradei a sua cortesia de se disponibilizar a me responder, mas ressaltei que, de qualquer maneira, teria que ir ao Rio de Janeiro para cumprir outras atividades concernentes ao meu doutorado. Aleguei que as perguntas que eu havia enviado compunham um roteiro e que, diante do processo de entrevista oral, poderiam surgir novas indagações, até mesmo para esclarecer dúvidas a respeito da leitura que eu vinha realizando. Não obtive resposta. Embarquei para o Rio de Janeiro no dia 9 de março e, no dia 10 de março, por telefone, inquiri Corrêa sobre a possibilidade da concessão da entrevista, mas ele alegou que naquele momento não se encontrava na cidade. No dia 12 de março, por meio de seu *blog*, Corrêa enviou-me a resposta de uma das perguntas e, no dia 18 de março, enviou a resposta de outra. Os contatos sobre o EPT cessaram, até que, no dia 4 de junho, enviei por *e-mail* uma pergunta que versava sobre a desativação da campanha EPT e se isso decorreria de implicações políticas. Coloquei-me à disposição para ir até o Rio de Janeiro, realizar a entrevista, porém Corrêa apenas respondeu, através de *e-mail*, à minha pergunta.

longo prazo. Como consequência, fomos freqüentemente mal interpretados e ainda permanecemos à margem do Sistema Desportivo Nacional (CORRÊA, 1980a, p. 1).

Ora, quais os motivos da divisão interna da Educação Física que impediram a inclusão do EPT no Sistema Desportivo Nacional, bem como puderam ter acarretado a desativação da campanha? Infiro que pode ter sido por conta dos temores acerca da distribuição de recursos financeiros por parte dos representantes do esporte de alto rendimento, mas, sobretudo por disputas de espaços de poder, o que envolvia diretamente a participação do MOBRAL.

Corrêa oferece pistas, nesse sentido, ao desabafar na apresentação do livro organizado por ele, evocando a respeito da magnitude das controvérsias imputadas sobre o MOBRAL. Inicialmente, o movimento caminhara tranquilamente, mas o seu sucesso teria gerado críticas contundentes, a ponto de o autor lançar, de forma irônica, a seguinte questão: “O MOBRAL, rico, poderoso, ambicioso, extrapolando seus objetivos, estaria a causar um enorme mal ao Brasil, seria uma grande fraude” (CORRÊA, 1979a, p. 11).

Corrêa, então, responde a essa situação, destacando que a credibilidade do MOBRAL saíra incólume ante as avaliações as quais fora submetido, por meio da UNESCO, CPI do Senado, Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, missões estrangeiras, bem como em dissertações de mestrado e teses de doutorado. No entanto, para o autor, o reconhecimento do MOBRAL consagrar-se-ia no futuro, superando as interpelações que na ocasião colocavam em dúvida a sua importância.

O leitor verá neste livro que a realidade é bem distinta. Nossa intenção, ao elaborá-lo, foi deixar consignada a experiência do MOBRAL para os pósteros. Não procuramos os aplausos do presente, mas estamos seguros de que o futuro reconhecerá o imenso valor de nossa obra, tão revolucionária que não poderia deixar de suscitar a dúvida, é certo, pois assim tem sido em toda a história da Humanidade, com as realizações congêneres (CORRÊA, 1979a, p. 12).

A citação suscita a hipótese de que a campanha EPT tornara-se vítima das disputas entre frações do bloco de poder, haja vista que era uma das atividades abraçadas pelo MOBRAL, diante de sua estratégia de diversificação. Em face da abrangência do MOBRAL, o corolário fora o encerramento da campanha EPT.

Portanto, a campanha EPT institucionalizou-se sob a tutela do regime militar, utilizando a organização do MOBRAL, instalado em todos os municípios do Brasil. Essa

modelagem conferia a viabilidade econômica necessária à difusão de práticas de lazer na população, articulando os eventos de impacto e os locais.

Ao mesmo tempo, um movimento de massas espelha as relações de poder incrustadas no corpo social. O EPT buscou espelhar-se em expectativas das classes populares acerca da propagação de atividades físicas e esportivas, enveredando-se por discursos relativos à sua espontaneidade e ao seu espírito de improvisação. Mas, se houve atendimento nas demandas governistas relativas à participação dos indivíduos nos atributos de seus lazers, causou igualmente achaques em setores governamentais e nas classes dominantes, no que tange aos possíveis efeitos colaterais advindos da aglomeração da população. Ademais, as próprias frações dos blocos no poder se digladiavam na luta pela hegemonia.

O Estado é a condensação de uma relação de forças, de acordo com Poulantzas (1985). O autor discute a relação entre poder e classe dominante, considerando que o Estado não é um mero apêndice destas, tampouco é senhor absoluto e o centro das decisões. É justamente por ter uma ossatura material própria que o Estado não pode ser concebido como coisa instrumento ou como sujeito.

As relações de hegemonia não se dão somente por imposições ou determinações de uma classe sobre a outra, mas também por intermédio de relações de poder que se encontram espalhadas no corpo social. Ademais, os fracionamentos presentes dentro dos próprios segmentos sociais respondem pelo espalhamento do poder em instâncias diversificadas. São fluxos que se entrecruzam, exercendo os seus papéis no interior de seus domínios num cenário de interesses multiformes.

Para exercer a hegemonia, as classes dominantes promovem um consenso passivo sobre os outros grupos, por meio da coerção, da cooptação ou mesmo da difusão de seus valores, que são incorporados pelas classes dominadas, utilizando-se, segundo Gramsci, de mecanismos localizados nas filosofias tradicionais e na religião do alto clero, os quais constituem grandes sistemas desconhecidos pelas multidões, mas que interferem sobre elas em sentido negativo.

Êstes sistemas influem sôbre as massas populares como força política externa, como elemento de subordinação a uma hegemonia exterior, que limita o pensamento original das massas populares de uma maneira negativa, sem influir positivamente sôbre elas, como fermento vital de transformação íntima do que as massas pensam, embrionária e caòticamente, com relação ao mundo e à vida (1981, p. 144).

Gramsci compreende que a conquista da hegemonia das classes dominadas provém de superações dos próprios conhecimentos das massas populares, em que “o ponto de partida deve ser sempre o senso comum, que é espontaneamente, a filosofia das multidões, as quais se trata de tornar ideologicamente homogêneas” (1981, p. 145). A construção de uma consciência crítica coletiva abriga-se nos processos de formação política e cultural dos indivíduos, inscritas dentro de iniciativas autônomas.

Destarte, entendo que a implantação do EPT no Brasil, inversamente ao estabelecido no Documento Básico da Campanha, não se pautava pelo “espírito de improvisação”, “sentimento de autonomia”, ou sequer direcionava-se de “baixo para cima”, mas obedeceu a uma lógica que buscava adaptar os indivíduos à realidade apresentada no plano político que exigia o chamamento da população acerca das diretrizes assumidas pelo regime militar, ou seja, em ocasião alguma ocorreu qualquer motivação que desencadeasse a hegemonia das classes populares.

Porém, existiam fragmentações dentro do próprio governo e insatisfações em frações das classes dominantes, em que um movimento de massas do porte do EPT poderia gerar potencial significativo de insatisfações. Mesmo que Costa (1981a) afirmasse que a desativação do EPT já estivesse prevista, ela aconteceu abruptamente a mando do Ministério da Educação.

Valente destaca que as pressões políticas e a alegação de gastos expressivos fizeram com que, no final de 1978, o ministro Ney Braga determinasse “um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a desmobilização do envolvimento do Governo Federal com o EPT” (1993, p. 93).

Compreendo que a data esteja correta, haja vista que também Corrêa (1980a) traz essa informação. Porém, Braga já não era mais ministro à época, pois exerceu o cargo entre 15/03/1974 e 30/05/1978, sendo substituído por Euro Brandão, que exerceu o cargo entre 20/05/1978 e 14/03/1979. Acredito que a fala de Corrêa, citada a seguir, elucide que, ao contrário da afirmação de Valente, não foi imputada a Ney Braga a desativação da campanha.

No final de 1978, foi desativada a Campanha Esporte para Todos que, por solicitação do então Ministro Ney Braga e sob a supervisão do atual Departamento de Educação Física e Desportos (DED) do MEC, durante dois anos o MOBREAL desenvolveu cobrindo todo o país (CORRÊA, 1980a, p. 1).

Corrêa, na verdade, enaltecia o papel de Braga durante a vigência da campanha EPT. De qualquer modo, é importante é identificar que a campanha, que fora saudada como

de matriz popular, encerrava-se de maneira nada democrática, tomada a partir dos gabinetes ministeriais, independentemente do titular da pasta naquele momento.

4- Considerações parciais

A valorização da Educação Física e do esporte fez parte das intenções do regime militar desde o seu início. Calcando-se na ideia de que a ascensão do Brasil ao topo das potências mundiais passaria pela formação de uma representatividade esportiva vitoriosa, a disseminação na população das práticas esportivas compunha um dos desafios a serem enfrentados pelo governo.

Por meio da elaboração do Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, verificou-se que a percentagem de praticantes de atividades físicas era diminuta. Assim, o planejamento das ações deveria voltar-se para o incremento das práticas, tendo como foco o modelo piramidal, onde o esporte de alto rendimento situava-se no topo e o desporto de massa, em sua base.

Entretanto, os embates acerca da priorização do esporte de alto rendimento ou de massa encetavam-se por discussões estendidas no cenário internacional, em que as alternativas às formas de competição ofereceram propostas multifacetadas acerca da dispersão do esporte de massa.

Pode-se perceber que os princípios em favor do alastramento do esporte no corpo social animavam-se para discursos voltados à participação dos indivíduos, mas as disposições de documentos que versavam nesse sentido, muitas vezes, não se desvincilhavam dos enlaces do esporte de alto rendimento.

Com efeito, durante todo o processo de debates, coloca-se em evidência a luta pela hegemonia, em que o esporte é um elemento de consolidação dos anseios dominantes, mas também adquire conotações de resistência nas camadas populares. Dotado de origem aristocrática, as massas aos poucos reclamam a sua inclusão no esporte, desembocando nos ensaios atinentes ao amadorismo e ao profissionalismo.

A hegemonia das classes dominantes, que inicialmente reivindicavam para si a primazia da prática esportiva, passou a sustentar-se em interesses que exploravam os feitos dos heróis esportivos. Para que se referendassem tais conjunções, o esporte começou a ser vislumbrado como um mecanismo integrador, fomentador da paz mundial e avesso a quaisquer injunções de ordem política.

Então, diante da transformação das relações de poder, as classes populares cada vez mais conquistaram os seus espaços e se apropriaram dos seus direitos concernentes à prática de atividades físicas e esportivas. O enfoque sobre o esporte de massa derivou do atendimento às demandas populares.

O Esporte para Todos surgiu no continente europeu, no final de década de 1960, no âmbito das discussões provenientes do bem-estar social, caracterizando-se por obedecer às orientações de uma sociedade fundada em valores democráticos, sob o carimbo capitalista. Vivia-se uma época de prosperidade econômica no horizonte internacional.

No entanto, a campanha EPT foi lançada no Brasil sob um quadro bem diferente do das nações europeias nas quais ele se espelhou. Vivenciava-se aqui uma ditadura, aliada ao período de enfraquecimento do regime militar, quando ele não conseguia mais se respaldar nos índices de crescimento do “milagre econômico”.

O enfoque participativo foi adotado como a meta das políticas governamentais. O EPT procurou materializar as ações da Educação Física de propagação do esporte de massa, provenientes dos dispositivos da Lei nº 6.251/75 e do PNED, que, por sua vez se articulavam às determinações do II PND.

No intuito de direcionar a campanha, formulou-se o Documento Básico da Campanha. Assumindo-se como estimulador de um movimento que vinha de “baixo para cima”, com espírito de improvisação e espontaneidade, o Documento condisse com as ambições do II PND, ao realçar que o componente participativo suscitaria a prática de atividades físicas e esportivas a todos os segmentos da sociedade, espalhadas pela totalidade das regiões brasileiras. Tratava-se da maneira pela qual a Educação Física contribuiria no ataque às desigualdades sociais.

Reconhecia-se o universo cultural popular oriundo das práticas esportivas, porém não se desgarrou da perspectiva elitista do esporte de alto rendimento, uma vez que se encarava a maior participação como fundamento para a seletividade de atletas. Ademais, a disseminação das atividades físicas e esportivas compunha-se de um caráter de convencimento, com forte entonação patriótica.

Inserido no Documento Básico da Campanha, havia o Decálogo, um conjunto de ideias-força que guiaria a atuação dos voluntários esportivos. Seus valores calcavam-se por certa universalidade, apresentando semelhanças com a Carta Europeia do Desporto para Todos.

As práticas discursivas presentes no Decálogo permeavam-se por estratégias que objetivavam demonstrar que a campanha inscrevia-se no âmbito da democratização das

práticas corporais, bem como os valores transmitidos articulavam-se aos modelos dos países desenvolvidos.

No entanto, no Brasil o EPT guardava as suas peculiaridades. Em primeiro lugar, louvava-se que, no território nacional, o EPT atingia prioritariamente as camadas populares, o que o diferenciava da realidade europeia, no sentido de torná-lo mais autônomo e eivado de interesses comunitários (COSTA, 1981c).

Em segundo lugar, existia a conjectura ditatorial que demarcava o país e foi pouco abordada pela literatura da campanha EPT. Assim, os valores do Decálogo caminhavam na direção da produção de efeitos de verdade correspondentes a uma nação democrática que valorizava os direitos sociais de liberdade dos cidadãos.

Nesse contexto, o EPT conseguiu aglutinar um contingente significativo de indivíduos em suas atividades. Ao mesmo tempo em que isso alavancava o seu sucesso e contemplava os resultados esperados de maior participação popular, incentivada pelo próprio regime militar no período de seu enfraquecimento, pode ter sido também o estopim para a sua desativação oficial no ano de 1978.

A reunião de multidões comemorada pelo EPT, entretanto, potencializaria igualmente o surgimento de resistências no interior das movimentações sociais, diante de uma realidade em que o país já se deparava com as insatisfações das massas, que reverberavam por meio de manifestações grevistas, crescimento dos partidos de oposição e perda de prestígio governamental por parte da população.

Mas deve ser considerado que o EPT não se restringiu à envergadura adquirida pelos eventos de impacto, uma vez que os eventos de permanência, localizados, alcançaram relevância, aproveitando-se da estrutura logística do MOBRAL. Devido ao anseio de expansão do MOBRAL, fissuras seriam geradas dentro dos próprios círculos de poder governamentais e causariam pressões para a desativação do EPT.

Então, a pergunta a ser feita versa sobre os motivos que levaram à continuação do EPT, mesmo depois da oficialização de sua extinção. Teria ele estabelecido raízes e, finalmente, logrado os seus objetivos iniciais de espontaneidade? Desgarrou-se das amarras governamentais e atuou na efetivação da autonomia popular? As massas, apesar de conviverem com uma ditadura, conquistaram a sua hegemonia? Para colaborar na resposta a tais indagações, o próximo capítulo apresenta as características que o EPT assumiu nessa sua nova etapa.

CAPÍTULO III

O MOVIMENTO EPT: DISCUSSÕES SOBRE SUA AUTONOMIA

1- O EPT após a sua desativação oficial

As resultantes da possível desvinculação do EPT da órbita governamental merecem ser ponderadas, aferindo até que ponto ele adquiriu autonomia e pluralismo e logrou independência após a desativação oficial. Nesse sentido, analiso a literatura que aponta que o EPT se direcionou a uma nova fase, na qual a campanha seria substituída por um movimento autônomo, dotado de forte componente comunitário e premido por prerrogativas situadas nos livres empreendimentos da população e dos agentes.

Este capítulo analisa os discursos que buscaram apresentar respaldo para a continuidade do EPT, fundados em assertivas que finalmente o investissem dos seus primeiros pressupostos, qual seja, o estatuto comunitário, com práticas advindas de “baixo para cima”.

No decorrer desse processo, as orientações contidas nos “Princípios do Esporte para Todos” e na “Carta de Compromisso do Esporte para Todos” primaram-se por um conjunto de orientações responsáveis por definir os contornos do movimento, assim como por blindá-lo contra quaisquer desvirtuamentos que colocassem em risco a sua difusão.

Outro fator que se tornou importante nessa nova etapa do EPT foi a criação da Rede Esporte para Todos, visando a incrementar os canais de comunicação do movimento. Ela contemplaria os ensejos de que se materializassem as trocas entre os diversos agentes, conferindo-lhe o verniz de democratização tão presente em seus discursos.

Desse modo, supor-se-ia, em condições normais, que, se o movimento desagradasse ao regime militar, ele seria abortado definitivamente, sem possibilidades para a sua continuidade. Porém o livro organizado pelo professor Lamartine Pereira da Costa, *Teoria do esporte comunitário e de massa*, de 1981, expõe os rumos tomados pelo EPT brasileiro depois da oficialização de seu encerramento. A obra almeja demonstrar que a sobrevivência do EPT decorreu do vigor empreendido nas diversas localidades em que o seu viés comunitário já se solidificara.

Na introdução do livro, Costa (1981a) delineia a retrospectiva do EPT, bem como tece os norteamentos que o acompanhariam em sua nova moldura. Segundo autor, o movimento já havia criado raízes e se alastrado por praticamente todos os Estados e

Territórios nacionais. Não acabaria ali uma iniciativa que ganhara ampla adesão, abrangendo cerca de trezentos municípios, segundo avaliação feita pelo MOBRAL.

A campanha EPT fora entendida como um projeto-demonstração, enfatizando-se que, por meio dela, revelaram-se elementos de viabilidade e de penetração popular. Não se tratava de um caso de inovação esportiva, mas de estratégias de incentivo à difusão das atividades a um contingente expressivo de pessoas espalhado pelas diversas regiões do país, constituindo-se no estopim para suscitar o envolvimento popular nas práticas esportivas. Mostrava-se que, a partir daquele momento, o EPT consolidaria a sua dimensão comunitária.

Para Costa, o lado negativo da campanha EPT decorreu das críticas voltadas ao aspecto manipulador das massas que incidiam sobre os eventos de impacto. Todavia, estas já eram esperadas, até porque ele próprio, no primeiro contato com o EPT europeu, lançara suas desconfianças nessa direção.

Ressaltando o caráter aberto do movimento, Costa descreve que ele se tornou um produto de constante reflexão, e os debates entre os integrantes motivaram a criação do jornal “Comunidade Esportiva” e na elaboração dos princípios do EPT.

A fim de enaltecer a vertente democrática que o EPT brasileiro granjeara ao longo de sua trajetória, Costa atentou-se para a formulação dos conceitos do esporte de massa e do comunitário. De acordo com a experiência brasileira, o esporte de massa atenderia às expectativas de custo mínimo, com atividades simplificadas, acolhendo os interesses da população. Quanto ao esporte comunitário, corresponderia a uma das abrangências do esporte de massa, inserindo-se nos anseios de grupos sociais, dos pequenos aos grandes grupamentos, e obedeceria “à organização natural da sociedade, em grupos que se formam livre e especificamente para a prática esportiva” (COSTA, 1981a, p. 5).

O esclarecimento dos conceitos do esporte de massa e do comunitário era, para Costa, importante na definição dos encaminhamentos dados ao EPT brasileiro. Fugia-se do modelo tradicional europeu, uma vez que no Brasil o esporte de massa adquiriria laços fortes com a comunidade, tratando-se de uma medida “revolucionária” na forma de se conceber o EPT.

Com a proposição de que no Brasil, diferentemente da Europa, o EPT consistiria na junção do esporte de massa com o comunitário, Costa calcava-se na perspectiva de baixo investimento na base e concentração de mais aportes financeiros na elite. Assim, promover-se-ia o atrelamento entre a quantidade e a qualidade.

Sem um compromisso com o trabalho de base, sem uma visão prioritária com respeito à comunidade, sem buscar o impulso de baixo para cima, o esporte de massa é postigo e carente de resultados práticos. Evidentemente, grandes investimentos nesse modelo podem trazer sucesso, porém, trata-se de injustiça social somada a custos insuportáveis mesmo para países ricos. Já com relação ao modelo EPT, os recursos disponíveis podem ser concentrados em praticantes excepcionais, necessidade cada vez maior em razão da complexidade crescente do treinamento e do apoio no moderno esporte competitivo. Por outro lado, o sentido liberalizante e improvisado das atividades não-convencionais desfocalizam naturalmente a busca da performance, conduzindo os praticantes para o lazer, carência básica das comunidades em qualquer circunstância de desenvolvimento. Estamos, em síntese, diante de um modelo simples e compatível com todas as ansiedades, tanto de quantidade como de qualidade (p. 5).

Costa acreditava que o amadurecimento advindo da campanha EPT traduzia os avanços do movimento. A interposição ideal entre o esporte comunitário e o de elite, alocando maiores recursos para o último, constituía-se na fórmula “revolucionária” que criaria, nas palavras do autor, uma “Escola Brasileira de Educação Física e Esportes”, ou seja, alardeava-se que o sentido comunitário se abrigava justamente na difusão de atividades para as massas, o que tenderia a formar uma elite de campeões. “A elite esportiva, isto é, os campeões e os talentos esportivos, surge e se renova naturalmente através da expansão da base” (p. 5).

Ainda se confiava na lógica do modelo piramidal, segundo a qual o alastramento do esporte de massa resultaria no sucesso do esporte de alto rendimento. Agora, no entanto, o EPT reconstruía o seu discurso, amparando-se nos conceitos do esporte de massa e do comunitário, a fim de realçar que as suas ações haviam obtido repercussões espontâneas em diversas localidades do país.

Durante o interregno observado entre a desativação oficial da campanha e o surgimento do movimento EPT, a Educação Física e o esporte brasileiro adquiriram uma projeção de maior relevância dentro do MEC, em virtude de, por meio do Decreto 81.454/78, ter sido criada a SEED, ou seja, em vez de um departamento, como era o DED, a estruturação da Educação Física e do esporte passava a contar como uma secretaria.

No intento de aprimorar a área esportiva, o MEC aprovou o regimento interno da SEED, por meio da Portaria nº 522, de 01 de setembro de 1981. Depois de mais de três anos de sua criação, a SEED apresentava as suas finalidades, fixando como meta o planejamento, a coordenação e a supervisão do “desenvolvimento da Educação Física, do Desporto e do Esporte para Todos, em consonância com as diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desportos” (BRASIL, 1981).

Nota-se que a portaria adotava a nomenclatura Esporte para Todos, em vez de desporto de massa, a qual era recorrente desde o Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil. Aliás, a variedade de termos era uma constante nos distintos países em que as iniciativas atinentes ao desporto de massa estavam presentes.

Porém, no território brasileiro, a situação não se resumia a simples terminologia, haja vista que a expressão “Esporte para Todos” refletiria as peculiaridades nacionais, cuidando do abasileiramento de nossas práticas. A vertente assumida na portaria ocupava-se de advogar o caráter comunitário do EPT, e Costa (1981a) alertava para o fato de que, no Brasil, ele brotava da comunidade, ao contrário da orientação dos modelos europeus, advindos das estruturas tradicionais do esporte.

Tratava-se de uma discussão emergente, quanto à mudança dos paradigmas da Educação Física brasileira. A atribuição de uma identidade própria ao EPT de nosso país representaria os novos rumos a serem tomados pela área de conhecimento, e isso perpassaria pela estruturação da grade curricular dos cursos superiores, o que, no entendimento de Costa (1981c), foi iniciado com a introdução da disciplina “Educação Física Permanente” na Universidade Gama Filho.

Desse modo, a comparação entre as palavras esporte e desporto adquire importância à parte, uma vez que, no conjunto das estruturas de organização da SEED, estavam a Subsecretaria de Desporto e a de Esporte para Todos. A primeira desmembrava-se na Coordenadoria de Desporto Comunitário e na de Desporto Estudantil, enquanto a segunda na de Promoção de Eventos e na de Desenvolvimento Social.

Pode chamar a atenção que o desporto comunitário fosse incluído na Subsecretaria de Desporto. Mas, desde a Lei nº 6.251/75, ele integrava as associações, ligas, federações, confederações e o Comitê Olímpico Brasileiro, pertencentes ao Sistema Desportivo Nacional. O desporto estudantil passava a compor esse alvo, no intuito de se ater aos estudantes atletas.

Daí, Costa (1981a) atentar-se para o conceito de esporte comunitário que se distinguísse dos fundamentos da legislação brasileira que norteavam o Sistema Desportivo Nacional, no qual o desporto de massa não estava incluído. No caso do EPT, ele lograria as práticas edificadas pelas comunidades, seguindo as competências da SUEPT, no sentido de “elaborar e propor a programação para a realização e estímulo a competições e eventos populares, em consonância com as culturas regionais” (BRASIL, 1981).

Embora o respaldo governamental se fizesse presente nas formulações em prol do EPT, destacava-se que o pluralismo e a descentralização o livrariam das ingerências estatais,

transformando-o num movimento autenticamente autônomo. Valente (1993) reforça essa posição, mencionando o “Curso de Publicidade e Treinamento de Dirigentes Técnicos do Esporte para Todos”⁵⁰, concluído em 1979.

Os Conteúdos desse curso propiciaram aos seus participantes uma visão mais independente sobre as ações do EPT, enquanto projeto de Governo Federal. A partir dele, a grande maioria dos agentes (inclusive o autor), começou a adotar novas estratégias de mobilização e divulgação comunitárias, baseadas em iniciativas espontâneas locais, levando a SEED a perder, quase que por completo, o controle sobre esse movimento no Brasil (p. 97).

Valente ressalta que o aspecto intersubjetivo do movimento respondeu por sua dinâmica e também por sua independência, libertando-se das amarras da SEED. A questão que incide nesse momento é identificar em que medida a população obteve, ou não, a hegemonia no usufruto das atividades físicas e esportivas.

Gramsci (1999) entende que a construção da hegemonia emana das aspirações incrustadas no corpo social, partindo do senso comum, de maneira que se faz necessária a formação de lideranças situadas no contexto imediato de suas relações. O autor considera fundamental a preparação intelectual (cultural) para a conquista da hegemonia. São crenças e valores que vão sendo erigidos por meio das ações intersubjetivas dos sujeitos.

A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática Não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (p. 103-104).

Compreendo que as atividades físicas e esportivas componham o universo cultural da população, promovendo possibilidades de autoconsciência, superando o senso comum e oferecendo aportes para uma nova concepção de mundo. Então, é salutar discutir as bases teóricas e práticas oferecidas na sustentação do EPT, após o que Valente (1993) aponta como

⁵⁰Segundo Valente (1993), o curso realizado na cidade de Salvador teve como público alvo professores de Educação Física e publicitários, contando com o corpo docente formado por professores brasileiros e alemães.

a prevalência do caráter de espontaneidade e de autonomia derivado das ações dos agentes e da participação comunitária.

É no âmbito da própria ossatura do movimento que se encetam as indagações. Costa (1981a) esclarece que, desde o Documento Básico da Campanha, o EPT foi suscetível a aberturas, a novos vernizes capazes de estender a participação popular.

Dentro dessa lógica, a elaboração dos “Princípios do Esporte para Todos” (Princípios EPT) demarcaria uma etapa imanente à conjunção de maior autonomia, na qual as orientações partiriam dos ensejos dos agentes, que reverberariam as vozes das comunidades. O esporte comunitário ganhava, nos discursos do EPT, o relevo necessário para a sua continuidade.

2- Os princípios do Esporte para Todos

Costa (1981b), responsável pela formulação dos Princípios EPT, realçava que eles refletiam o caráter aberto a que se propunha o EPT. Tratava-se de uma interposição entre as primeiras teorizações da campanha, até as inovações que se sucederiam através de seu amadurecimento.

Neste tópico, busco analisar os vinte Princípios EPT, à luz dos posicionamentos de seu autor, evitando momentaneamente expor as minhas críticas, as quais serão realizadas no desenlace das apreciações relativas aos aportes teóricos que sustentaram o movimento.

A intenção é que os princípios sejam apresentados de acordo com as ideias-chave que os abraçavam. Com efeito, abstenho-me de transcrevê-los na íntegra, a não ser em algumas passagens que considere imprescindíveis para a compreensão dos leitores deste trabalho. Por conta própria, enumero os princípios, seguindo a ordem exibida em Costa (1981b).

Desse modo, o primeiro princípio versava sobre o “propósito”. Com o aumento da demanda mundial de práticas esportivas, o EPT, por meio do esporte de massa e do comunitário, exprimiria a valorização do tempo de lazer, aliado à busca de atividades ao ar livre num contexto em que as pressões da vida moderna deveriam ser compensadas pelo contato social e pelos exercícios físicos.

As “origens” constituíam o segundo princípio. Costa alude ao futebol pelada, surgido entre as décadas de 1910 e 1920, como o precursor do EPT no Brasil. Em seguida, o autor transita pelas várias iniciativas já descritas anteriormente neste trabalho, ilustrando que,

a partir de 1979, a campanha transformou-se em movimento por intermédio da atuação de entidades e pessoas reformistas.

Decorrentes do período de existência do EPT brasileiro, as “definições” constituem o terceiro princípio sobre o qual Costa discorre. Com a prática do futebol pelada tendo em torno de setenta anos, o movimento no Brasil crivar-se-ia por um misto de jogos informais e modalidades tradicionais, fomentando a congruência entre a máxima participação e o mínimo de organização e técnicas. Assim, o autor estabelece o conceito do EPT brasileiro,

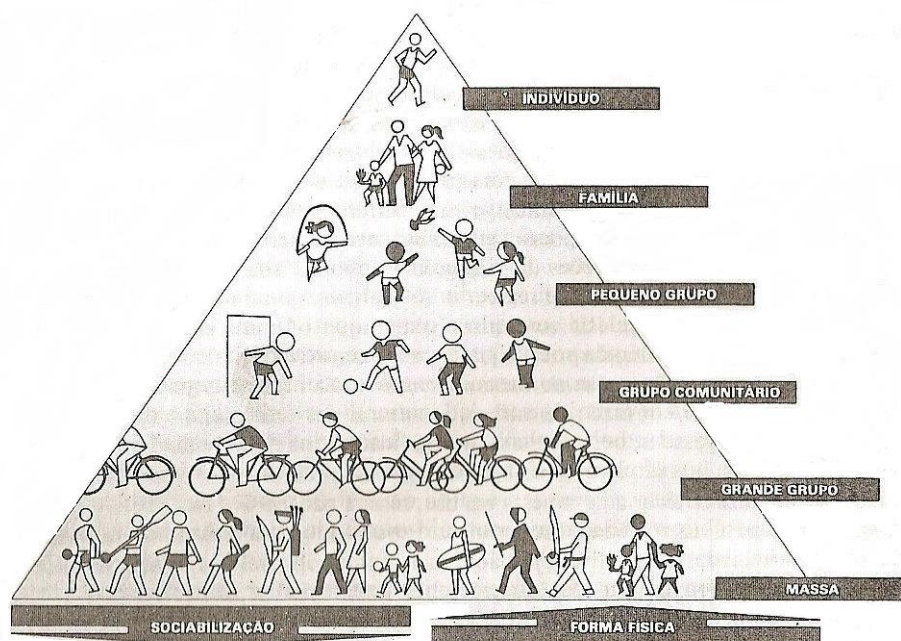
[...] como o conjunto de todas as atividades esportivo-recreativas que visem, em graus diferentes, a sociabilização e a forma física dos praticantes; que ocorrem em locais e equipamentos improvisados e sob orientação e auto-condução simplificada; e que tenham acesso a todos os grupamentos naturais da sociedade, sem limitações excessivas de condições econômicas, de sexo ou de faixa etária. Ainda numa perspectiva mais ampla: o EPT é qualquer atividade esportiva que não seja praticada nas condições de alto nível, mas que lhe possa servir de apoio quando assim for desejável (p. 10).

No quarto princípio, os “objetivos” do EPT no Brasil centravam-se nas atividades que se diversificavam, de acordo com os anseios dos grupos sociais ou de organizações e pessoas promotoras, abarcando ajustamentos naturais e regionais articulados ao processo de educação permanente.

A simplificação das atividades acompanhava o quinto princípio, e os “locais” deveriam respeitar o ambiente comunitário presente no cotidiano dos grupos sociais. A ocorrência de eventos em espaços formais não poderia escapar aos predicados de máxima participação, porém “a área livre é a chave do futuro, uma vez que as comunidades são limitadas em padronização, em sincronização e continuidade das atividades, ao contrário das praticas formais que se apoiam nestas características” (COSTA, 1981b, p. 10).

Utilizando um novo arranjo piramidal, Costa aponta que o sexto princípio, “clientela”, abrangia da massa, na base da pirâmide, passando pelo grande grupo, o comunitário, pequeno grupo, a família, até chegar ao indivíduo isolado, no topo. Isso se daria de maneira interpenetrante, de modo que o indivíduo teria condições de se deslocar para qualquer dos níveis da pirâmide a todos os momentos. Nesse sentido, os passeios a pé e de bicicleta, os jogos e a corrida de rua, alavancada pela repercussão do método Cooper, são exemplos de atividades que contemplariam os interesses dos diversos grupamentos sociais.

Figura 9 – Modelo piramidal de grupos de participantes do EPT brasileiro.



Fonte: Costa (1981c)

Quando se reporta ao sétimo princípio, “atividades”, Costa menciona os eventos de impacto e os de permanência, para realizar a leitura de como eles se aplicariam sobre a clientela. À medida que as práticas se tornassem mais individualizadas, prevaleceria o foco na preparação física, ao passo que, ao se aproximar da dimensão de massa, aumentaria a socialização.

O princípio de número oito, “mobilização”, indicava que ele era a essência da ação comunitária. O anúncio aos participantes, com as orientações relativas à sua estrutura (o que, como, onde e quando), bem como a adesão de pessoas e de entidades, englobava o desenho pelo qual o movimento motivaria a população, diante dos conceitos que o EPT trazia em relação à transformação da concepção esportiva, nutrindo-se de estratégias de variadas naturezas para a sua difusão. Segundo Costa, “os próprios princípios do EPT podem constituir uma forma de mobilização se interpretados como uma ideologia, isto é, um conjunto de ideias por parte daqueles que acreditam no esporte e na sua necessária mudança” (COSTA, 1981b, p. 11).

Articulado à mobilização, o nono princípio, “linha de massa”, buscava atender aos ensejos populares. Costa alerta sobre o imperativo de se livrar das interpretações de manipulação, afirmando que o EPT teria que se inserir no cerne da linha de massa e não se acreditar como inovador ou determinador de atividades.

Chama-se “linha de massa” aos costumes ou às idealizações correntes ao povo. Mobilização na linha de massa significa buscar adesões e organizar acontecimentos que venham de encontro aos desejos populares. O EPT cumpre os seus propósitos quando entra na linha de massa e não quando é apresentado como uma inovação, uma nova atividade que deve ser impingida às comunidades. O risco de seguir a linha de massa é criar interpretações de manipulação, como em qualquer outra atividade que procura contato popular (COSTA, 1981b, p. 11).

Considerado por Costa o principal meio de mobilização, o décimo princípio, “publicidade”, enaltecia que o EPT se pautava por adaptar-se às vontades das pessoas. Se preciso fosse, dependendo do retorno de aceitação popular, modificaria o conteúdo das mensagens ou mesmo as atividades.

“O EPT é mais cultura do que educação” (COSTA, 1981b, p. 12). Com essa frase, o autor destaca o princípio de número onze, “dimensão cultural”, onde o EPT configurava-se como costume popular, pois se encontrava enraizado nas comunidades. Ia além dos modismos presentes, eventualmente, em modalidades e em jogos, haja vista que, apesar de estes fazerem parte das promoções, poderiam deixar de ser assimilados a qualquer momento, ao contrário do EPT, detentor de caráter duradouro e contínuo.

Alegando que o EPT se inscreve no âmbito da educação não formal e que esta é menos tendenciosa do que a formal, a qual sempre está comprometida com uma ideologia, Costa desenvolve o décimo segundo princípio, “dimensão educacional”. O EPT vincular-se-ia à pedagogia social, formatada de acordo com os aspectos que envolvem a mobilização comunitária e fomentando o acesso das massas aos bens culturais simplificados.

No intuito de que as mensagens transmitidas pelos meios de comunicação de massa fossem absorvidas, a “dimensão de comunicação”, décimo terceiro princípio, abordava a respeito da importância de três fatores fundamentais: simplificação, sintetização e massificação. Reproduzir o repertório popular, com o consumo rápido, além da fácil compreensão de todos, redundaria naquilo que Costa entende como a solução para a Educação Física e os esportes, em virtude de que através disso se gerariam os elementos para que os praticantes ganhassem “auto-afirmação, independência e sobretudo, um meio de expressão” (COSTA, 1981b, p. 12).

A execução criteriosa de atividades físicas e esportivas, afeita aos mecanismos de socialização, compunha o décimo quarto princípio, “dimensão de saúde”. Costa calca-se nas recomendações da Organização Mundial da Saúde, a qual esclarecia que a saúde representava o completo bem-estar mental, espiritual, social e físico. Ciente de que o esporte como fator de

saúde faz parte da esfera educacional, o autor assevera que houve a prevalência do campo social em detrimento da percepção de saúde no EPT, já que, com ele, “as pessoas são atraídas para o esporte por seu valor social, descobrindo então um caminho pessoal para a saúde” (COSTA, 1981b, p. 12).

Para reforçar o teor de não formalidade do EPT, a “Educação Física Permanente”, princípio de número quinze, promovia uma espécie de resumo das características do movimento. O autor afirma que teria o potencial de incluir o máximo de pessoas, independentemente de idade, democraticamente, autonomamente e comunitariamente.

A Educação Física permanente é o processo educativo que relaciona as atividades esportivas e de Educação Física aos hábitos cotidianos da vida, abrangendo qualquer pessoa, em qualquer idade e em qualquer oportunidade. O movimento EPT é um meio para se chegar aos fins da Educação Física Permanente e esta para se tornar realidade visa: igualdade de oportunidades, permanência da atividade física, orientação individual e coletiva, autoformação e autocondução, sugestão, improvisação de atividades e locais, caráter comunitário e mobilidade dos participantes (COSTA, 1981b, p. 13).

Um binômio pontua o décimo sexto princípio: “quantidade x qualidade”. Costa remete a discussões entre esporte de massa e elite esportiva que há muito aportavam no contexto da Educação Física brasileira e mundial. Para o autor, o EPT inovava ao fomentar as atividades de massas e preconizar maiores recursos e esforços na elite esportiva. Atinha-se ao arquétipo piramidal, haja vista que “isto indica que o futuro [da Educação Física] dependerá da integração da massa (quantidade) com a elite (qualidade)” (COSTA, 1981b, p. 13).

Fundado na ideia de que o EPT aumentaria o campo de trabalho para os profissionais de Educação Física, o décimo sétimo princípio, “agentes”, sustentava que os efeitos do esporte de massa repercutiriam no incremento do desporto estudantil e no de rendimento. Nessa fase do EPT, os professores de Educação Física atuavam mais como agentes exógenos, responsáveis por serem os multiplicadores dos agentes endógenos, formados nos seios das próprias comunidades, com a função de efetuar a devida motivação para a difusão do movimento.

O décimo oitavo princípio, “custos”, segundo Costa, desvelava a principal justificativa do EPT, uma vez que demandava um baixo investimento para cada participante. Era isso, justamente, que incentivaria a participação massiva, advinda dos desejos das comunidades, sem incorrer em riscos de se recair em meros interesses publicitários de entidades patrocinadoras, orientados por projetos efêmeros de prestígio e atendimento limitado.

Com a constatação das desigualdades sociais existentes no Brasil, o princípio de número dezenove, “prioridade social”, evocava que o EPT destinava-se às parcelas menos favorecidas economicamente. Diferentemente do modelo europeu, o caso brasileiro registrar-se-ia nos meandros das atividades populares e agiria em favor do desenvolvimento comunitário.

Num país como o Brasil que exhibe diferenciação social de importância, é natural que seja discutível qualquer atividade que não seja incluída entre as prioridades das pessoas carentes. O EPT, entretanto, pertence às necessidades básicas da população mais pobre se entendermos que o lazer ativo é a complementação do próprio alimento e do trabalho. Verdadeiramente, o EPT é uma atividade eletiva e de direito das pessoas de menor recurso e com vistas nisso o movimento brasileiro organizou as suas bases, diferente de campanhas estrangeiras. Estas assertivas são comprovadas pela prática do futebol pelada, hoje adotado em massa pela população pobre de nosso país. Além disso, o EPT não deve ser interpretado como atividade típica de assistência social mas sim como meio de desenvolvimento comunitário; algumas organizações, nessas condições, usam atividades de EPT para contato com as comunidades pobres que o aceitam com maior facilidade do que outras práticas sociais (COSTA, 1981b, p. 14).

Por fim, o vigésimo princípio, “continuidade x descontinuidade”, refletia os desafios de se manter um movimento de estrutura não formal, por meio da repetição de promoções. Atentava-se às interfaces dos grupos sociais, sujeitos à mobilidade e a transformações, perante um quadro em que as atividades se dariam espontaneamente. Nesse sentido, a junção dos fatores de continuidade e descontinuidade incorporava-se às abordagens do EPT e do comportamento comunitário, respaldando-se no cenário da educação permanente e da pedagogia social.

3- A Carta de Compromisso do Esporte para Todos: o código de ética do movimento EPT

Costa (1981a) aponta que, desde o início de seu percurso, o EPT brasileiro esteve de braços abertos a evoluções, e o Documento Básico da Campanha já antecipava que o movimento exigia constantes avaliações e discussões relativas à sua penetração no corpo social.

A formulação da “Carta de Compromisso do Esporte para Todos”, em 1983, certamente derivou dessa questão. Valente (1993) afirma que ela manifestou uma espécie de

código de ética do movimento, expressando a obrigação de chamar os agentes à consciência crítica, em relação às motivações do EPT e significando um avanço do convívio democrático que permeava o movimento, diante de um cenário demarcado por práticas cada vez mais descentralizadas e pluralistas e, por isso mesmo, aumentando a responsabilidade dos agentes para escapar de desvios que pudessem advir durante as suas jornadas.

Na introdução da “Carta Compromisso do Esporte para Todos”, Costa (1983a) ilustra que ajustes periódicos eram imprescindíveis, ante a vultuosidade adquirida pelo EPT a partir da cultura local, o que, por conseguinte, resultava na tendência dos preceitos do movimento de valorização da consciência individual daqueles que estavam presentes nos trabalhos. No entanto, as individualidades careciam crivar-se por fundamentos éticos, a fim de evitar quaisquer desvirtuamentos.

O volume de acontecimentos, implicados no desenvolvimento e conseqüentes mudanças do EPT no País, vem criando a necessidade de bases, referenciais éticos que apóiem e orientem as tomadas de decisão de cada indivíduo engajado no processo EPT.

Por sua vez, ter um referencial ético legitimado pela comunidade epetista tem por finalidade evitar prejuízos aos propósitos do EPT, bem como apoiar e guiar as ações individuais em favor de um explícito compromisso social com as coletividades (COSTA, 1983, p. 21).

De acordo com Costa, a atuação no EPT pressupunha o respeito às decisões individuais, desde que não ferissem a matriz ética das coletividades. Uma reflexão que, segundo o autor, sobrevinha do seio do movimento, provocando a formulação de uma carta que compreendesse os três grupos presentes no movimento: participantes, agentes e instituições.

No que tange aos participantes, considero que deva se ater, principalmente, às conjecturas permeadas pelos eventos de impacto e os localizados. Sobre os últimos, Costa evoca que a comunidade situava-se no patamar de maior relevância, dado que se primava pela aceitação das atividades não formais e pela espontaneidade. Quanto mais espalhados pelos grupamentos sociais os eventos de dimensão menor, mais o EPT se aproximaria do seu sentido comunitário, devendo as ações promover a autonomia das comunidades, no que concerne à sua participação e à organização dos próprios eventos.

Os eventos de impacto, por sua vez, lograriam importância na mobilização popular e na divulgação do movimento. Conforme Costa (1981a), eles tiveram como principal função impedir que a campanha EPT se tornasse apenas uma tentativa frustrada de difusão das atividades esportivas na população, dado que, por ser de natureza social, estaria suscetível

à burocracia estatal e aos confrontos com a tradição esportiva nacional. Dessa forma, os eventos de impacto atuariam como elementos desencadeadores do desenvolvimento do EPT nas comunidades.

Temerosos da descontinuidade administrativa, característica dos empreendimentos governamentais na área social, conduzimos a campanha para a realização de “eventos de impacto”, ou seja, atividades de grandes grupos (passeios a pé e de bicicletas, principalmente) organizados nos centros das capitais estaduais de modo semelhante a demonstrações populares. Assim procedemos para criar o fato consumado do EPT no Brasil, antes que a burocracia e os tradicionais esquemas de poder do esporte nacional se fizessem presentes, anulando a inovação. Imaginamos se assim não ocorresse, teríamos apenas mais uma iniciativa frustrada – característica também normal do presente estágio da Educação Física e dos esportes nacionais – que poderia desmoralizar o valor das atividades esportivas não-convencionais e, talvez, o próprio futuro de todo o setor esportivo no país. Evidentemente, atrás dos eventos de impacto seguiram os empreendimentos locais de atividades improvisadas e simplificadas, agora no sentido comunitário (COSTA, 1981a, p. 2-3).

Percebo, no entanto, que os eventos de impacto diminuíram ou mesmo perderam a sua envergadura no decorrer do movimento EPT, pois não se encontra nas páginas da RCE qualquer menção relativa a promoções desse porte, além do que outras mídias da Rede EPT, como o Jornal Comunidade Esportiva/EPT e o Boletim Informativo⁵¹, constituíam-se em veículos destinados a relatar somente os fatos ocorridos nas localidades em que se desenvolvia o movimento.

Assim, a continuidade do EPT apoiou-se nas práticas localistas. Valente (1993) acredita que, desse ponto em diante, ele tenha conquistado o seu apogeu comunitário e democrático, concomitantemente à autonomia advinda justamente no período em que ele se desvencilhou da órbita do governo.

As análises sobre a caracterização assumida pelos eventos de impacto e os localizados dão-se no intuito de averiguar os discursos atinentes aos índices de autonomia e de participação comunitária conferidos ao EPT após a sua desativação oficial. A alusão de Costa (1983a), quando trata da “Carta de Compromisso do Esporte para Todos”, relativa ao papel dos eventos de impacto na mobilização e na divulgação à população, no meu ponto de vista, não coadunava com a alardeada maturidade que o movimento granjeara naquela fase.

Ademais, a referência que Costa realiza em relação à burocracia e aos esquemas de poder do esporte nacional lembra a hipótese que levantei no capítulo anterior de que um

⁵¹ As mídias da Rede EPT serão mais bem exploradas no próximo tópico deste capítulo.

dos pontos para o encerramento da campanha tenha derivado da disputa por espaços de poder no cenário esportivo brasileiro, numa questão que concomitantemente abarcava o MOBRAL.

Na oportunidade, Corrêa (1980a) já alertava para essa situação, expondo os confrontos que inibiam a entrada do EPT no Sistema Desportivo Nacional. A opção, a meu ver, foi incrementar as práticas comunitárias, ao menos no discurso do movimento EPT, a fim de que se espalhasse o ideário de pluralismo e de descentralização.

Desse modo, se pensarmos na autonomia das comunidades, qual a lógica de se lançar mão dos eventos de impacto, para fomentar a massificação esportiva e convencer a população dos benefícios de aderir às práticas corporais? O ideal não seria estimular as práticas localistas, emanadas dos interesses comunitários, que conseguissem envolver a população nas atividades físicas e esportivas? Não eram os eventos de impacto, no entendimento de Valente (1996), os motores da desativação da campanha?

No depoimento do professor Edison Valente, coloquei que eu não tinha observado em minhas leituras qualquer menção relativa aos eventos de impacto, após a sua desativação oficial. A resposta oferece indícios de que o escopo do EPT verteu-se para o incentivo das práticas localistas, modificando a estrutura do EPT, inclusive no que tange ao seu aparato institucional.

Quando a campanha foi desativada, ela passou um ano, um ano e pouco em *stand by*, parada. Aconteceram algumas organizações, mas independente da campanha Esporte para Todos. Começaram a surgir organizações comunitárias, independente de campanha, do MOBRAL. Eles faziam suas atividades. Mas, em 1979, com a desativação da Campanha Esporte para Todos, houve uma paralisação, até quando houve a transformação do DED em SEED-MEC, em 1981. Aí, foi quando o coronel Péricles Cavalcanti criou a Subsecretaria de Esporte para Todos. Daí, partiu para a Rede (VALENTE, 2015).

A meu ver, a proposição dos eventos de impacto na “Carta de Compromisso do Esporte para Todos” cumpria apenas um protocolo formal herdado da campanha EPT, pois, na prática, prevaleceu a propagação das práticas localistas. A fala de Edison Valente assinala que o foco voltou-se para as organizações comunitárias.

Isso não impede que se atente ao controle das condutas das massas, pois se os eventos de impacto adquiriram grande envergadura, abrangendo milhões de pessoas simultaneamente, praticando atividades semelhantes, foi no espalhamento do EPT pelos municípios do país que se engendraram as bases de sua sustentação. No relatório sobre as atividades do MOBRAL, o somatório dos municípios envolvidos nos eventos de impacto e de

permanência nos anos de 1977 e 1978 chega a 5.028, com um total de 7.091.139 participantes⁵².

Mas o que se conservou durante a trajetória do EPT foi o seu objetivo centrado na população de baixa renda, que ganhava nova roupagem à medida que iam-lhe sendo perpetrados os atributos de pluralismo e descentralização. Costa (1981b), quanto ao princípio “prioridade social”, diz que o lazer ativo era o complemento do alimento e do trabalho dessa camada social.

Acredito que, por essa via, o EPT tenha assumido uma visão funcionalista, responsável por aplinar as tensões sociais e servir aos anseios do Estado e das classes dominantes, guiando o divertimento das camadas populares para confirmar os privilégios das elites.

Poulantzas (1985) relaciona o Estado ao conjunto do campo das lutas inscritas em seu interior, mesmo que as lutas se mostrem sempre como um jogo de forças desiguais que tende a manter a hegemonia das classes dominantes. Para tanto, o indivíduo é esquadrihado, tem o seu lugar definido, mas com a ressalva de que as aparências apontem para a homogeneidade e a uniformidade.

Porém, Poulantzas (1985) enfatiza que as classes dominadas, no Estado Capitalista, não são meros títeres que se modelam ao gosto do Estado e das elites. O autor assevera que existe uma fluência de micropolíticas diversificadas, capazes de encetar as resistências que se enraízam nas massas populares.

Ora, o controle sobre uma população que se descontentava cada vez mais com os rumos políticos, econômicos e sociais da nação, haja vista a perda de credibilidade do governo militar a partir de meados da década de 1970, tinha como um dos fundamentos o espalhamento do lazer às várias regiões do país. Se, numa primeira etapa, os eventos de impacto lograram cooptar as massas, quando as aglomerações suscitaram as possibilidades de contestações sociais, as práticas localistas passaram a compor o escopo do movimento.

Não afirmo com isso que os eventos de impacto tenham-se estabelecido no ponto fulcral da desativação oficial do EPT, dado que a amplitude do MOBREAL também pode ter instituído tal decisão. Mas, com certeza, a reunião de multidões acendia temores, especialmente no contexto de imanência que o encerramento da campanha apresentava em relação aos movimentos operários do ABC, desencadeados em fins de 1970, com os seus corolários gerados.

⁵²Dados disponíveis em <<http://goo.gl/u0XzLG>>, relativo ao relatório apresentado sobre as atividades do MOBREAL entre os anos de 1974 e 1978.

Tratava-se de um momento constituído por maior ênfase na participação popular, propugnada pelo II PND e, mais tarde, corroborada pelo III PND, causando incômodos em segmentos inseridos nas hostes governamentais refratárias à abertura política, e o EPT incluía-se nesse círculo de discussões. O governo central equilibrava-se numa linha tênue entre agir com firmeza ou atuar com cautela diante das contingências brotadas no transcorrer do processo de distensão política.

Percebo que o EPT, bem como a concepção do esporte de massa, de maneira geral, transitou por caminhos descontínuos, eivados de resistências e de simpatias dentro das esferas de poder do regime militar. Nesse aspecto incidem as minhas dúvidas sobre a desativação da campanha, pois, se os eventos de impacto, por si só, fossem o motivo decorrente da aglomeração de pessoas, bastaria redirecionarem-se as ações e se concentrar nos eventos de permanência localizados nas comunidades. Afinal, as resultantes do esporte de massa na população, sobretudo a de baixa renda, no que tange ao controle social, não poderiam ser ignoradas.

As mobilizações que reverberavam as insatisfações da classe trabalhadora, quanto às suas condições econômicas, sociais e políticas, poderiam, certamente, ser o fator para o encerramento da campanha. Mas, ainda assim, compreendo que, se fosse para terminar com o EPT, isso se daria definitivamente, sem quaisquer probabilidades de sua continuação, mesmo porque ele prosseguiu vinculado ao MEC.

Então, o governo necessitava redefinir os contornos que o esporte de massa iria adquirir, numa fase de instalação de contestações sociais, em que o país não mais vivia sob a égide da corrente linha dura e aspirava a novos ares referentes à participação popular.

Configurava-se uma situação em que o EPT, concomitantemente à produção dos riscos advindos da reunião das multidões, fornecia elementos de convencimento a respeito de sua difusão no seio das comunidades, no sentido de adotar práticas saudáveis e de lazer, respaldando a criação da ideia de um governo preocupado com o bem-estar social.

Se a “Carta de Compromisso do Esporte para Todos” se efetivasse como um documento de estímulo a práticas plurais desinteressadas, espalhadas pelas diversas regiões do país, coloco em dúvida as razões de se formular um código de ética, num contexto pautado por relações que se diziam autônomas e emanavam dos interesses comunitários. Assim, não seriam as próprias comunidades as responsáveis por determinar essas situações?

Entendo que essas perguntas endossam a perspectiva de que o movimento, a despeito de suas práticas discursivas enveredarem-se para o estatuto de autonomia alcançado por ele, assumia forte entonação prescritiva. Se a Carta pautou-se, como diz Valente (1993),

pelos princípios do Decálogo, verifica-se que ao lidar com o foco nos participantes, adotava-se o caráter diretivo, através da orientação ao tempo livre (lazer), da mobilização das comunidades (desenvolvimento comunitário), da congregação e da solidariedade popular (integração social).

Torna-se pertinente que se reitere a universalidade de valores contidos no Decálogo, os quais não se empreenderam como uma invenção do EPT brasileiro, porém se modularam no intuito de disseminar a imagem democrática do movimento e, conseqüentemente, a fabricação de efeitos de verdade do regime militar em oferecer à população uma boa qualidade de vida que condizia com relações individuais e comunitárias harmoniosas, por meio das atividades físicas e esportivas.

Havia a difusão de discursos que enalteciam a matriz democrática do regime militar, buscando aproximá-lo dos padrões de países desenvolvidos do mundo ocidental. O foco concernente aos participantes presente na Carta presumia que o desenvolvimento do EPT brasileiro primava-se pelo atendimento às demandas das comunidades.

Quanto aos agentes, a “Carta de Compromisso do Esporte para Todos” identificava que eles eram de quatro naturezas: endógeno, independente, profissional ou semiprofissional e teórico. O agente endógeno era de dentro das comunidades, não tendo uma obrigação formal com o EPT; contudo, a sua importância residia na adesão à prática do movimento. Os demais agentes deveriam instigar o seu surgimento, a fim de que paulatinamente houvesse a autonomia comunitária.

O agente independente possuía vínculo maior com o EPT, carecendo qualificar-se nos aparatos teóricos e práticos do EPT e vincular-se à Rede EPT. Diferenciava-se do agente endógeno, uma vez que superaria o mero ativismo desportivo, atingindo o grau de conscientização a respeito dos princípios e dos valores do movimento.

Por seu turno, o agente profissional ou semiprofissional integrava-se à Rede EPT, sendo responsável por orientar e supervisionar os agentes independentes, bem como encontrar e multiplicar os agentes endógenos. Ele abastecia a Rede EPT de informações advindas das bases comunitárias.

Para que o EPT se nutrisse de aportes que garantissem as suas fundamentações, o agente teórico representava o elemento imprescindível na construção do conhecimento do movimento. Necessariamente, ele não atuava na parte instrumental, mas se incluía como um estudioso que trazia as contribuições sobre os limites e as possibilidades, independentemente de compor ou não o EPT. Aliás, “os críticos não-adeptos ou que julguem o EPT um instrumento de manipulação devem ser estimulados em sua tarefa, dando seu papel de

‘reguladores de intervenção’, principalmente em situações de diálogo e discussões técnicas” (COSTA, 1983a, p. 22).

Em que pesem os esforços de se circunscreverem os papéis dos agentes, a Carta não explicava com exatidão os campos de atuações de cada um. Então, a pergunta gira em torno de como enquadrar um agente em determinada função, perante os vários encaminhamentos que se destinavam ao EPT.

A Carta demonstrava a hierarquização de valores na definição dos agentes. O agente endógeno era tratado como um simples administrador das atividades que ocorriam no interior das comunidades. Apregoava-se que a autonomia das comunidades derivaria da formação desses agentes, porém observo que o artifício regulador estava bem delineado.

Desse modo, vislumbro que, a fim de promover a efetiva autonomia, os agentes endógenos deveriam ser formados como intelectuais que operariam dentro de suas comunidades. A partir daí, as comunidades deliberariam os seus códigos de ética e, ao seu alvedrio, instituiriam os mecanismos pelos quais as práticas de lazer penetrariam em seus contextos.

A preparação cultural, nesse sentido, capacitaria a comunidade para a conquista de sua hegemonia através de práticas emanadas e refletidas pelos participantes locais. Não precisaria da existência de uma cadeia verticalizada de agentes, com um movimento chancelado pelos organismos estatais.

Para esclarecer a minha visão atinente à presença do termo cultura nos discursos do movimento, recorro a princípios do EPT, não somente ao da "dimensão cultural", mas também ao da “dimensão educacional” e da “Educação Física Permanente”. Costa (1981b) afirma, na "dimensão cultural", que os critérios de durabilidade do movimento originavam-se da sua incorporação como costume, superando o viés de modismo caracterizado pela efemeridade. Ademais, o EPT seria mais cultura do que educação, por conta de sua vinculação estreita com a não formalidade. Nesse sentido, corroboro com o pensamento de Faria Júnior (1981) a respeito de que a sobrevalorização do viés cultural, em relação ao educacional, exprime uma dicotomia que deveria ser evitada.

Considero que as ilações de Costa (1981b), portanto, devam ser ponderadas. As apreciações que o autor realiza nos dois outros princípios supracitados não colaboram para elucidar os seus posicionamentos relativos ao EPT como campo cultural, bem como suscitam dúvidas alusivas à sua concepção sobre o conceito de cultura articulado ao EPT.

Como já abordei anteriormente, compreendo que o EPT recorreu ao repertório popular, a fim de colar em si o rótulo de movimento cultural, caracterizando-se como um

costume, enquanto as atividades esportivas eram encaradas como modismos. Porém reporto-me à questão do conteúdo e da forma no intuito de inverter tal correlação.

Convém discutir, nesse sentido, a fala de Costa (1981a), ao alegar que o EPT não inaugurava as práticas comunitárias de lazer e de recreação, posto que elas já faziam parte da cultura nacional. A inversão a qual me refiro se situa justamente em problematizar o carimbo institucional do EPT a atividades esportivas de caráter cultural e que já pertenciam ao acervo popular.

Ou seja, percebo que, no caso mencionado, é a informalidade que confere os requisitos para imprimir às atividades esportivas comunitárias o caráter de costume, de cultura, amparando-me nas afirmações de Laraia (2005), o qual assevera que a cultura emana do processo evolutivo criado pelos próprios homens nas suas relações imediatas.

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas [...] são [...] o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 2005, p. 45).

Ao acenar que, na dimensão educacional, a educação não formal comporta a recorrência à conjuntura cultural das massas, de maneira simplificada, Costa envereda-se por um caminho em que a cultura popular é algo que exige pouco esforço de seus participantes, um produto a ser consumido com rapidez e sem maiores questionamentos. Para o autor, “[...] o EPT é a versão do esporte correspondente à cultura de massa, fenômeno atual provocado pelos meios de comunicação modernos que permitem o acesso das massas aos bens culturais quando simplificados” (COSTA, 1981b, p. 12).

Com efeito, ao passo que se advogava que o EPT respeitava a cultura e a autonomia, a simplificação apresentava as razões que referendaram o movimento. Aliás, sob tal ótica, o EPT justificou-se desde o seu início, amparando-se na lógica de que a difusão das atividades físicas e esportivas no corpo social perpassava pela utilização de elementos de fácil assimilação, direcionados às camadas populares, e, por isso mesmo, considero que se promovia a dicotomia entre as classes sociais quanto ao acesso aos bens culturais.

Retomo a discussão sobre o viés de autonomia das comunidades, referente ao EPT. A arquitetura hierarquizada e definidora das decisões do movimento inibia a construção comunitária, haja vista que existia o modelo piramidal pautado pelo comando de um

organismo centralizado na SEED, com várias instâncias de controle, inclusive na distribuição das funções dos agentes⁵³.

O mesmo caminho dava-se em torno da Educação Física Permanente, o outro princípio citado anteriormente, revelando a abertura a qualquer pessoa, em qualquer idade, a fim de incorporar as atividades físicas e esportivas em seus hábitos cotidianos. Pautando-se pelos pressupostos de improvisação, de autocondução, de autoformação, ignorava-se que tais fatores se desencadeavam da rigidez burocrática que permeava o arcabouço do EPT e colocava os indivíduos em seus lugares, dependendo da classe social a qual pertenciam.

Vale lembrar que tanto os Princípios EPT como a “Carta de Compromisso do Esporte para Todos” foram elaborados em circunstâncias nas quais se saudava que o movimento adquirira autonomia e se livrara das esferas de controle governamental. No entanto, o que se observa é que a intervenção do regime militar não deixou de existir; ao contrário, ela foi incrementada a partir das disposições da Portaria nº 522/81 do MEC.

No ponto em que a Carta tratava das instituições, a vinculação à SEED apresentava-se bastante evidenciada. Costa (1983a) enfatiza que as instituições se constituíam em instrumentos de apoio às ações dos praticantes, abraçando a diversidade de iniciativas não formais simplificadas que surgissem no seio das comunidades, sem a necessidade de que elas estivessem diretamente acampadas no EPT.

A denominação Esporte para Todos representa um movimento de âmbito internacional, mas não é a única iniciativa na área esportiva não-formal nas suas diversas interpretações de recreação, lazer, cultura popular, comunidade, tecnologia apropriada, democratização do espaço urbano, etc. Assim sendo, o EPT deve ser considerado como elemento de aglutinação de idéias e pessoas, visando a mudança da Educação Física e do Desporto e não um fim em si próprio. O fato de ter sido apoiado pela Seed/MEC não significa anulação das demais iniciativas não-formais, uma vez que estas são ainda experimentais e, portanto, intercambiáveis e complementares (COSTA, 1983, p. 22).

A redação acima supõe que o EPT seria aberto a todos os empreendimentos de atividades físicas não formais espalhados pelo território brasileiro, o que modificaria a realidade da Educação Física, por meio de uma plataforma revolucionária, como já alegava Costa (1981a), ao criticar o EPT europeu e afirmar que, em nosso país, o movimento possibilitaria novas alternativas afeitas às comunidades e não ao arranjo tradicional.

⁵³Cf. figura 8, relativa ao modelo piramidal de divisão de níveis na organização do EPT brasileiro, durante a sua fase de implantação.

Entretanto, a presumível autonomia conferida ao EPT, bem como o arquétipo revolucionário suscitado por Costa, esbarrava em contingências verificadas na “Carta de Compromisso do Esporte para Todos”. Dizia esse documento que os fundamentos das instituições públicas e privadas versariam pelo fomento de iniciativas de adeptos e de praticantes, de modo que as comunidades não ficassem à mercê dos interesses das organizações (entendo que Costa se refira aqui à burocratização dos aparelhamentos institucionais).

Ademais, a Carta atinha-se ao papel das esferas concentradas no poder público (federal, estadual e municipal), preconizando o incentivo às práticas não formais simplificadas. Nesse sentido caberia, sobretudo ao município o empenho na realização de eventos, respeitando os preceitos comunitários e culturais das localidades, com a ressalva de que os órgãos estaduais e federais treinariam os agentes e circulariam as informações.

Nota-se que, a despeito da Carta realçar a vertente comunitária do EPT, ela não escapava a engrenagens formalizadas em cadeias de comando verticais e estruturadas para conter eventuais atividades que se afastassem do escopo do movimento.

Deve ficar claramente estabelecido que a organização e a condução direta de promoções a nível local por organizações estranhas ao município podem ter propósitos manipuladores e, portanto, fogem aos princípios do EPT, bem como aos objetivos da Seed/MEC, dos órgãos governamentais e estaduais (COSTA, 1983, p. 22).

Quais seriam as organizações estranhas ao município? O caráter manipulador não estava nos dispositivos institucionais do EPT, por conta de sua composição piramidal? Ao que parece, a legitimação das práticas não formais precisava ter o carimbo da SEED, no intuito de atestar que elas coadunavam com os princípios do EPT. Mas, já que estes foram mencionados na citação, recorramos a alguns deles para identificar suas possíveis articulações com a Carta.

A começar pela “linha de massa”, onde se pontuava sobre os percalços que poderiam advir da promoção do contato popular, no que tange ao aspecto de manipulação. Premia-se por um risco a ser evitado, diante de um cenário em que prevaleceriam as múltiplas adesões e os desejos populares.

Ora, se o que embalava os discursos do EPT era justamente a obediência às vontades das comunidades, a questão sobrevém da necessidade de se cancelar as condutas da sociedade, pois os Princípios EPT evocavam a sua estreita ligação com os interesses comunitários, além do que se vertiam para o estímulo a uma educação menos tendenciosa ideologicamente, instada no campo não formal.

Além disso, como constatava o III PSECD, passava a ser cara ao regime militar a valorização do desenvolvimento cultural, de modo a enaltecer as práticas localistas dotadas de criatividade e direcionadas ao viés participativo da população, especialmente aquela concentrada no meio rural e nas periferias urbanas, enfim, endereçavam-se as prioridades para as camadas populares.

A principal estratégia consiste na integração das propostas fundamentais de educação no meio rural e nas periferias urbanas com as características culturais locais da comunidade e da região. Em última instância, o traço cultural comunitário é a moldura de sustentação da proposta educacional, sem que isto deva coibir o campo próprio de promoção das expressões tipicamente culturais do povo. Neste sentido, é mister implantar ou reforçar organismos regionais, bem como montar mecanismos de capacitação de recursos humanos para a área de cultura. Sem desmerecer outras manifestações, privilegia-se a cultura de estilo popular, particularmente ligada às estratégias de sobrevivência e fundamentada na potencialidade criativa da comunidade, em ambiente de participação (BRASIL, 1980b, p. 32).

Assim, se o III PSECD voltava-se à valorização da cultura de matriz popular, não fazia sentido que a SEED se preocupasse em fiscalizar os movimentos que brotassem no interior das comunidades, como se a SEED se investisse de um escudo refratário a agentes manipuladores, apta a proteger contra algo pernicioso que a qualquer momento pudesse surgir no encalço das práticas não formais.

Compreendo que essas injunções compusessem toda a estruturação que tomou conta do movimento EPT. A preocupação em firmar um código de ética que mensurasse a atuação dos participantes, dos agentes e das instituições demonstrava a volatilidade do caráter democrático do EPT, haja vista que não se arrogava na hegemonia, mas ampliava a rede de fiscalização sobre a população.

4- A Rede Esporte para Todos (1982-1986)

A Rede EPT, segundo Valente (1993), constituiu-se num sistema de âmbito nacional destinado a incrementar o círculo de informações incididas pelas diversas ações que compunham o EPT e cujo objetivo era incentivar as práticas das atividades esportivas a partir das bases comunitárias, tendo como características principais o pluralismo e a descentralização.

Valente faz questão de ressaltar que a Rede EPT percorreu caminhos independentes, não sendo gerida em nenhum momento pela SUEPT. Tal fato decorria das experiências vivenciadas na campanha EPT por seus técnicos, os quais “concluíram que a base de sustentação de um programa de ação comunitária (como é o caso do EPT) estava centrada na ‘comunicação’, através de ações intersubjetivas de agentes, dentro das próprias bases comunitárias” (p. 107).

Observa-se que o princípio “dimensão de comunicação” impulsionou o nascimento da Rede EPT. Montou-se uma configuração que abrangia publicidades artesanais e eletrônicas, desde as trocas de informações entre os agentes até os meios de comunicação de massa, que convergiam para a “Central de Difusão da Rede Nacional de Esporte para Todos”, situada na cidade do Rio de Janeiro.

A implantação dos trabalhos da Rede EPT deu-se em 1982, intencionando conferir um caráter nacional a ela, de acordo com Dias et al. (1986). Na ocasião, havia a necessidade de se assumirem novas dinâmicas para os programas educativos em âmbito nacional e, o EPT encaixou-se como uma boa possibilidade de contribuir para esse fator, ao se adequar às expectativas do Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC (SRE-MEC).

Inicialmente, os programas seriam exibidos aos domingos pela manhã, por emissoras educativas e comerciais, e a maior parte da programação deveria ser produzida pelo órgão federal responsável pelo EPT, enquanto o restante ficaria a cargo de emissoras educativas de cada localidade onde houvesse difusão. A ideia era que estas, com o passar do tempo, tomassem para si a totalidade das produções, “formando-se cadeias esportivas locais e/ou regionais diversificadas” (DIAS et al., 1986, p. 18).

Porém, as exposições de Dias et al. indicam que a trajetória radiofônica da Rede EPT não obteve facilidade em seus primeiros passos, já que não logrou as pretensões de espalhar o padrão descentralizado e pluralista que desse conta de alcançar um público expressivo. Faltou tempo para o amadurecimento e melhor planejamento do grupo de trabalho que fora constituído, a fim de implantar, no que concerne às suas práticas discursivas, uma proposta progressista.

Essa constatação perpassava pelas próprias dificuldades localizadas nos programas de rádio, demarcadas pela carência de profissionais especializados atuantes na Rede EPT, falta de estúdios e horários adequados na Rádio MEC para a difusão dos programas, necessidade de constante improvisação da equipe da Rede EPT, atrasos na remessa de materiais, omissão de algumas emissoras locais e precariedade na cooperação entre a Rádio MEC e a Central de Difusão da Rede EPT.

Com isso, não coube mais à Rede EPT a produção dos programas. O Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquete Pinto (CBRERP), que substituíra o SRE-MEC, incorporou essa função, cabendo à Rede EPT apenas o fornecimento do produto bruto, para que fosse editado e formatado pelo CBRERP. Tratou-se, no entendimento de Dias et. al. (1986), de um desvio da rota desenhada *a priori*, uma vez que agora deveria obedecer a uma estrutura conservadora e tradicional. A integração da Rede EPT à cadeia cultural do CBRERP provocou a diminuição do tempo de inserção inicialmente destinado aos programas do EPT, o que simultaneamente acendeu contingências relacionadas à realocação de seu formato, inclusive abortando a ideia de que as emissoras locais assumissem as produções.

[...] os Programas Radiofônicos [...] passaram a ser produzidos pelo Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquete Pinto – CBRERP (sucessor do SER), que se responsabilizava por indicar redator, locutor e outros técnicos, cabendo à Rede EPT fornecer o conteúdo bruto a ser por eles trabalhado e avaliar o “Script” e o programa gravado do ponto-de-vista desse conteúdo. Com isso, desviou-se a proposta inicial que de participativa, comunitária sem visão única especialista e descentralizada, passou a ser vista pelo ângulo mais conservador e tradicional, pouco participativo, preponderantemente sob a ótica de elementos do Rádio, seguindo a rotina do CBRERP à época (DIAS et al., 1986, p. 18-19).

Todavia existiam algumas vantagens, pois, a partir do momento em que houve a integração, a programação passou a ser divulgada em mais emissoras, além de atenuar ou mesmo superar as dificuldades situadas no programa de maior duração. Aos poucos, a interação da Rede EPT com a CBRERP foi sendo lapidada, segundo Dias et al. (1986), dentro de um processo normal de proposta renovadora. Os autores alardeiam as vantagens de se contar com a competência dos técnicos da CBRERP para lidar com a radiodifusão, além da manutenção da equipe e do respeito ao cronograma estabelecido, propiciando, nos anos de 1984 e 1985, a consolidação do programa radiofônico do EPT, que, apesar de reduzido a uma inserção dominical de 15 minutos, tornou possível a produção de um conteúdo sintetizado e focado nos objetivos do EPT.

A despeito de o rádio ter valor significativo no contexto da Rede EPT, Dias et al. (1986) salientam que ele era apenas um dos meios para a sua solidez. Vinha sendo instalado um sistema multimídia, dentre os quais, o treinamento de agentes institucionais também abarcava os objetivos de incremento da Rede EPT. Os autores observam que o encontro realizado em Jacarepaguá-RJ⁵⁴ representou um divisor de águas para a própria história do

⁵⁴Valente (1993) afirma que este encontro foi realizado na Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, entre os dias 26/04/1982 e 30/04/1982, sob a coordenação do professor Person Cândido Matias.

rádio educativo brasileiro, haja vista que a partir dele surgiria futuramente o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED).

Através desse encontro, engendrou-se a colaboração entre os agentes que atuavam no arcabouço funcional do EPT e os profissionais das rádios educativas dos Estados em que elas estavam presentes, definindo-se os tempos de duração tanto dos programas centralizados, de responsabilidade da CBRERP quanto da produção descentralizada, feitos pelas emissoras educativas de cada Estado. Isso posteriormente gerou, segundo Dias et al. (1986), os núcleos EPT nas localidades onde as ações foram desenvolvidas, fomentando a troca de informações sobre o movimento EPT.

Após a colocação dos agentes institucionais nos núcleos EPT, a estratégia voltou-se para o treinamento nesses locais, inclusive via rádio, contando com o apoio de técnicos da SUEPT e da Central de Difusão da Rede EPT, no intento de promover o desenvolvimento das atividades e focar nas mídias que envolviam a Rede EPT. À medida que os treinamentos se concretizavam, eram formados recursos humanos dentro das próprias localidades, ocorrendo, de acordo com Dias et al. (1986), a obtenção da autonomia do movimento já no ano de 1983.

Outra mídia que fez parte das origens da Rede EPT foi a RCE. Editada em seus primeiros sete números como jornal, já no ano de 1980, antes mesmo da formalização da Rede EPT (somente do número 18 em diante a RCE vinculou-se oficialmente à Rede EPT), integrou ao sistema de radiodifusão elementos de divulgação aos leitores sobre as ações que se desenvolviam no EPT. Para Dias et al. (1986), a RCE, em conjunto com o rádio, articulava-se em busca de alastrar as informações ao público-alvo do movimento.

Ademais, precisava ser resolvida uma situação para dar conta da agilidade de informações que o movimento exigia, devido ao fato de a periodicidade semanal dos programas radiofônicos (produzidos em maior escala pelo CBRERP e em menor pelos conteúdos regionais não compartilhados via rádio por todos os Estados) e a circulação bimestral da RCE serem insuficientes para atender às demandas da Rede EPT. “Criou-se, então, um veículo mais simples, mais ágil e mais circunscrito em clientela: o **Boletim Informativo**” (DIAS; et al., 1986, p. 19, grifo dos autores).

Distribuído quinzenalmente e tendo o seu primeiro lançamento em julho de 1982, o Boletim Informativo era um material de baixo custo cuja função era compartilhar as experiências dos agentes institucionais espalhados pelo país. Caracterizava-se pela publicação de notícias resumidas, o que, além de evitar que elas se tornassem defasadas, desincumbia a RCE desse papel, permitindo que ela se orientasse por uma vertente técnica.

A construção da Rede EPT como um sistema multimídia solicitava constantes discussões para que se atingisse esse alvo. Foi o que aconteceu com a idealização do Jornal EPT, durante a primeira reunião de avaliação do EPT, realizada na cidade de São Paulo, no ano de 1982, congregando pessoas atuantes no movimento (empresas, professores universitários, agentes institucionais e agentes independentes).

A princípio transparece que o escopo do jornal EPT não se diferenciava do Boletim Informativo, dado que “com a circulação do Jornal, a RCE foi utilizada somente para artigos, opiniões, estudos de caso, passando para o Jornal as notícias rápidas, que antes ocupavam as suas páginas” (DIAS et al., 1986, p. 23). Infiro que até mesmo a periodicidade do Jornal EPT (era editado toda segunda terça-feira de cada mês) o colocava em desvantagem em relação ao noticiário quinzenal do Boletim Informativo.

Compreendo que o distintivo do Jornal EPT localizava-se em seu maior alcance, atentando-se em criar um amplo canal de troca de informações entre os agentes do movimento, bem como informar e mobilizar segmentos da sociedade que não possuíam razoável conhecimento do EPT. Suscito essas conjecturas, em virtude de ele ter sido lançado em abril de 1983, com tiragem de 3.000 exemplares distribuídos em mala direta para os agentes e 70.000 encartados no Jornal dos Sports. O Boletim Informativo, por sua vez, tinha a sua distribuição feita de forma restrita aos Núcleos EPT.

Um dos caminhos que podem corroborar essas ilações advém das reuniões de avaliação da Rede EPT, realizadas em Florianópolis e São Paulo, respectivamente nos meses de abril e novembro de 1983. Por meio delas, apontam Dias et al. (1986), constatou-se a importância de que a RCE se cercasse de conteúdos técnicos, através de consulta feita junto aos leitores, compostos em sua maioria por professores e estudantes de Educação Física.

Reforçava-se a ideia de que o Jornal EPT era um veículo que deveria continuar contribuindo com essas demandas, ao alocar para si a responsabilidade de um noticiário conciso, enquanto a RCE cuidaria de publicações de maior envergadura teórica, como é o caso do próprio artigo de Dias et al. (1986), citado constantemente no decorrer deste tópico e que trata da trajetória da Rede EPT.

Com a circulação do Jornal, a Revista Comunidade Esportiva foi utilizada somente para artigos, opiniões, estudos de caso, passando para o Jornal as notícias rápidas, que antes ocupavam as suas páginas. A Revista (RCE) foi influenciada e influenciou o Jornal, uma vez que este foi concebido tomando por base o modelo empregado nos primeiros números da “Comunidade Esportiva” (do nº 1 ao nº 7), em formato de Jornal se apresentando como um noticiário (DIAS et al., 1986, p. 23).

Dias et al. (1986) afirmam que, depois do encerramento do acordo com o Jornal dos Sports, em fevereiro de 1984, a circulação do Jornal EPT foi interrompida pelo período de três meses e, após intensa reivindicação de seus leitores pelo retorno, o veículo foi relançado em junho de 1984 sob nova denominação, “Jornal Comunidade Esportiva/EPT”, adstrito à distribuição por mala direta a agentes de todo o Brasil treinados em cursos EPT.

Os congressos também fizeram parte do complexo multimídia da Rede EPT, segundo Dias et al. (1986), tornando-se fundamentais na incorporação do ideário do movimento EPT. O “I Congresso Brasileiro de EPT”, realizado em Curitiba, em 1982, é citado pelos autores como o primeiro evento educativo transmitido ao vivo em cadeia nacional, traduzindo as inovações decorrentes da Rede EPT, com intensa utilização do rádio na mobilização dos participantes, uma vez que havia transmissão diretamente do local do congresso.

Em relação ao “II Congresso Brasileiro de EPT”, abrigado na cidade de Belo Horizonte, em 1984, houve, além do desenvolvimento de discussões atinentes ao EPT, análise da realidade da Educação Física brasileira, através da Carta de Belo Horizonte, suscitando a valorização do profissional de Educação Física. Esse documento foi o embrião que gerou o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e os Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs), em 1998.

Após o I Congresso Brasileiro de EPT, Dias et al. (1986) abordam que surgiu a ideia da organização de congressos regionais em todas as regiões do país, que “se colocaram como preparatórios para o II Congresso Brasileiro de EPT” (p. 23), tendo o apoio financeiro da SUEPT. No entendimento dos autores, os congressos regionais começavam a apresentar os vestígios de autonomia dos núcleos de difusão de cada região, no que tange ao planejamento, desenvolvimento de temas, avaliação e elaboração de relatório final, afora contribuir na consolidação da Rede EPT.

A adesão de entidades governamentais e não governamentais também é um fator que ganhou destaque na Rede EPT. Dias et al. (1986) enaltecem a colaboração de muitas empresas, enviando notícias relativas à promoção de atividades esportivas e recreativas, sob as suas orientações. A participação no rádio, na RCE e no Jornal EPT desvelou que

instituições do porte dos clubes 4-S⁵⁵, da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), do Projeto Rondon e da Fundação Roberto Marinho, contribuíram para disseminar as propostas e as práticas do EPT.

Ademais, por intermédio da Fundação MUDES, criou-se uma nova mídia denominada “Sistema de Informações sobre o Esporte Não Formal na Empresa”, com o intuito de estabelecer a cooperação entre a Rede EPT e institutos diversos. Ela visava a alavancar os rumos da Educação Física brasileira, congregando empresas, profissionais de Educação Física e agências de publicidade, com o objetivo de adotar uma série de iniciativas dedicadas ao desenvolvimento do esporte, começando pelas atividades na esfera interna das empresas, a fim de agregar de início custos menores, para possíveis financiamentos de maior vulto futuramente.

Dias et al. (1986) destacam que no plano internacional, em 1983 a UNESCO propôs recomendações para a Educação Física não formal, as quais teriam vigência entre os anos de 1984 e 1989. Com o reconhecimento da afinidade do EPT brasileiro com as novas perspectivas da UNESCO, ele alargou o seu horizonte de intercâmbios, oferecendo assistência técnica a outros países, além de distribuir a RCE para nações da América Latina.

Valente (1993) enumera algumas outras mídias que compuseram a Rede EPT. A utilização de fitas gravadas propiciou a interlocução entre os agentes e entre estes e a Central de Difusão, redundando, sobremaneira, no municiamento dos programas radiofônicos. Esse “tráfego de fitas” lançara mão do sistema *clearing house*, o qual, segundo o autor, derivava das experiências primeiramente vivenciadas no Canadá, que consistiam na obtenção de informações variadas e de forma não profissional. No Brasil, os agentes produziram inúmeras fitas agindo eles mesmos como entrevistadores⁵⁶.

⁵⁵Os clubes 4-S (Saber, Sentir, Servir e Saúde) sugeriram no Brasil em 1952 como uma proposta de extensão que objetivava agrupar a juventude rural em torno da modernização agrária. Os 4-S fundamentaram-se em influências norte-americanas (clubes 4-H), arrogando os deveres dos jovens do campo junto à família, à comunidade e à pátria. Nesse contexto, buscava-se convencer os jovens que emanaria deles a alavanca da produção agrícola brasileira, por meio da fabricação de efeitos de verdade disciplinadores, o que se expressava no juramento prestado por seus integrantes. “Minha cabeça para SABER claramente. Meu coração para SENTIR maior lealdade. Minhas mãos para SERVIR mais e melhor. Minha SAÚDE para uma vida sã. Com meus 4-S, meu lar, minha comunidade e minha Pátria” (SILVA, 2001, p. 144-145).

⁵⁶No entanto, esta definição de *clearing house* e a sua relação com o EPT é diferente em Corrêa (1981b). No editorial da RCE de número 12, Corrêa afirma que, a partir daquele número, o periódico faria parte do Sistema Internacional de Informações sobre o Esporte para Todos (*clearing house*), patrocinado pelo Conselho da Europa. Assim, a RCE teria os resumos de suas matérias publicadas em inglês (nas informações contidas à esquerda do editorial, falava-se também dos resumos em francês), aos quais teriam acesso os milhares de assinantes do sistema espalhados pelo mundo. A Fundação MUDES também se utilizou da expressão *clearing house* (tratado como câmara de troca de informações) durante o Sistema de Informações sobre o Esporte Não Formal na Empresa, o qual consistia em possibilitar o acesso de pessoas físicas e jurídicas, mediante pagamento feito em forma de doação, a materiais referentes ao esporte não formal (EPT) nas empresas.

Além disso, Valente realça que a troca de correspondências, os telefonemas, inclusive com a possibilidade de se ligar a cobrar a qualquer momento para a Central de Difusão, bem como o uso dos telex e dos malotes, aperfeiçoaram o desenvolvimento dos canais de comunicação da Rede EPT. Para o autor, a rede expressava a sintonia entre os veículos de maior alcance e as práticas localistas advindas das comunidades.

Os discursos relativos ao movimento EPT, após a implantação da Rede EPT, tratavam do fomento da autonomia, por meio do alargamento dos canais de comunicação. Supor-se-ia que, se fosse um movimento que cuidasse da hegemonia da população em definir as suas práticas de atividades esportivas, estariam alicerçadas as bases para a sua continuidade, independentemente das intervenções de órgãos governamentais, uma vez que a própria trajetória da Rede EPT expunha, de acordo com Dias et al. (1986), que ela havia se solidificado dentro do contexto de difusão do esporte de massa no Brasil.

Porém tais conjecturas não foram suficientes para dar prosseguimento ao movimento EPT, o qual perdurou por pouco tempo após o término do regime militar, tendo, no meu entendimento, a sua extinção sacramentada com o fim da SUEPT, em 1990. Essa sobrevida até pode concorrer para que se considere sua autonomia diante das determinações ditatoriais, mas o curto período também pode denunciar que o aparelhamento estatal pós-governo militar atentou-se minimamente a um movimento que àquele período já se encontrava em vias de seu enfraquecimento, incapaz de angariar forças para a sua continuidade.

Infiro que seja uma possibilidade plausível, uma vez que Lobato, em sua dissertação de mestrado, defendida em 1989, isto é, já no ocaso do EPT, descrevia que o formato de administração em rede, aos moldes do EPT, havia sido superado pelas estruturas tradicionais do esporte.

Na oportunidade, Lobato elogiava o exemplo da Rede EPT, aludindo à necessidade de se ater a uma Educação Física advinda de “baixo para cima”, baseando-se “na autonomia de seus membros integrantes e que se utiliza da informação como meio integrador. É um modelo não hierárquico onde os fluxos de informação são determinados pela necessidade e não pela forma” (1989, p. 17). Em suas análises, o autor discorre a respeito da importância de se recuperar o modelo de rede instituído no EPT.

Compreendo, então, que o questionamento deva ser direcionado ao postulado de autonomia preconizado por integrantes do movimento EPT – Valente (1993/1996), Dias et al. (1986), Lobato (1989) –, no sentido de que, a despeito de sua administração em rede ter alcançado sucesso, ele não obteve os fundamentos necessários para a sua continuidade. Por

que, como um movimento revolucionário da Educação Física brasileira, ele não se consolidou no âmbito comunitário?

5- Considerações parciais

O livro organizado pelo Professor Lamartine Pereira da Costa *Teoria do esporte comunitário e de massa*, de 1981, alude que o EPT, após a sua desativação oficial em fins de 1978, sobreviveu por conta do vigor comunitário empreendido em diversas localidades do país, onde as ações intersubjetivas passaram a compor o seu escopo.

Nesse sentido, a campanha EPT ter-se-ia constituído num projeto-demonstração e propiciado o seu amadurecimento, o qual acabaria por resultar no pluralismo e na descentralização do movimento. Uma das constatações dessa nova fase do EPT é que ele fundara as bases para a consolidação da Escola Brasileira de Educação Física, sob a vertente de que o esporte de massa deveria ser disseminado no corpo social a custos baixos, alocando maiores recursos aos atletas de alto rendimento.

Costa (1981a) considera que, desde o início, o EPT esteve receptível a aberturas. Assim, foram elaborados os Princípios EPT, no intuito de apresentar um conjunto de propostas que aperfeiçoassem o ideário do Documento Básico da Campanha, fruto de quatro anos de experiências transcorridas no EPT e que externava a autonomia adquirida por ele.

Perante as proporções alcançadas pelo movimento, observou-se a necessidade de se elaborar um código de ética responsável por orientar as condutas daqueles que compunham o movimento EPT, isto é, os participantes, os agentes e as instituições. Assim, a formulação da Carta de Compromisso do Esporte para Todos buscava cercar-se de proposições que evitassem prejuízos aos intentos do EPT.

Tratava-se de fatores que reclamavam a ampliação dos canais de comunicação do movimento, resultando na criação da Rede EPT, um sistema multimídia que reforçava em suas práticas discursivas o enfoque no pluralismo e na descentralização. Embora fosse oriunda da SUEPT, uma subsecretaria vinculada à SEED/MEC, ou seja, inscrita dentro das esferas de poder governamentais, a Rede EPT, conforme Valente (1993) enfatiza, percorreu caminhos independentes, livres das ingerências estatais.

No entanto, apesar do enaltecimento do viés pluralista e descentralizado da Rede EPT, o movimento extinguiu-se em 1990. Mesmo tendo resistido, por curto tempo, após o término do regime militar, questiona-se em que medida as práticas discursivas de autonomia, de direcionamentos de “baixo para cima”, suscitaram o espalhamento de atividades esportivas

emanadas dos interesses da população e contribuíram para a sua hegemonia, ou seja, embora o EPT tenha sobrevivido por breve período na conjuntura em que o Brasil experimentou a sua redemocratização, entendo que ele, de forma efetiva, constituiu-se num projeto do regime militar para orientar as práticas esportivas da população.

Desse modo, apoio-me em Gramsci para questionar sobre a hegemonia da população em definir as suas atividades, que, no caso do EPT, centravam-se na difusão do esporte de massa. Apesar do termo hegemonia não ser utilizado no decurso da literatura do EPT, analiso que a fabricação de efeitos de verdade relativos à autonomia e à democratização das práticas corporais, pretendia convencer os indivíduos sobre a aura democrática que atravessava o país.

Digo isso porque, dentro dos Princípios EPT, a "dimensão cultural" evocava o caráter duradouro e contínuo do EPT, condizente com os desejos populares que extrapolavam os meros modismos. Mas essa preparação intelectual, ao contrário do que defendia Gramsci, crivava-se pela simplificação, de modo que as construções derivadas do corpo social compusessem práticas discursivas de pluralismo e de descentralização, mas ganhassem respaldo por meio da institucionalização do EPT.

O próprio estabelecimento de um código de ética, modulado para disciplinar a comportamento dos participantes, dos agentes e das instituições, coloca em dúvida o caráter de autonomia do movimento EPT, bem como demanda investigações sobre potenciais articulações dele com as diretrizes autoritárias do regime militar.

Este capítulo, portanto, procurou demonstrar algumas caracterizações que tomaram conta do EPT, quando, após a sua desativação oficial, autodefiniu-se como um movimento autônomo, independente das ações do Estado. Nesse aspecto, o EPT alicerçou-se, sobretudo na elaboração de documentos que objetivaram sustentar o movimento, bem como nas configurações assumidas pela Rede EPT, as quais animaram discursos referentes à sua autonomia e ao seu sentido comunitário. No próximo capítulo, analiso referenciais bibliográficos que se fizeram presentes no desenvolvimento do movimento EPT e procuraram conferir-lhe um estatuto de credibilidade.

CAPÍTULO IV

DAS PROPOSTAS DE AUTONOMIA AO FIM DO MOVIMENTO ESPORTE PARA TODOS

1- **As práticas discursivas fomentadoras do movimento EPT: em busca da afirmação da autonomia**

O jornal Comunidade Esportiva, lançado em janeiro de 1980, foi a primeira mídia do movimento EPT (a partir de seu número 18, a RCE incorporar-se-ia à Rede EPT). Em seu primeiro editorial, Corrêa (1980a) enfatizava que, após a campanha EPT ser desativada – no final de 1978, o lançamento do jornal atendeu à expectativa de milhares de pessoas e de dezenas de entidades na conquista de um canal de comunicação no contexto do esporte de massa.

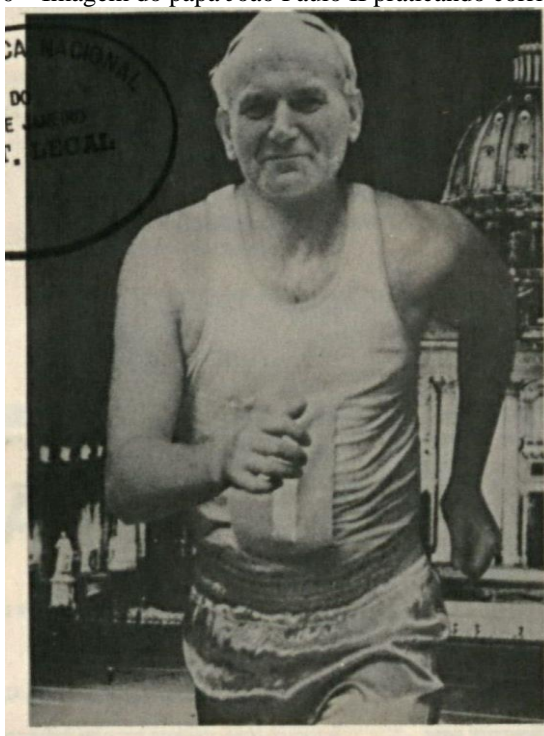
Corrêa enaltecia os números da campanha EPT, destacando o papel de mobilização do MOBRAL. No entanto, a partir daquele estágio, o MOBRAL encerraria essa sua missão, uma vez que havia sido criado um movimento de “baixo para cima”, genuinamente comunitário, que caminharía com as próprias pernas e livre de quaisquer aparelhamentos políticos.

Porém, como se materializaram as ações, no sentido de corroborar, ou não, as práticas discursivas orientadas para a autonomia do movimento? A literatura do EPT – principalmente em editoriais da RCE, em notas e imagens do referido periódico, no livro *Teoria do esporte comunitário e de massa* (organizado por Lamartine Pereira da Costa), além do livro organizado por Arlindo Lopes Corrêa, *Educação de massa e ação comunitária*, relativo à estrutura do MOBRAL – pode contribuir com a compreensão dos mecanismos que permitiram a continuidade do EPT, mesmo após a sua desativação oficial, calcado na égide de que a partir daquele momento, o EPT alcançara o estatuto pluralista e descentralizado.

Ficava claro nos números iniciais da RCE, que o objetivo do movimento EPT era encampar atividades esportivas que se espalhavam pelo território brasileiro, dentre elas a corrida de rua. Na primeira página da RCE de número 1, uma nota sem autoria identificava que a corrida de rua estava ao alcance do cidadão comum, o qual tinha como motivação a adesão de grandes personalidades à prática de esportes.

Destarte, a figura a seguir destaca o papa João Paulo II, que, no início da década de 1980, já no transcorrer de seus 60 anos de idade, expressava os arquétipos de vigor, saúde e vitalidade decorrentes da prática sistemática de atividades esportivas.

Figura 10 – Imagem do papa João Paulo II praticando corrida de rua.



Fonte: Jornal Comunidade Esportiva, nº 1, 1980.

No intuito de referendar os seus discursos atinentes à participação da população nas atividades esportivas, bem como sustentar-se a respeito das pretensões do EPT, a nota evocava que “se houver qualquer dúvida sobre as nossas intenções e com quem estamos nos envolvendo é só identificar o corredor da foto acima”⁵⁷.

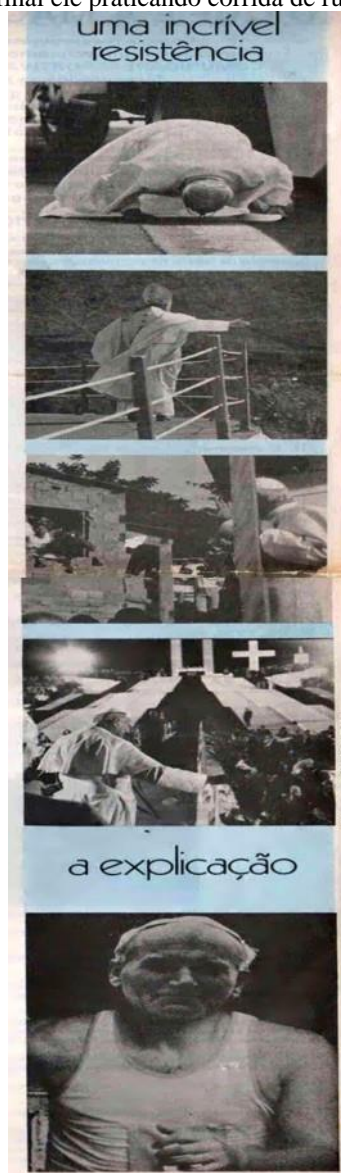
O fato de me ater a essa imagem decorre de que, quando assumiu o seu pontificado, João Paulo II carregou consigo a representação de ser um homem afeito à prática de atividades esportivas, o que lhe consagraria a disposição necessária para cumprir as suas obrigações com a energia que elas demandavam.

Durante a primeira visita oficial de João Paulo II ao Brasil, tais circunstâncias seriam exploradas, alardeando-se que a sua “incrível resistência” resultava da adoção de um estilo de vida dedicado às atividades esportivas. Nesse sentido, foram apresentadas imagens

⁵⁷No jornal, não há a indicação de onde tenha sido tirada a foto do papa praticando corrida de rua, mas, com certeza, não foi no Brasil, posto que a edição do referido periódico é de janeiro de 1980, antes, portanto, da primeira visita oficial de João Paulo II ao país, a qual se deu entre os dias de 31/06/1980 e 11/07/1980. Percebe-se que, ao fundo da foto, do lado direito, aparece uma igreja e, no canto esquerdo inferior algumas esculturas, podendo até sugerir que ela tenha sido tirada em um eventual espaço situado na Basílica de São Pedro, no Vaticano, mas não encontrei nenhuma referência sobre a foto, sequer se ela teria sido tirada após a sua eleição para o papado.

da jornada do papa pelo Brasil, tendo ao final uma foto em que ele aparece correndo⁵⁸, o que justificaria tamanha energia no desempenho de seus compromissos.

Figura 11 – Imagens da jornada do papa João Paulo II durante a sua primeira visita oficial ao Brasil, tendo ao final ele praticando corrida de rua.



Fonte: Jornal Comunidade Esportiva, n. 6, 1980.

Não se cogita aqui neste trabalho a perspectiva de desqualificar as vantagens advindas da prática das atividades esportivas, mas analisar os efeitos de verdade produzidos durante a trajetória do EPT brasileiro. A utilização da imagem do pontífice desvela que o convencimento da população perpassava por estratégias de legitimação dos discursos do EPT.

⁵⁸ Percebe-se que não se trata da mesma foto acima, uma vez que nela o papa aparece com o braço direito à frente, enquanto que na foto abaixo, ele está com o braço esquerdo à frente. Apesar disso, pela vestimenta semelhante, acredito que as duas fotos tenham sido tiradas no mesmo episódio.

Entendo que se tratasse de algo articulado com os anseios do regime militar e, nesse sentido, a linguagem do EPT extrapolava o terreno esportivo, enquadrando-se também no âmbito dos grandes objetivos nacionais que viriam a ser descritos no III PND, no que tange ao aperfeiçoamento das instituições políticas.

Além do progresso material, a execução deste plano visa à obtenção de padrões dignos de vida e convivência social, dentro de um verdadeiro estado de direito que assegure a maior representatividade possível às diversas correntes de opinião existentes no país.

Para o Governo, o objetivo democrático é indissociável da idéia básica de melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros; de democratizar as oportunidades; e de eliminar quaisquer discriminações ou preconceitos entre os brasileiros (BRASIL, 1980a, p. 20).

Então, o EPT encaixar-se-ia no escopo governamental de oferecer uma melhor qualidade de vida aos seus cidadãos, por meio de um movimento que se dizia afeito à democratização do acesso às práticas corporais. Não era um movimento apartado das diretrizes políticas que acompanhavam o regime militar, tampouco se constituía numa ação isolada inventada por poucos intelectuais da Educação Física brasileira. Ao contrário, o chamamento à população apresentava o respaldo estatal, mesmo que as configurações do movimento tenham-se modificado ao longo de sua existência, à custa dos embates em torno de espaços de poder.

A referência a grandes personalidades, no caso em questão o papa João Paulo II, contribuiria para consolidar o EPT junto ao corpo social. Era uma estratégia de convocação da população, no intuito de aderir às atividades esportivas, uma vez que o exemplo do pontífice traduziria, apesar da idade avançada, que João Paulo II demonstrava disposição a hábitos saudáveis, e tal fator serviria de motivação aos cidadãos brasileiros.

Essas expectativas iniciais contidas na RCE comungavam com aquilo que Costa (1981b) desenvolveria em relação à dimensão saúde nos Princípios EPT. Para o autor, o EPT solidificara-se movido pela participação das pessoas no esporte, em decorrência de seu alcance social, e a partir daí, elas começariam a adquirir as suas percepções pessoais referentes à imanência do esporte com a qualidade de vida.

Vale ressaltar que a atenção conferida a esse caso remete ao modelo piramidal de grupos de participantes (figura 9), em que o indivíduo aparece no topo da tabela e a forma física é o objetivo a ser perseguido. Isso abarca uma construção erigida ao longo do desenvolvimento do EPT brasileiro na qual as massas desencadeariam a sua grandeza social,

incentivando as pessoas à adoção de hábitos de vida saudáveis, seguindo o exemplo do papa João Paulo II.

Desse modo, se um indivíduo sexagenário se dedicava à prática de atividades físicas, conseqüentemente descortinavam-se as possibilidades para que outras pessoas adentrassem essas propostas. A figura 12, exposta na primeira página da RCE de número 2, exhibe a presença de duas pessoas obesas praticando corrida de rua. Nela, há a indagação sobre se ainda pairavam dúvidas de que o esporte era para todos.

Figura 12 – Imagem de duas pessoas obesas praticando corrida de rua.



Fonte: Jornal Comunidade Esportiva, n. 2, 1980.

Ora, se pessoas obesas tinham a disposição suficiente para se engajar na onda da corrida de rua, por que não acreditar que isso se espalhasse pela população de modo geral? Inquirio sobre a questão de que a utilização da imagem pode não corresponder à expressão de autonomia que tanto fez parte dos discursos do EPT.

Com efeito, apresentar uma imagem, que vejo como aleatória, sem a identificação do autor e do contexto em que aquilo acontecia, é uma maneira oblíqua de propagandear resultados supostamente obtidos pelo EPT. Quem eram as pessoas da foto? Quais os seus objetivos? Estariam elas conscientemente praticando as suas atividades esportivas em decorrência das orientações do EPT? Ou seja, considero frágil o argumento de que o

movimento EPT congregava as pessoas em torno de práticas comunitárias e espontâneas, pois não passava de um estratagema informativo destinado a louvar o seu hipotético sucesso.

Na entrevista com a professora Katia Cavalcanti indaguei se o artifício de abarcar o maior contingente de atividades em torno do EPT faria parte de uma teia discursiva responsável por conferir a sua credibilidade, institucionalizando práticas presentes no cotidiano dos indivíduos e estabelecendo uma nova religião, categoria desenvolvida por ela quando tece críticas ao EPT. Em sua resposta, a professora afirma que a nova religião advinha de formas de espriar rituais que, no caso da corrida de rua, disseminavam o culto ao corpo e carregavam desvios culturais, dado que não havia a preocupação em conscientizar os praticantes.

Porque vamos dizer: a nova religião seria um novo ritual para substituir a tradicional religiosidade católica. No Brasil, somos católicos não praticantes. Agora existem muitos evangélicos, mas naquela época não era assim... Então, uma nova religião que substituiria uma prática espiritualizada, vamos dizer assim... Era o surgimento de uma nova religião que iria ocupar as pessoas com um novo ritual. Veja bem, o que se divulgava da prática do Cooper no calçadão de Copacabana? Vão surgir as primeiras maratonas! Então, as pessoas começam a se preparar, começam a cultivar o corpo... É nesse sentido que há o surgimento de uma nova religião. A Sociologia do Corpo depois vai explicar bem isso. Essa nova religião surgindo, nesse sentido de culto ao corpo, na realidade também é um desvio cultural. Tem uma literatura que eu procurei e não encontrei meu livro, que também foi importante, de Bernard Charlot, que trata da mistificação pedagógica. Como você é da educação, essa era a época. Era um desvio cultural! Porque se fosse uma verdadeira religião ou qualquer prática espiritual que a pessoa vivenciasse conscientemente, era uma coisa boa. Agora, o desvio cultural é que é complicado. Você entrar por um atalho, como uma seita e não vivenciar a sua conexão com uma força superior é complicado. Então, no caso a campanha colocaria isso: o esporte é maravilhoso, o esporte é para a saúde, você faz amigos, você faz tudo, você é feliz praticando esporte! Nesse sentido, vamos cultivar, vamos cultivar (CAVALCANTI, 2015).

Compreendo que o EPT lançou mão de táticas de convencimento distanciadas da hegemonia da população, uma vez que a principal função era a de espalhar a ideia de adesão, alardeando postulados de felicidade como os já abordados no Documento Básico da Campanha de que “o povo que se movimenta é mais saudável e alegre” (p. 21).

Retomo a posição de que não se trata de ignorar os benefícios das atividades físicas, mas de questionar a respeito das nuances que atravessavam o período abordado. Recorro a Fraga (2006), quando critica o movimento “Agita São Paulo” (em minha opinião, um provável legado do EPT), alegando que ele incorre predominantemente numa espécie de

“exercício da informação”, muito mais do que se focar, de maneira efetiva, na difusão das práticas corporais.

Só que, diferentemente dos tempos do “Agita São Paulo”⁵⁹, o termo agitar assumia uma conotação negativa no governo ditatorial e acendia os temores aqui já mencionados no capítulo 2. Mas, no EPT, o sujeito deveria ser igualmente capturado pelo discurso e contagiado por pressupostos semelhantes ao do “Agita São Paulo”.

[...] para contagiar a população não basta simplesmente endereçar mensagens àqueles que têm pouco ou nenhum contato com o texto da vida ativa, é preciso ampliar os focos de transmissão, investir no potencial multiplicador dos já contaminados e, assim, tornar mais poderosa essa rede de disseminação de informações (FRAGA, 2006, p. 25).

Guardadas as proporções, o EPT inaugurava no Brasil a cadeia de informações atinente a um estilo de vida saudável, todavia com canais de comunicação ainda incipientes. Assim, como se impingiam as retóricas no intuito de animar as massas em favor da autonomia do movimento?

Para conferir a sua credibilidade, louvava-se em nota da primeira página da RCE de número 7 que o EPT antecipara-se, desde a campanha, às diretrizes do setor educacional brasileiro, em virtude de que o III PSECD vinha corroborar que o EPT já desenvolvia há quatro anos.

Porém entendo que essa exaltação deva ser ponderada, por dois motivos. Primeiro porque, conforme foi abordado no capítulo 1 deste trabalho, o II PSEC (1975/1979) também evocava a necessidade de se estenderem as atividades esportivas a todas as camadas sociais e regiões brasileiras, pautando-se pelas referências do Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil. Ademais, o próprio PNED afirmava que o planejamento social do governo previa a democratização de oportunidades na Educação Física, em consonância com os pressupostos do II PND.

Em segundo lugar, porque, como também mencionei no capítulo I, coloco em dúvida a real articulação do EPT como o III PSECD, já que este, no meu ponto de vista,

⁵⁹O “Agita São Paulo” foi lançado em 1996 e permanece até os dias de hoje. Ele nasceu de um convênio firmado entre a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e o Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (CELAFISCS), carregando em suas práticas discursivas o combate ao sedentarismo, por meio de um estilo de vida ativo. A lógica consiste em incluir hábitos cotidianos (obrigações domésticas, locomoção ao trabalho e atividades de lazer) no cardápio das práticas físicas da população, de forma que trinta minutos por dia contemplaria as necessidades. “Tal meta pode ser atingida subindo e/ou descendo escadas, caminhando, fazendo alongamentos na fila do supermercado, passeando com o cachorro, descendo do ônibus dois pontos antes e percorrendo o trajeto a pé, jardinando, varrendo a casa, etc.” (FRAGA, 2006, p. 3).

voltou-se muito mais ao esporte de alto rendimento, em momento algum utilizando a expressão “desporto de massa”, o que possivelmente seja um indício da falta de diálogo e dos campos de tensão dentro da Educação Física, destoando do que acontecia com o III PND, o qual considerava o desporto, o lazer e a recreação vetores para a formulação de políticas incentivadoras da “cultura de massa”.

Com efeito, reitero que, a despeito das disputas inseridas na Educação Física brasileira, o EPT não emergiu separado das instâncias governamentais, fruto da iniciativa isolada de seus mentores, tampouco se libertou das estruturas da SEED, e oponho-me à afirmação de Valente (1993). Ao contrário, ele inscreveu-se no âmbito das políticas oficiais, as quais espriavam discursos participativos e democráticos numa realidade abastecida pelo enfraquecimento do regime militar.

Nesse panorama, o EPT foi o mecanismo empregado para pôr em prática a resolução do PNED, qual seja, espalhar na sociedade discursos direcionados à adoção das atividades esportivas informais. Embora a redação do PNED se atentasse para a possível articulação das três grandes áreas esportivas, “Educação Física e desporto estudantil”, “desporto de massa” e “desporto de alto nível”, verifico que a sintonia entre essas áreas não obteve resultados profícuos.

Por exemplo, o desporto estudantil no próprio PNED, quando se trata dos seus objetivos específicos, verte-se para o foco da preparação dos estudantes-atletas, estimulando as competições esportivas, muito mais do que para a formação de um aluno consciente sobre a valorização das práticas informais. A escola, nesse contexto, não se constituiu num espaço de propagação do esporte de massa, tampouco do EPT, a não ser por iniciativas esporádicas de alguns autores⁶⁰.

⁶⁰Tomo como referência Celi Zulke Taffarel, que partindo do trabalho de Hildebrandt; Laging, relativo à concepção de aulas abertas a experiências na Educação Física, propunha um novo sentido ao componente curricular, em que a criatividade se tornasse o elemento primordial dentro das aulas, por meio do desenvolvimento do Esporte para Todos em escolas de 1º grau. Taffarel, que mais tarde viria a ser uma das autoras do livro “Metodologia do ensino de Educação Física”, de 1992, fundado numa matriz materialista-dialética, obra que se constituiu num marco para a Educação Física escolar brasileira, tratava em artigo publicado na RCE número 27/28, editada em 1984, do excesso de diretividade nas aulas de Educação Física. No artigo, manifestava-se que a participação livre e consciente dos educandos contribuiria na modificação dos paradigmas centrados no esporte de competição, conscientizando os alunos a respeito das potencialidades proporcionadas na vivência de um esporte recreativo e, que esses fundamentos fossem transportados para fora dos muros da escola, com autonomia crítica e criatividade. Para concluir, Taffarel alude que se fariam necessárias novas perspectivas para que a escola adentrasse no cenário do Esporte para Todos, fomentando o processo criativo, através da busca da alegria, do prazer, da comunicação, da cooperação e da socialização, a fim de incrementar a qualidade de vida dos indivíduos.

Todavia, reforçando a análise deste tópico relativa à retórica de autonomia que permeou o EPT após a sua desativação oficial, observo que ele continuou a obedecer a um caminho identificado com a sua ossatura institucional. Dessa forma, a alegação de Corrêa (1980a) de que o EPT desatrelara-se do MOBRAL, na fase em que ele supostamente conquistara a sua autonomia, necessita ser redimensionada, pois o mesmo autor, no editorial da RCE de número 7, exaltava o papel do MOBRAL, conjuntamente com o do EPT, na mobilização de indivíduos da terceira idade.

Esta é uma das razões por que o MOBRAL – essencialmente um movimento de promoção humana – participa das iniciativas do Esporte para Todos; entre as nossas diversas ações que atingem direta ou indiretamente a clientela da terceira idade, o EPT tem se destacado pela notável mobilização dos velhos, tanto na organização como na participação (CORRÊA, 1980c, p. 1).

Ora, o MOBRAL constituía-se num órgão que assumiu grande envergadura no regime militar, permeado por propagandas ideológicas de erradicação do analfabetismo, bem como, ao longo de sua trajetória, diversificou as suas ações, no ensejo de que, segundo Costa (1977), atendesse aos interesses dos recém-alfabetizados, impedindo a regressão ao analfabetismo e mantendo a mobilização. Desse modo, havia uma estreita identificação com o ideário governamental, em que pese o artigo 6º da Lei nº 5.379/67, que previa que o MOBRAL gozasse de autonomia administrativa e financeira.

Entretanto, no meu ponto de vista, os desígnios de autonomia atribuídos ao EPT satisfaziam a uma rede hierárquica advinda do alto, da qual o MOBRAL também fazia parte, desvelando os limites da autonomia da população em determinar as suas atividades esportivas.

No anseio de atestar esse sentido de autonomia, Costa (1981b) afirma que a construção dos Princípios EPT surgiu das reflexões fomentadas na RCE, após quatro anos de existência do EPT. O autor constata que uma das resultantes desse processo situava-se na dimensão educacional, entendendo que a Educação Física não formal crivava-se de matriz

Não discordo de Taffarel, quando ela se envereda pela defesa da autonomia nas aulas de Educação Física, bem como pela superação de um arquétipo em que predominava o esporte de competição. A minha ressalva reside na alocação do Esporte para Todos como um movimento que se primaria pela hegemonia da população na fruição de suas atividades esportivas e, conseqüentemente, poderia servir de modelo para que a escola se inserisse nesse horizonte. A tentativa de Taffarel, compreendo, incide muito mais no fato de problematizar o viés tradicional da Educação Física, do que efetivar o Esporte para Todos como alternativa para a escola. Talvez, influenciada pelo alemão Jürgen Dieckert, colaborador pertinaz do EPT brasileiro e que fora o seu orientador de mestrado, a autora tenha se valido da expressão “Esporte para Todos”, no intuito de transformar o quadro da Educação Física brasileira, o que Taffarel poderia reivindicar independentemente da adoção de qualquer sigla.

menos tendenciosa ideologicamente, dotada de repertório comunitário muito mais amplo que a formal.

Coloco em questionamento, contudo, os elementos defendidos por Costa, a respeito do afastamento das tendências ideológicas do EPT, dada a sua matriz de não formalidade. Posso citar o anúncio realizado por uma agência de propaganda paulista para eventos na cidade de São Paulo associados à campanha EPT, ainda na fase inicial do EPT, em que a chamada feita ao público pode ser agregada a um episódio intensamente utilizado como mecanismo ideológico pelo regime militar.

Figura 13 – Anúncio de evento da campanha EPT na cidade de São Paulo e a sua descrição.



**Este é um pé
que vai pra frente.**

Caminhando, você conhece sua cidade mais de perto. E faz amigos.
"Passeio a Pé"-dia -promoção MEC, DED, Mobral e Prefeitura.

ESPORTE PARA TODOS

Campanha de interesse público do Conselho Nacional de Propaganda e deste jornal.

Os anúncios de mídia impressa constituem outro meio eficiente para suporte das campanhas, principalmente ocupando espaço ocioso dos jornais. Um desses anúncios institucionais é visto (27) produzido pela Agência Publician de São Paulo, associada à campanha brasileira em 1977.

Fonte: Costa e Takahashi (1983).

“Este é um pé que vai pra frente”. É inevitável a comparação com uma das músicas⁶¹ que fizeram sucesso no início da década de 1970 e decantaram o tom ufanista presente no regime militar à época do “milagre econômico”. Agora, no entanto, eram as práticas esportivas, com seus discursos participativos, que se vertiam aos empreendimentos de convencimento do corpo social.

A recorrência à música correspondia à adoção de estratégias de divulgação do EPT. No caso do anúncio supracitado, a mídia usada eram os jornais, nos quais se pretendia que as mensagens ao público se caracterizassem pela simplificação, sintetização e massificação, ou seja, pertenceria ao repertório popular, desde que de consumo rápido e facilmente entendido por todos, perante a lógica de que os eventos de massa, como os de São Paulo, provocariam o contágio das massas e desencadeariam um efeito cascata, angariando novos adeptos e alimentando o futuro da Educação Física.

[...] o EPT é uma solução para o futuro da Educação Física e os esportes e não um problema de abastardamento pela simplificação: as mesmas forças (os meios de comunicação) que massificam geram novas aspirações que mudem o sentido original; os novos praticantes ganham auto-afirmação, independência e sobretudo, um meio de expressão (COSTA, 1981b, p. 12).

Reforçava-se, na citação, o vetor de autonomia que deveria acompanhar o EPT, contudo Costa (1981f) alertava sobre o emprego de uma expressão capciosa para um movimento que pretendia seguir nessa direção: a massificação esportiva. Para o autor, existiam duas maneiras de se interpretar tal expressão, uma voltada à multiplicação da prática formal do esporte e, a outra, orientada para a simplificação das modalidades.

Costa ressaltava que as duas alternativas ofereciam resultados finais semelhantes, pois o campeão encontrar-se-ia em estado latente em cada população e seria fruto de um fenômeno biológico. A fim de garimpar o campeão, haveriam de ser construídas estratégias que optassem pela melhor solução.

Os Estados Unidos e a Alemanha Oriental eram exemplos mencionados por Costa, de que a massificação pela prática formal alcançara sucesso, porém demandando altos custos. Assim, a massificação pela simplificação tornar-se-ia mais viável num país do porte do Brasil, uma vez que a difusão de atividades esportivas no corpo social redundaria no aparecimento de campeões.

⁶¹A música em questão é de autoria de Heitor Carrillo, denominada “Este é um país que vai pra frente”, alcançando sucesso no início da década de 1970 com o grupo “Os Incríveis” (ALONSO, 2011).

O modelo piramidal encontrado no Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil continuava a justificar a propagação do esporte de massa. No cenário brasileiro, Costa alia essas contingências às possibilidades de lazer da população, reforçando que as camadas populares constituíam-se no foco dos empreendimentos.

Deste modo, esses indivíduos praticariam num primeiro momento dentro das possibilidades de cada local, e num segundo momento, existindo uma organização própria para isso, poderiam ser treinados para campeonatos. O alcance social dessa versão tem muita validade, porque as atividades simplificadas cobrem também a necessidade de lazer da população. E numa população pobre, a visão social ficaria completa no momento em que nós entendêssemos que uma atividade simplificada cobriria as necessidades de lazer daquela população, e não somente do pessoal de classe média. Quanto à outra massificação, simplesmente multiplicando equipamentos, locais de prática, dando incentivo a clubes, etc, vai dar realce apenas a um mínimo de indivíduos, sem garantias de encontrá-los e renová-los, ao contrário da massificação voluntária (COSTA, 1981f, p. 16).

No Brasil, as características de simplificação e massificação, no entendimento de Costa, apresentavam receptividade, haja vista o alastramento das peladas de futebol e de voleibol, as quais acabavam por desaguar em bons resultados esportivos no cenário mundial. Além disso, o autor enumerava que outros esportes tinham capacidade de gerar conquistas por essa via.

Seguindo o princípio “quantidade x qualidade”, o EPT buscava “a máxima dispersão das atividades de massa convivendo e apoiando uma superconcentração de atividades de elite esportiva” (COSTA, 1981b, p. 13). No entanto, Costa (1981f) sustentava que o esporte e a Educação Física nacionais estavam mergulhados em arcabouços tradicionais, até mesmo respaldados por posições governamentais que impediam o avanço do esporte não formal.

Nesse sentido, Costa procurava desfazer quaisquer contradições entre o esporte formal e o não formal, estabelecendo uma relação de interdependência entre ambos e criando um novo paradigma para a Educação Física brasileira, ou seja, de modo simultâneo, o esporte de alto rendimento brotaria das massas e estas se espelhariam nos feitos dos campeões esportivos.

Então eu acho que é o momento de criar a Educação Física Brasileira, a Educação Física de base, mais realista, artesanal e simplificada. Deve ser mais inteligente, criando eventualmente condições para a busca de campeões, o que é um fenômeno social. Por outro lado, a população necessita desses heróis esportivos (COSTA, 1981f, p. 19).

A minha intenção em percorrer caminhos que motivaram os embates entre as práticas formais e as não formais perpassa pela composição da égide de autonomia que tomou conta do movimento EPT no Brasil. Em primeiro lugar, compreendo que a disputa por espaços de poder envolvia diretamente os esportes formais e os não formais.

Apesar de Costa advogar que o fomento do esporte de massa implicasse em baixos custos, creio que isso não fosse suficiente para aplacar os interesses incrustados no esporte de alto rendimento, quais sejam, os de monopolizar os investimentos estatais do setor esportivo.

Quanto às posições governamentais, considero que a repercussão midiática do esporte de alto rendimento conferia o seu estatuto de legitimação junto às instâncias do poder central, porém torna-se relevante ressaltar que a oficialização do EPT ocorreu justamente no período das afirmações verificadas em Costa (1981f), por meio da Portaria nº 522/81.

Com efeito, convém não ignorar que o EPT se constituiu numa das prioridades do regime militar no campo da Educação Física, bem como se inseriu no horizonte de suas políticas sociais, e, nesse processo, as lutas de classe foram responsáveis por modelar o comportamento governamental, à medida que a atenção às camadas populares compunha um artifício encetado nas políticas oficiais em favor de estratégias participativas.

Ora, o governo não deixaria de assegurar a sua hegemonia, intervindo nas práticas corporais que se espalhavam no âmbito comunitário, ainda que essas práticas fossem desenvolvidas de maneira assistemática. O importante era reunir atividades que cobrissem o território nacional, a fim de se produzirem subsídios de convencimento dos benefícios esportivos, numa espécie de exercício da informação.

A população praticava as suas atividades, de acordo com as suas vontades e as suas expectativas de lazer, e o EPT apropriou-se dessas práticas, recrutando para si as características de pluralismo e descentralização. Porém, ao tomar como necessária a formulação dos princípios e do código de ética, evidenciava-se que o EPT assumia uma postura centralista, de controle das ações que se desenvolviam nas comunidades.

Assim, as práticas esportivas informais espalhadas pelo país passariam a ganhar a sua legitimidade através da assinatura do EPT. Independentemente da adesão ao movimento, era salutar que se difundisse o ideário de autonomia e liberdade dos cidadãos, incrementando os canais de informação.

Nesse aspecto, o MOBREAL contribuiu sobremaneira para a continuidade do EPT, após a sua desativação oficial. Embora, inicialmente, Corrêa desse por encerrada a missão do

MOBRAL no movimento EPT, percebe-se a ligação entre ambos ao longo dos editoriais escritos pelo autor na RCE.

Corrêa (1980d) alertava para a desinformação que existia sobre as realizações do MOBRAL, em relação ao seu alcance social, chamando a atenção para o seu envolvimento com o esporte comunitário e de massa. No intuito de ilustrar que o MOBRAL não se distanciava de seus objetivos, o autor enfatizava que a alfabetização era a obrigação principal, mas a logística poderia ser aproveitada na catalisação de ações comunitárias, incluindo as atividades referentes ao EPT.

Nesses termos estamos prontos a cooperar com qualquer organização que pretenda desenvolver iniciativas na área social desde que não desvie nossos recursos financeiros, estes sim, ainda orientados na quase totalidade para a alfabetização, nosso compromisso principal com a Nação.

O que temos oferecido é a nossa rede estadual e municipal, nossos recursos humanos, nosso voluntariado, nossa experiência administrativa, enfim nossa capacidade de vencer dificuldades que se tem materializado em algumas iniciativas de “Esporte para Todos” e que tem, nesta revista, um exemplo simbólico para os caminhos futuros do esporte nacional (CORRÊA, 1980d, p. 1).

Devo lembrar que, no capítulo 2 deste trabalho, foi discutido que as conjecturas instadas nas frações dos blocos de poder do regime militar podem ter provocado as reações de Corrêa em busca de sua própria sobrevivência política. O MOBRAL, nessa época já havia passado por uma CPI e a minha suposição é a de que Corrêa fosse alvo de retaliações dentro de escalões governamentais, dada a envergadura que o MOBRAL adquirira desde a sua criação.

A ênfase que Corrêa dedicava à priorização da alfabetização compunha circunstâncias já vivenciadas por ele, quando o seu superior na ocasião, o ministro Ney Braga, ordenara, em meados de setembro de 1975, que fossem abortados projetos de outras naturezas.

De acordo com Poulantzas (1985), as lutas políticas, econômicas e ideológicas mergulham no aparato estatal e, desse modo, o conjunto do campo de lutas está inextrincavelmente relacionado ao Estado. Seguindo essa lógica, entendo que Corrêa tenha-se preocupado em acomodar as relações de poder inscritas na esfera governamental, bem como nas exigências das classes populares, as quais interferiam na estrutura do MOBRAL.

Porém, a despeito das orientações relativas à retração na diversificação do MOBRAL, Corrêa não freou o avanço do órgão. A justificativa da expansão centrava-se na necessidade de estender a educação permanente às camadas carentes, o que viria a consagrar a

democratização do processo educativo, ao contrário das características tradicionais do acesso à educação permanente no Brasil, que privilegiavam as elites. Assim, as próprias comunidades reivindicavam a ampliação dos serviços do MOBRAL (CORRÊA, 1979b).

O Estado, de acordo com Poulantzas (1985), é um gigante com pés de barro. As frações de bloco de poder digladiam entre si em busca de hegemonia e o Estado precisa condensar essas relações de força, além de articular as demandas reclamadas pelas camadas populares. Talvez, por isso mesmo, Corrêa tenha-se esforçado para se equilibrar no MOBRAL, dirigindo os seus discursos aos desafetos da esfera governamental e, ainda, cercando-se de elementos que referendassem os pressupostos ideológicos do MOBRAL com o regime militar.

Corrêa não se furtava em endereçar críticas à pedagogia do oprimido, destacando o seu teor comunista, subversivo e autoritário, responsável por estimular o ódio e induzir a luta armada. O real espírito democrático e autônomo residiria no MOBRAL. “Nossa educação é verdadeiramente democrática: mostramos a verdade e as pessoas fazem livremente as suas opções. À ‘pedagogia dos oprimidos’ preferimos a ‘pedagogia dos homens livres’” (CORRÊA, 1979b, p. 51).

Não pretendo aqui realizar a comparação de um e de outro método de alfabetização⁶². O objetivo é buscar demonstrar o viés ideológico que tomou conta do MOBRAL e que acredito ter sido acompanhado pelo EPT, pois, apesar de Costa (1981b), quando trata do Princípio EPT da educação permanente, afirmar que a Educação Física não formal é menos tendenciosa ideologicamente, percebo que a ligação do EPT com o MOBRAL incorria em semelhantes finalidades ideológicas.

Portanto, creio que não seja possível desatrelar os pressupostos ideológicos do MOBRAL e do movimento EPT. A partir daí, a discussão volta-se à autonomia que o EPT advogou para si desde a época da campanha, por meio de discursos orientados à espontaneidade, ao espírito de improvisação, norteados de “baixo para cima”, até a fase em que ele foi oficialmente desativado, quando o pluralismo e a descentralização, livre das amarras governamentais, passaram a se constituir no centro de suas práticas discursivas.

A hegemonia da população na fruição de suas atividades esportivas esbarrava na própria sustentação que o MOBRAL conferia ao EPT. Nesse sentido, a capacitação cultural dos indivíduos modulava-se de acordo com os ardis demarcados nas diretrizes do regime

⁶²Para maiores esclarecimentos sobre a comparação da Pedagogia dos Oprimidos, cujo mentor é o educador Paulo Freire, com o MOBRAL, sugiro a leitura de Ferraro (2009; 2013) e Januzzi (1979).

ditatorial, em que pese Corrêa (1979b) assumir uma prática discursiva dirigida à democracia e à valorização da pedagogia do homem livre.

Então, em que medida o movimento EPT contemplou as expectativas do princípio “dimensão cultural”, tornando-se um costume comunitário e extrapolando os modismos, que possuíam um cunho efêmero? Costa (1981b) sustenta que o EPT consolidara-se como mais cultura do que educação, ao passo que se enraizara nas comunidades, abraçando as atividades passageiras.

O que Costa pretende enfatizar versa sobre a liberdade das comunidades em definir os seus caminhos, independentemente das atividades esportivas praticadas. Solidificar-se-ia o caráter institucionalizado do EPT, permanente, de acordo com os postulados do MOBREAL de inserção comunitária.

Assim, o desdobramento das atividades do EPT, em diferentes novas modalidades e jogos é uma consequência normal do modismo cultural que é dinâmico, mutante e passageiro. Já o costume, de onde derivam os modismos, é estático, duradouro e aspira à continuidade (COSTA, 1981b, p. 12).

Compreendo que foi exatamente no desdobramento das atividades que o EPT buscou respaldo para se intitular como um movimento comunitário, aproveitando-se do repertório popular incidido nas atividades esportivas. Destarte, ele cercava-se sim de práticas diversas, mas não descentralizadas e pluralistas. Entendo que se tratasse de práticas assistemáticas que se alastravam pelo território brasileiro.

O intuito consistia em oficializá-las, por meio da construção de um “padrão de qualidade” advindo de determinações hierarquizadas, estatizando-as, haja vista a necessidade de elaboração dos Princípios EPT e, sobretudo, da posterior formulação da “Carta de Compromisso do Esporte para Todos”, a qual exprimia um código de ética a ser obedecido pelos segmentos que faziam parte do EPT.

Cavalcanti (1984) aborda que a construção ideológica alicerçada em torno do EPT o alçou ao estatuto de nova religião, incutindo, por meio do esporte, o culto a um mundo feliz, uma forma milagrosa de humanização. Transporte essa análise para o campo da categoria hegemonia, que vem sendo discutida no decorrer deste trabalho.

Nesse ínterim, Gramsci (1981) sustenta que a religião compõe um sistema desconhecido pelas multidões, mas que influi sobre elas não de forma direta no modo de pensar e de agir, e sim como força política externa, através de um instrumento coesivo em favor das classes dirigentes, pois reproduz o ordenamento social.

Dessa forma, refletir sobre os aportes de autonomia que o movimento EPT reivindicava para si incorre em identificar as lutas que se travavam no seio do Estado, inclusive reportando às relações de produção que adentravam esse contexto. Não fosse por isso, seria desnecessária a sua institucionalização via SEED-MEC, com a respectiva criação da SUEPT, derivando de instâncias hierarquizadas que encontravam no MOBREAL um órgão forte, de amparo estatal, o qual continuou a sustentar movimento EPT, após a sua desativação oficial.

O objetivo deste tópico foi demonstrar a maneira como se permearam as práticas discursivas responsáveis por dar prosseguimento ao EPT, após o encerramento da campanha em fins de 1978. A seguir, transito por referenciais teóricos que alimentaram o movimento no decorrer de sua trajetória e como eles foram capazes de produzir os efeitos de verdade responsáveis por conferir a credibilidade do EPT junto ao corpo social, bem como se aperfeiçoaram os canais de comunicação para divulgar a essência pluralista e descentralizada que teria tomado conta do movimento.

2- Os paradoxos do movimento EPT: pluralismo e descentralização

O capítulo 2 do livro de autoria de Lamartine Pereira da Costa *Teoria do esporte comunitário e de massa* exprime as aspirações do movimento EPT, no sentido de cingir as atividades esportivas que se espalhavam no país. Com a apresentação de artigos referentes à macroginástica, à matroginástica, às colônias de férias, à ginástica rítmica e ao minivoleibol, além de orientações relativas ao aproveitamento de materiais recicláveis na fabricação de brinquedos recreativos, destaca a diversidade de ações que abrangiam o EPT.

A priori, o título do livro sugere que se tratasse de práticas emanadas dos desejos das comunidades, em que Costa (1981a) formula os conceitos de esporte de massa e comunitário, realçando que atenderiam às perspectivas de custo mínimo e respeitariam arranjos sociais naturais, por meio da liberdade dos indivíduos na organização de seus grupos e definição de suas práticas corporais.

Com o final da campanha EPT, o intuito do movimento fundamentou-se, de acordo com Valente (1993), em referendar o caráter de pluralismo e descentralização do EPT. Uma das estratégias consistiu na divulgação de relatos de experiências que ocorriam pelo Brasil, utilizando a RCE como o periódico que, a princípio, contemplaria essas demandas.

Um exemplo é dado pelo projeto “A integração pelo esporte em Canavieiras”, organizado pelo professor Moysés Costa Nunes, através de uma série de vivências que

envolviam o dia das crianças, a comemoração da proclamação da República, o projeto “Praias de verão”, dentre outras atividades, utilizando o artifício da publicidade artesanal.

Aliás, em relação à publicidade, Costa e Takahashi (1983) enfatizam que deveria ser abrangente e local. Assim, os meios de comunicação de massa facilitariam a recepção das mensagens, devido ao seu grande alcance, mas a divulgação de menor alcance (artesanal) era igualmente relevante, inclusive o contato pessoal. Estes pressupostos consolidariam o viés de mobilização do movimento EPT.

Para tanto, Costa e Takahashi enaltecem a necessidade de treinamento dos agentes, a fim de suprir um dos Princípios EPT, a “linha de massa”. Os autores acreditam que, no mundo subdesenvolvido, a linha de massa obedeceria aos pressupostos da sabedoria popular, e a disseminação das práticas esportivas decorreria do apelo registrado nos clamores da população. **“O povo prefere acreditar no próprio povo”** (COSTA; TAKAHASHI, 1983, p. 33, grifo dos autores).

A fim de esclarecer a forma pela qual o EPT granjeara as suas características publicitárias voltadas à linha de massa, bem como as suas peculiaridades referentes a um modelo nacional, Costa e Takahashi transitam pela trajetória do EPT, a partir da campanha MEXA-SE, ressaltando que o movimento se solidificara à custa de uma rede autônoma, com descentralização operacional (com poucos níveis de decisões) e com eficiente fluxo de informações. Ao mesmo tempo, os autores abordam o imperativo de se formatarem um sistema e uma organização adequados à realidade brasileira.

É possível perceber, também que já estamos falando em “sistema” e “organização”; de fato, a mobilização, se realizada em massa, necessita de um suporte institucional (aí reside a diferença fundamental do movimento ESPORTE PARA TODOS entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento).

Em conclusão, temos no Brasil, as condições mínimas de viabilidade: **a adesão dos meios de comunicação de massa, as técnicas de mobilização e a vontade governamental** (COSTA; TAKAHASHI, 1983, p. 34, grifo dos autores).

A questão incide em identificar os aspectos de pluralismo e de descentralização que acompanharam a elocução do movimento EPT. Retomo o supracitado projeto de Nunes (1980), o qual se crivou de várias atividades recreativas e foi, no entendimento do professor, estimulado pelo “esforço e dedicação de pessoas que procuraram, na própria comunidade, os recursos e a colaboração necessária para que as atividades pudessem ser desenvolvidas” (p. 3).

Ora, se envolto por um verniz de autonomia e comunitário, qual o sentido de haver um suporte institucional que respaldasse o movimento? Por que projetos como os de Nunes necessitavam receber o selo do EPT? Ou será que isso fazia parte de tessituras informativas a respeito do espalhamento do EPT no corpo social, muito mais do que um movimento que se efetivou no seio das comunidades brasileiras?

Busco problematizar essa situação, a fim de identificar a maneira pela qual o EPT comportava-se no que concerne à hegemonia das camadas populares na fruição das atividades esportivas inseridas no EPT. Coutinho (1989), ao recorrer à noção de hegemonia como traço central na teoria política de Gramsci, advoga que o consenso é o princípio fundamental que deve prevalecer sobre a coerção, ou seja, o diálogo presente nas relações sociais determina as escolhas, acarretando que “a luta pela hegemonia implica uma ação que, voltada para a efetivação de um resultado *objetivo* no plano social, pressupõe a construção de um universo *inter-subjetivo* de crenças e valores (p. 67, grifo do autor).

A diferença em países em vias de desenvolvimento, como o Brasil, segundo Costa e Takahashi, situava-se no modelo sistêmico e organizacional endereçado às massas e, por aí, convém percorrer pelos significados de um movimento que arrogava a sua autonomia. Logo, indago sobre os aspectos de conteúdo e de forma que ele assumiu durante sua trajetória e como isso pode ter reverberado nas práticas pluralistas e descentralizadas.

Seria plausível afirmar que um processo autônomo se localizaria nos países desenvolvidos, uma vez que se carecia de menores aportes institucionais para que o esporte de massa fruisse adequadamente. Entretanto, trata-se de uma constatação relativa, pois a difusão do esporte de massa emanava de políticas públicas fomentadoras de um padrão de vida calcado no bem-estar social, como se observa na própria Carta Europeia do Desporto para Todos. Desse modo, não se pode afiançar que ocorria uma descentralização total, mesmo nos países desenvolvidos.

A fim de esclarecer os contornos pluralistas e descentralizados que são atribuídos ao EPT brasileiro na fase em que, segundo seus autores, ele adquiriu maior autonomia, é pertinente que se realize a incursão por esses conceitos, no intuito de discutir os efeitos de verdade produzidos sobre o movimento EPT e, em que medida ele logrou os resultados apontados junto à população.

Bobbio (1998) afirma que o pluralismo se opõe à unificação e concentração do poder. Dessa forma, o pluralismo defende que o modelo de sociedade deve-se orientar para a distribuição dos centros de poder compostos por vários grupos, os quais assumem o papel de

limitação, controle, contraste e até mesmo eliminação do centro de poder dominante fixado no Estado.

Segundo Bobbio, o pluralismo distingue-se da teoria da separação dos poderes, do liberalismo clássico e da teoria democrática, porém isso não significa que exista uma oposição a eles, à medida que se combinam em alguns pontos, ou seja, a separação de poderes (doutrina constitucionalista), mesmo que habitem campos divergentes, promove o potencial articulador entre as divisões verticais e horizontais do poder, o liberalismo inibe a ingerência do poder estatal, e a teoria democrática permite a multiplicação de associações livres.

Todas elas são compatíveis, porquanto visam ao mesmo alvo comum: o Estado como único centro de poder. O Pluralismo impugna-lhe a tendência à concentração, o constitucionalismo a indivisibilidade, o liberalismo o caráter absoluto, a democracia a concepção descendente e não ascendente do poder (BOBBIO, 1998, p. 928).

O aspecto que diferencia o pluralismo de outras correntes que advogam a menor intervenção estatal reside em sua definição de que a concentração de todo o poder no Estado e o atomismo são faces da mesma moeda. Assim, o pluralismo é contra qualquer concepção individualista da sociedade e do Estado, isto é, opõe-se à supressão e à marginalização da presença de grupos intermediários entre eles.

A luta que o Pluralismo trava tem sempre duas frentes: uma contra a concentração de todo o poder no Estado, outra contra o atomismo. É uma luta travada em nome da concepção de uma sociedade articulada em grupos de poder que se situem, ao mesmo tempo, abaixo do Estado e acima dos indivíduos, e, como tais, constituam uma garantia do Estado contra a fragmentação individualista (BOBBIO, 1998, p. 928).

As alusões de Bobbio relativas ao pluralismo merecem ser analisadas no ângulo do quadro ditatorial brasileiro. Primeiro, no que tange à separação de poderes concernente a uma doutrina constitucionalista, a ascensão do regime militar ao poder resultou da quebra da ordem constitucional, e o poder se concentrou nas mãos do executivo, inclusive com a utilização de aparatos repressivos contra aqueles que se manifestavam em desacordo com as diretrizes governamentais. Em segundo lugar, a busca de um Estado com menor concentração de poder, que superasse a fragmentação individualista e fomentasse uma sociedade articulada em grupos de poder esbarrava nos contornos ditatoriais instalados no governo militar.

Não que o regime militar deixasse de reconhecer a importância de difundir discursos democráticos e constitucionais. Ao contrário, o AI-1 declarava o respeito à

Constituição de 1946, contudo conferia maiores poderes ao Presidente da República, a fim de impedir, segundo o ato institucional, a frustração dos objetivos revolucionários. A partir daí, a promulgação dos outros atos institucionais traduziu os mecanismos de concentração de poder no aparelho central. “Na estranha ótica dos militares e da magistratura conservadora, a constitucionalização das leis de exceção e do autoritarismo significavam a ‘normalidade democrática’” (NAPOLITANO, 2014, p, 120).

Distanciava-se, por conseguinte, de traços característicos de Estados liberais e democráticos que respeitassem o incremento de grupos de poder diversos dele, tampouco o alastramento de associações livres que alargassem a participação política. Todavia, como esses fatores se apresentaram no período de implantação do EPT, quando o governo dava sinais de seu enfraquecimento e adotava uma entonação mais participativa?

Em regimes ditatoriais, quando as contradições se encontram isoladas são mais fáceis de ser eliminadas, porém, ao passo que as contradições se acumulam e se condensam, o sistema começa a se desintegrar e demonstra a sua vulnerabilidade. O governo passa a se privar da base das massas e, concomitantemente, vê aflorar as lutas de classes (POULANTZAS, 1976).

Diante disso, o convencimento das massas torna-se uma estratégia imprescindível para resgatar a credibilidade do Estado, e o governo brasileiro orientou as suas ações, por intermédio da elaboração de políticas participativas, o que pode ser observado no II PND, III PND, II PSEC, III PSECD e no PNED.

Ora, a intenção aqui é justamente dialogar com as injunções que conduziram o EPT numa linha de imanência com as políticas públicas. A sua implantação, no ano de 1977, suscitou a aglomeração das massas e atingiu o escopo participativo do governo. Entretanto, também abriu brechas para as manifestações populares, bem como expôs fissuras (contradições) localizadas dentro do arcabouço governamental.

Daí porque a campanha EPT pode ter sido desativada em fins de 1978. Porém, de acordo com Valente (1993), foi nesse contexto que o EPT alcançou o seu estatuto comunitário e autônomo. Com efeito, deve-se investigar qual a dimensão obteve as constatações do autor, quanto ao caráter pluralista que assumiu o movimento EPT num governo enfraquecido, porém ainda ditatorial.

As considerações de Bobbio (1998) em relação ao pluralismo remetem à maior participação política dos grupos sociais. Mas essa perspectiva incorre na multiplicação de associações livres, as quais, entendo, não atendiam às expectativas do poder central concentrado no regime militar.

Destarte, partem os meus questionamentos sobre o pluralismo do EPT. Compreendo que existiam sim, milhares de práticas de atividades esportivas informais espalhadas pelo país, dotadas de aportes culturais; todavia indago os motivos pelos quais elas necessitavam do carimbo do movimento EPT. Reporto-me novamente aos lemas da campanha EPT: espontaneidade, movimento de baixo para cima, espírito de improvisação. Tais características, de maneira efetiva, poderiam edificar um movimento autônomo e pluralista, desde que organizados pelos próprios grupos sociais.

No caso do EPT, ele utilizava o repertório popular para obter o seu respaldo e espalhar práticas discursivas em favor de seu pluralismo, no entanto a sua ligação com a esfera do poder central o escoltou, mesmo depois da desativação da campanha, haja vista a continuidade do envolvimento do MOBREAL em suas ações, bem como a sua institucionalização, por meio da Portaria nº 522/81.

O fundamento primordial do EPT, acredito, consistia em incrementar a cadeia de informações que expandisse os relatos de experiências. Inicialmente pode parecer que se tratasse de uma reunião de atividades esportivas oriundas dos interesses comunitários, plurais, porém analiso que, mesmo divulgando atividades ocorridas nas comunidades, premia-se pela ossatura institucional, dado que estava presente dentro de um programa tutelado pelo governo.

Ou seja, quando se fala em práticas plurais, denota-se que estejam eivadas de autonomia e afastadas das ingerências estatais, caminhando em favor dos anseios coletivos e se desenvolvendo de forma “desinteressada”, aos moldes da escola de Gramsci, descrita por Nosella (2010).

Por desinteressado, Gramsci recorre a uma terminologia italiana, a fim de explicar que coadunaria com uma cultura de interesse de todos os homens, ampla e profunda, preparando os trabalhadores intelectualmente para o exercício de suas funções. É a negação do que poderia ser interpretado, na língua portuguesa, como algo “interesseiro, mesquinho, individualista, de curta visão, imediatista e até oportunista” (NOSELLA, 2010, p. 47).

Com certeza, esse “desinteresse” seria o motor da difusão de práticas plurais no âmbito das atividades esportivas, movidas pelos sentidos emanados das comunidades e fruto de produções culturais. Não careceria desse modo, de retóricas partidas de cima, seja pelas instâncias governamentais, seja pelos intelectuais formuladores do EPT.

Avalio, após essas análises, que a alegação de pluralidade buscava encontrar justificativa na difusão de atividades esportivas pelo país. A descentralização, por sua vez, era atribuída à independência que os agentes e praticantes do movimento EPT teriam adquirido ao

longo de seu desenvolvimento, “levando a SEED a perder, quase que por completo, o controle sobre esse Movimento no Brasil” (VALENTE, 1993, p. 97).

Roversi-Monaco (1998) afirma que a descentralização e a centralização não existem em estado puro, já que aparecem apenas de forma imperfeita. São proposições presentes em sua totalidade somente em teoria, dado que uma completa descentralização rompe com qualquer noção de Estado, bem como uma completa centralização redundaria num caráter utópico, em virtude da complexidade das funções do Estado.

Partindo do raciocínio de que centralização e descentralização constituem-se apenas em polos ideais, Roversi-Monaco assevera que ocorre a centralização quando há a redução de poderes de esferas localistas e de órgãos periféricos, ao passo que a descentralização ocorre quando o aparelho estatal central possui o mínimo de poder.

Assim, descentralização e centralização permeiam-se por fenômenos recíprocos, uma vez que é problemático precisar a atuação de um ou de outro nas diversas formas de regime. Roversi-Monaco coloca em dúvida se a descentralização se articula, em todos os casos, com os princípios da democracia, criando representações de que, enquanto “a centralização é autoritária e governativa, a Descentralização é uma força liberal e constitucional” (p. 332).

Tal fato povoa a imaginação romântica de que a descentralização compõe o polo positivo dos valores e das formas de governos democráticos e, por seu turno, a centralização reproduz o polo negativo. Roversi-Monaco procura afastar-se dos maniqueísmos, advogando que ambas se identificam com várias ideologias.

A configuração do Estado moderno, segundo Roversi-Monaco, caminha para que os centros de poder sejam distribuídos, atendendo aos apelos próprios das comunidades. O autor alerta que essas questões transitam pelo diálogo entre o pluralismo e a descentralização, e a última pode-se constituir num mecanismo para a afirmação do primeiro.

Porém novamente Roversi-Monaco faz a ressalva sobre os riscos da dicotomia dos conceitos de descentralização e centralização, à medida que o pluralismo somente se concretiza quando imerge, de maneira efetiva, nas estruturas políticas e administrativas, ou seja, não se pode fundamentar em falsas certezas de que a descentralização evoca o reconhecimento dos desejos das comunidades, e o centralismo os abandona.

A interpretação sobre o binômio descentralização-pluralismo instiga a verificação relativa ao comportamento do movimento EPT. Em primeiro lugar, porque a distribuição dos centros de poder na disposição piramidal da campanha EPT, no meu entendimento, foi reforçada com a edição da Portaria nº 522/81, que aprovava o regimento interno da SEED.

Como consequência, a criação da SUEPT fortaleceu os canais de hierarquização, devido à sua competência em propor e avaliar “a programação para o desenvolvimento do Esporte para Todos, em todo o território nacional” (BRASIL, 1981).

Reitero que não se trata de desconsiderar a importância de políticas públicas no fomento do esporte de massa, mas sim questionar o grau de intervenção do Estado nas práticas da população, pois dessa forma, recai-se no âmbito das ingerências estatais, que, de acordo com Bobbio (1998), são um dos fatores que inibem o vetor pluralista. Por meio da edição da portaria anteriormente citada, observo que se caminhou para a formalização do esporte de massa e, nesse contexto, corroboro com o posicionamento de Cavalcanti (1984) de que se buscava o contato com as massas, mas não a criação de um verdadeiro movimento de base popular.

Em depoimento dado a mim por Katia Cavalcanti, a professora reforça o seu posicionamento de que o EPT se constituiu num movimento que não promoveu as bases populares, mas eivou-se de uma institucionalização que se afastava das iniciativas oriundas dos desejos culturais das comunidades.

Mas, eu quero deixar claro que eu não concordo que tenha sido um movimento popular. Não foi um movimento popular! Foi um movimento institucional, para a implantação da política do esporte de massa e que não era fácil, porque compreendia abordagens para a escola ou para a performance. Então, o apoio do Ministério foi decisivo para essa área, para abrir essa possibilidade. Quando se diz que é um movimento de baixo para cima, fala-se de espontaneidade, de improvisação, há uma confusão conceitual e epistemológica, porque os profissionais de Educação Física não aprofundaram o conhecimento em Sociologia e muito menos em Antropologia. Há um problema sério que confunde o lúdico que é da natureza... Eu não digo que nem é do humano... É do vivo, porque até as plantas brincam, os animais brincam. Então, o futebol de várzea, o futebol em campinho, isso existe em áreas livres, desde muito tempo, como algumas pesquisas já mostraram, que o jogo com bola usando o chute já era utilizado pelos nativos. Então, não era um movimento que rotulasse: “Olha o EPT aí!”. Há um equívoco muito grande atribuir a esse movimento popular, um movimento de expressão lúdica, a denominação de “Esporte para Todos”. São duas coisas distintas. Essa expressão lúdica é do ser humano, é da cultura, não pode ser atribuído ao Esporte para Todos, embora a mídia, os patrocinadores e os políticos que usavam o esporte para a sua própria promoção tivessem interesse em acentuar esta distorção. Mas isso também é do esporte: a premiação, as medalhas, a ritualística. As crianças que estavam lá jogando espontaneamente e viam aquele outro modelo, começavam a querer trazer aqueles elementos daquela cultura esportiva que estava sendo divulgada, promovida e que se tinha um retorno, através dos brindes. Tinham muitos brindes, brindes para todos. Então, havia um mecanismo de sedução para que se experimentasse como se faz com uma nova “droga”. É uma coisa que vicia, porque a pessoa experimenta aquele tipo de prática, que vai promover o ego por conta das medalhas, da premiação (CAVALCANTI, 2015).

A fala da professora Kátia, no meu entendimento, elucida que o EPT favoreceu o incremento de cadeias divulgadoras que lhe atribuíam sucesso, recorrendo ao acervo popular das atividades esportivas informais.

Uma coisa é estimular as práticas informais e conferir autonomia para a população fruí-las ao seu alvedrio; outra é criar artifícios que produzam uma rede de avaliação e de fiscalização responsável por organizar a estrutura do movimento e direcionar as ações das comunidades.

Reporto-me a dois dos Princípios EPT, “linha de massa” e “prioridade social”, a fim de investigar os elementos situados no pluralismo e na descentralização. A linha de massa enfocava o respeito pelas idealizações derivadas das correntes do povo, e a prioridade social, utilizando o exemplo do futebol pelada, enaltecia o fato de que o EPT se enveredou pelo “contato com as comunidades pobres que o aceitam com maior facilidade de que outras práticas sociais” (COSTA, 1981b, p. 14).

Um dos distintivos alardeados pelo EPT brasileiro, então, versava sobre a adesão das camadas sociais mais baixas, motivando o viés gerador de autonomia. Já abordei que concordo que havia o espalhamento de atividades esportivas informais pelo território nacional, porém também inquiri se elas não teriam sido usadas pelo EPT muito mais como propagandas, exercícios da informação, do que propriamente inseridas numa teia democrática descentralizada.

Isso pode ser detectado pela própria efemeridade do EPT, uma vez que ele sobreviveu em decorrência dos esforços do regime militar, enquanto as atividades esportivas informais eram algo concretizado dentro do cenário das comunidades. A partir do momento em que o regime militar perdeu a sua força, o EPT também foi abatido por uma fragilidade institucional que desencadeou seu encerramento no ano de 1990, como será visto adiante.

Isto é, o EPT como instância governamental era centralizador e visava a abraçar as práticas descentralizadas. Era um movimento vinculado aos estratégias de controle social do regime ditatorial, pois este visava a convencer a população, sobretudo as camadas populares e médias, no que se refere aos benefícios sociais produzidos pelo país.

Assim, compreendo que se instalou um sistema de vigilância sobre os indivíduos, haja vista a preocupação em se estabelecerem os Princípios EPT e a Carta de Compromisso do Esporte para Todos, os quais perpassavam pela necessidade de nortear a conduta daqueles diretamente envolvidos na reprodução das ações do movimento, além do que a Rede EPT assumiu o papel de divulgar o formato do EPT.

Qualquer centralização total é utópica, dado o papel complexo do Estado, de acordo com Roversi-Monaco (1998). Nada melhor do que espalhar discursos concernentes à égide pluralista e descentralizada do movimento EPT dentro de um governo centralizador, mas que se preocupava em colar em si uma imagem democrática e, com o seu enfraquecimento, procurou na participação popular as bases para a manutenção de sua credibilidade.

Muitos dos relatos presentes na RCE, por exemplo, sequer mencionavam a expressão “Esporte para Todos”, contudo Corrêa (1981a) destacava em editorial que “a maior parte de nossa edição está especializada no esporte comunitário e de massa (EPT), complementando-se cada número com assuntos da Educação Física/Desportos tradicional” (p. 1). Isso compunha a proposta de planejamento participativo do MOBRAL, a fim de realizar um programa em conformidade com desejos locais que seria implantado em aproximadamente 3.500 municípios.

O atrelamento ao MOBRAL traduz as interlocuções de descentralização e centralização discutidas ao longo deste capítulo. Entendo que tais interlocuções desvelam as multiplicidades das práticas espalhadas pelo país, em virtude de que atividades esportivas informais se enraizavam na cultura das comunidades e se desenvolviam desinteressadamente, à revelia de eventuais intervenções estatais.

Quando Costa (1981b) aborda o princípio EPT “definições”, ele fala a respeito dos setenta anos de experiências do EPT, considerando-o como o conjunto de atividades esportivo-recreativas caracterizadas pela conexão entre o esporte formal e o informal. O ponto fundamental do EPT residiria na simplificação e autocondução das práticas pelas comunidades. Entretanto interpreto que o EPT as formalizava, utilizando várias vezes a estrutura do MOBRAL, para estimular a cadeia de informações relativa ao sucesso do empreendimento EPT.

Com efeito, a institucionalização dependia de instrumentos que nortegassem a multiplicidade de condutas incrustadas no EPT. A elaboração da Carta de Compromisso do Esporte para Todos permite analisar os fatores de descentralização e pluralismo que transitaram pela retórica do movimento EPT ao longo de sua jornada. A fim de conter desvios e manipulações que porventura ocorressem, o documento foi criado para munir os agentes envolvidos de um código de ética, que a partir daquele momento regularia o futuro do movimento.

Isto posto, foi crescendo a idéia de responsabilizar direta, clara e publicamente os profissionais e as entidades que realizassem o EPT fora de seus princípios e com objetivos políticos, ideológicos, comerciais, profissionais e outros em benefício próprio. Consultas diversas foram realizadas pela Rede EPT (entidades governamentais e privadas, bem como agentes congregados em torno do EPT, mantendo, porém as suas autonomias) resultando um texto básico incorporado posteriormente pela Secretaria de Educação Física e Desportos – SEED (COSTA, 1983a, p. 21).

Retomo a discussão sobre as distinções entre o fomento de políticas públicas incentivadoras do esporte de massa e a institucionalização de um movimento que se crivou da formalização de atividades esportivas. Ora, qual o sentido de se instalar, por meio da Carta de Compromisso do Esporte para Todos, uma rede de fiscalização, se a égide de descentralização e pluralismo deveria compor a fruição das atividades esportivas informais?

Ademais, a Carta foi incorporada pela SEED, órgão governamental com a função de guiar as condutas da população no que tange às práticas esportivas, inclusive às informais. A indagação versa, desse modo, sobre o efetivo viés de autonomia que teria tomado conta do movimento EPT.

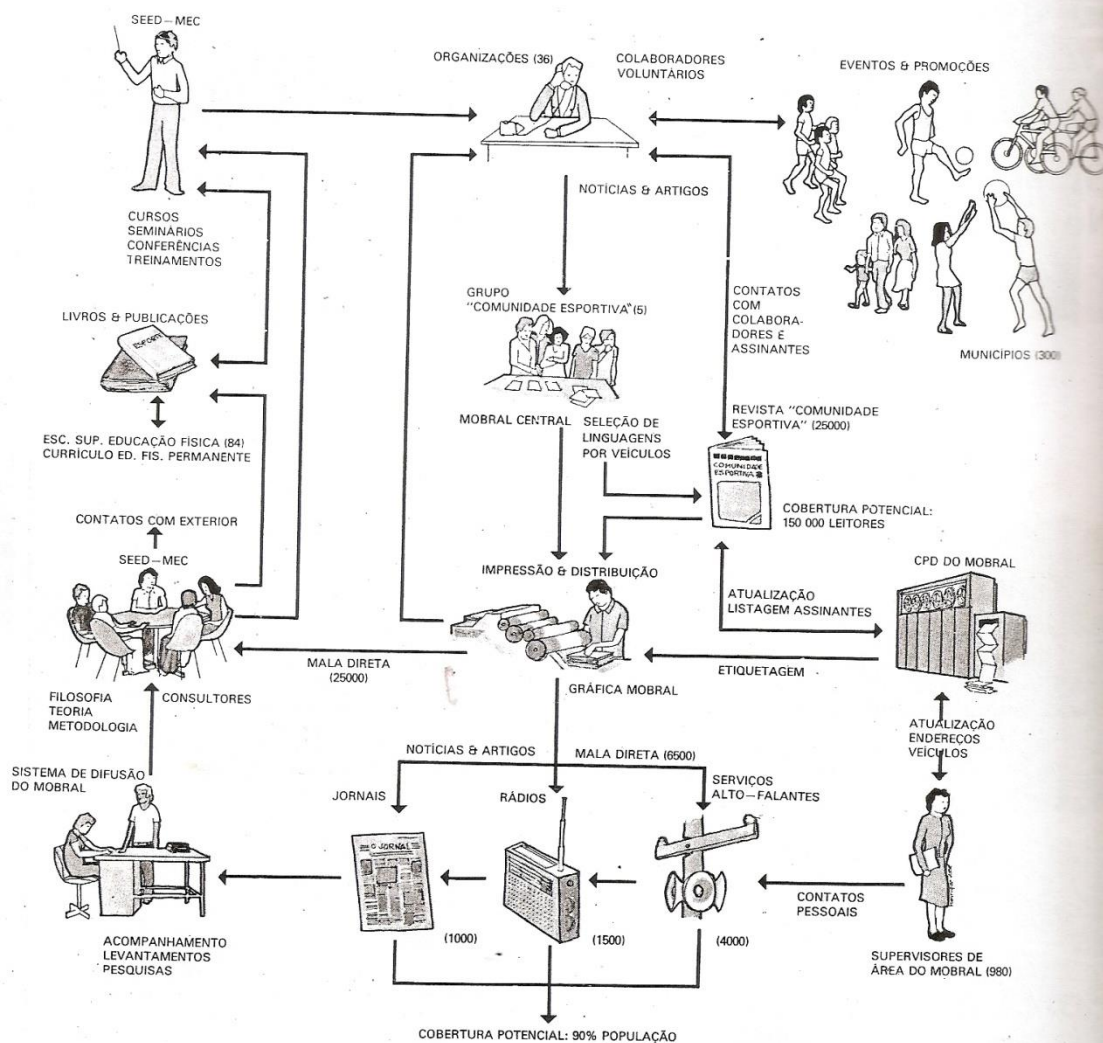
A contracapa dos números 16 e 17 da RCE exibia o organograma do movimento EPT desde 1981, no qual se observa que a divisão de tarefas se apresentava bem definida, tendo na SEED o órgão responsável por estabelecer a estruturação das práticas esportivas informais no Brasil. A figura 13 demonstra esse modelo organizacional.

Figura 14 – Organograma do movimento EPT e a sua descrição.

COORDENAÇÃO PELA INFORMAÇÃO

O movimento Esporte para Todos (EPT), no Brasil, tomou forma através de 36 entidades governamentais e privadas que interpretam e denominam as atividades esportivas não formais de maneira própria, além de atuarem autonomamente. O extraordinário crescimento do EPT em nosso país é devido principalmente à descentralização das iniciativas; contudo, a experiência tem mostrado a necessidade de um mínimo de coordenação. Esta pode ser obtida através da informação quando há circulação entre entidades e pessoas de modo adequado e integrado.

A figura abaixo reproduz esta proposta que já está em pleno funcionamento desde setembro de 1981, sob o patrocínio da Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura (SEED – MEC).



Fonte: Revista Comunidade Esportiva, n. 16 (contracapa).

Pela figura, percebe-se que há o objetivo de se apresentarem as interconexões, os relacionamentos horizontais que validariam as práticas discursivas centradas no pluralismo e na descentralização. Existe uma disposição, em que na parte de cima aparecem os eventos e as

promoções, juntamente com os voluntários e a SEED, o que, acredito, buscava transparecer ainda mais o caráter “democrático” do EPT.

O restante do organograma procurava exibir a dinâmica de interdependência de entidades e pessoas, num momento em que ainda não havia sido lançada a Rede EPT (somente a partir da RCE de número 18 é que isso ocorreria). Havia a exposição das mídias que já faziam parte da estrutura do EPT à época, bem como se evidenciava a participação do MOBREAL.

Porém, a despeito de se arrogar a descentralização das iniciativas, com o mínimo de coordenação, verifica-se que o desenho do EPT se orquestrava dentro de amarras institucionais que tinham na SEED o seu aparelho gestor, como demonstra a figura 14. Considero que se recai na fragilidade da população em alcançar a sua hegemonia, uma vez que a difusão de atividades esportivas informais, aos moldes do EPT, proclamava uma ossatura composta por níveis de decisões hierárquicos, bem como estabelecia as restrições cabíveis para que o movimento EPT não se desviasse de seus objetivos.

Quando Costa (1983a) alude à ideia de se responsabilizarem agentes e entidades que fugissem aos Princípios EPT, percebe-se que o escopo se concentrava na formalização das atividades esportivas originadas nas comunidades por meio do incremento da cadeia de informação que foi sendo construída no decorrer do desenvolvimento do EPT.

Assim, inquiri em que grau poderia se julgar que determinado agente ou entidade se enveredaria por objetivos políticos, comerciais, profissionais e ideológicos em proveito próprio. A minha inferência situa-se na hipótese de que a vulnerabilidade e a inconsistência do potencial articulador entre as instâncias de comando verticais e horizontais, apesar do pluralismo advogado pelo movimento EPT, não conseguiam responder a essa questão.

Vejam os casos do supermercado Boulevard, da cidade do Rio de Janeiro, cuja experiência foi relatada no livro *Teoria do esporte comunitário e de massa* (SILVEIRA, 1981a). Compreendo que o assentimento de uma instituição privada no universo das práticas esportivas informais mereça ser discutido à luz dos objetivos comerciais em benefício próprio.

O Supermercado Boulevard, um dos maiores do Rio de Janeiro, situado na zona norte do Rio, introduziu, nas áreas de estacionamento da loja, atividades esportivas e recreativas para a comunidade local, apresentando uma nova visão do esporte comunitário (p. 257).

Inicialmente, os defensores do movimento EPT podem asseverar que a extensão dessas atividades à esfera das entidades particulares reforçava o viés comunitário, haja vista

que propiciaria o maior envolvimento da população. No entanto, a minha interpretação reside no campo de que a atuação do supermercado endereçava-se a uma eficiente estratégia de propaganda para o chamamento de sua clientela e contava com a assinatura do movimento EPT. Relativizo, dessa forma, o caráter desinteressado das atividades esportivas informais, ponderando as colocações da Carta de Compromisso do Esporte para Todos.

As instituições diante do EPT devem ser instrumentos de apoio – realizando ofertas de intermediações – às promoções e às ações dos agentes, permitindo assim a autonomia comunitária e a preservação da cultura local. Excessos de enaltecimentos da instituição e veiculação de imagens e símbolos institucionais devem ser evitados (COSTA, 1983, p. 21).

A citação indica que o EPT se fundava na autonomia, no espírito comunitário e na valorização cultural. Porém lanço a pergunta sobre os motivos pelos quais deveriam ser evitados os símbolos e a veiculação de imagens das instituições. Inorro na alternativa de que isso visava a preservar o estilo independente do movimento, conferindo-lhe o espírito comunitário tão caro aos seus anseios, o que na prática nem sempre era obedecido, como mostra a faixa exposta na figura 15.

Figura 15 – Faixa de evento realizado na praia de Canavieiras/ BA, tendo como patrocinador o supermercado Maré Mansa.



Canavieiras/BA

Fonte: Revista Comunidade Esportiva, n. 12, p. 20 (Coluna “Fatos EPT”).

Tratava-se de um evento desenvolvido na praia de Canavieiras, na Bahia, pelo professor Moysés Costa Nunes. A experiência é relatada na coluna “Fatos do EPT”, a qual esteve presente nas edições da RCE até que o periódico passasse por transformações e adquirisse uma tonalidade mais técnica, cabendo o papel divulgador das experiências ao Boletim Informativo e ao Jornal Comunidade Esportiva/ EPT.

O patrocínio do supermercado Maré Mansa desvela que as iniciativas encontravam-se abertas para a divulgação de propagandas dos parceiros do EPT. Considero que essa análise serve para identificar que a hegemonia das classes populares esbarrava na teia informativa do movimento EPT, pois a incorporação de atividades diversas deveria passar pelo crivo do código de ética, atendendo aos seus pressupostos ideológicos, ou seja, qualquer atividade seria aceita, desde que enquadrada no suporte institucional sustentador o movimento EPT.

Portanto, a mera difusão de atividades esportivas informais não traduzia a autonomia do corpo social, ainda que os discursos se direcionassem ao pluralismo e à descentralização. A distribuição dos centros de poder dava-se de maneira precária, dada a verticalização das estruturas de comando do movimento EPT, o que pode ser percebido por meio da figura 14, a qual apresenta organograma do EPT.

Volto aos Princípios EPT “dimensão cultural” e “dimensão educacional”, para debater o aspecto de costume, duradouro, do EPT, atribuído por Costa (1981b). No meu entendimento, foi ele, o EPT, que se mostrou fragilizado, resultando sua efemeridade, ao contrário das atividades esportivas informais, que, mesmo modificando as suas particularidades ao longo dos anos, perpetuaram-se no rol das práticas culturais populares, como o futebol pelada.

Diante das amarras ideológicas inseridas em suas teorizações, compreendo que seja inconsistente a alegação de Costa de que o EPT cobriu-se de uma “pedagogia social” permeada por um modelo de educação não formal, menos tendencioso ideologicamente que a educação formal.

Cavalcanti (1984) igualmente questiona essa colocação de Costa, interpretando que o EPT se crivou de discursos ideológicos e percorreu uma trajetória voltada para a “sociabilização” dos indivíduos, a qual se demarcava pela conformação aos padrões sociais definidos pela prevalência dos interesses da classe dominante. Desse modo, para a autora, há o contraste entre os termos sociabilização e socialização: ao passo que o primeiro se encarrega de reproduzir as desigualdades sociais, o segundo representa as possibilidades de expressão popular fundamentadas nos ensejos comunitários.

Cabe ressaltar que, no desígnio de se fabricar uma cadeia discursiva favorável ao esporte de massa e comunitário, a RCE, como o veículo de informação responsável pelos primeiros estágios das divulgações do movimento EPT, acabava por expor, no meu ponto de vista, matérias que se desviavam da essência daquilo que ele próprio propunha.

Se a intenção residia em enaltecer o caráter comunitário, questiono os motivos pelos quais havia a presença de artigos voltados a experiências empresariais que continham a finalidade de preparar os trabalhadores para o exercício de suas funções profissionais. Não seria mais uma forma de aprimorar os mecanismos de sociabilização, alertados por Cavalcanti, a fim de aumentar a produtividade?

A fundação Ishibrás, um conjunto de estaleiros localizados no Estado do Rio de Janeiro, constitui um exemplo desse fato. Orientada por aquilo que denomina corrente dogmática, a equipe técnica da fundação alardeava a sua vantagem em relação à corrente pragmática, quanto ao desenvolvimento do homem em sua totalidade.

Dentro de uma lógica laboral, utilizava-se o Método Natural Austríaco, que, segundo a equipe técnica motivava a participação, ao mesmo tempo em que evitava a incidência de acidentes de trabalho. Tudo isso, envolto pela adoção sutil da ordem e da disciplina que, por conseguinte, contemplaria os objetivos funcionais focados na produtividade.

Poderíamos, ainda destacar um objetivo geral, qual seja o de promover o aprimoramento físico do empregado, dando-lhe maior disposição para o trabalho e melhorando o seu estado geral. Maior capacidade respiratória, vitalidade muscular e mental, descontração, coordenação motora, flexibilidade muscular seriam, assim, outros benefícios advindos da prática regular da ginástica matinal, refletindo-se diretamente no aumento da produtividade (EQUIPE TÉCNICA DA FUNDAÇÃO ISHIBRÁS, 1981, p. 3).

Então, considero que a abordagem sobre a proposição de eventos comunitários demonstra que a abrangência dos relatos das experiências difundidas na RCE muitas vezes escapava ao ideário fixado nas práticas discursivas do esporte de massa, ou seja, o de advogar para si as premissas alusivas ao pluralismo e à descentralização do movimento EPT.

Quando exemplos como os da Fundação Ishibrás transitam pela intenção de organizar as condutas dos trabalhadores, deve-se indagar a respeito da hegemonia das camadas populares na definição de suas práticas corporais. Perguntado se a presença de instituições privadas focadas na produtividade não descaracterizaria o movimento EPT, no

que tange ao afastamento de seu aspecto pluralista e descentralizado, o professor Edison Valente procura explicar a profusão desses empreendimentos.

Não vejo como descaracterização, mas que surgiram muitas iniciativas em prol da produtividade. Percebo que houve sim em alguns casos. O EPT foi usado por vários segmentos e de diversas formas. Então, usavam dessa forma também, como sinônimo de produtividade, sinônimo de mobilização, tinha tudo isso. Porque num movimento gigante como o EPT, nós não podíamos nos furtar de cercear essas questões, em função da perda do controle. Quando ele foi desativado em 1988, enquanto projeto previsto para dez anos de execução, a SEED/MEC não conseguia ter mais controle nenhum sobre ele (VALENTE, 2015).

Valente ilustra que a grandeza do EPT respondeu por iniciativas que nem sempre condiziam com o seu ideário, mas acabavam por ser inseridas, mesmo com a preocupação de se instalar algum controle sobre elas. No entanto, no final do EPT, em 1988⁶³, a SEED já não possuía esse controle sobre as atividades do EPT.

Constato que, ao longo dos discursos atinentes ao esporte comunitário e de massa, outros episódios serviram também para modular comportamentos e idealizar o perfil que poderia compor o arcabouço de atividades espalhadas na sociedade. Silveira (1981b) demonstra o relato de experiência da construtora Servenco, responsável pela construção de condomínios verticais na cidade do Rio de Janeiro. Em entrevista realizada com a vice-presidente da empresa, Clara Steinberg, é descrito o programa “Recreação para todos sem sair de casa”, o qual se adequava à legislação municipal que previa a construção de áreas comuns de lazer nas edificações.

Percebe-se que, a despeito de o artigo de Silveira estar inserido no livro *Teoria do esporte comunitário e de massa*, percorre por uma lógica funcional que não coaduna com os preceitos da referida obra, ao menos no que diz respeito aos seus discursos.

É oportuno analisar como os conceitos foram-se articulando, no intuito de acomodar as vivências dentro da estrutura do EPT. O princípio EPT “prioridade social” abordava que o movimento direcionava-se às camadas mais carentes da população, entendendo que o lazer ativo constituía-se no complemento de seu alimento e de seu trabalho.

Desse modo, Steinberg sustentava que o programa supracitado nutria a participação das comunidades, por intermédio da orientação de duas professoras, Riva Bauzer e Anita Lacs, que tinham o papel de multiplicar as ações junto a outros professores. A

⁶³Sobre a data do encerramento do movimento EPT, trabalho com a ideia de que se deu em 1990. Os motivos para minha afirmação serão vistos adiante.

justificativa para se adequar à metodologia do EPT é que as experiências destinadas aos condôminos proporcionariam condições de ser transportadas às classes populares.

Acreditamos na potencialidade desse processo de desenvolvimento educacional, sobretudo aplicado à coletividades carentes.

Nossa experiência poderia ser adaptada a esse tipo de clientela e de ação comunitária pela recreação, associada ao trabalho assistencial oferecido por creches; grupos de orientação a pais, por certo conduziram, a bom termo, esforços educacionais convergentes de que tanto ainda necessita a população urbana.

A experiência que vimos realizando em condomínio nos permite, inclusive, apreciar e valorizar adequadamente o trabalho que vem sendo desenvolvido com o programa Esporte para Todos, cobrindo todo o país.

Trabalhamos no mesmo sentido e esperamos contribuir com a nossa experiência em prol da educação de brasileiros de todas as idades, sem distinção de sexo, raça, credo e condição social (SILVEIRA, 1981b, p. 287).

Compreendo que a tentativa de amoldar as peculiaridades dos empreendimentos da Servenco aos postulados da educação urbana mereça ser questionada à luz da hegemonia da população. Ao passo que o Princípio EPT “Educação Física Permanente” afirmava que os hábitos da vida cotidiana se guiariam pela “igualdade de oportunidades, permanência da atividade física, orientação individual e coletiva, autoformação e autocondução, sugestão, improvisação de atividades e locais, caráter comunitário e mobilidade dos participantes” (COSTA, 1981b, p. 13), parece-me que o anseio em aproximar as ações da construtora e o ideário do EPT representava a inserção numa cadeia informativa que escapava ao cerne das práticas discursivas contidas no EPT.

Ora, se de espírito comunitário, não havia sentido em incorporar iniciativas do porte da Servenco, haja vista que elas traduziam um caráter verticalizado do alto, portanto, incompatíveis com os pressupostos teóricos do movimento EPT, ou seja, apesar dos discursos pautados pela égide pluralista e descentralizada, observa-se que o respaldo advinha justamente de um programa oficial, institucionalizado pelo Estado e comandado pela SEED.

Ademais, em minha visão, a própria configuração do programa “Recreação para todos sem sair de casa” encontrava-se em descompasso com o EPT, uma vez que este foi gestado para convidar a população a participar das atividades esportivas nas ruas, nos espaços comuns das comunidades, a fim de convocar as massas a aderir aos objetivos do EPT, e isso, para mim, depreendia reuni-las em ambientes mais amplos, que não se restringissem aos contextos particulares de edificações fechadas.

Isso reforça a constatação de que a preocupação focava-se, muitas vezes, no incremento da cadeia informativa do movimento EPT, sem a adoção de critérios rígidos

relativos ao modelo de atividades pertencentes ao seu escopo. Se, como já abordei, uma das táticas do EPT vertia-se para a busca de atividades informais no repertório popular, o programa da Servenco, então, não atendia a esses requisitos.

Tal cadeia informativa tinha, no meu modo de pensar, a intenção de alardear os benefícios de se engajar nas atividades esportivas, divulgando ações incitadas na sociedade, independentemente se diretamente apontadas para as camadas populares – aquelas que para Costa (1981b) pertenciam à faixa mais pobre da população – ou, da mesma maneira, imersas no âmbito de vivências espalhadas por segmentos sociais situados nas classes médias.

A institucionalização do EPT significou, assim, novas formas de articular as práticas corporais com o enredo político desenhado no regime militar. Especificamente na fase em que o governo verificava o seu enfraquecimento, o EPT procurou fabricar os ardis necessários para controlar os corpos e produzir efeitos de verdade sobre o seu caráter “democrático”.

É bom lembrar que o golpe de 1964 ocorreu sob os auspícios de angariar o apoio das classes populares e médias, no afã de disseminar a retórica referente aos riscos que o Brasil corria de cair nas mãos de ideologias comunistas e de provocar a desordem econômica, política e social do país. Dreifuss (1981) considera que a articulação civil-militar capitaneada pelo complexo IPES/IBAD, atendeu aos interesses vinculados ao capital multinacional e associado, de forma que este preservasse a hegemonia das classes dominantes, ao mesmo tempo em que legitimasse a intervenção militar em nome do povo.

Estivesse distribuída nos estratos médios ou baixos, a população deveria ser convencida das vantagens de se conformar ao modelo de governabilidade vigente. Porém entendo que, nesse processo, deve-se ponderar a respeito das descontinuidades inseridas no corpo social, uma vez que as camadas populares não são meros títeres que se vergam às diretrizes do Estado, tampouco às das classes dominantes. Daí convém atentar sobre a assertiva de Cavalcanti (1984) de que o EPT apenas atendeu aos interesses hegemônicos das classes dominantes, uma vez que, creio, a relação entre elas e o Estado inscreve-se em tessituras multifacetadas. Poulantzas (1985) contribui para essa interpretação.

O Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nessa

materialidade. Nem todas as ações do estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso são constitutivamente menos marcadas (p. 17).

Então, os atributos aventados neste tópico atinentes ao pluralismo e à descentralização do EPT perfizeram uma lógica calcada no poder de informação sobre os benefícios presentes em suas práticas, logo tinham o objetivo de atrelá-los às políticas governamentais. Se, diferentemente do período do golpe, o regime militar via fragmentado o respaldo que obteve das camadas médias e populares, experimentando uma fase bem distinta daquela marcada pelas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, novas táticas deveriam ser engendradas no intuito de restituir a sua credibilidade.

A materialidade do Estado acomoda-se de acordo com as movimentações surgidas no encaicho das reivindicações e das rupturas que cobrem o corpo social. Compreendo que essa acomodação encontrou no esporte de massa um elemento de potencial efeito divulgador das “boas intenções” existentes durante o comando dos militares no Brasil.

No entanto, o foco do EPT em discursos concernentes ao pluralismo e à descentralização, acabava por confrontar com o perfil ditatorial manifesto no país, dado que não havia a distribuição dos centros de poder, pois estes estavam fixados no Estado. Buscava-se criar a representação de que a descentralização do EPT constituía-se numa força de liberdade que escapava de vertentes primadas pelo autoritarismo. Avalio, assim, a inconsistência de se apregoar a descentralização e o pluralismo do EPT, já que estes fatores não estavam imersos nas estruturas políticas e administrativas governamentais.

3- EPT: o caráter institucionalizado e a lógica do mercado profissional na Educação Física

Este tópico perscruta elementos que fizeram parte do complexo informativo do EPT no Brasil, transitando pelos passos que demarcaram o seu apogeu até a sua completa desincompatibilização com o governo federal, no ano de 1990, já que o esporte brasileiro iria ter a sua estrutura administrativa modificada a partir da entrada de Fernando Collor de Mello na presidência da República, em março de 1990, quando se extinguiu a SEED.

O EPT, como já foi visto no decorrer deste trabalho, teve o seu início no Brasil com o lançamento da campanha EPT, em 1977, a qual foi desativada em fins de 1978. Logo após a sua desativação oficial, segundo seus autores, dentre os quais Valente (1993), surgiu o

que se denominou movimento EPT, que teria ganhado maior autonomia e alcançado o estatuto de pluralismo e descentralização.

Com o alargamento de sua amplitude, o EPT abraçou um leque variado de iniciativas, ocasionando a formulação de princípios que conferissem a sua identidade e, sobretudo, foi preciso que se elaborasse a sua carta de compromisso, no intuito de que o movimento não fosse desvirtuado. Além disso, a criação da Rede EPT como uma cadeia informativa do movimento representou o fomento do sistema multimídia necessário para alavancar o EPT.

Nesse aspecto, o EPT adquiriu importante envergadura teórica, a qual se ajustou por artigos, livros, dissertações de mestrado e relatos de experiências que procuraram enaltecer as virtudes do movimento. No transcurso deste trabalho, dialoguei com algumas dessas fontes, a fim de analisar os discursos incrustados na literatura do EPT.

Porém o foco agora se detém mais especificamente na produção de práticas discursivas relacionadas às categorias hegemonia, autonomia, pluralismo e descentralização, principalmente depois que foi atribuído ao EPT o formato de movimento, investigando o seu comportamento nesse período, até o seu encerramento por completo no ano de 1990.

A começar pela dissertação de George Takahashi, em que o autor desenvolve um projeto de atividades físicas não formais junto a uma comunidade carente⁶⁴, justificando como problema de seu estudo apresentar uma alternativa ao esporte formal, o qual demandava custos incompatíveis com a realidade da clientela atendida (TAKAHASHI, 1984).

Assim, Takahashi caracteriza o EPT como uma prática descentralizada, simplificada e maleável, potencialmente afeito aos interesses das camadas populares, uma vez que estas estariam menos capacitadas a adaptar-se aos rigores do esporte formal. O autor infere, portanto, que indivíduos dotados de maiores recursos financeiros possuem melhor aptidão para a prática do esporte formal.

Pautando-se pela interpretação de que o EPT compunha uma “filosofia” brasileira de difusão do esporte de massa, Takahashi cita a Política Nacional de Educação Física e Desportos (1980-1985), o III PSECD, bem como empreendimentos advindos de instituições públicas e privadas, a partir de década de 1950, e, originários das recomendações da UNESCO, como os motivadores do alastramento do EPT no Brasil.

⁶⁴Para definir comunidade carente, Takahashi recorre ao conceito de baixa renda do III PSECD. Desse modo, o autor afirma que comunidade carente se constitui num “grupo de pessoas cuja característica comum é o baixo índice de rendimento econômico e cuja consequência é a influência desse nível econômico baixo, diretamente no 'status', no nível de habitação, de alimentação, de educação e de cultura” (TAKAHASHI, 1984, p. 8).

No entanto, entendo que Takahashi realiza uma leitura parcial em relação ao EPT brasileiro. Concorde que o esporte de massa no Brasil encontrou na Política Nacional de Educação Física e Desportos (de cujas diretrizes foi elaborado o PNED) os aportes para o seu desenvolvimento, além do que a UNESCO atuou decisivamente, dentre outros organismos, na disseminação do desporto de massa no contexto internacional, inclusive em nosso país.

O fator que abre uma lacuna no posicionamento de Takahashi versa sobre o III PSECD, onde não esposo com a ideia de que ele incentivou o esporte de massa no Brasil, pois não há sequer uma menção a tal expressão neste documento, tampouco algo que se refira ao EPT. Comentei anteriormente que existiu um retrocesso do III PSECD, em relação ao II PSEC, no que tange à difusão do esporte de massa no Brasil, haja vista que o segundo se embasou sistematicamente no Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, a fim de aumentar a massa de praticantes de atividades esportivas informais.

A retórica de Takahashi está envolta pelos norteamentos do EPT, tanto que o autor se ampara nos Princípios EPT, entre os quais a “dimensão cultural”, enfatizando que “as atividades físicas não formais têm forte marca cultural porquanto se apoiam nos usos e costumes populares” (TAKAHASHI, 1984, p. 24).

Foco nesse princípio, uma vez que compreendo que é nele que Takahashi busca as razões para suprir as dificuldades enumeradas pelos participantes, através de um questionário aplicado por ele. Desse modo, a ausência de locais apropriados, a falta de tempo dos entrevistados e a carência de recursos materiais são fatores que inibiam a maior participação.

Aliado a isso, Takahashi detecta que os participantes vertem-se para a dependência de orientação das atividades informais. Para modificar tal condição, o autor propõe que os desejos deveriam provir das próprias comunidades, numa espécie de auto-orientação. Porém, essa situação é exposta de forma ambígua, pois, ao mesmo tempo em que remete para a autonomia, prevê a importância da intervenção de um técnico especializado.

Essas respostas indicam que esse grupo ainda estava incipiente em práticas EPT, desconhecendo que essa prática não é formal e não faz as exigências do esporte convencional. A continuidade da experiência possivelmente teria a força de fazer com que a própria comunidade praticante descobrisse que pode prescindir dessas formalidades. Vale destacar que no processo EPT é importante estimular as comunidades no alcance de suas autonomias, mostrando as diferenças do esporte formal e, em consequência, descaracterizar o conceito rígido que inclui regras e padrões que exigem uniformes, materiais industrializados e sofisticados e, até mesmo, a exigência de um orientador técnico especializado. A absorção de conceito “epetistas” trarão a clareza de que no EPT a auto-orientação da comunidade

praticante requer o técnico especializado na função de assessoramento (TAKAHASHI, 1984, p. 42).

A fala de Takahashi não foge aos padrões diretivos que guiaram o EPT brasileiro e incorre naquilo que Cavalcanti (1981) aponta como ativismo, ou seja, é muito mais um programa recreativo do que uma atividade que promova a alfabetização esportiva. Deixa de existir, portanto, uma autêntica produção cultural comunitária.

Embora os discursos de Takahashi primem pela égide de autonomia, o vínculo com o organograma do EPT⁶⁵ transparece nas palavras do autor. Se o fomento de políticas públicas para a fruição de atividades esportivas informais seguisse a lógica da hegemonia da população, não careceria de um aparelho central na assunção da corresponsabilidade para a condução dos eventos.

Isto pode significar que, com grande margem de segurança, a proposta EPT mobilizou as comunidades em dois sentidos. Um deles na participação direta durante o evento programado; o outro, mais permanente, no interesse gerado em continuar e incorporar como uma prática popular, outras tanto é preciso que o evento mobilizador de atividades esportivas, em uma comunidade, não se preocupe simplesmente com o início e término de seu próprio programa, mas assuma a co-responsabilidade, junto àquela comunidade, de se empenhar em apoiá-la nas suas decisões de organização de atividades esportivas (EPT) próximas futuras, significando, com isso, a continuidade de apoio a essas práticas até que, gradativamente, a própria comunidade local se organize de modo mais independente possível (TAKAHASHI, 1984, p. 60).

A preocupação em identificar o EPT como costume, qual seja, enraizá-lo nas comunidades de forma a oferecer-lhe um caráter eminentemente popular, oriundo das aspirações da população, constituiu-se numa das metas dos estudos relativos ao movimento, condizente com o Princípio EPT “dimensão cultural”.

Mas, em que medida o EPT emanou dos interesses comunitários e se tornou um movimento que favoreceu a hegemonia da população? O anseio de o EPT paulatinamente conferir, de acordo com as referências de Takahashi, a independência às comunidades fazia parte de um projeto governamental sustentado pela ditadura?

Considero que a pretensão de Takahashi de que as comunidades se organizassem de forma independente deva ser vista com cautela, diante das orientações da Portaria nº 522/81, a qual atribuía à SUEPT “gerar, propor, coordenar e supervisionar as atividades que visem apoiar o desenvolvimento e a manutenção do Esporte para Todos” (BRASIL, 1981).

⁶⁵Cf. figura 14, relativa ao organograma do movimento EPT.

No meu entendimento, a portaria estabelecia mecanismos regulatórios, em que as atividades esportivas não escapavam ao crivo das instâncias governamentais.

Talvez, esse fator responda pela própria efemeridade do EPT e, reforçando o meu pensamento dito anteriormente, acredito que, contrariamente ao defendido por Costa (1981b), quando se acena ao Princípio EPT “dimensão cultural”, as atividades esportivas é que se efetivam como produções culturais e adquirem o estatuto de costume, de permanência. Recorro a Gramsci (1999), segundo o qual, a hegemonia das massas não ocorre de maneira arbitrária, por meio de determinada ideologia advinda do alto.

A adesão ou não-adesão de massas a uma ideologia é o modo pelo qual se verifica a crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar. As construções arbitrárias são mais ou menos rapidamente eliminadas pela competição histórica, ainda que por vezes, graças a uma combinação de circunstâncias imediatas favoráveis, consigam gozar de certa popularidade; já que as construções que correspondem às exigências de um período histórico complexo e orgânico terminaram sempre por se impor e prevalecer, ainda que atravessem muitas fases intermediárias nas quais a sua afirmação corre apenas em combinações mais ou menos bizarras e heteróclitas (GRAMSCI, 1999, p. 111).

Assim, o EPT valeu-se do repertório popular, para fabricar estratégias de convencimento de seus benefícios perante o corpo social. Especialmente na fase em que os eventos localistas consolidaram-se como a melhor alternativa de difusão de atividades esportivas informais, houve a propagação dos efeitos positivos que o movimento proporcionaria à sociedade.

Abordei no transcurso deste trabalho que os eventos de impacto concernentes à campanha EPT podem ter tido o encerramento decretado em virtude dos incômodos registrados na aglomeração das multidões ou até pelas disputas de poder no campo da Educação Física e dos escalões governamentais, senão por todos esses fatores conjugados.

Devo ressaltar, todavia, que as massas não são meros títeres que se acomodam diante das imposições das classes dominantes ou do Estado. Num período de enfraquecimento do regime militar, a intenção voltou-se à utilização de táticas que amainassem as contradições que brotavam no interior do Estado.

Ora, se as aglomerações causavam riscos de corromper a ordem social, o regime militar não abriria mão, por seu turno, de técnicas suaves de controle, só que isso demandava também, algumas ações necessárias ao atendimento dos ensejos das camadas populares.

Poulantzas (1985) alerta que o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, tampouco o aparelhamento concentra-se unicamente no poder de Estado. A

leitura que faço em relação ao EPT brasileiro reside na sua presença dentro de um modelo estatal de domínio, de vigilância, mas que constantemente curvava-se às contradições incrustadas no seio da sociedade.

De maneira geral, as experiências demonstradas ao longo do EPT buscavam transmitir o viés de autonomia atribuído a ele, e, desse modo, os discursos conduziam o leitor menos atento ou mesmo os participantes das atividades a pactuar com uma linha ideológica que se justificava pelos princípios de independência e liberdade dos indivíduos na escolha de suas práticas.

Uma ação, portanto, como a da cidade de Sorocaba, descrita pelo professor Antônio Carlos Bramante ajuda a compreender a heterogeneidade pela qual se modelava a estrutura do EPT, bem como de que maneira as práticas localistas atuaram em sua consolidação, numa fase em que ainda se vivenciava a campanha EPT.

De acordo com Bramante (1981), o programa de lazer de Sorocaba iniciara-se em 1972 através da iniciativa do curso de Educação Física desse município, baseando-se em experiências de conglomerados urbanos do porte da Filadélfia e de Nova York, nos Estados Unidos. Porém, devido a deliberações do próprio curso de Educação Física à época, as atividades foram interrompidas.

Os estudos foram retomados em 1976 e implantados em 1977 em nome de uma educação não formal, tendo começado com quatro subprogramas, que depois foram redimensionados e adequados em torno de duas subdivisões denominadas atividades de impacto e atividades de apoio (BRAMANTE, 1981).

O programa de Sorocaba oferece aportes para que seja investigada a hegemonia da população na fruição de seus lazeres. Bramante ocupa-se de delinear o que ele define como atividades de impacto, uma vez que as atividades de apoio, segundo o autor, já eram conhecidas de todos os habitantes daquela cidade, citando o exemplo das manhãs e tardes de lazer.

Foco numa das atividades de impacto exibidas por Bramante, “projeto passeio ciclístico”, a fim de verificar a relação de imanência de seu projeto com a então campanha EPT, até mesmo pelo próprio revigoração das experiências sorocabanas nos anos de 1976 e 1977. Na justificativa, o autor transita pelas orientações do Decálogo, no intuito de inserir as atividades realizadas em Sorocaba no circuito do EPT, que se alastrava em âmbito nacional.

- 1- O Programa Lazer da Secretaria de Educação e Saúde, ao programar seu calendário anual, preocupa-se em oferecer à população, uma opção de lazer onde a grande parcela da comunidade possa participar.
- 2- As atividades de lazer que congregam grandes grupos são plenamente recomendáveis, sensibilizando cada vez mais a população para o valor emergente (lazer).
- 3- Dentro das opções de lazer, o interesse por atividades físicas constituem-se em uma das mais procuradas.
- 4- A “Campanha Esporte para Todos” (MOBRAL) recomenda que se desenvolva passeios ciclísticos, com espírito de integração comunitária.
- 5- Em uma sociedade cujo desenvolvimento tecnológico tem gerado o sedentarismo, o ciclismo, apresenta-se como uma excelente opção, dado os benefícios que proporciona.
- 6- A atual crise energética, predispõe o indivíduo a utilização de meio de transporte mais econômico.
- 7- O ciclismo, como prática recreativa, configura-se em excelente elemento de manutenção da saúde (p. 166-167).

Contudo, é no objetivo geral que Bramante, no meu entendimento, mais se aproxima do ideário da campanha EPT, no que tange à fabricação de um arcabouço voltado ao norteamento das práticas dos indivíduos. Assim, o autor acredita que o corpo social deva ser preparado para os seus lazeres, e o seu anseio incide em “educar a população em todas as camadas sociais consideradas, a utilizar de forma adequada o tempo livre de que dispõe, propiciando a cada indivíduo de recuperação psicossomática de desenvolvimento pessoal e social” (p. 167).

Observo que as vivências de Sorocaba tenham sido coordenadas por um personagem que alcançou expressiva relevância no âmbito do EPT brasileiro, Antônio Carlos Bramante, e se alinharam, em seu início, aos postulados da campanha EPT, mas, com o decorrer do tempo, o autor assume uma postura singular, como falarei adiante, no que se refere à conscientização da população na fruição de suas atividades esportivas.

Bramante, por exemplo, incumbiu-se da tarefa de incentivar no EPT o projeto “Tecnologia da escassez”, desenvolvido no MOBRAL em 1977, visando a prover as comunidades carentes de técnicas para, dentre outras coisas, dotar os indivíduos de conhecimentos básicos que interfeririam diretamente nas suas condições de vida e nos seus hábitos cotidianos⁶⁶.

Para tanto, foi lançada a coleção “Cada cabeça é um mundo”, que teve ao todo 16 números, no intuito de difundir a sabedoria popular. Técnicas de aproveitamento de materiais

⁶⁶A informação relativa ao projeto “Tecnologia da escassez” está contida no relatório enviado pelo MOBRAL ao ministro da Educação Euro Brandão, a fim de prestar contas sobre as atividades realizadas. Na oportunidade, Arlindo Lopes Corrêa, presidente do MOBRAL, fez um breve retrospecto das ações do órgão, entre os anos de 1974 e 1978, no qual se inclui o referido projeto. Disponível em: <<http://goo.gl/fi9gbu>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

diversos, fabricação de insumos e de utensílios domésticos, para o uso familiar, além de uma série de alternativas para o dia a dia, eram apresentadas nas páginas da coleção⁶⁷.

Quanto ao EPT, a ideia era que se aproveitassem materiais naturais e refugos para a construção de equipamentos esportivos, como cestas de basquete e mesas de pingue-pongue. No início, as propostas foram divulgadas na RCE, sob a responsabilidade do MOBREAL, adotando-se o nome de “Tecnologia da escassez no esporte”, mas, a partir de RCE de número 10, Bramante passa a assinar boa parte das produções relacionadas a esse tema em conjunto com Maria Cristina S. Martins; posteriormente, outras produções foram enviadas por diferentes colaboradores espalhados pelo país, agora com o nome de “Tecnologia popular no esporte”, e cada número trazia uma sugestão para a criação de determinado equipamento.

No entanto, a adesão de Bramante às diretrizes seja do MOBREAL, seja da própria estrutura de decisões do EPT convém ser relativizada, haja vista que ele critica o excessivo apego à utilização da tecnologia da escassez, a qual propõe que seja apenas usada em caráter de excepcionalidade.

Tecnologia da escassez. Agora, tecnologia da escassez é porque você não tem. Tecnologia da escassez não pode virar moda. Foi o que aconteceu em Sorocaba. A gente entrou num governo, numa pré-escola que não tinha *playground*. Eu tinha visto nos Estados Unidos como é que se utilizavam troncos, cordas, pneus, bobinas, para fazer *playground*. Vamos fazer numa emergência aqui. Aquilo era tecnologia da escassez. De repente, aquilo virou moda. Então, em outro lugar que podia comprar equipamentos melhores se dizia: “Põe esse kit” Não, mas não é essa a ideia. “Não, mas é porque foi bem lá”. Foi bem porque não tinha. Aí o Brasil inteiro começou a fazer coisas de madeira, de madeira mal tratada, daí quebrava. Faz parte, eu acho, do nosso subdesenvolvimento (BRAMANTE, 2015).

É interessante mergulhar nos pontos de congruências e de incongruências, como abordei na introdução deste trabalho. Ora, um movimento autônomo supõe o acatamento às iniciativas localistas que obedeçam às dinâmicas situadas no interior das comunidades.

Antes de encontrar-me com o professor Bramante foi-me cedida gentilmente pelo professor Lamartine Pereira da Costa uma avaliação feita por Bramante sobre o perfil do discurso e da prática do EPT em território nacional⁶⁸. Dizia Bramante que o EPT padecia de uma espécie de “voto de pobreza” e, se alguém se afastasse de tal ideário, automaticamente sucumbiria ao crivo policialesco de teóricos do EPT.

⁶⁷Para a visualização da referida coleção, consultar: <<http://goo.gl/devul8>>.

⁶⁸A referida carta pode ser visualizada nos anexos desta tese.

Durante a entrevista com o professor Bramante, inquiri a respeito da interpretação do EPT, no sentido de lhe ser arrogado o imperativo da simplificação, da limitação de recursos a fim de atestar a sua autenticidade. A resposta expõe o viés de patrulhamento existente nos meandros do EPT.

É, isso a gente era muito cobrado. Havia uma religião. Esses agentes aí pareciam um exército, que começavam a censurar: “Isso é EPT?” Eu falava: eu não sei gente, eu não chamo de EPT. Lá em Sorocaba eu faço outra coisa. “Não, eu acho que o Bramante não está seguindo o Decálogo”. Então, esse patrulhamento que a gente vê hoje em certos segmentos da Educação Física, também tinha lá. E como é que pode falar que era um movimento militar de direita? Esse patrulhamento era do próprio grupo, de entender que estava saindo fora daquilo que era popular. Se eu posso dar melhores condições, eu sou obrigado a dar o pior para ele? Tô fora! Felizmente, eu sempre tive certa independência para fazer as coisas aqui em Sorocaba (BRAMANTE, 2015).

As palavras de Bramante, no meu modo de ver, correspondem ao que venho defendendo no decurso deste trabalho, qual seja, o EPT sustentou-se num aparato institucionalizado. Porém, mesmo entendendo que a análise do professor Bramante seja fruto de suas experiências pessoais, acredito que nem sempre tenha prevalecido o estado de demasiada censura e fiscalização ou de uma coerência absoluta nas diretrizes do movimento, pois, em casos já enumerados aqui, o EPT buscava abraçar atividades de diversas naturezas, inclusive algumas voltadas a empreendimentos particulares, visando a fomentar os seus canais de comunicação.

Pode-se perceber, entretanto, que o professor Bramante, efetivamente adotou uma postura independente, uma singularidade na lida com o EPT, o que explicarei melhor nas considerações finais deste estudo, além de fazer uma leitura crítica do desenvolvimento do EPT no Brasil. Em artigo em coautoria com Leila Mirtes Magalhães Pinto, ele não se furta em apontar as lacunas deixadas pelo EPT, ao traçar uma radiografia da RCE. Para os autores, o EPT brasileiro surgiu embalado por uma perspectiva internacional de conscientizar a população sobre os valores da prática esportiva, porém, em território nacional, ele não conseguiu contemplar esses objetivos (BRAMANTE; PINTO, 1991).

Bramante e Pinto (1991) destacam a precariedade de temas críticos na RCE, ocasionando a prevalência de uma matriz instrumental, um fazer pelo fazer, amparando-se sobremaneira em cartilhas internacionais e pouco contribuindo para a conscientização da população. Mesmo assim, os autores advogam que o EPT alinhou-se ao cenário político de abertura brasileiro no período de vigência do movimento.

Este desenvolvimento da RCE, no nosso entender, reflete, especialmente, um momento da Educação Física brasileira mais preocupada em *fazer por fazer*, com conotação ativista. Reflete mais que isto, um momento maior, permeado por documentos e experiências internacionais (Carta da UNESCO, etc.). Deve-se no entanto, ressaltar que EPT inaugurou o início de um avanço crítico na área, refletindo o processo de abertura política que se instaurava no país (BRAMANTE; PINTO, 1991, p. 26).

Compreendo que o argumento dos autores desvela uma interpretação ambígua sobre a dinâmica do EPT no Brasil. Ora, se o movimento se crivou pela predominância da competência instrumental, por um ativismo acrítico, torna-se difícil assumir uma posição otimista relativa à sua contribuição para o desenvolvimento crítico da Educação Física brasileira.

No que se refere à sua própria atuação na trajetória no EPT, Bramante procura dotá-lo de um significado voltado ao despertar da consciência para os problemas comunitários. Em um trabalho seu exposto na RCE (BRAMANTE, 1984), Bramante recorre a um dos maiores estudiosos do lazer no Brasil, Renato Requixa, a fim de realçar como a metodologia da ação comunitária lograria as expectativas de aprofundamento nas questões de participação dos indivíduos, atinente às suas demandas.

Centrado na ideia de que o lazer deveria encaminhar-se para um trabalho socioeducativo, Bramante atenta-se a uma dificuldade inscrita na instrumentalidade do EPT, qual seja, a orientação específica na execução, no fazer, em detrimento de ações que incrementassem o envolvimento das comunidades, inclusive em se tratando do próprio projeto de Sorocaba.

[...] já há algum tempo temos verificado nessa área específica, uma dificuldade que parece impossível de transpor: na preparação das atividades do dia-a-dia pouco, ou quase nada tem se investido no processo que envolve a ação, concentrando-se grande parte dos esforços na execução do evento propriamente dito.

O que isso significa?

Salvo melhor juízo, nos parece fundamental repensar essa fase que o Programa Lazer vem atravessando e analisar detidamente as etapas que compõem o trabalho de ação comunitária utilizando as atividades de lazer como instrumento (BRAMANTE, 1984, p. 21).

Percebe-se que Bramante vislumbrava um rumo em que o EPT não se restringisse ao campo do ativismo, o que mais tarde faria com que ele, em conjunto com Pinto, viesse a fazer as suas considerações a respeito dos relatos contidos na RCE (BRAMANTE; PINTO, 1991). No entanto, reitero que não esposo as reflexões dos autores, quando aludem que o EPT

foi o estopim para o avanço crítico da Educação Física, pois acredito que o EPT não se tenha constituído num movimento autônomo, movido pelos desejos de modificação da estrutura política do país, independentemente de ações comunitárias que porventura contemplassem tal êxito, mas sim como movimento institucional. O EPT foi um estratagema utilizado pelo regime militar para alastrar atividades esportivas na população, fazendo disso uma possibilidade de fabricação de discursos participativos, num momento em que o regime experimentava o seu enfraquecimento.

A crise nas ditaduras tem como corolário a acumulação e a condensação das contradições (POULANTZAS, 1976). O apoio que o regime militar conquistara no contexto social, no período do golpe de 1964, decorrente de uma retórica que alertava sobre os riscos de o país incidir em um governo comunista, o qual instalaria um quadro de desordem, não mais seduzia a população, que agora se via envolta por uma realidade demarcada pela crise que atravessava a nação, redundando no fim do “milagre econômico”.

Quando as contradições deixam de se apresentar de forma isolada, Poulantzas afirma que as ditaduras não possuem a habilidade necessária para lidar com tal situação. Recorro a este autor, a fim de analisar a própria configuração que compôs o EPT brasileiro, à medida que sua implantação derivou do anseio em inserir as atividades esportivas no desígnio participativo que tomou conta das políticas propugnadas durante o enfraquecimento do regime militar.

Assim, caminho em outra direção, em relação às considerações de Bramante e Pinto (1991), pois entendo que o EPT não foi formulado para prover a Educação Física de um espírito crítico, uma vez que sua instrumentalidade, o fazer pelo fazer, significava aquilo que Cavalcanti (1984) compreende como despolitização das massas.

Porém tenho realçado que as massas não se modelam inteiramente aos preceitos do Estado ou das classes dominantes. Novamente, apelo a Poulantzas (1985) no intuito de estabelecer que as relações de produção atuam diretamente nas intercorrências políticas e ideológicas presentes no corpo social.

Digo isso por acreditar que a reunião de pessoas em torno de atividades esportivas tem o potencial de acarretar a tendência à criticidade, ao questionamento sobre os desígnios da Educação Física brasileira, ou seja, as relações de produção inscritas nas lutas de classes permitem as modificações da área de conhecimento. No entanto não foi o EPT, como um movimento institucionalizado pelo governo ditatorial, que fomentou, per si, essa possibilidade, tampouco perfez uma lógica em que os “movimentos participativos”

estimulados pelo regime militar vislumbravam adentrar um cenário democrático fundado no processo de abertura política.

Tal institucionalização implica, no meu ponto de vista, que não desconsidero que as atividades esportivas oriundas dos clamores das comunidades carreguem os seus aportes culturais, à medida que estão imbricadas nas relações imediatas dos indivíduos. Segundo Laraia (2005), os homens assimilam os legados culturais decorrentes de processos acumulativos transferidos através de gerações.

Então, o EPT como um movimento chancelado pelo Estado não pode arrogar as prerrogativas de autonomia, de pluralismo, de descentralização e de hegemonia da população na definição de suas atividades esportivas. Reputo, portanto, frágil qualquer alegação que aparte o EPT das amarras institucionais do regime militar.

Para contradizer a minha colocação, poder-se-ia afirmar que a real importância residia na difusão das práticas pelas comunidades. Nessa concepção, apareceriam “naturalmente” as categorias acima mencionadas, uma vez que o EPT apenas representaria o elemento catalisador das necessidades comunitárias, atuando tanto no escopo de oferecer agentes capacitados a favorecer as práticas esportivas, quanto, por meio da Rede EPT, prover o movimento de canais informativos que reforçassem a sua veia comunitária.

Não pactuo com essa assertiva, haja vista não me parecer que o foco verticalizado do EPT se demonstrasse desinteressado, se utilizarmos esse termo na acepção gramsciana analisada por Nosella (2010), em que prevaleceria uma cultura de interesse coletivo, emanada do exercício nascido das práticas dos próprios indivíduos, no reino de suas liberdades.

Ora, o próprio fazer pelo fazer aludido por Bramante e Pinto (1991) descaracteriza o sentido de liberdade e de autonomia atribuído ao EPT, dado que o repertório cultural inscrito nas verbas comunitárias servia ao respaldo discursivo situado num aparelhamento central, como pode ser observado na figura 14. Assim, avalio que se recaia numa fragilidade conceitual imputar a uma coletânea de relatos de experiências expostos na literatura do EPT um teor de efetivo caráter cultural que ele conferia a si mesmo.

Ademais, o apelo cultural esbarra em outras contingências, uma vez que a referida coletânea não se apresentava uniformizada ou majoritariamente orientada de acordo com os desejos comunitários, porque, como já foi dito no decurso deste estudo, muitas vezes as atividades esportivas eram utilizadas a fim de atender a aspectos funcionais e utilitários, seja para abraçar motivações de produtividade, a exemplo da fundação Ishibrás, seja para incrementar as demandas do mercado, a exemplo da construtora Servenco, e, talvez, por isso

mesmo, as mídias do EPT fossem insuficientemente criteriosas na escolha do cardápio de práticas de matriz cultural.

Volto a questionar (como já o fiz no tópico 3 do capítulo anterior) as proporções colimadas pelo EPT ao se autodeclarar um movimento cultural. Em seu depoimento, o professor Lamartine Pereira da Costa alerta-me para a necessidade de que eu confira atenção a esse fator.

Agora, minha pergunta é a você. Você já teve em conta na sua tese o prejuízo que você pode causar a uma ideia da cultura nacional, que quem lê, pode entender que o EPT foi manipulação, pois a interpretação é atrativa. Aliás, sendo o EPT um fato da cultura, você está criticando a própria população. Você tem conta disso, ou só vale aquele momento, aquele documento da abertura da campanha? Nós somos profissionais da área, você é um doutorando e eu estou dirigindo dissertações desde 1973, o que me sugere ver diferentes tons da realidade e no trato dos dados. Então, produzir conhecimento é válido, você deve fazer isso, apontar o lado negativo para a sociedade. É um dever intelectual. Dever! Não coloquei que você pode, você deve. Mas, ao mesmo tempo, nós temos que preservar os lados positivos dessas manifestações, sobretudo, as que vêm da base, da população (COSTA, 2015).

Venho discutindo que a recorrência ao acervo popular das atividades esportivas alimentou o EPT e, desse modo, inverte a lógica de que foi ele que se consagrou um costume comunitário, mas sim as atividades esportivas historicamente construídas. Outro ponto importante é que não utilizo a categoria manipulação, optando por investigar a hegemonia da população diante de retóricas fundadas na autonomia, no pluralismo e na descentralização do movimento EPT.

A minha preocupação é concentrar-me nas fontes, a fim de que eu faça com que o estudo adquira validade científica. Nas minhas leituras, as fontes apontam que o EPT verticalizou-se do alto, não somente na fase inicial da campanha, norteadas pelo Documento Básico da Campanha, como também no período em que ele se arrogou como um movimento autônomo.

No entanto, a verticalização do alto não se traduz em passividade absoluta da população, daí eu discordar em desconsiderar o seu poder de resistência, de criação, de participação no cenário cultural das práticas corporais. O meu dever de pesquisador é analisar e expor os acontecimentos, baseando-me naquilo que as fontes me indicam.

Afiançar, portanto, que este estudo realizado por mim ignora os aportes culturais pertencentes às práticas comunitárias é uma maneira oblíqua de interpretar o objeto deste trabalho, o qual se direciona pela lógica de perscrutar o EPT no que tange à sua trajetória

vinculada a um organismo institucional localizado num regime ditatorial. Sob essa ótica, atividades diversas, multifacetadas, eram divulgadas, em nome de uma suposta legitimação de anseios comunitários.

Machado (1985) poderia colaborar na busca pelas respostas sobre a participação comunitária no EPT. Para começar a sua reflexão, o autor enaltece a atuação do EPT como instância da Educação Física não formal, afirmando que a condição dialética desta gerava mais perguntas do que respostas e que, o profissional de Educação Física deveria trabalhar em favor do engajamento comunitário, o que careceria de uma revisão teórica da disciplina. Citando o filósofo alemão Karl Marx, Machado (1985) realça a necessidade de o professor de Educação Física aproximar-se do real social, condição para a passagem da alienação para a libertação.

É interessante observar o comportamento da Rede EPT, diante do contexto difuso do qual mencionei acima. Temos, nessa questão, de reconhecer que, embora estejamos tratando a respeito da institucionalização do EPT e a sua concomitante vinculação com o regime militar, o artigo de Machado advogava a favor de um compromisso de mobilização popular que visava a práticas libertadoras culturais, instigando a discussão sobre os agentes EPT atuarem em prol das classes dominadas ou das dominantes.

Começam, então, a surgir implicações conceituais ligadas aos epetistas, tanto com vistas a sua ideologia, como por ser entendido como intelectual, uma vez que o agente EPT – professor de Recreação – é visto, também, dessa maneira, à medida que representa uma função dirigente na instituição da qual faz parte. É aceito como intelectual e levado, chamado à tendência de ser o intermediário entre a comunidade e uma instituição. Alguns estudiosos desse tema entendem que tais intelectuais deverão, com urgência, definir a quem estão servindo: se à comunidade ou à instituição, se à libertação ou à conservação. Estarão sempre expostos a interpretar e intermediar, em favor de um ou de outro: dominante ou dominado (MACHADO, 1985, p. 22).

Sinal dos novos ares que começavam a reinar na conjuntura política brasileira que passaria a acompanhar o EPT? O artigo de Machado, publicado na metade final de 1985, já apresentava o país sob o comando de um presidente civil, José Sarney, o qual assumira o cargo em março daquele ano.

Percebo que isso possa transparecer certa abertura propiciada pela Rede EPT durante o processo de redemocratização do país, cedendo espaços a publicações de cunho ideológico diverso do apregoado pelo governo militar, no qual interlocuções como a disputa entre as classes sociais eram refutadas.

Além da referência a Marx, Machado (1985) lançava mão do educador Paulo Freire, enaltecendo a importância de se estabelecer o elo entre a teoria e a prática e dando significado à realidade dos participantes. Sem dúvida, uma nova diretriz, se levarmos em conta que a produção da RCE esteve sob a responsabilidade direta do MOBRAL, até a sua inclusão na Rede EPT, a partir da edição de número 18, e, mesmo assim, o MOBRAL incumbiu-se dessa produção até o número 23, relativo ao bimestre de março e abril de 1983, quando, após uma interrupção duradoura, houve uma reestruturação, em que foram colocados numa só edição os números 24, 25 e 26, correspondentes ao período de maio a outubro de 1983, agora sob a responsabilidade gráfica da Palestra Edições.

A alusão ao MOBRAL é relevante, uma vez que considero a figura de Arlindo Lopes Corrêa fundamental na trajetória do EPT, à época do exercício de sua presidência naquele órgão. Como foi visto anteriormente, Corrêa (1979b) expõe a sua oposição à Pedagogia dos Oprimidos, destacando que era o MOBRAL a verdadeiramente desenvolver uma estratégia fundada na pedagogia dos homens livres.

Coloco em dúvida, portanto, se, no transcurso de tempo em que Corrêa esteve à frente do MOBRAL e, simultaneamente, assinava os editoriais da RCE (até a edição de número 13), houvesse possibilidades de que artigos do porte dos de Machado pudessem ser incluídos nas páginas da revista.

O ponto crucial para me focar no artigo de Machado diz respeito à dinâmica inscrita nos relatos discursivos do EPT, isto é, eles obedeceram, a seu modo, a um caminho coerente com os desígnios políticos atravessados pelo país, inclusive com o paulatino descrédito de sua característica institucionalizada após o término do regime militar.

Machado insere-se em um arcabouço discursivo do EPT que advogava para si o rótulo de um movimento voltado à democratização e à participação autônoma das comunidades. O EPT assumiu tais encaminhamentos desde a sua implantação no Brasil, no ano de 1977, que gradativamente foram-se transformando, a fim de acomodar os interesses encetados em sua estrutura organizacional e que desembocaram na fragilidade de sua moldura institucional.

Veja o caso dos congressos, a começar pelo realizado em Curitiba, no ano de 1982 e destacado por Valente (1993) como uma inovação metodológica para as áreas do Esporte e da Educação Física no Brasil, bem como para o plano internacional. Por se tratar de um evento aberto aos participantes, vale investigar a respeito de sua configuração e em que grau ele se comportou como uma nova alternativa para a Educação Física.

Evidentemente, a ideia de um congresso aberto ressoa de maneira simpática dentro de um movimento que se nutria de aportes teóricos sustentados pelo pluralismo e pela autonomia dos indivíduos. Assim, a liberdade de trânsito e a autogestão no fluxo de informações nortearam as diretrizes do evento de Curitiba.

Para Costa (1983b), o evento funcionou como uma espécie de feira, em que a cobertura de uma rádio interna propiciou maior interação entre os participantes, bem como fomentou a participação da população de Curitiba – em especial, dos frequentadores do parque onde foi realizado o congresso – em atividades esportivas elaboradas pela organização. Ademais, o autor enfatiza a envergadura adquirida pelo congresso, no qual o papel da SUEPT/SEED fora fundamental para elaborar um livro que detalhasse a sua dinâmica.

Tudo isso ocorrendo num período de 3 dias evidentemente impactou participantes e organizadores, o que levou a SUEPT-SEED a propor um trabalho de registro e análise a posteriori do Congresso. Percebeu-se que qualquer aprofundamento de natureza técnica sobre a situação do EPT no Brasil – refletido pelos trabalhos apresentados – ou sobre a metodologia seguida no evento, poderia sofrer distorções diante da intensa afetividade que cercou a todas as pessoas presentes. Deste modo, planejou-se a elaboração do livro ora publicado pela SUEPT-SEED, contendo os trabalhos apresentados e diagnosticados no seu conjunto, uma avaliação da realização do Congresso e, não menos importante, o crédito de reconhecimento e realização das 1300 pessoas envolvidas no evento (p. 374).

Entendo que o congresso de Curitiba oferecia alguns pontos interessantes, no que tange ao seu caráter de abertura e abrangência significativa de congressistas. Não obstante essa possibilidade, continuo a percorrer pelo caminho atinente ao viés institucionalizado do EPT, haja vista que a ocorrência, além da culminância do congresso da cidade de Curitiba, foi viabilizada através da intervenção direta da SUEPT, o que me leva a reafirmar o meu posicionamento de que o aparelhamento central, representado pelo regime militar, olhava com atenção para os movimentos presentes no esporte de massa e, por conseguinte, no EPT brasileiro.

Ora, é justamente essa situação que venho tentando demonstrar ao longo deste trabalho, no sentido de dialogar com as fontes para esclarecer se o EPT foi utilizado como um mecanismo de controle governamental, numa fase em que o regime militar experimentava o seu enfraquecimento. Trata-se de fundamentos que merecem ser considerados na análise sobre o desenvolvimento do EPT no Brasil.

Nessa etapa, a condução do esporte brasileiro estava sob a responsabilidade do coronel Péricles de Souza Cavalcanti, o qual exerceu a função de secretário da SEED entre os

anos de 1979 e 1985. Aliás, não era exclusividade do governo militar a indicação de oficiais de alta patente em postos de comando Educação Física, já que, desde a criação da DEF, pela Lei nº 378/37, os seus diretores e mais adiante os do DED, criado pelo Decreto nº 66.967/70, tinham essa origem, à exceção do professor Alfredo Colombo, que preencheu o cargo entre os anos de 1956 e 1960⁶⁹.

Foi com Colombo que haviam sido dados, até então, os únicos empreendimentos oficiais de difusão, na esfera federal, de atividades recreativas para a população, com a instalação das Ruas de Recreio na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1958. O convênio celebrado entre o MOBREAL e a campanha EPT demarcou, em 1977, um novo interesse governamental no esporte de massa. Com a desativação da campanha em fins de 1978, o EPT foi regulamentado pela Portaria nº 522/81.

Percebe-se, desse modo, que os cuidados que norteavam as políticas oficiais, anteriormente ao PNED, residiam no esporte de alto rendimento. A menção que faço sobre o percurso histórico da recreação e seus vínculos governamentais incide em analisar os discursos concernentes ao EPT, pois pode-se argumentar que eventos do porte do congresso de Curitiba traduziam aquilo que pautou a trajetória do EPT, isto é, um conjunto de atividades comunitárias e abertas, fruto de iniciativas populares que não chamavam maiores atenções do aparato estatal. Discordo dessa assertiva em decorrência da própria relevância que o EPT assumiu com a Portaria nº 522/81, por meio da criação da SUEPT, e de sua chefia ter sido conferida a outro coronel, Newton Heráclito Ribeiro.

O motivo de minhas incursões pelos escalões de comando do esporte brasileiro, inclusive do EPT, advém do fato de que esse domínio esteve sob o jugo direto dos militares. Embora compreenda que, independentemente de os cargos terem sido destinados a civis ou militares, o ideário encaminhar-se-ia por direções análogas, a nomeação de um oficial de alta patente para o posto de subsecretário do Esporte para Todos denuncia que a retórica de descentralização, pluralismo, autonomia e hegemonia deva ser colocada sob suspeita, em virtude de que ele era um legítimo representante de um governo autoritário.

Retomo o termo “desinteressado” destacado por Nosella (2010), quando se refere à escola da Gramsci. Apesar da aludida abertura do congresso de Curitiba, avalio que essa situação não seja suficiente para caracterizar que a estrutura global do EPT fosse composta de

⁶⁹ Além de Colombo, exerceram os cargos pela DEF o **major João Barbosa Leite, o coronel Caio Mário de Noronha Miranda, o general Antônio Pires de Castro Filho, o coronel Genival de Freitas e o coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira**. Pelo DED, as diretorias couberam ao coronel Eric Tinoco Marques e ao coronel Osny de Vasconcelos. Dados disponíveis em: <<http://goo.gl/NrK8v3>> (acesso em: 12 abr. 2015).

práticas plurais e intelectuais oriundas dos desejos comunitários, uma vez que, reitero, ela estava comprometida com o arcabouço institucional do governo.

Destarte, a nomeação de Ribeiro para a SUEPT, por mais que Valente (1993) reivindique que o EPT seguiu caminhos autônomos após a implantação da Rede EPT, acena para a possibilidade de que o órgão sob o comando do coronel não se furtaria em respeitar às orientações militares – eventuais contratempos ao aparelhamento central deveriam ser corrigidos.

Em que medida, dessa forma, a SUEPT teve ingerência sobre os rumos do EPT no Brasil? Vejo que as defesas pautadas no princípio da "dimensão cultural", com o EPT constituindo-se num costume, motivando as expressões genuinamente populares, fundadas nos interesses comunitários, mereçam ser relativizadas dentro de um processo assinalado pelo enquadramento do EPT na teia estatal.

O papel de Ribeiro na direção da SUEPT ultrapassava o de um burocrata que pouco se interessava pelo desenvolvimento do EPT brasileiro, haja vista que, em vez disso, a sua fala relativa ao congresso de Curitiba adverte que ele estava afinado com as diretrizes do movimento, realçando a participação da SEED, bem como os avanços da Rede EPT e a sua contribuição para a Educação Física e os Esportes no Brasil.

A própria realização, ainda em 1982, do I congresso Brasileiro e Panamericano de EPT refletiu e consolidou a nossa linha de conduta à frente da SEED. A resposta dos participantes nessas circunstâncias, foi a primeira avaliação do trabalho da SUEPT. Foi aberto o espaço de participação através dos órgãos e pessoas membros da REDE EPT e assistimos, nos três dias de duração do evento, uma inesquecível demonstração de vitalidade e solidariedade em torno da mudança dos rumos da Educação Física e dos Desportos no Brasil. Percebemos naquela ocasião que estávamos atuando sobre ideais, muito mais acima do que meras rotinas burocráticas ou mesmo dispositivos de decisão participativa (RIBEIRO, 1983, p. 9).

Então, acredito que a organização do congresso de Curitiba se apresentasse em sintonia com o aparato institucional do EPT, dado que a SUEPT assumiu a responsabilidade pela sua realização, embora seja pertinente reconhecer que a dinâmica interna do congresso insinuasse inovações. Porém tais inovações localizavam-se no contexto imediato das relações entre os participantes, tais como o amplo espaço que favorecia a circulação dos indivíduos e a liberdade para a escolha dos temas. Os aspectos relacionados à promoção do evento, por sua vez, não escapavam ao controle do governo.

Ainda sob a batuta da SUEPT/SEED, o II Congresso Brasileiro de Esporte para Todos, realizado na cidade de Belo Horizonte em 1984, desvelava uma nova configuração

para os rumos da Educação Física brasileira e do próprio EPT, com intervenção mais incisiva dos profissionais da área.

Segundo o Grupo Técnico da Central de Difusão da Rede EPT, além de um número maior de congressistas, o evento de Belo Horizonte demarcou o amadurecimento atinente ao envolvimento de pessoas com maior grau de identificação com os postulados do EPT.

O número de trabalhos apresentados diminuiu de 182 para 137, porém, em contraposição, as 31 contribuições de “propostas e conceituações” reduziram-se a seis. Como este último assunto, em 1982, foi mais freqüentado por acadêmicos de Educação Física provavelmente envolvidos com o EPT de modo superficial, é possível supor que a quantidade de contribuições foram equivalentes nos dois Congressos. Outra hipótese bastante viável é a de que, em 1982, havia maior curiosidade sobre o EPT, buscando-se, então, definições e propostas; já em 1984, o interesse estava deslocado para outros assuntos ou o sentido especulativo estava reduzido pelo passar do tempo, como ocorre em qualquer inovação. Cumpre destacar que a Educação Física, na sua evolução histórica, passou por processo semelhante, havendo hoje uma vasta gama de definições cobrindo suas diferentes implicações (GRUPO TÉCNICO DA CENTRAL DE DIFUSÃO – REDE EPT, 1985, p. 10-11).

Seria plausível afirmar que tal amadurecimento do EPT representaria a transformação de sua postura metodológica, no que tange à maior aproximação com os profissionais de Educação Física, em detrimento do exercício de funções outrora destinado aos voluntários e aos leigos, de maneira geral? Sendo assim, em que nível o congresso de Belo Horizonte se constituiu num divisor de águas, proporcionando uma linha de independência no que concerne aos aportes institucionais do governo militar?

Digo isso por considerar que as duas perguntas lançadas se articulam diante dos caminhos seguidos pelo EPT no Brasil. Embora seja prematuro concluir que, no ano de 1984, o governo militar não mais se preocupava com os desígnios do esporte de massa, é bom recordar que ele já se encontrava no seu ocaso, carregado de contradições, as quais Poulantzas (1976) advoga serem difíceis de superar quando as ditaduras entram em crise.

O EPT, desde a sua implantação, no ano de 1977, foi concebido como um movimento para agir sobre as massas e, em que pesem os seus discursos apontarem para o incremento da dimensão comunitária e para o fomento de investidas culturais, as fontes exploradas ao longo deste trabalho indicam que a sua base institucional se alicerçou de acordo com os interesses do governo militar, cooptando um universo de agentes que não possuíam vínculos formais com a Educação Física.

No congresso de Belo Horizonte anteriormente mencionado, porém, a institucionalização cedeu lugar a contingências relacionadas à regulamentação do profissional de Educação Física. A citação acima, do Grupo Técnico da Central de Difusão da Rede EPT, demonstra que os cuidados passariam a transitar pela inclusão do EPT no escopo da profissão de Educação Física, no intuito de afastar os leigos, bem como nortear as intervenções dos voluntários. Para tanto, foi formulada, durante o congresso, a Carta de Belo Horizonte.

A Carta de Belo Horizonte sugeria a elaboração de um código de ética para a Educação Física, criticando o modo como o Estado buscava preservar a sua hegemonia e intervinha na manutenção dos valores dominantes. Ademais, a Carta sustentava que o poder decisório dos cargos de chefia deveria ser confiado aos indivíduos com formação universitária em Educação Física, colocando-se contrária à atuação na Educação Física de determinadas categorias profissionais, tais como militares e ex-atletas.

Fica patente que se iniciava um movimento corporativo no âmbito da Educação Física brasileira e, com isso, as simpatias acerca da presença de integrantes alheios à sua formação, inclusive os militares, tornavam-se voláteis e passíveis de questionamentos. O importante seria assegurar a esfera de competências do professor da área de conhecimento, preconizando-se os seguintes pontos:

- . que o planejamento, a administração, o controle e o ensino da educação física caibam a profissionais, que sejam professores egressos de uma formação universitária, em níveis de licenciatura plena;
- . que, em atividades comunitárias não formais, o voluntário seja considerado o elo fundamental dos diversos relacionamentos institucionais e operacionais, desde que não haja qualquer remuneração, o que será considerado uma intromissão ilegal em atividades profissionais privativas do professor de educação física;
- . que seja revista a legislação referente ao exercício profissional do professor de educação física, no sentido de assegurar-lhe os seus direitos e coibir a invasão da profissão por categorias profissionais não habilitadas em educação física, possuindo ou não formação em nível superior (CARTA DE BELO HORIZONTE, 2001, p. 12-13).

Entendo que a Carta não tenha-se revelado como um choque frontal entre as determinações do governo militar e os anseios da categoria dos professores de Educação Física, a qual procurava se organizar, mas já proporcionava novas perspectivas de encaminhamento para o profissional da área. À época do congresso de Belo Horizonte e da concomitante formulação da Carta, os órgãos de chefia da Educação Física ainda obedeciam à tradição de alocarem-se na figura dos militares, uma vez que Péricles Cavalcanti e Newton

Heráclito Ribeiro continuavam respondendo, respectivamente, pelo comando da SEED e da SUEPT.

Faria Júnior (2001) destaca que a Carta de Belo Horizonte traduziu um momento de euforia pelo qual passava o país e assumiu uma importância histórica para os rumos da Educação Física; contudo tratou-se de um documento elaborado por doze dos principais professores de Educação Física do Brasil e, conforme o autor observa, não se constituiu em um movimento que tomou conta da área, pois se circunscreveu ao cenário acadêmico, devido à participação restrita de alguns signatários, os quais possuíam posições ideológicas diversas, sobretudo nos embates entre os privatistas, defensores do modelo de profissionalismo liberal, e os defensores do modelo público de educação.

É pertinente ressaltar que as mudanças recomendadas na Carta expressavam a alteração da estrutura da Educação Física, limitando, como enfatizei anteriormente, a interferência de indivíduos estranhos à área de formação, incluindo os militares. Entretanto, vejo com cautela as ponderações de Faria Júnior de que os signatários tenham agido com plena autonomia na redação do documento, dado que a própria necessidade de passar pelo crivo da SEED denunciava que havia dispositivos de fiscalização.

O clima de “estado de exceção” que caracterizava o período, não conseguiu influenciar a redação do texto [...]. Como era de praxe nos trabalhos realizados com o apoio da SEED, o “produto final” foi lido para seu diretor, que nada opôs ou sugeriu, tendo o documento sido publicado na íntegra, sem cortes ou censura, pela Secretaria de Estado e Esportes, Lazer e Turismo, cujo titular era o deputado federal Leopoldo Bessone, do Governo Hélio Garcia, do estado de Minas Gerais. Desta forma, pessoalmente rejeito qualquer interpretação que sugira que a elaboração da Carta de *Belo Horizonte* foi uma manipulação do regime militar por intermédio da SEED/MEC. Neste sentido, seis outros signatários que consultei antes de escrever este artigo concordam com essa posição (FARIA JÚNIOR, 2001, p. 25-26).

Uma coisa é considerar a Carta uma manipulação do regime militar, algo em que também não acredito, em virtude de a redação apontar fatores que não atendiam diretamente às ambições das forças armadas. Outra é ignorar que os signatários deveriam precaver-se de represálias geradas por meio de eventuais colocações incisivas contrárias às condutas governamentais.

Minha precaução em relação ao pensamento de Faria Júnior incide em pontuar alguns fatores que permearam a trajetória do EPT ao cabo do regime militar. Busco, assim, levantar uma situação em que vislumbro que a aludida autonomia reivindicada por Faria

Júnior mereça, no mínimo, ser problematizada, do contrário, não careceria que se respeitasse a praxe de leitura ao diretor da SEED. Mesmo num período demarcado por manifestações de várias naturezas, o respaldo dos escalões de comando permanecia importante no campo formal das decisões.

Conforme o capítulo 1 deste trabalho, recorro a Poulantzas (1985) para sustentar que no capitalismo do final do século XX, o Estado apresenta-se com um gigante com pés de barro, que sofre pressões das massas e, ao mesmo tempo, precisa acomodar os interesses das classes dominantes em novas perspectivas.

No Brasil, aliado a isso, a ditadura militar via aumentar as contradições no seio do Estado e, permanecendo nas fundamentações de Poulantzas (1976), quando esse quadro acontece num modelo ditatorial, fica difícil de ser eliminado. Daí advém o fator que remete diretamente à hegemonia da população na fruição das atividades esportivas informais. Um congresso de EPT, como foi o de Belo Horizonte, suscitaria a interpretação de que o foco se concentrasse no aperfeiçoamento dos aportes culturais do esporte de massa. Nos estertores do regime militar, supor-se-ia que, enfim, se desse cabo à institucionalização do movimento, pois, liberto das ingerências governamentais, as atividades esportivas caminhariam de acordo com os desejos comunitários.

O que transparece, porém, é que a preocupação se verteu justamente para o caráter institucional da profissão de Educação Física, que, tendo na Carta de Belo Horizonte o marco do referido congresso, apresentava traços tímidos, no que tange ao esporte não formal ou até mesmo o disciplinando, contra quaisquer benefícios pecuniários do voluntariado, ou seja, uma atenção muito mais corporativista do que voltada ao que deveria ser um congresso de EPT, qual seja, o de atentar-se para a difusão de atividades esportivas informais.

Estaríamos, então, diante de um novo paradigma sustentador do EPT brasileiro? Em vez de abrigar-se no aparato burocrático do Estado Militar, passaria a ser o EPT modulado pelos auspícios de um segmento da elite intelectual da Educação Física? Daqui instigam-se as análises dos rumos tomados pelo EPT, após a saída dos militares do comando do país, o que para mim compreende um fator fundamental que versa sobre a hegemonia da população.

O caráter estatizante que o governo militar conferiu ao EPT desde a sua implantação no Brasil cedia espaços, na Carta de Belo Horizonte, à valorização da profissão de Educação Física, seja por meio de expectativas dos simpatizantes da esfera pública, seja por conta do atendimento dos anseios do grupo de privatistas.

Segundo Gramsci (1981), a hegemonia das classes populares é conquistada por meio dos próprios conhecimentos produzidos em seus interstícios, procedentes do senso comum. Destarte, questiono o sentido da redação da Carta de Belo Horizonte, quando se refere ao esporte não formal, ao afirmar que o voluntário seria um indivíduo fundamental na ligação institucional e operacional do esporte não formal, desde que abdicasse da remuneração.

Naquele momento, as atenções visavam à garantia de reserva de mercado para o profissional de Educação Física. Coloco em dúvida se a meta, agora, encaminhar-se-ia, de maneira efetiva, para a democratização das atividades esportivas de massa, pois, no meu ponto de vista, foi justamente a defesa do mercado ao profissional que reverberou de forma sedutora aos profissionais, bem como a retórica de que se melhoraria a qualidade dos serviços prestados à sociedade, atrelando-se muito mais ao setor privado, como no caso das academias esportivas.

Com efeito, o marco da Carta de Belo Horizonte para o esporte não formal no Brasil foi que começava ali o abandono do EPT como instância institucional e, conseqüentemente, volvia-se para um movimento fadado à extinção, mas isso não representaria um avanço no estímulo das práticas comunitárias, uma vez que as aspirações privatistas enxergavam com muito mais carinho as oportunidades de consumo do mercado das atividades físicas.

Assim, reforço aquilo que tenho enfatizado ao longo deste trabalho: o EPT constituiu-se num mecanismo utilizado pelo regime militar para o controle das atividades informais da população. Volto a inverter a lógica defendida por Costa (1981b), quando aborda a "dimensão cultural", de que o EPT solidificara-se como costume, pois sua efemeridade aponta o contrário. Vejo que, após o término do regime militar, o EPT deixou de ser uma prioridade do governo federal.

O 3º Congresso Brasileiro de Esporte para Todos, realizado na cidade de Campo Grande, em 1986, desvela o enfraquecimento do EPT enquanto elemento fixado no aparato institucional. No que tange à comissão de organização, o congresso foi confiado a agentes locais do EPT, bem como se incumbiu o apoio institucional aos próprios políticos do Estado de Mato Grosso do Sul, Ramez Tebet, governador, Marcelo Miranda Soares, senador, e Juvêncio César da Fonseca, prefeito de Campo Grande. A despeito da quantidade menor de congressistas, a comissão permanente de avaliação realçava os sucessos empreendidos em Campo Grande.

Comparando às avaliações do I e II Congressos, nota-se relevante evolução no processo adotado, pela utilização de metodologia científica apropriada. A Comissão Permanente acredita no crescimento pessoal e interindividual daqueles que participaram efetivamente do Congresso. A boa qualidade dos trabalhos apresentados contribui para a proposição de permanecer divulgando, capacitando recursos humanos e sensibilizando a sociedade em geral para o papel relevante que o EPT pode ter, uma vez inserido no contexto social brasileiro, onde sua prática se coloca a serviço da dignificação da vida humana (ROSA et al., 1986, p. 120).

No entanto, apesar da tentativa de alavancar a importância do congresso de Campo Grande, observo que predominaram os esforços locais, com pouco empenho das autoridades federais que atuavam no campo da Educação Física. As mensagens do livro referente ao congresso ficaram a cargo dos políticos de Mato Grosso do Sul supracitados, provocando certo descompasso com o ideário do EPT, como se verifica na passagem escrita pelo senador Marcelo Miranda Soares.

Até agora, nossa formação esportiva, vem sendo desenvolvida de forma espontânea. Trata-se, a partir de agora, além de estimular o Esporte, dotar o país de uma estrutura mais apropriada de formação esportiva. As ações esportivas e a garra de nosso povo, respaldadas em decisivo apoio governamental, haverão de elevar nosso País a um patamar ainda mais importante nas competições internacionais (SOARES, 1986, p. 6).

Em vez de seguir a linha do EPT pautada pela espontaneidade, espírito de improvisação, pluralismo, descentralização, a redação de Soares fundamentava-se, sobremaneira em arquétipos defensores do esporte de alto rendimento, mostrando que o interlocutor não possuía maiores conhecimentos sobre o EPT. Mesmo considerando-se a estrutura piramidal formulada no período inicial do EPT, nunca houve uma total priorização para as competições esportivas.

Não pretendo entrar no mérito da competência de Soares sobre os princípios do EPT, pois o mais importante é inquirir os motivos pelos quais os principais ocupantes dos cargos de chefia da Educação Física e dos esportes não se responsabilizaram pela apresentação do evento de Campo Grande. À época do congresso, respondia pela SEED o civil Bruno Luiz Ribeiro da Silveira, enquanto, pela SUEPT, continuava o coronel Newton Heráclito Ribeiro.

Trata-se de uma situação que, a meu ver, denunciava a falta de interesse do governo em priorizar o EPT, seja porque não fazia parte do direcionamento político em questão, seja porque o EPT acabou contraindo uma imagem altamente atrelada às diretrizes

autoritárias do regime militar. Mas como explicar a permanência de Ribeiro à frente da SUEPT, mesmo com os desenlaces que desaguarão não só no fim do regime militar, como também no seu amplo descrédito junto à sociedade?

Avento a hipótese de que a SUEPT tornara-se um órgão pouco sedutor dentro da esfera governamental, e a ocupação de sua chefia não atraía muitos candidatos, em virtude de o EPT não ser mais um objeto de interesse governamental. O depoimento do professor Edison Valente, convidado a ser o subsecretário, esclarece o estado em que a SUEPT encontrava-se logo após a chegada de José Sarney à presidência da República.

O coronel Newton Ribeiro indicou meu nome para ser Subsecretário. Eu cheguei a ir até Brasília. Foi na época do Sarney, ocasião em que estava confusão danada em função da morte do Presidente Tancredo Neves. Eu fui até lá, tinha audiência com o ministro Marco Maciel, mas eu resolvi não aceitar o cargo (VALENTE, 2015).

As palavras de Valente são de grande relevância para identificar os rumos do EPT depois do fim do regime militar, pois as referências ao nome de Ribeiro⁷⁰ são ofuscadas com o passar do tempo, dado que, se nos focarmos nos editoriais da RCE, a última intervenção de Ribeiro, juntamente com Péricles Cavalcanti, foi na edição de número 34, correspondente ao período de novembro de 1984 a fevereiro de 1985.

Se à SUEPT destinou-se um papel secundário, cabe, portanto, verificar se o EPT marchou com as próprias pernas e adquiriu, enfim, a aludida autonomia da qual Valente (1993) evoca que já acontecia desde a criação da Rede EPT no ano de 1982, versão que contesto, devido ao fato de as fontes me apontarem o viés institucional que sustentou o EPT até o término do regime militar.

De acordo com Dias et al. (1986), o ano de 1984 consolidou a Rede EPT, por meio do amplo sistema de mídia que envolvia os seus canais de comunicação, logrando o estatuto comunitário. Entendo, todavia, que ao se alimentar de uma prática discursiva focada nas comunidades, incidem conjunturas que desvelam tendências centralizadoras originadas da organização do movimento e distintas de quaisquer perspectivas plurais, descentralizadas e que se caracterizam pela hegemonia da população.

⁷⁰ A única informação que tinha obtido a respeito da permanência de Ribeiro como subsecretário da SUEPT, até a entrevista com o professor Edison Valente, foi no livro de Rosa et al. (1986), que trata do congresso de Campo Grande, em que o nome de Ribeiro compõe a lista de autoridades pertencentes às esferas governamentais. Talvez a discrição tenha marcado a personalidade de Ribeiro, haja vista a deferência feita a ele por Costa (1988) no prefácio de sua obra relativa às conquistas e às perspectivas do esporte não formal no Brasil, aludindo às suas contribuições e definindo-o como “um mobilizador silencioso de homens e idéias” (p. 5).

Os vínculos estabelecidos com as empresas demonstram que a Rede EPT obedecia a uma estrutura interna hierarquizada, ditando normas e buscando parcerias, a fim de satisfazer o seu desenvolvimento. O fundamental era resgatar aportes que financiassem a Rede EPT, tornando-a, na essência, um empreendimento de base privada. A alternativa do *clearing house*, comentada anteriormente, funcionaria como um moderno modelo de gestão do esporte não formal.

A nova mídia – também denominada “Clearing House” – uma das poucas em suas características a funcionar no Brasil, pretendeu se tornar a principal, sob o ponto de vista técnico, da Educação Física e dos Esportes. A razão de iniciar atividades no âmbito das empresas, deveu-se à necessidade de uma sustentação financeira de base, viabilizando os custos fixos para uma futura ampliação às demais áreas. Nessas condições, a estratégia do Sistema foi a de envolver as empresas já atuantes em patrocínio (cerca de 100 firmas) e na prática esportiva interna (aproximadamente 300). Com relação à primeira alternativa, foi realizado um Seminário Esporte-Empresa, nas instalações da Bradesco Seguros (antiga Atlântica Boa Vista), no período de abril/maio de 1984, contando com a participação de 61 especialistas e dirigentes esportivos. Nesse encontro pioneiro, procurou-se identificar pontos comuns de interesse, prevendo-se a adoção de dispositivos de cooperação e informação.

No referente à prática esportiva interna, organizou-se um Seminário específico sobre o assunto, no dia 5/12/84, com o comparecimento de 27 empresas e 43 especialistas na área de Recursos Humanos. Para o evento foi mobilizado o apoio das entidades: Confederação Nacional da Indústria, Associação Brasileira de Recursos Humanos, Comitê Olímpico Brasileiro, Revista Exame e, naturalmente, da Fundação Mudes. Como produto final, foi oferecido o “Sistema de Informações” para intermediar as necessidades de demanda das empresas e oferta de especialistas, na área da prática esportiva interna (DIAS et al., 1986, p. 29).

Para mim, esta citação pactua com os preceitos que orientaram a formulação da Carta de Belo Horizonte, cujos resultados enveredaram-se sobremaneira ao atendimento da demanda afeita aos anseios dos grandes grupos privados, recrutando os professores de Educação Física para tal fim. Os direcionamentos da Rede EPT estavam longe de se pautar pelo incentivo de práticas plurais e descentralizadas, tampouco vislumbrar possibilidades de hegemonia da população e de fomento a iniciativas comunitárias.

É necessário que se adentre novamente a questão da institucionalização. Quando se fala que o EPT, em sua trajetória, caracterizou-se por ser um dispositivo cultural a favor das comunidades, considero que essa retórica foi sendo realocada ao longo de sua existência. Se, em princípio, o voluntariado constituía-se no símbolo de aproximação com as comunidades, aos poucos os profissionais de Educação Física foram angariados para realizar as atividades.

As configurações atinentes ao esporte de massa acompanharam, então, o movimento político do país durante o decurso do EPT. Num primeiro momento, o EPT foi institucionalizado para dotar o governo de técnicas suaves de controle, seja arregimentando multidões, seja na concentração de eventos localistas. No estertor do regime militar, no entanto, o cenário regulou-se pelas exigências do mercado, dispensando o crivo institucional do Estado.

Percebo que a condensação e a acumulação das contradições ditatoriais provocavam reações das frações dos blocos de poder, os quais não eram monolíticos, mas se digladiavam perante as frestas abertas no cenário político do final do governo militar. O comportamento das elites em relação ao EPT alicerçou-se para o apoio e as cautelas advindas da reunião de grandes contingentes de pessoas na prática de atividades esportivas.

Desse modo, a adesão a um componente institucional, mesmo na fase em que o regime militar experimentava o seu enfraquecimento, em meados da década de 1970, era importante para preservar a hegemonia das classes dominantes e propagar o discurso de que o EPT se constituía num movimento de matriz popular. Porém, essa estratégia de controle, ao final do governo militar, não mais se mostrava eficaz diante de um quadro marcado por efervescências em que as massas também exerciam a suas pressões.

Inaugurou-se, assim, uma nova modalidade discursiva, expressa na Carta de Belo Horizonte, na qual a intervenção incisiva do Estado passou a ser contestada. Contudo, compreendo que a simbiose de grupos dominantes, aqui representados por parte da elite intelectual da Educação Física que compunha a sua base privatista, com o governo militar não estava totalmente eliminada, pois o Estado buscava novas formas de acomodar a hegemonia das classes dominantes, dentro de um panorama cercado por contradições.

No que tange ao EPT, observo que não houve um rompimento completo do vínculo institucional com o advento do governo civil de Sarney, haja vista a manutenção da SUEPT e de Ribeiro em seu comando. Todavia, indago sobre o grau de relevância conferido a essa instância no limiar da conjuntura que emergia no Brasil.

Nesse sentido, o processo desenhado pela regulamentação da profissão procurava transparecer a ideia de que haveria o benefício dos professores, porém concordo com Faria Júnior (2001) que a implantação do código de ética da Educação Física enveredou-se por um modelo de profissão liberal, criando um engodo discursivo de autonomia, pois, na realidade, privilegiou os monopólios e colocou o professor a serviço do capital, na maioria das vezes, parcamente remunerado.

A citação anterior de Dias et al. (1986) exprime a concepção privatista que tomou conta da Rede EPT. Se os tratamentos iniciais da campanha e do movimento atribuíam ao EPT um teor comunitário, cultural, desenvolvido sob a perspectiva das categorias de hegemonia, autonomia, pluralismo e descentralização, no momento final do regime militar, a sua sobrevivência passou a depender de patrocínios e convênios com a esfera empresarial.

Pouco interessava, agora, o governo civil cancelar um movimento do porte do EPT, uma vez que ele não atendia mais aos auspícios das classes dominantes. O fundamento primordial incorporou-se à lógica da produtividade, na prescrição de atividades esportivas para os trabalhadores, não havendo mais a necessidade de o esporte de massa pertencer às amarras estatais.

A última edição da RCE, número 40, correspondente ao período de novembro e dezembro de 1986, trazia uma chamada para o IV Congresso de Esporte para Todos, a ser realizado na cidade de Blumenau em julho de 1988. A não concretização do referido evento, assim como a própria interrupção definitiva da publicação da RCE, traduz o afrouxamento das instâncias institucionais do EPT.

O ano de 1989 talvez tenha demarcado a derradeira tentativa de incluir o EPT no âmbito das políticas governamentais, tendo à frente da SEED Manoel José Gomes Tubino e como subsecretário da SUEPT, Geraldo Gonçalves Soares Quintas. Em um documento intitulado “Esporte não formal: propostas de programas para os municípios”, Tubino, que já demonstrara o seu apreço, conforme visto neste trabalho, pela linha dogmática da Educação Física, asseverava o imperativo de se rediscutir a difusão das atividades físicas não formais, respaldando-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Fundamentando-se no aspecto descentralizador constitucional, Tubino, na apresentação do documento, apoiava-se no exemplo do EPT, a fim de repassar aos municípios experiências de sucesso que, a seu modo de ver, fizeram-se presentes ao longo do movimento. Para tanto, havia a exposição de uma espécie de coletânea de relatos contidos nas edições da RCE e no livro *Teoria do esporte comunitário e de massa*, de 1981, organizado por Lamartine Pereira da Costa. Diante disso, Tubino traçava um breve histórico de louvor aos empreendimentos do EPT.

Se existe um campo de atuação em que a Educação Física brasileira serviu de exemplo para outros segmentos da Educação nacional, foi, certamente, o das atividades físicas não formais. Um grande número de experiências e teorizações foram desenvolvidas no período de apogeu do chamado movimento “esporte para todos”. É interessante observar que, num país de extensão territorial como o nosso, em que distâncias, muitas vezes, não

permitem intercâmbios convincentes, essas experiências ultrapassaram esta dificuldade pelas estratégias administrativas impostas na rede formulada, e com muita ênfase se multiplicaram, praticamente em todas as regiões do país (TUBINO, 1989, p. 5).

Considero esse momento o suspiro final de qualquer ranço institucionalizado do EPT com o aparato governamental, haja vista que a SUEPT ainda se encontrava, mesmo que enfraquecida, dentro da estrutura da SEED/MEC. Em 1990, entretanto, o recém-eleito presidente da república Fernando Collor de Mello, extinguiu a SEED, criando a Secretaria de Desportos da Presidência da República⁷¹, sepultando de vez o Esporte para Todos, aos moldes que ele fora concebido no período da ditadura militar.

4- Considerações parciais

Este capítulo atentou-se para a dinâmica que tomou conta do EPT do momento em que a campanha foi desativada, em fins de 1978, até os seus derradeiros vestígios como um movimento que se dizia pluralista e descentralizado, em 1990, quando a SUEPT deixou de existir oficialmente com a criação da Secretaria de Desportos da Presidência da República.

A alegação de Corrêa (1980a) de que havia sido criado um movimento legitimamente comunitário, apartado da estrutura do MOBRAL, precisa ser ponderada. O movimento EPT iniciou-se ainda sob a coordenação do MOBRAL, o qual era responsável pelas publicações do principal veículo de comunicação do EPT, a RCE, e a incumbência dos editoriais cabia ao próprio Corrêa, até a sua exoneração do MOBRAL, no ano de 1981⁷².

Faço essa observação, a fim de ressaltar que, mesmo com a decretação do fim da campanha, o MOBRAL continuou a ter influência sobre o EPT, o que somente se arrefeceu com a inclusão deste último na composição da SEED, por meio da Portaria nº 522/81, pela qual foi criada a SUEPT.

A minha intenção foi demonstrar que o EPT perfez o foco das políticas governamentais, constituindo-se num movimento institucionalizado durante toda a sua trajetória e obedecendo aos preceitos políticos governamentais. No período que versa este capítulo, qual seja, posterior à desativação oficial da campanha EPT, as prerrogativas de cunho participativo e de democratização de oportunidades presentes no III PND reforçaram tais articulações, apesar de nem sempre as orientações legislativas satisfazerem um caráter

⁷¹Disponíveis em: <<http://goo.gl/NrK8v3>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

⁷²A exceção do editorial da edição de número 2, que coube a Lamartine Pereira da Costa, Corrêa assinou os editoriais do número 1 ao 12, este último de fevereiro de 1981, pouco antes de ter oficializada a sua saída da presidência do MOBRAL.

linear, o que pode ser constatado na omissão do III PSECD quanto ao esporte de massa, o que, para mim, revelava desconfiças concernentes a disputas de poder entre setores governamentais, bem como entre as próprias divisões da Educação Física e do esporte.

Não obstante, o regime militar não renunciaria à utilização das atividades esportivas comunitárias, estabelecendo estratégias de convencimento da população. Lançando mão de uma cadeia informativa sobre os benefícios que as atividades esportivas proporcionariam, como no caso da corrida de rua, procurava-se alastrar o ideário em torno da autonomia dos sujeitos na fruição de suas práticas, focando-se, sobretudo, as comunidades carentes como o alvo da difusão das atividades esportivas.

O enaltecimento do sentido comunitário e cultural transformou-se no motor dos empreendimentos do EPT, advogando para si o pluralismo e a descentralização como princípios fundamentais na construção de seus discursos. Exemplos de experiências foram divulgados, no intuito de conferir às comunidades a liberdade de expressão na execução de suas práticas.

Para se pensar numa realidade plural, Bobbio (1998) afirma que ela emana da maior participação política dos grupos sociais. No meu entendimento, o EPT não atingiu esse objetivo, uma vez que serviu de mecanismo para se abrigar no ideário governamental de propagação de um quadro de normalidade democrática inexistente no cenário brasileiro.

Não discordo das assertivas que atribuem às atividades comunitárias um aporte cultural. No entanto, o EPT, ao recorrer ao repertório popular, visava a consagrar-se, per si, num movimento de matriz cultural, o que a meu ver, trata-se de um equívoco, já que eram as atividades esportivas comunitárias que carregavam tais características, não carecendo, portanto, do selo do movimento EPT, ou seja, enquanto as atividades esportivas comunitárias estavam dotadas dos predicados culturais, o movimento EPT transitou pela ossatura institucional.

Concomitantemente a isso, outro fator que abordei neste capítulo incorre na centralização e descentralização, que, segundo Roversi-Monaco (1998), não ocorrem em estado absoluto, daí quão delicada a missão de julgar o comportamento de um movimento do porte do EPT que se apoderou das práticas culturais, todavia diante de um contexto premido por ingerências estatais.

Nesse sentido, compreendo que as intercorrências entre centralização e descentralização permitem afiançar que o EPT emergiu num contexto de complexidade dos papéis do Estado, materializando questões voltadas às resistências das camadas médias e baixas da população ao regime militar. Vejo que não se possa conceber como fato consumado

que os agentes e os participantes, em suas práticas localistas, vergaram-se ao sustentáculo de um regime ditatorial, embora o movimento EPT tenha-se vinculado às estruturas de poder governamentais.

A figura 1 traduz a dinâmica centralizadora e hierárquica do movimento EPT. Dotada de uma formatação técnica, o centro das decisões competia à SEED/MEC, um órgão fiscalizador das atividades espalhadas pelo Brasil.

São fatores que me levaram a me deter na categoria hegemonia, no intuito de investigar as instâncias que conferiram à população as decisões relativas à fruição das atividades esportivas. Se nos atentarmos à dissertação de Takahashi (1984), perceberemos que as falas se inscrevem numa conexão ambígua na qual autonomia e diretividade convivem num espaço assinalado por conflitos conceituais relativos à atuação das comunidades.

Ora, se pontuado pela autonomia, pelo pluralismo e pela descentralização, não há porque instalar artifícios de coordenação e de supervisão sobre as comunidades, propondo fórmulas ativistas. O EPT, assim, preocupou-se, sobremaneira em resguardar o seu aparato institucional, abraçando atividades esportivas informais espaiadas no âmbito comunitário.

Isso se fundou numa particularidade do regime militar brasileiro, qual seja, o de alocar as práticas no interior do aparelhamento central. Concluo que havia a disposição, no que tange ao EPT, de promover uma espécie de estatização das práticas corporais num período de enfraquecimento governamental em que se buscava a geração de efeitos positivos sobre as massas.

Entretanto isso não significa que as práticas cumpriram uma uniformidade, pois, ao mesmo tempo em que a retórica do EPT versava sobre o atendimento aos interesses das camadas carentes da população e dos anseios populares, acabava sendo desviada à medida que propunha uma lógica de produtividade e respeito às demandas mercadológicas. Considero que o primordial era difundir uma cadeia informativa composta por atividades esportivas informais, em detrimento da obediência aos discursos pautados na descentralização e no pluralismo.

Retomo a expressão estatização das práticas corporais, a fim de identificar que, no desejo de se espalhar a cadeia informativa das atividades esportivas, tudo cabia dentro do movimento EPT, desde que se acatasse seu crivo organizacional.

Enfatizo, portanto, que a minha intenção não é ignorar os aportes culturais instalados nas práticas comunitárias, uma vez que as atividades esportivas também se constituem nesse escopo. A meta aqui incidiu na maneira pela qual o EPT apoderou-se do

repertório popular e institucionalizou costumes tradicionalmente inseridos no seio das comunidades.

Dessa forma, a minha interpretação ao longo deste trabalho fundou-se no reconhecimento de que as atividades esportivas comunitárias se inscrevem no contexto da sociedade, enquanto o EPT se constituiu num movimento atrelado ao regime militar, que se desgastou à medida que os canais institucionais não mais o alimentavam.

Ao passo que o viés institucionalizado do EPT perdeu o seu sentido simultaneamente à perda de apoio ao governo militar, novas alternativas avolumaram-se no campo da Educação Física e, por conseguinte, atingiram o esporte de massa. Agora, não careceria haver uma ligação estreita com o poder central, pois Estado e classes dominantes procuravam exercer suas hegemonias por meio dos desígnios do mercado profissional. Competiria agora ao mercado das atividades esportivas guiar os rumos da Educação Física no domínio não formal.

O depoimento do professor Edison Valente, talvez expresse a síntese do movimento EPT. Abordei se a própria elite intelectual da Educação Física teria sido a responsável pela extinção definitiva do EPT, em 1989⁷³. Em sua resposta, ele oferece elementos importantes para que se discuta a ossatura institucional, bem como os níveis de comando que existiam no movimento EPT.

Foi em 1989. Em 1988, estava morto praticamente. O ano de 1988 marca simultaneamente a culminância da atuação e a desativação da Rede EPT. Nesta ocasião, já não funcionavam a revista e o programa de rádio. Em 1989 foi desativado totalmente. Provavelmente, a elite acadêmica da Educação Física... Porque, o que Lamartine falava? Ele dizia o seguinte: “nós não temos condições de assumir nada, de controlar nada, então, nós não temos o controle de mais nada”. Então, agora a comunidade está assumindo as atividades não formais, cada um coloque o nome do que quiser, lazer na escola, lazer disso, aquilo, aquilo outro. Mas, independente da sigla Esporte para Todos. Na verdade houve uma desativação do EPT enquanto um programa institucional assumido, até então, pelo Governo brasileiro. Na verdade foi um planejamento previsto para dez anos⁷⁴, no nível nacional, no entanto, nos níveis locais, o programa continuou independente da marca “Esporte para Todos” (VALENTE, 2015).

⁷³Na data da entrevista com o professor Edison Valente, ainda não tinha clareza sobre o ano do encerramento do movimento EPT, haja vista isso não estar bem definido nas fontes que acessei. A minha decisão de tomar como referência o ano de 1990 deve-se ao fato de que aí foi extinto a SEED, na qual estava incluída a SUEPT, que, como já foi abordado anteriormente, ocorreu na presidência de Fernando Collor de Mello, quando da criação do Ministério Extraordinário dos Esportes, vinculado à Presidência da República.

⁷⁴Sobre a previsão do planejamento do movimento EPT ter a duração de dez anos, não encontrei nenhuma referência que confirmasse a assertiva de Valente, principalmente porque a Portaria nº 522/81, que criou a SUEPT, não fazia qualquer menção a tal prazo.

Reitero que concordo que as atividades esportivas informais caracterizam-se pela continuidade, pelas marcas culturais das comunidades. O EPT, por sua vez, não dava mais conta de exercer qualquer controle, seja por sua fragilidade institucional, seja por não seduzir a elite intelectual da Educação Física, seja principalmente por não ter-se constituído numa relação de pertencimento à população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 1984, a organização de um relatório⁷⁵ pelos autores alemães Liselott Diem, Manfred Löcken e Siegfried Hummel abordava o incentivo dos esportes no Brasil entre os anos de 1963 e 1982 por meio do intercâmbio com a República Federal da Alemanha. Em sua introdução, partia-se da ideia de que a parceria na área esportiva entre os dois países se estendia desde o século XIX, sobretudo por conta da influência dos imigrantes alemães aqui radicados⁷⁶.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, viu-se a necessidade de que tais relações esportivas fossem restabelecidas, mas a formalização dos acordos somente ocorreu nos anos de 1970. Um dos capítulos era dedicado exclusivamente ao estudo do Esporte para Todos no Brasil.

O relatório apresentava as características do EPT brasileiro, chamando a atenção para o amparo legal dado ao esporte de massa pela Lei nº 6.251/75, além de descrever resumidamente as teorizações do Documento Básico da Campanha. A revista em quadrinhos “Dedinho” também era mencionada como um instrumento de divulgação para despertar o interesse esportivo nas crianças.

Sobre as contribuições alemãs para o Esporte para Todos, o relatório entendia que havia dificuldades na implantação de atividades esportivas num país de ampla extensão territorial como o Brasil, devido às diferenças geográficas e culturais observadas entre as suas regiões. Foram, então, traçados objetivos em âmbitos nacional e regional, e os exemplos alemães envolviam o desenvolvimento de atividades entre pais e filhos, *fitness*, caminhadas e festas esportivas, buscando abranger todos os brasileiros dispostos a se exercitar.

A referência ao relatório alemão motiva-se pelo fato de que considero que ele dedicava um olhar externo ao EPT brasileiro, tratando-o como um movimento afeito à difusão de atividades esportivas informais, as quais obedeceriam aos interesses gerais comunitários. Encarando por esse ângulo, à primeira vista, tecer críticas relacionadas ao caráter ideológico do EPT no que tange à sua utilização como um mecanismo afeito aos discursos participativos fomentados pelo regime militar na fase de seu enfraquecimento pode ressoar como uma

⁷⁵O relatório foi cordialmente cedido pelo professor doutor Lamartine Pereira da Costa.

⁷⁶Agradeço e dou o crédito à tradução do relatório, originalmente escrito em alemão, a Osvaldo Jesus de Souza, doutor em educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor aposentado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente exerce a função de professor na Universidade de Uberaba (UNIUBE) e no Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos (IMEPAC).

suspeita descabida, dado que o mais importante seria o estímulo aos aportes culturais presentes nas práticas corporais.

Constituiu-se, então, um desafio para mim, esclarecer o meu ponto de vista, diante de um corpo de autores de reconhecida capacidade, uma vez que eu poderia estar-me colocando na posição de um teórico desfavorável às características situadas no valor intrínseco ao esporte, como me alerta o professor Lamartine em seu depoimento.

[...] se você optar apenas pelo viés repressor então sua tese passa a ser matéria investigativa de jornal. Já na postura da filosofia do esporte, que você pode até citar na sua tese, existe um valor intrínseco do esporte. Esse valor intrínseco convive com as ideologias. Na verdade, as ideologias sempre tentam manipular o esporte. Agora, essa questão de valor intrínseco do esporte é a minha opção atual, que deixo o registro para a sua tese. E para mim é importante, pois pretendo ir além. Eu entendo que esse valor intrínseco do esporte é importantíssimo atualmente. O valor intrínseco do esporte deve ser algo sempre considerado, quando abordamos as questões esportivas. Há interesses comerciais, tem interesses gerenciais, tem ideologias, tem tecnologias. Mas o esporte tem valores que representam meios de libertação das pessoas. Não sou eu apenas que digo isso. Escolas diferentes, em momentos diferentes, chegaram a essa conclusão. Eu apenas fiz marcos no tempo para chegar a tais concepções. Enfim eu estou em campanha, não mais no Esporte para Todos. É a campanha pelo esporte como cultura nacional. Ele é muito mais importante do que a gente percebia (COSTA, 2015).

Avalio que a despeito dos valores intrínsecos aludidos pelo professor Lamartine assumir o potencial de abarcar os fenômenos socioculturais do esporte, qual seja, carregam características brotadas dos interesses comunitários, não significa que isoladamente as práticas esportivas constituam-se num instrumento de libertação, dado que estão envoltas por tessituras políticas que acompanham a realidade dos sujeitos.

No que concerne a este estudo, enfatizo que a minha curiosidade maior se pautou pela convivência ideológica do EPT com o regime militar, pois reputo que o delineamento de um trabalho perpassa pelas impressões do pesquisador a respeito da abrangência de seu tema. No momento em que me deparei com discursos que conferiam um caráter democratizante ao EPT, no curso de plena ditadura, o meu alvo residiu em identificar como o EPT engolfou-se nas tessituras políticas, econômicas, sociais e educacionais do regime militar.

Para tanto, não me bastou, ao longo deste trabalho, circunscrever-me ao período em que o movimento EPT deflagrou-se no território brasileiro, mas foi preciso percorrer também pelas conjecturas atravessadas nas esferas nacional e internacional desde meados do século XX.

As razões pelas quais decidi seguir esse rumo derivam dos reflexos provocados pela Guerra Fria, quando os embates entre o comunismo e o capitalismo ocasionaram uma série de rupturas, bem como foram responsáveis pelo amoldamento das classes sociais. Trata-se de relações de poder que se alastraram internacionalmente, gerando efervescências que ressoaram por grande parte do planeta.

No caso da América Latina, o exemplo da Revolução Cubana acendia os temores acerca das influências que poderiam rescaldar nos demais países das Américas Central e do Sul, inclusive no Brasil. O golpe de 1964 perfez, nesse sentido, um estratagema de fabricação de efeitos de verdade de que o país corria o risco de se entregar ao caos e à desordem se, porventura, enveredasse pela mentalidade de países socialistas.

Com a deflagração do golpe, o regime militar cercou-se de mecanismos afeitos ao ideário “revolucionário”, dentre eles, a Educação Física e o esporte penetraram no panorama das discussões. Tornava-se necessária a cooptação de professores de Educação Física para lidar com as massas, imbuídos da tarefa de, segundo Ferreira (1969b) de execrar os “missionários de ideologias perniciosas que pretendem inocular o espírito desavisado de nossa juventude para fragmentar a unidade nacional e corroê-la de dentro para fora” (p. 11).

A elaboração do Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, em 1971, teve a tarefa de demonstrar a realidade na qual se encontravam as atividades esportivas no panorama brasileiro. Constatou-se que pequena parcela da população vivenciava ativamente as práticas esportivas, e o objetivo inicial pautou-se por um modelo piramidal calcado no pensamento de que o esporte de massa comporia a base da pirâmide e fomentaria os aportes para a formação de uma elite esportiva, situada no topo da pirâmide.

No entanto, no cenário internacional essa linearidade causava contendas concernentes à excessiva focalização no esporte de alto rendimento, em detrimento da participação da população. Especialmente na Europa da década de 1960, a preocupação com a perspectiva do bem-estar social reclamava que as atividades esportivas se voltassem à inclusão de todos em suas práticas.

Diante desses fatores, o movimento Esporte para Todos surgiu na Noruega no ano de 1967 e logo se espalhou por países da Europa Ocidental, além do Canadá, do Japão e dos Estados Unidos, com denominações variadas. Nota-se que foi um movimento que teve suas raízes em nações caracterizadas por uma democracia consolidada e com padrões de vida do mundo desenvolvido.

O Brasil exibiu as suas peculiaridades. Por aqui, a campanha EPT foi implantada a fim de suprir as demandas das camadas populares. A despeito do enfraquecimento do

regime militar, o país experimentava um quadro ditatorial, e a campanha EPT articulava-se às práticas discursivas do II PND, enaltecendo o aspecto participativo que deveria compor a sua dinâmica. Havia a necessidade de divulgar os pressupostos “democráticos” governamentais.

No intuito de abranger maior contingente de pessoas, a campanha EPT fundou-se nos eventos de impacto e nos de permanência. No que tange aos primeiros, a reunião de milhões de indivíduos, *a priori*, traduziria o sucesso do empreendimento, porém as aglomerações, igualmente, descortinaram os temores de se sucederem maiores resistências ao regime militar, num período em que o aparato repressivo não conseguia mais deter as manifestações de descontentamento da população, oriundas principalmente após o fim do “milagre econômico”. Tal fator pode ter acarretado o encerramento oficial da campanha EPT no final de 1978.

Não pode ser ignorado, entretanto, que as disputas de poder também reverberaram nos eventos de permanência, os quais alcançaram proporções relevantes e fizeram parte do programa de diversificação do MOBREAL. A desativação do EPT, dessa forma, pode ter ocorrido em virtude de interesses que se espalhavam no interior dos escalões governamentais.

A partir desse ponto, Valente (1993) destaca que o EPT tornara-se um movimento autônomo, pluralista e descentralizado. Apesar de estar formalmente ligado à SUEPT/SEED, o autor afirma que o movimento EPT caminhou em favor da autonomia dos agentes e munido de caráter comunitário.

Costa (1981a) sustenta que a autonomia do movimento EPT emanara de construções erigidas ao longo dos quatro anos das experiências anteriores do EPT, em que as peculiaridades nacionais determinaram a criação da Escola Brasileira de Educação Física, alicerçada na disseminação do esporte de massa, a custos baixos, e propiciando condições de se alocarem recursos mais vultosos para o esporte de alto rendimento.

Aproveitando-se das experiências, Costa advoga que houve a elaboração dos Princípios EPT, haja vista que o Documento Básico da Campanha era, desde o seu início, suscetível a modificações. Os Princípios EPT, portanto, pautaram-se por ser “um substituto que incluísse as transformações naturais depois da prática” (COSTA, 1981a, p. 4).

Remeto-me ao meu posicionamento feito na abertura dessas considerações finais de que um olhar externo pouco preocupado em identificar as configurações políticas, sociais, econômicas e educacionais inseridas no contexto interno brasileiro corre o risco de não se aprofundar no caráter ideológico do EPT. Desse modo, o discurso sobre autonomia, pluralismo e descentralização deve ser mensurado de acordo com os norteados localizados na instância governamental e nas lutas de classes que se espalhavam no corpo social, ou seja, é

preciso que se identifique em que medida que a população conquistava hegemonia na fruição de suas atividades esportivas e se a pura alocação em seus valores intrínsecos é capaz de responder pelas intercorrências do corpo social.

Para tanto, em sua fase de campanha, percebo que o EPT atuou como um instrumento que contribuiu no abafamento de tensões sociais eventualmente nascidas num governo que se encontrava em vias de seu enfraquecimento. O próprio Valente (1993) alude que o Documento Básico da Campanha crivava-se de um viés conservador e hierárquico, fortemente atrelado ao aspecto de controle social do governo.

Mas arrogar que após essa etapa o EPT consagrou-se como um movimento autônomo, livre das amarras governamentais, é algo que aponto como pouco consistente, em virtude de que a tutela do Estado permaneceu por meio da vinculação com a SUEPT/SEED, respaldada pela Portaria nº 522/81.

Ademais, a elaboração da Carta de Compromisso do Esporte para Todos, um código de ética, denuncia que os sujeitos tinham que se verter a orientações formuladas de cima, hierarquizadas e, nesse sentido, dificultava qualquer tentativa envidada pela descentralização.

Assim, inúmeras atividades acabaram abraçadas pela Rede EPT, o que pode ser observado pelo oferecimento de oportunidades de relatos de experiências na mídia impressa e em obras referentes ao EPT, bem como pela importância atribuída aos programas radiofônicos. Compreendo, porém, que se tratou muito mais de fomentar canais de comunicação, divulgando o arsenal de atividades esportivas que se adequassem ao arcabouço teórico do EPT, independentemente se movidas ou não por desejos comunitários.

Destaquei neste trabalho que nem sempre os relatos de experiências respeitavam os objetivos situados nos anseios das comunidades, uma vez que em algumas circunstâncias, o intuito dirigia-se em favor da lógica de produtividade, além de transitar pelas aspirações de empreendimentos comerciais. Não neguei, no entanto, que o EPT cercou-se de atividades esportivas informais, assistemáticas, muitas delas frutos das vontades presentes nas comunidades. Problematizo justamente o mote em que eu possa ser acusado de ignorar os componentes culturais presentes nessas práticas corporais e que, por conseguinte, eu estaria refutando tal vetor às potencialidades do EPT.

Pondero que as minhas conclusões não se lançam atabalhoadamente a um caráter de manipulação, uma teoria da conspiração que, aprioristicamente, denunciaria um movimento localizado no regime militar como uma estratégia perversa, conscientemente envolvendo os sujeitos que dele participavam em uma trama nefasta de utilização das

atividades esportivas informais. Recorro ao depoimento do professor Antônio Bramante, a fim de discutir melhor essas questões.

É importante deixar claro que o EPT não foi implantado em Sorocaba. A ideia dele foi absorvida pelo entendimento de lazer, tanto é que mais tarde, eu posso estar equivocado com essa minha afirmação, mas o Lamartine entendeu que o campo do lazer era mais amplo que essa ideia do Esporte para Todos. A gente discutia muito conceitualmente isso. Quer dizer, você ampliar o repertório das experiências das pessoas, a partir de uma vivência físico-esportiva, era um caminho que a gente tinha aqui, essa era a preocupação, que é uma visão educativa, transformadora do lazer, quer dizer, você atrai a pessoa para participar de uma ação comunitária, atraída por uma experiência físico-esportiva, mas isso é um processo de adesão, mas a aderência viria através de uma ampliação desse repertório cultural das pessoas. Então, através das artes, através do convívio social, e tantos outros interesses culturais do lazer, utilizando a taxionomia de Dumazedier. Então, o Decálogo servia como referencial quase que filosófico, porque eram guias gerais para a atuação. Nós fomos dialogando com esse documento conceitual produzido por esse grupo do Rio de Janeiro. Sorocaba se tornou um laboratório do EPT. Por isso que a gente era chamado, quando tinha treinamento fora, a gente ia lá e falava o que estava fazendo. E, de repente, surgiram críticas, por exemplo, a Feira da Barganha. Feira da barganha, o que tem a ver com o Esporte para Todos? Tem a ver com o interesse social do lazer. As pessoas não se movimentam, mas se quiser chamar isso como uma das vertentes do Esporte para Todos, de intervenção comunitária, para você atrair as pessoas de baixa renda, adulta, que tenha o hábito de troca. Isso nós geramos facilidades para que as pessoas se encontrassem, se reunissem e trocassem objetos. É algo que a comunidade já tinha, nós não estamos implantando e impondo. Nós apenas somos agentes facilitadores desse processo de troca. De que maneira? Divulgando, dando um apoio logístico de espaço, animando o espaço, com som para que as pessoas fossem lá e dissessem o que trouxeram para a troca, o que interessava, animando a troca, evitando que houvesse dinheiro na jogada, levando shows para animar o espaço da troca. “Então, isso não é esporte!” Não é mesmo. Isso é lazer. É mais amplo que o, a gente trabalhava com quatro profissionais de Educação Física, que fizeram curso de especialização em lazer e, esse pessoal era abnegado, fazia um pouco de tudo. A gente preparava agentes, mas que não eram agentes EPT, era um corpo de voluntários para a intervenção no campo do EPT. Isso, às vezes era criticado. Então, eu não era um agente de ligação do EPT. Eu participava muito desses treinamentos. Sorocaba não tinha os agentes de ligação, embora a gente ouvisse a Rádio EPT todo domingo pela manhã. E o nosso corpo técnico eram quatro. Em Sorocaba, a gente trabalhava com quatro profissionais de Educação Física, que fizeram curso de especialização em lazer e, esse pessoal era abnegado, fazia um pouco de tudo. A gente preparava agentes, mas que não eram agentes EPT, era um corpo de voluntários para a intervenção no campo do lazer. O Decálogo serviu sim como referência para nós aqui, mas aqui, por exemplo, fazíamos passeios a pé, passeios ciclísticos, tudo aquilo que estava dentro daquele calendário. Utilizamos e muito aquilo que propunha, mas a gente avançava na abrangência do lazer (BRAMANTE, 2015).

O próprio professor Lamartine entendeu que o lazer abrangia maiores diversidades, extrapolando os limites do EPT. Não duvido disso. Fica bem claro para mim que, quando Costa (1981b) aborda os setenta anos de experiências do EPT no Brasil, há a preocupação de enumerar os aportes culturais existentes nas práticas corporais.

Porém o meu posicionamento no decorrer deste trabalho foi o de demonstrar que os setenta anos ou diferentes cortes temporais que comportem as atividades esportivas comunitárias são mais amplos do que a acomodação em um movimento do vulto do Esporte para Todos – ou qualquer outra denominação que porventura viesse a ser adotada.

Assim, o programa de lazer de Sorocaba, desenvolvido pelo professor Bramante, traduz, no meu ponto de vista, os pressupostos capazes de conferir uma atuação autônoma, de hegemonia da população, em definir os seus caminhos, independentemente de esferas originadas de cima. Embora, em outra parte de sua entrevista, ele fale que houve uma retroalimentação entre o projeto de Sorocaba e o EPT, vejo que isso se constituía numa formalidade organizacional responsável por reforçar o seu alcance federativo, usando Sorocaba como laboratório de um aparato institucionalizado.

Eu acho que ele retroalimentou. Retroalimentou porque como era um laboratório, o movimento utilizava muito Sorocaba como exemplo, então, eu lembro muito bem, uma ocasião o Lamartine veio com o coordenador da Alemanha, o Jürgen Palm, veio aqui num evento em Sorocaba, para ver como era feita a coisa aqui. Nós trouxemos, eu já era o diretor da faculdade, através do ministério, do MEC, pelo EPT, o Primeiro Encontro Nacional de Recreação, que foi feito em Sorocaba. O Segundo Encontro de Recreação foi feito em Sorocaba. E, esses agentes estaduais vinham para o evento aqui. Então, essa figura do agente estadual é interessante, virou quase uma religião. Esse pessoal tinha o Decálogo na ponta da língua. Era um pequeno grupo alinhado com um conjunto de ideias comuns. Defendia com unhas e dentes, a convicção de que esse era um movimento que a Educação Física precisava. Tanto é que os movimentos de grande transformação da Educação Física surgem em meados de 1980, e eu quero crer que teve influências dessas pessoas (BRAMANTE, 2015).

Lanço mão sistematicamente do depoimento do professor Bramante nessas considerações finais, porque acredito que ele tenha contribuído bastante para esclarecer o diálogo que realizei com as fontes do EPT. O que debato com os defensores do EPT é sobre essa espécie de religiosidade adquirida no transcurso de suas ações.

Na passagem em que Bramante alude à Feira da Barganha, tratando-a como interesse social do lazer, para mim torna-se salutar a sua crítica em relação à determinação de

agentes do EPT em estabelecer uma rede de fiscalização que abarcaria esta religião aventada por Bramante.

Em outro momento, ao ser arguido se a desativação da campanha EPT, no ano de 1978, havia causado algum questionamento na cidade de Sorocaba, Bramante novamente se refere a particularidades nascidas dos anseios comunitários e como eles vão sendo estruturados dentro das prioridades dos grupos sociais. A despeito de não se lembrar com exatidão do processo de encerramento da campanha EPT – compreensível, visto que já se transcorreram quase quarenta anos desde então –, a sua menção à Feira da Barganha e às Férias Quentes denota o viés que me parecia descolado entre as vivências sorocabanas e as instâncias do EPT.

Não, porque a gente estava no início. A gente estava ascendendo, estava subindo, tanto é que os eventos de impacto, alguns dos eventos de impacto de 1977 e 1978, hoje ainda existem na cidade. Falo da Feira da Barganha, tentaram destruir de toda a maneira. Depois ela se deturpou. Tornou-se um ambiente de receptação de coisas roubadas. Mas, daí criou-se uma associação dos barganheiros. E a associação tem uma força política. Eles reúnem todos os domingos cinco mil pessoas no horto florestal. Então, não tem jeito de destruir esse grupo, pelo contrário, lutam por banheiros, melhores condições, levam violeiros. É um evento muito interessante. Tal como as Férias Quentes também, uma colônia de férias que foi criada em 1977, está lá até hoje, tentaram parar, pararam um ano, depois a comunidade retomou, mudaram de nome, reclamaram que deveria ser Férias Quentes de volta, hoje continua a ser Férias Quentes. Então, o EPT, ao parar em 1978, ele gerou uma nova... E aí, você deve saber muito mais do que eu, porque os congressos foram em 1980, 1982 (BRAMANTE, 2015).

Essa parte do depoimento de Bramante auxilia as interpretações seguidas no transcurso desta tese. A hipótese deste trabalho sustentou-se na ideia de que o enfraquecimento do regime militar ocasionou a tomada de medidas de cunho participativo em várias esferas administrativas, dentre as quais, na Educação Física, o esporte de massa encaixou-se como uma possibilidade suave, positiva, de promover o controle social.

Só que no contexto de desenvolvimento do EPT, é fundamental refletir sobre o aspecto identificado por Poulantzas (1985) das multidões de micropolíticas diversificadas. Afirmar que as ações do EPT espalhadas por toda a extensão do território brasileiro, através da adoção de atividades esportivas informais de múltiplas características, obedeceram a um padrão rígido de controle é um modo de depreciar as conjecturas inscritas no seio da sociedade.

Enfatizei na introdução deste trabalho o imperativo de se investigar o arsenal de fontes, mergulhar nos documentos do EPT. Com efeito, não poderia priorizar as análises apenas no Documento Básico da Campanha. Por meio da ampliação das leituras relativizei que a hipótese de controle social possui os seus limites, dado que é no campo das intervenções dos sujeitos que se materializam as experiências.

Porém a relativização não corresponde a uma adesão repentina ao EPT. Ao contrário, reitero que o seu aparato institucional procurava se alimentar de diferentes práticas corporais que lhe conferissem autonomia, descentralização e pluralismo. Assim, a minha crítica verteu-se para a hegemonia do corpo social na fruição de suas atividades esportivas diante dos discursos do EPT.

Cabe, portanto, ressaltar que eventuais suspeitas de que minhas análises causariam prejuízos à ideia de cultura nacional e que eu estaria ignorando os atributos comunitários registrados nas atividades esportivas informais são uma maneira inconsistente de ajuizar o objeto deste estudo, qual seja, avaliar em que medida um movimento do porte do EPT comportou-se sob a tutela do Estado Militar.

Nesse sentido, ao focar-me na categoria hegemonia, intentei discutir sobre o conteúdo e a forma incrustados no EPT. Por deparar-me com retóricas pautadas na participação popular, bem como na obediência às práticas localistas, incentivadoras dos desejos brotados das comunidades, percebo que elas adquirem uma atração, demarcam simpatias e conferem aos leitores e aos potenciais praticantes as credenciais necessárias para o desenvolvimento das ações. Logo, o conteúdo é sedutor.

A desconfiança, desde o início, o fator motivador de me aventurar pelas fontes do EPT, diz respeito à condução desse movimento durante um regime ditatorial, o que, a meu ver, teve a nítida pretensão de adequá-lo à conjunção política que permeava o cenário brasileiro, isto é, a forma eivou-se por um caminho de conformação, de ajustamento do EPT às demandas governamentais.

Em que pese as influências internacionais, a constatação desta tese é que o EPT no Brasil se crivou de suas particularidades e se amoldou de acordo com as exigências situadas em âmbito nacional. Quero enfatizar com isso que, em nosso país, o EPT cumpriu uma lógica própria, regulada em concordância com as diretrizes definidas no regime militar.

O grau de importância destinada ao EPT abarca a estratégia participativa governamental, em que a difusão do esporte de massa faria com que a Educação Física assumisse a sua parte nos esforços de convencer a população e aglutiná-la em torno dos objetivos colimados.

Desse modo, concluo que apresentei elementos suficientes para afiançar o caráter institucionalizado do EPT. Sigo este caminho para demonstrar que o EPT consagrou-se como um movimento que obteve significativa repercussão na área da Educação Física e, por isso mesmo, após vinte e cinco anos de seu encerramento, ainda instiga pesquisadores como eu⁷⁷. Considero o depoimento do professor Bramante interessante para se debater esta injunção.

Olha, eu pergunto a você, nos últimos quarenta anos, se você tem algum momento da Educação Física que até hoje está sendo estudado? Ele incomodou. Porque se ele está sendo estudado, é porque alguma coisa ele fez. Então, não é à toa que as pessoas estão se debruçando ainda sobre esse fenômeno e estudando. Isso quer dizer que ele desacomodou muita coisa, seja o governo militar achando que era muito bom, ou as esquerdas achando que era instrumentalização, o fato é que deu uma chacoalhada na Educação Física no momento que ele existiu, com todos os defeitos que possam ter ocorrido (BRAMANTE, 2015).

As apreciações de Bramante, no meu ponto de vista, são pertinentes no que tange à dimensão alcançada pelo EPT. Na verdade, desconheço movimentos do corte temporal do EPT que estimulem a crítica atualmente e concordo que ele desacomodou e suscitou contendas, no entanto reputo que a aludida chacoalhada não tenha contribuído para deixar um legado para o esporte de massa no Brasil, tampouco para a própria Educação Física.

Nesse aspecto, as opiniões de meus entrevistados são diversificadas, ou seja, não há um consenso sobre a efetivação de um possível legado do EPT. Numa busca rápida pela Internet, percebe-se que existem iniciativas denominadas Esporte para Todos, todavia sem quaisquer vínculos com o movimento estudado aqui neste trabalho.

Citei o "Agita São Paulo" como uma provável herança do EPT brasileiro. De fato, através de jargões de convencimento do corpo social em relação aos benefícios da adoção de um estilo de vida ativo, desvela-se o incremento da cadeia informativa, no que tange à interiorização dos sujeitos sobre o que é ser sedentário e o que é se inserir, segundo Fraga (2006), em um governo de corpos no mercado da vida ativa. "Atividade física é saúde: acumule pelo menos 30 minutos todos os dias"; "30 minutos por dia: de forma leve ou moderada, de maneira contínua ou acumulada"; "Pequenas mudanças fazem a grande

⁷⁷No momento em que termino de escrever esta tese, tenho conhecimento de outro trabalho de doutorado em andamento, de Nailze Pereira de Azevedo Pazin, o qual trata da relação do Esporte para Todos com a ditadura e a propaganda esportiva no Brasil e na Argentina entre os anos de 1976 e 1985.

diferença para alcançar um estilo de vida saudável”⁷⁸. São fundamentos que se entrelaçam, guardadas as reservas temporais, à meta de cooptar o maior contingente possível de adeptos.

Se o EPT visou a abraçar um número amplo de atividades, que algumas vezes não obedeciam ao espírito comunitário tão aludido em seus discursos, o "Agita São Paulo" construiu e ainda constrói um modelo de operação capaz de persuadir as pessoas a se acreditarem pertencentes ao padrão do estilo de vida ativo, embora eu pondere que se deva tomar o cuidado de não se arrogar uma relação de causa e efeito entre um e outro, pois cada programa possui características próprias.

Em âmbito internacional, a TAFISA – The Association For International Sports for All – é a organização responsável por espalhar a ideia do Esporte para Todos ao redor do mundo. Dentre os eventos oferecidos está o Dia Mundial do Desafio – World Challenge Day –, o qual engloba a participação de diversas cidades espalhadas pelo mundo em práticas de atividades físicas. No universo das cidades participantes, são definidos grupos de duas cidades, em que cada uma, no interior de seu grupo, compete com as outras para identificar qual delas logrou a maior percentagem de participantes⁷⁹.

Além de ser questionado o caráter efêmero de seu alcance, um dia por ano, o que torna os resultados duvidosos, entendo que o Dia Mundial do Desafio não possui uma relação imediata com o EPT brasileiro, haja vista que se trata de um evento de extensão internacional.

Portanto, verifico que as heranças deixadas pelo EPT no cenário brasileiro circunscrevem-se, em parte, ao “Agita São Paulo”, que se trata de mais um programa institucionalizado, responsável por exercer o papel de fabricação de efeitos de verdade sobre os benefícios das atividades físicas. Posto isso, quaisquer alegações de que o EPT tenha incentivado a adoção de novos hábitos relativos à difusão das práticas comunitárias, que perdurem até os dias de hoje, para mim, não encontram fundamentos que as confirmem.

Atualmente, o Ministério do Esporte está realizando o Diagnóstico Nacional de Esportes (DIESPORTE), o qual corresponde a uma pesquisa abrangendo quatro pilares: praticantes, infraestrutura, legislação e investimentos. Numa primeira etapa, foram exibidos os dados contendo o perfil dos praticantes de esportes e atividades físicas, de acordo com uma pesquisa realizada no ano de 2013 com 8.902 pessoas, fazendo-se uma projeção com o montante da população brasileira entre 14 e 75 anos⁸⁰.

⁷⁸Essas chamadas estão expostas no portal do "Agita São Paulo", o qual pode ser visualizado por meio do endereço: <<http://www.portalagita.org.br/pt/>> (acesso em: 30 ago. 2015).

⁷⁹Maiores informações sobre a TAFISA podem ser encontradas no endereço <<http://www.tafisa.net/>> (acesso em: 31 ago. 2015).

⁸⁰Informações disponíveis no endereço: <<http://goo.gl/VP4mQh>> (acesso em 7 set. 2015).

Constatou-se que 45,9% da população brasileira é sedentária, enquanto 28,5% são praticantes de atividades físicas e 25,6% são praticantes de esportes⁸¹. Apesar de quase metade da população se declarar sedentária, um número significativo diante das informações atuais referentes aos benefícios da prática de atividades físicas e esportivas, pode-se perceber que existe um avanço representativo, se comparado com a percentagem de 0,6% de praticantes de atividades físicas apresentada pelo Diagnóstico de Educação Física e Desporto no Brasil em 1971.

Teria sido o EPT um dos desencadeadores desse aumento percentual de praticantes de atividades físicas e esportivas? Diante do que expus neste trabalho, considero as limitações de tais assertivas, em virtude de que a sua moldura verteu-se para um movimento institucional que pouco contribuiu, per si, para o fomento de iniciativas comunitárias, ou seja, a fragilidade do EPT revela-se no seu precário enraizamento cultural, incapaz de alargar os horizontes do esporte de massa no Brasil, em que pesem as retóricas de que o EPT inseriu-se no panorama das atividades esportivas informais, fruídas ao gosto das comunidades.

Uma das argumentações que podem ser usadas para debater comigo situa-se na própria literatura do EPT que alardeava os setenta anos de experiências esportivas informais e afirmava que o EPT não inaugurava essas práticas. No entanto, quando Costa (1981b) menciona o futebol pelada, compreendo que a sua utilização como um dos exemplos do viés histórico do EPT esbarra em problemas conceituais, pois vivências desse porte prescindiram do aval institucional do Estado para se desenvolver.

Então, o EPT instalou-se num período em que se procurou comungar as aspirações políticas governamentais com o acesso às atividades esportivas informais. Para tanto, houve a necessidade de que atores dessem suporte ao arcabouço das experiências, sobretudo aqueles que mergulharam no aparato teórico e documental que referendou o movimento. A estes não tenho a intenção de avaliar os motivos pessoais de suas inserções no movimento.

Desculpe a ironia, mas afinal que espécie de manipulação é essa apontada por você que consegue sobreviver, se aperfeiçoar e se autoavaliar em grande

⁸¹ A página virtual do Ministério do Esporte esclarece que os entrevistados tiveram a liberdade de declarar a natureza de suas práticas, isto é, se atividades físicas ou esporte. Enfatizando que o assunto está crivado de acentuados debates acadêmicos, a página vincula atividade física à qualidade de vida e à promoção de saúde. Para a definição de esporte, a página recorre ao Conselho Europeu de Esporte, segundo o qual trata-se de uma prática orientada para o bem-estar social e para a condição física, visando a constituir relações sociais ou a obter resultados em competições esportivas de todos os níveis. Informações disponíveis em: <<http://goo.gl/doDhuO>> (acesso em: 7 set. 2015).

escala? Somos criminosos galácticos ou heróis ingênuos? Por que você e outros críticos de ocasião jamais abordam a adesão popular ao EPT e se concentram nos pressupostos manipuladores? Afinal a população brasileira é incapaz de julgar o que é bom ou nocivo para ela em termos de atividades físicas? Espero que você reflita sobre estas questões, pois a negligência delas pode gerar outra forma de manipulação, a dos dados e dos conhecimentos reunidos para sua tese (COSTA, 2015).

“Somos criminosos galácticos ou heróis ingênuos?” Em minha opinião, nem uma coisa nem outra. A aderência ou não dos sujeitos a qualquer ação emana de suas convicções pessoais, que abrangem muito mais do que uma mera acomodação em determinada instância. No diálogo com os meus entrevistados, percebi que as suas opções ao EPT englobam um conjunto de aspectos, cada qual com os seus objetivos.

Este trabalho não teve a pretensão de investigar eventuais engajamentos dos sujeitos envolvidos no EPT com as diretrizes do regime militar. Busquei analisar a presença de um movimento do porte do EPT, que se dizia democrático, em um governo ditatorial.

Também não acredito que houvesse ingenuidade dos agentes que participaram do EPT, seja os intelectuais, seja aqueles que compartilharam das experiências espalhadas em território nacional. Entendo que a amplitude contida no campo das atividades esportivas informais permite cogitar sobre as volatilidades inscritas no corpo social e como elas se ajustam no âmbito das multiplicidades.

Quero dizer com isso que a participação no EPT não denota um enredo maniqueísta concentrado em possíveis vilões ou em vítimas do sistema, mas sim é crivada das intercorrências demarcadas na sociedade. Volto a afiançar que o meu objetivo foi perscrutar a dinâmica do EPT e como ele modelou-se diante das configurações políticas, econômicas, sociais e educacionais do regime militar.

Desse modo, muito mais do que me preocupar com a identificação do viés manipulativo do EPT, procurei elementos de reflexão na categoria hegemonia, qual seja, o comportamento da população diante das orientações estatais, o que não me obriga a reconhecer no EPT eventuais traços populares sustentados pelo professor Lamartine.

Assim, não trato o EPT como um movimento de matriz popular, bem como não desmereço a capacidade de julgamento dos indivíduos, afinal defendi no decurso desta tese, recorrendo a Poulantzas (1985), que as camadas dominadas não se constituem simplesmente em títeres que se vertem aos interesses do Estado e das classes dominantes, porquanto também exercem as suas pressões, reivindicam os seus direitos, fazendo reverberar os seus desejos.

É justamente por conta disso que o EPT deixou de prosseguir o seu caminho e desvelou o desapego popular. Ele não logrou forças suficientes a partir do momento em que se separou das amarras institucionais, porque não foi um movimento que conquistou aderência, não foi sedutor, foi incapaz de persuadir a população.

É o que as fontes me apontam. Não me vejo como um manipulador de dados, apenas os interpreto. Neste trabalho lancei mão de inúmeras fontes. Assim, considero que caiba ao leitor emitir os seus juízos e tecer críticas, de acordo com as suas apreensões.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Gustavo. Ame-o ou ame-o – a música popular e as ditaduras brasileiras. *Revista Mestrado História*. Vassouras, v. 13, n. 2, 2011, p. 55-82.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- BOBBIO, Norberto. Verbete Pluralismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen Varialle et al. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte*. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.
- BRAMANTE, Antônio Carlos. Programa de lazer: a experiência da prefeitura municipal de Sorocaba. In: COSTA, Lamartine Pereira da. *Teoria do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981, p. 157-167.
- _____. Abordagem à comunidade para a realização de uma atividade esportiva. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, n. 27/28, p. 21-22, 1984.
- _____. [Entrevista relativa ao Esporte pra Todos no Brasil]. Sorocaba, 11 ago. 2015. Depoimento concedido a Sérgio Teixeira.
- BRAMANTE, Antônio Carlos. PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. EPT: uma radiografia da Revista Comunidade Esportiva. *Revista Kinesis*. Santa Maria: UFSM, n. 8, p. 13-27, 1991.
- BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília, 1975. Disponível em: <<http://goo.gl/zDRGrx>>. Acesso em: 18 out. 2013.
- _____. II Plano Setorial de Educação e Cultura. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1976c. Disponível em: <<http://goo.gl/3An7zk>>. Acesso em: 15 abr. 2013.
- _____. III Plano setorial de educação, cultura e desporto - 1980-1985. 1980b. Disponível em: <<http://goo.gl/ZJSQxw>>. Acesso em: 15 abr. 2013.
- _____. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, GB, 9 abr. 1964. Disponível em: <<http://goo.gl/b8WWMP>>. Acesso em: 13 maio 2014.
- _____. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 out. 1965. Disponível em: <<http://goo.gl/bvotwZ>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

_____. Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966. Dispõe sobre eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais; permite que Senadores e Deputados Federais ou Estaduais, com prévia licença, exerçam o cargo de Prefeito de capital de Estado; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. **Diário Oficial**, Brasília, 5 fev. 1966. Disponível em: <<http://goo.gl/8jNbeP>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

_____. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 dez. 1968. Disponível em: <<http://goo.gl/VNsMU0>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. Ato Institucional nº 12, de 1º de setembro de 1969. Dispõe sobre o exercício temporário das funções de Presidente da República pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, enquanto durar o impedimento, por motivo de saúde, do Marechal Arthur da Costa e Silva, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, GB, 1 set. 1969b. Disponível em: <<http://goo.gl/wsrGtb>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

_____. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1967a. Disponível em: <<http://goo.gl/fZhSAH>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

_____. Decreto nº 1.437, de 4 de abril de 1995. Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 abr. 1995b. Disponível em: <<http://goo.gl/T7YaqS>>. Acesso em: 4 set. 2015.

_____. Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 ago. 1970. Disponível em: <<http://goo.gl/w7eRIN>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. Decreto nº 69.450, de 1 de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 nov. 1971b. Disponível em: <<http://goo.gl/SFkb4l>>. Acesso em: 21 maio 2014.

_____. Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977. Regulamenta a Lei nº 6.251, de 08 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre os desportos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 ago. 1977. Disponível em: <<http://goo.gl/5pZ7E8>>. Acesso em: 9 jul. 2014.

_____. Decreto nº 81.454, de 17 de março de 1978. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 mar. 1978. Disponível em: <<http://goo.gl/nLkGHS>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

_____. Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969. Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 maio 1969a. Disponível em: <<http://goo.gl/rbkptt>>. Acesso em: 3 dez. 2012.

_____. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 16 abr. 1941. Disponível em: <<http://goo.gl/vq1r1Z>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

_____. Lei nº 378, de 13 de Janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 13 jan. 1937. Disponível em <<http://goo.gl/Wkyl4o>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez 1961. Disponível em <<http://goo.gl/KxLN07>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

_____. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 1967b. Disponível em: <<http://goo.gl/cBILDh>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971a. Disponível em: <<http://goo.gl/Dce9eq>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 nov. 1971c. Disponível em: <<http://goo.gl/pRRgaC>>. Acesso em: 18 out. 2013.

_____. Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975. Política Nacional de Educação Física e Desporto. Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED). Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Departamento de Educação Física e Desportos: Departamento de Documentação e Divulgação, **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 out. 1976a.

_____. Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976. Dá nova redação ao artigo 250 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, alterado pelo artigo 50 da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966, e ao artigo 118 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jul. 1976b. Disponível em: <<https://goo.gl/d09OW6>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

_____. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 ago. 1979. Disponível em: <<http://goo.gl/0y4yul>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. Lei nº 8.672, de 6 de agosto de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 1993. Disponível em: <<http://goo.gl/rKx8sK>>. Acesso em: 1 set. 2015.

_____. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 mar. 1998a. Disponível em: <<http://goo.gl/XAT7hI>>. Acesso em: 4 set. 2015.

_____. Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 set. 1998b. Disponível em: <<http://goo.gl/jZ8Uwz>>. Acesso em: 29 jul. de 2014.

_____. Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 jan. 2003 (número especial). Disponível em: <<http://goo.gl/pJtf5K>>. Acesso em: 4 set. 2015.

_____. Medida Provisória nº 1.795, de 1º de janeiro de 1999. Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 jan. 1999. Disponível em: <<http://goo.gl/G3RT6k>>. Acesso em: 4 set. 2015.

_____. Resolução nº 1, de 20 de maio de 1980a. Aprova as partes reformuladas do III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para os exercícios de 1980 a 1985. Brasília. Senado Federal, 1980a. Disponível em: <<http://goo.gl/sOhA7o>>. Acesso em: 6 jul. 2015.

CARTA DE BELO HORIZONTE. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 9-17, 2001.

CAVALCANTI, Kátia Brandão. [Entrevista relativa ao Esporte pra Todos no Brasil]. Natal, 15 maio 2015. Depoimento concedido a Sérgio Teixeira.

_____. *Esporte para Todos: um discurso ideológico*. São Paulo: IBRASA, 1984.

_____. A função cultural do esporte e suas ambiguidades. In: COSTA, Lamartine Pereira da. *Teoria do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981, p. 301-316.

CAVALLI, Alessandro. Verbete Classe. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen Varialle et al. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CIEPS. Manifesto sobre o Desporto (1964). *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília n. 14, p. 6-21, 1973.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*. São Paulo v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

CORRÊA, Arlindo Lopes. Apresentação. In: _____. (org.). *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS: MOBREAL, 1979a, p. 11-13.

_____. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: MOBREAL, n. 1, p. 1, 1980a.

_____. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: MOBRAL, n. 11, p. 1, 1981a.

_____. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: MOBRAL, n. 12, p. 1, 1981b.

_____. Editorial: Onde estamos? *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: MOBRAL, n. 3, p. 1, 1980b.

_____. Editorial: A posição do MOBRAL no EPT. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: MOBRAL, n. 10, p. 1, 1980d.

_____. Editorial: Terceira idade do EPT. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: MOBRAL, n. 7, p. 1, 1980c.

_____. MOBRAL – Apresentação. In: _____. (org.). *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS: MOBRAL, 1979a p. 11-13.

_____. MOBRAL – Pedagogia dos homens livres. In: _____. (org.). *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS: MOBRAL, 1979b, p. 15-58.

COSTA, Lamartine Pereira da. Afinal: O que é Esporte para Todos? In: _____. *Teoria do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981c, p. 15-19.

_____. As atividades do Esporte para Todos. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 38, p. 16-21, 1978.

_____. Avaliação: visão global. In: *Teoria e prática do Esporte para Todos*. Brasília: SEED-MEC, 1983b, p. 371-374.

_____. Bases institucionais do Esporte para Todos. In: _____. *Teoria do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981d, p. 21-29.

_____. Cronologia do Esporte para Todos. In: _____. *Teoria do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981e, p. 323-326.

_____. *Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil*. Brasília: CNRH-IPEA/DEF-MEC, 1971.

_____. *Educação Física e esporte não formais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

_____. **[Entrevista relativa ao Esporte pra Todos no Brasil]**. Rio de Janeiro, 10 mar. 2015. Depoimento concedido a Sérgio Teixeira.

_____. O Esporte para Todos assume compromisso com seu futuro. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 23, p. 20-23, 1983a.

_____. Implantação e desenvolvimento da campanha esporte para todos no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 35, p. 6-12, 1977.

_____. Introdução: a necessária reflexão. In: _____. *Teoria do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981a, p. 1-6.

_____. Massificação esportiva: muitos falam e poucos sabem do que se trata. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 13, p. 16-19, 1981f. Entrevista concedida a Guilherme de Lamare.

_____. Princípios do Esporte para Todos. In: _____. *Teoria do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981b, p. 9-14.

COSTA, Lamartine Pereira da; TAKAHASHI, George Massao. *Fundamentos do Esporte para todos*. Brasília: MEC, 1983.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DIAS; Lygia Paim Müller; et al. Trajetória da Rede Esporte para Todos. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 38, p. 18-30, 1986.

DIEM, Liselott; MANFRED, Löcken; HUMMEL, Siegfried. *Sportförderung in Brasilien: bericht über die förderung des sports in der Föderativen Republik Brasilien durch die Bundesrepublik Deutschland 1963 bis 1982*. Sankt Augustin: Richartz, 1984.

DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 35, p. 13-27, 1977.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

EQUIPE TÉCNICA DA FUNDAÇÃO ISHIBRÁS. Programa de ginástica matinal. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 12, p. 2-4, 1981.

FARIA JÚNIOR, Alfredo Gomes de. Modelo alternativo para a Educação Física brasileira. In: COSTA, Lamartine Pereira da. *Teoria do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981, p. 317-319.

_____. Reflexões sobre a Educação Física Brasileira – A Carta de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 19-31, 2001.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERRARO, Alceu Ravello. *História inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Por que a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire incomodava? *Revista em aberto*. Brasília: INEP, n. 90, v. 26, p. 75-94, 2013.

FERREIRA, Arthur Orlando da Costa. Editorial. *Boletim Técnico e Informativo*. Brasília, n. 1, p. 5-6, 1968.

_____. Editorial. *Boletim Técnico e Informativo*. Brasília, n. 7, p. 5-7, 1969a.

_____. Editorial. *Boletim Técnico e Informativo*. Brasília, n. 8, p. 5-15, 1969b.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIEP. Manifesto Mundial da Educação Física (1970). Disponível em: <<http://goo.gl/V1gIYD>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilene de Souza. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

FRAGA, Alex Branco. *Exercício da informação: governo dos corpos no mercado da vida ativa*. Campinas: Autores Associados, 2006.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física Brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GORENDER, Jacó. Prefácio. In: FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2. ed., v. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere*. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, v. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRUPO TÉCNICO DA CENTRAL DE DIFUSÃO – REDE EPT. II Congresso Brasileiro de Esporte para Todos. *Revista Comunidade Esportiva*. Brasília, n. 33, p. 10-11, 1985.

HAUGER-MOE, Per. A campanha Trimm na Noruega. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília n. 35, p. 70-79, 1973.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

JANNUZZI, Gilberta. *Confronto Pedagógico: Paulo Freire e Mobral*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

KONI, Pekka. Esporte para Todos na Finlândia. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília n. 35, p. 63-69, 1973.

LAMS, Armand. Esporte para Todos na Bélgica. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília n. 35, p. 37-44, 1973.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 18. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Revista Outubro*. São Paulo, n. 3, v. 1, p. 19-30, 1999.

LINHALES, Meily Assbú. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

LOBATO, Paulo Lanes. *A rede como instrumento administrativo da Educação Física*. 1989. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1989.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. Campinas: Autores Associados, 2001.

MACHADO, Afonso Antônio. E como vai a participação comunitária? *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 34, p. 20-22, 1985.

MAHEU, René. Desporto e Educação. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília n. 16, p. 7-23, 1973.

MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Verbete Desporto. In: GONZÁLES, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (Org.). *Dicionário crítico de Educação Física*. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

MARINHO, Inezil Penna. *História da Educação Física no Brasil: exposição – bibliografia – legislação*. São Paulo: Cia Brasil Editora, s/d.

MARQUES, Eric Tinoco. Editorial: O tempo de colher. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília n. 12, p. 3-5, 1972.

MCKERRACHER, Keith. Particip-action no Canadá. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 35, p. 45-51, 1973.

MEC-USP / SEED-FUNDUSP. Parques “Esporte para Todos”. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 42, p. 47-68, 1979.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Portaria nº 522, de 1º de setembro de 1981. Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Educação Física e Desportos. **Diário Oficial da**

União, Brasília, DF, 3 set. 1981. Disponível em: <<http://goo.gl/mJ85pZ>>. Acesso em: 9 jul. 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NOSELLA, Paolo; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A educação em Gramsci. *Revista Teoria e Prática da Educação*. Maringá, v. 15, n. 2, p. 25-33, 2012.

NUNES, Moysés Costa. A integração pelo esporte em Canavieiras. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 2-3, 1980.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984) e a experiência cotidiana dos professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência. 2001. 399 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PALM, Jürgen. A visão e a realidade. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 35, p. 28-36, 1973.

PAMPLONA, Confúcio. *A política e o Plano Setorial de Educação e Cultura*. Brasília: MEC, 1973. Disponível em: <<http://goo.gl/TIKYgx>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

PEREIRA, Dulcineia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. *Revista HISTEDBR on line*. Campinas, n. 40, p. 72-79, 2010.

PINTO, Joélcio Fernandes. *Representações de Educação Física e esporte na ditadura militar: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos Dedinho (1969-1974)*. 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

POULANTZAS, Nicos. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. Tradução de Lia Zatz, 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

RAMOS, Jayr Jordão. O Desporto-Jogo durante as horas de lazer do trabalhador. *Boletim Técnico e Informativo*. Brasília, n. 5, p. 63-70, 1968.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A vida política. In: _____ (Org.). *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundación Mapfre, 2014, p. 75-125. v. 5. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

RIBEIRO, Newton Heráclito. Introdução. In: *Teoria e prática do Esporte para Todos*. Brasília: SEED-MEC, 1983, p. 9-11.

ROSA, Cleci Teresinha Schleder da et al. *Teoria e prática da atividade de tempo livre*. Campo Grande: SEMCE, 1986.

ROVERSI-MONACO, Fábio. Verbete Descentralização e centralização. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen Varialle et al. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. 3. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

SEURIN, Pierre. Educação Física e Desportos: cooperação ou conflito? *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, n. 13, p. 6-13, 1973.

SEVELIUS, Bengt. Esporte para Todos na Suécia. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 35, p. 53-62, 1973.

SILVEIRA, Sônia. Servenco. In: COSTA, Lamartine Pereira da. *Teoria do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981a, p. 283-287.

_____. Supermercado Boulevard. In: COSTA, Lamartine Pereira da. *Teoria do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981a, p. 257-260.

SINGER, Paul. O processo econômico In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundación Mapfre, 2014. p. 183-231. v. 5. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Tradução de Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Tradução de Ismênia Tunes Dantas. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SNYDERS, Georges. *Escola, classe e luta de classes*. 2. ed. Tradução de Maria Helena Albarran. Lisboa: Moraes Editores, 1981.

SILVA, Claiton Márcio da. Discursos sobre a juventude rural participante de Clubes 4-S. *Revista Esboços*. Florianópolis, n. 9, v. 9, p. 143-156, 2001.

SOARES, Carmen Lúcia. *Imagens da educação no corpo: um estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2005.

SOARES, Marcelo Miranda. Mensagens. In: ROSA, Cleci Teresinha Schleder da et al. *Teoria e prática da atividade de tempo livre*. Campo Grande: SEMCE, 1986, p. 6.

STOPPINO, Mario. Verbete Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen Varialle et al. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Desenvolvimento do Esporte para Todos nas escolas de 1º grau através de métodos criativos de ensino. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 27/28, p. 9-14, 1984.

TAKAHASHI, George Massao. Resposta de uma comunidade carente a um programa de atividades esportivas não formais – EPT. 64 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

TEIXEIRA, Octávio. O momento desportivo. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 31, p. 17-23, 1976.

TEIXEIRA, Sérgio. O lazer e a recreação na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos como dispositivos educacionais (1968-1984). 251 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982.

TUBINO, Manoel José Gomes. Atividades físicas não formais: a necessidade de rediscussão. In: *Esporte não formal: propostas de programas para os municípios*. Brasília: MEC/SEED, 1989, p. 5.

_____. As tendências internacionais da Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 26, p. 7-11, 1975.

UNESCO. Carta Internacional da Educação Física e Desportos. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 41, p. 4-7, 1979.

VALENTE, Edison Francisco. A desescolarização da Educação Física e do Esporte e o universalismo olímpico. 223 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

_____. **[Entrevista relativa ao Esporte pra Todos no Brasil]**. Maceió, 12 maio 2015. Depoimento concedido a Sérgio Teixeira.

_____. Perspectivas históricas do movimento Esporte para Todos no Brasil. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

VASCONCELOS, Osny. Editorial: Esporte para Todos. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, n. 32, p. 4-5, 1976.

ANEXO 1- ENTREVISTA COM LAMARTINE PEREIRA DA COSTA

ENTREVISTADO: Lamartine Pereira da Costa

LOCAL DA ENTREVISTA: Rio de Janeiro- RJ

ENTREVISTADOR: Sérgio Teixeira

DATA DA ENTREVISTA: 10/03/2015

TRANSCRIÇÃO: Sérgio Teixeira

TEMPO TOTAL DE GRAVAÇÃO: 1:36:58

NÚMERO DE PÁGINAS TRANSCRITAS: 23

Sérgio – Professor Lamartine, bom dia. Quero dizer que é um prazer conversar com o senhor, a respeito do Esporte para Todos e, desde já, agradeço a sua cordialidade e disponibilidade em me receber, durante todo o processo de meu estudo e de prestar as informações das quais necessito. Então, a primeira coisa que eu queria perguntar para o senhor é o seguinte: gostaria que o senhor fizesse uma breve trajetória sua, tanto acadêmica, quanto profissional e, como o senhor chegou ao esporte de massa, e posteriormente à formulação do EPT no Brasil.

Lamartine – Foi meramente accidental. Eu venho do esporte de alto rendimento. Eu era de laboratório. Nada a ver entre uma coisa e outra. No início dos anos de 1960, eu estava envolvido com várias pesquisas, todas relacionadas ao treinamento esportivo e à fisiologia. Nesta década eu me tornei o primeiro autor brasileiro da educação física a publicar um artigo científico em inglês no exterior. E em 1968 recebi um prêmio de reconhecimento internacional por parte da Academia do CISM em razão de minhas pesquisas sobre treinamento físico no clima tropical e na altitude. Esta é a minha história profissional de base. Mas, eu acabei encontrando essa proposta do Esporte para Todos num congresso em Buenos Aires em 1972 que me fez desconfiar de minhas inclinações da juventude. E a desconfiança já tinha precedentes como o que ocorreu quando da elaboração do Diagnóstico da Educação Física e do Esporte em 1971, que eu fui responsável junto ao IPEA, quando me chamou a atenção o tema do esporte como recreação, por ter ênfase na revisão da literatura internacional. Os diagnósticos do IPEA, naquele estágio, partiam do conhecimento atualizado que existia então à época, sobretudo fornecido por consultores estrangeiros, grandes especialistas, atuantes em diversas áreas daquela organização do Governo Federal. Então, nós, os técnicos brasileiros fomos contaminados por essa busca da melhor informação possível. E a melhor informação do esporte mostrava o valor da recreação esportiva, até mesmo porque o

esporte que nós entendíamos no Brasil era tradicionalista e no IPEA encontramos outra proposta com fundamentos comprovados em vários países. Aquilo me surpreendeu, porque não era o que eu acreditava e fazia na época. Mas, as coisas foram acontecendo de tal maneira, que eu fui esbarrando em pessoas e inovações em congressos – eu sou uma pessoa da Educação Física e, sempre lidei com muitos eventos -, trazendo novidades do exterior e do Brasil. Então, fui contaminado pelo movimento da recreação esportiva que a gente via em congressos na Europa. Era uma ideia, uma proposição, inclusive de natureza social, para reduzir os ímpetus do esporte formal, focado na competição e já então sujeito a exageros comerciais e por vezes de exclusão social. E a Europa Unida já estava envolvida com essa ideia e grandes instituições, como a UNESCO, estavam promovendo o tema Esporte para Todos e isso me prendeu a atenção. Existe um primeiro encontro, se não me engano, em 1973, acho que eu já passei para você, do SESC, em que se discutiu a recreação e, a mim coube fazer uma apresentação sobre o lazer e, eu acabei abordando a questão do Esporte para Todos como acontecia na Europa. Então, naquele evento, acho que foi o primeiro que aconteceu no Brasil com a abordagem do Esporte para Todos na sua versão internacional, me liguei no que se chamou depois de “EPT”. Então, nessa nova concepção eu passei a aderir, pouco a pouco, por várias razões de trabalho e, sobretudo por ser inovação, algo que sempre me atraiu. Eu era do IPEA no início dos anos 70 e já atuava também como professor no mestrado de geografia na UFRJ, e por estas condições acompanhei vários colegas do IPEA que criaram o MOBRAL e, no MOBRAL eu vivenciei um ambiente que permitia a inclusão esportiva como uma solução a ser tentada no Brasil. Então, fiz a proposta para o Arlindo Lopes Corrêa, presidente do MOBRAL, e ele me disse que isso fazia parte dos princípios da entidade que ele dirigia. A razão que ele concordou foi porque, na verdade quem dirigia a área do esporte estava dentro da área da educação do IPEA que ele dirigia antes do MOBRAL. Então, ele também participou dessa coleta de informações que vinham do exterior. Ele também descobriu, entre aspas, o EPT. Então, ele inclusive costumava dizer que mais cedo ou mais tarde o esporte não formal tinha que ocorrer no Brasil. Então, era melhor dar partida ao EPT no MOBRAL, o qual tinha muitos programas envolvidos com a comunidade. Então, aparentava que o Esporte para Todos poderia ser um desses programas, como de fato ocorreu. Nesse momento, não havia a figura do Ministério da Educação. Era uma coisa mais dentro do MOBRAL. Acho que houve uma participação do Arlindo ao ministro da época que era o Ney Braga. Mas, não causou maiores consequências. Eu acho o que chamou maior atenção foi o primeiro evento do MOBRAL em Esporte para Todos, que foi uma campanha que já existia na Alemanha na época, para mobilização de praticantes não formais. Eu era muito influenciado pelas coisas da

Alemanha. Eu fiz um estágio no Deutsch Sportbund em Frankfurt na Alemanha, fiz muitos contatos e vi o EPT funcionar na prática. Então, a partir desses fatos iniciais posso responder sobre como eu me influenciei. Então, de fato, eu fui conquistado por avanços sucessivos. O primeiro evento como antes mencionei foi uma campanha pelo uso de bicicletas, sobre dar mais apoio a este veículo na vida das cidades brasileiras, proposta muito avançada para a época, aliás, sugerida pelo Arlindo. Ninguém acreditava no resultado desta promoção, mas foi um sucesso. Isso chamou as atenções gerais sobre a força popular do EPT, cuja resposta à mobilização era até então desconhecida. O Arlindo não esperava impactos, eu não esperava e acabou criando uma situação conflituosa com o Ministério da Educação, que se sentiu marginal com essa iniciativa como disse então Ney Braga: “como é que esse negócio apareceu no Mobral e nós estamos fora disso”? Portanto, o meu envolvimento é o da descoberta do EPT, primeiro pela literatura científica, depois pela influência direta do exterior, e finalmente pela associação com o MOBRAL. E no MOBRAL os bons resultados do EPT surgiram em função das bases municipais. O MOBRAL priorizava a base municipal. Pouca gente hoje sabe disso, mas o MOBRAL não era o MOBRAL federal, o MOBRAL era na essência municipal. Inclusive, o presidente do MOBRAL era uma função encontrada em cada município do país. É uma coisa importante e hoje pouco conhecida. Isso foi ideia do Mário Henrique Simonsen até onde eu sei, que deu certo, porque no município se trabalhava como voluntário no MOBRAL deles, não do governo federal. É criativo esse tipo de gestão que se mostrou muito eficaz. E na campanha Esporte para Todos ocorreram resultados eficazes por adoção de procedimento semelhante. Mas, o que me influenciou mais, e aí já é um momento brasileiro, foi a descoberta de que não se precisava trazer a ideia EPT do exterior. A proposta já existia latente em várias regiões do país, em potência e, às vezes, até em realização prática. Eu descobri isso viajando pelo interior de São Paulo e, de repente em Sorocaba, ao falar no EPT os interlocutores me diziam: “vem cá, isso que vocês estão propondo agora, nós estamos fazendo aqui há dez anos”. Eu me sentia desconfortável, mas convencido da raiz local do EPT. A testemunha deste acontecimento é o Antônio Bramante, hoje professor aposentado da UNICAMP, que você pode entrevistá-lo. E há várias pessoas daquela cidade e de outras do interior paulista à época, que poderão dizer a mesma coisa. Um exemplo típico desta situação é o município de Itapira, perto de Campinas, que se tornou já nos anos 80 uma espécie de modelo do EPT, com soluções de atividades físicas de criação local, algumas até avançadas, como a de atividades oferecidas aos idosos. Ou seja: o EPT estava muito à frente na educação física brasileira sem que os educadores físicos percebessem.

Sabe então qual foi a minha decisão, quando eu voltei para o Rio de Janeiro? Eu disse aos meus colegas que “parassem com essa história toda de EPT copiado do exterior e, pelo amor de Deus, vamos nos voltar para esse pessoal que já faz um EPT deles. Não há necessidade de trazermos uma ideia de fora. O EPT já pertence à cultura local no Brasil”. Então, já houve outro envolvimento meu com o EPT, desde que eu passei a defender radicalmente as raízes locais do esporte, situação que eu estou até hoje. E, como registro, eu estava dizendo esta particularidade para você antes da entrevista e, repito agora, os dados que foram recolhidos pelo DIESPORTE nesses três últimos anos mostram que a atividade física no Brasil não tem as suas bases apoiadas em programas governamentais. Ela é uma criação espontânea do cidadão brasileiro. Isso bate com os dados recolhidos também nos dois últimos anos pela Fundação Getúlio Vargas para o mesmo DIESPORTE, que serão dados a público proximamente e você vai ver na mídia - pode ser que você até use muitos desses dados na sua tese – que mostram que o governo fez muitos empreendimentos esportivos, mas o que vale mesmo é o que as pessoas e grupos tem feito e sempre fizeram com o esporte.

EPT é um dado da cultura nacional e que re-apareceu por ser procurado e não por criação e promoção como tem feito todos os governos com seus projetos. Aí eu confesso o meu erro, eu não entendia bem o que se passava. Eu desconhecia presente e passado do esporte não formal no país. Eu simplesmente achei que, talvez em uma atitude típica de gente jovem, como acho que até hoje com idade avançada, que os governos têm tido atitudes salvacionistas de democratizar entre aspas, o esporte. Este não precisa ser democratizado. O consumo das famílias no Brasil com artigos esportivos, com pagamentos de clubes etc., é de 52 bilhões de reais. As cifras são de 2014 para 2015, da Fundação Getúlio Vargas. O PIB brasileiro em esporte alcança 2,5%, cifra de país adiantado. Quando você vê o que é o esporte de alto nível neste contexto financeiro, a cifra revela-se diminuta. Enfim, o Brasil do esporte é o do cidadão, o Esporte para Todos. É da comunidade local. Então, nas discussões do DIESPORTE que eu participei, eu achava que poderia interferir para melhorar a interpretação cultural local do esporte, mas tenho dúvidas se os profissionais de educação física estejam preparados para aceitar esta concepção. Não tem também aceitação de parte de sua tese, pois interpretações como a sua – com base na teoria da conspiração - não levam em consideração a cultura nacional. Eu digo que tanto eu, como você, somos meros professores de educação física, que achamos que estamos salvando o mundo para fazer alguma coisa, para nos

realizarmos. Isso é verdade quanto ao esporte de alto nível, concordo. Eu trabalhei muito em laboratório e sei que este é o nome do jogo. Mas, me recuso a aceitar, já naquela época eu desconfiava e, agora mais do que nunca, diante desses dados, atitudes salvacionistas do esporte principalmente na sua versão popular, na versão do Esporte para Todos. Somos, portanto, a favor de entender o Esporte para Todos não como ele é ou como é interpretado por você ou por mim e, sim como ele é através da sociedade brasileira. Esse é o meu envolvimento com o Esporte para Todos.

Aliás, aproveito a oportunidade para sugerir que você retire o foco de minha liderança e faça entrevistas com pessoas que entenderam o EPT como um valor popular e deram continuidade ou aperfeiçoaram o que faziam mesmo depois de extinta a chamada campanha EPT. Procure por favor, o Wagner Domingos que ate recentemente dirigia um programa na Radio MEC com base na experiência dele nas ruas de lazer do Rio de Janeiro e na campanha EPT em vários estados. Procure o João Nelson dos Santos de São Paulo que re-criou várias vezes o EPT em municípios do estado dele ate meados dos anos 2000. Procure os professores Mileno Tonisse e Marco Antonio Moraes que criaram o Eixão do Lazer em Brasília durante a campanha EPT no início da década de 1980 e que ate hoje se mantém em funcionamento. Procure o Antonio Carlos Bramante de Sorocaba-SP para checar meu relato já antes passado a você sobre a existência do EPT com outras denominações e fundamentos teóricos antes do próprio EPT. Procure o Person Matias, hoje professor da UFRJ, que conviveu com o EPT na sua versão 1980 e ate hoje desenvolve atividades e interpretações teóricas avançadas sobre o esporte comunitário e da cidadania. Por que enfim procurá-los? Simplesmente porque o EPT não foi um instrumento de manipulação do governo militar como você e outros especulam e sim uma re-descoberta do esporte e da educação física que teve e tem momentos históricos antes, durante e depois da ditadura. Eu mesmo fui um animador além de teórico do EPT, pois consegui fazer uma caminhada gigante de defesa do meio ambiente na Av. Atlântica do Rio de Janeiro com 200 mil pessoas em 1992, durante a histórica Conferencia das Nações Unidas do Meio Ambiente. Em 2002 eu ainda estava atuante como mobilizador EPT desde que associado à Ana Miragaya então professora como eu da Universidade Gama Filho, e conseguiu-se reunir 87 scholars e especialistas em EPT de 36 países para uma avaliação geral do que havia acontecido com esta atividade alternativa em escala mundial desde os anos de 1960. Desculpe a ironia, mas afinal que espécie de manipulação é essa apontada por você que consegue sobreviver, se aperfeiçoar e se autoavaliar em grande escala? Somos criminosos galácticos ou heróis ingênuos? Por que você e outros críticos de ocasião jamais abordam a

adesão popular ao EPT e se concentram nos pressupostos manipuladores? Afinal a população brasileira é incapaz de julgar o que é bom ou nocivo para ela em termos de atividades física? Espero que você reflita sobre estas questões, pois a negligencia delas pode gerar outra forma de manipulação, a dos dados e dos conhecimentos reunidos para sua tese.

Sérgio – O senhor participou de uma reunião em Buenos Aires, em 1973, em relação ao Esporte para Todos, o senhor está lembrado?

Lamartine – Acho que foi antes disso em 1972.

Sérgio – Qual foi a primeira impressão que o senhor teve em relação a esse momento? Acho que o senhor teve contato...

Lamartine – Eu tenho um texto, acho que dei para você, não me recordo. Eu tinha um texto dessa reunião, reunião não, foi um congresso internacional, que definia posições a favor do Esporte para Todos. Porém eu era envolvido com o esporte de alto nível. Assim na ocasião do debate no congresso eu rejeitei e questionei a validade do EPT, pois não tinha bases científicas. Repito: o Esporte para Todos não tinha bases científicas. Eram simples propostas de desenvolvimento comunitário e eu não entendia o que era isso. Hoje eu entendo por estar mais maduro. E quem apresentou foi o Jürgen Palm, um dos líderes internacionais do EPT que ao final me procurou e disse que eu estava convidado para visitar o Esporte para Todos na Alemanha, que ele tinha certeza que eu ia mudar de ideia. E eu realmente aceitei o convite e mudei a minha cabeça completamente. Eu vim de lá com outras percepções e conhecimentos e eu vi que havia duas verdades. E já no Diagnóstico de 1971, essas duas verdades surgiram e, eu não tive a capacidade de entender que as duas coisas convivem. Existe a verdade do esporte formal, do esporte de alto nível, que é formativo, de gestão, de projeto, que é do clube, da federação, ou é do governo. E existe o esporte que é natural das pessoas, pelas ruas, pelas praias, etc., que está ligado à própria liberdade individual e grupal. Esse entendimento hoje esta incorporado na ciência e na filosofia do esporte, finalmente, depois de um ciclo de 40 anos para entender tal ambiguidade. No meu capítulo do livro recentemente publicado na Inglaterra, “The Bloomsbury Companion to the Philosophy of Sport - 2014”, denominado de “Ideology and Sport”, eu me apoiei na teoria da duplicidade do esporte havendo uma visão formal – manipulável por suposto – e outra não formal, ligada à espontaneidade dos praticantes. Portanto, a minha experiência com o EPT foi válida, pelo que representou em termos de conhecimento. Aliás, a experiência condicionou depois a própria renovação do EPT brasileiro que tem continuidade até hoje. Então, quando você diz que aquele primeiro

momento do MOBRAL tinha um sentido manipulativo, há alguma razão na sua interpretação se aí significa direcionamento. Isto porque os documentos iniciais são de formatação de uma campanha, através de regras – faça isso, faça aquilo, e tudo bem. Porém você joga as coisas da esquerda – EPT puro – para à direita, EPT manipulativo, prevalecendo então o EPT da teoria da conspiração das suas interpretações. Contudo o MOBRAL tinha uma solução para isso: ele tinha realmente regras formais, mas deixava liberdade para os agentes locais criarem as soluções próprias de gestão. Este era um dos motivos do sucesso do MOBRAL. Mas o envolvimento do Esporte para Todos com outras instituições além do MOBRAL foi a melhor solução que houve, pois o EPT se enraizou nas prefeituras e outras instituições locais do país. Tanto é que as iniciativas do MOBRAL não tiveram continuidade após sua extinção, mas o EPT continuou como se viu com o Eixão do Lazer em Brasília e no fechamento do Parque do Flamengo para os praticantes nos domingos que sobrevivem até hoje. Por quê? Porque estava enraizado. Aliás, já estava antes do MOBRAL e da campanha EPT do final dos anos 70. Assim não existem os heróis do Esporte para Todos. Não existem. Eu não sou herói do Esporte para Todos. Na verdade, eu sou um professor da classe média, de formação acadêmica avançada, que viveu e vive o mito da ciência, que estava querendo entender uma coisa que já existia ao natural. Tinha que me voltar para a cultura e não tive capacidade inicial para entender esse fenômeno por estar impregnado de ciências. Portanto, você tem razão em fazer as suas interpretações manipulativas, mas falta contextualizá-las como eu o faço agora. Aliás, você poderá classificar qualquer outro tipo de propostas esportivas na nossa atualidade democrática como manipulativa, dado a que se trata de algo pertinente ao esporte. Pegue por exemplo os manuais do Segundo Tempo, projeto esportivo gigante do governo Lula e Dilma, que você vai ver que eles são mais normativos que a própria campanha Esporte para Todos. Você pode transferir diretamente Foucault para o Segundo Tempo, mas eu não o faria, pois este programa tem também aspectos libertários. Aliás, para qualquer coisa da modernidade que você quiser, haverá algo de Foucault. Eu comungo exatamente da mesma interpretação que você tem. E se nós somos intelectuais, temos o dever de entender sim essa forma de manipulação, que usa a declaração que o sujeito é livre, mas, ao mesmo tempo, cria sistemas de dominação. A ideia de Foucault ainda persiste, mas já está desatualizada. A minha recomendação para a sua tese é relativizar este autor, pois ele não interpretou o esporte e existem outros autores mais avançados quanto à época atual. Já falamos sobre Castells, que me parece um sujeito perspicaz, e Pierre Levy, mais atualizado que Castells, sobretudo, que entra muito na comunidade para entender as novas tecnologias. Levy dá certa tonalidade e atualização em Foucault. E porque nós não precisamos atualizar a manipulação das

instituições sobre as massas. Elas sempre existiram e existem atualmente. E agora, sobretudo, desculpe se eu estou desviando o assunto, mas este é o tema do momento, agora, sobretudo, está claro que os sistemas manipulativos atuais estão baseados na eletrônica, no mundo digital. Por que o Esporte para Todos seria diferente? Então, no início ele não era a diferença, ele se tornou depois que se fez realidade. Eu só tenho um elogio que pode ser feito à minha pessoa: o de saber que tinha que mudar no sentido do que estavam fazendo no interior do Brasil. Nós abandonamos a ideia das grandes cidades e achamos que era lá no interior que o esporte espontâneo frutificava. Isso, vou dizer sem qualquer hesitação, é que merece um grande elogio e, eu me orgulho de tê-lo promovido. O resto pode criticar à vontade. É da teoria, é da manipulação das massas. Eu não posso discordar de você, mas posso propor que você também tem que considerar os contextos para evitar generalizações apressadas.

Sérgio – O senhor falou agora da questão do local e das grandes cidades. Então, a campanha EPT, lançada em 1977, pelo Documento Básico da Campanha, inicialmente foi um sucesso. Reuniu milhões de pessoas no Brasil, através dos eventos de impacto. Os eventos de impacto, na sua concepção, eles foram sendo abandonados no decorrer do EPT?

Lamartine – Foram. Por exemplo, muitas empresas entraram nesse jogo com iniciativas próprias. Os passeios de bicicleta se transformaram em comércio no Brasil. Mas, as empresas foram aprendendo que os excessos cansam a população. Então, foi mudando com o passar dos tempos. Repare que aquelas classificações de eventos de impacto, eventos comunitários, elas surgiram depois de 1981, com o livro “Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa” (Palestra, Rio de Janeiro) em que já se usava a experiência de campo como válida para o país. Pouco tinha a ver com o que era feito na Alemanha ou na Europa. Era um Esporte para Todos brasileiro e com teorias, técnicas de pessoas brasileiras. É só você olhar o livro, não fui eu quem fez sozinho aquele livro, porque tem mais de trinta autores; e quem são essas pessoas? Eram pessoas que atuavam no campo, na prática, não era eu, pois me especializei na teorização. E mais uma vez se permite: seriam todos manipuladores?

Sérgio – Os eventos de impacto podem ter gerado algum incômodo, até mesmo político, por conta da reunião de um grande contingente de pessoas no governo militar?

Lamartine – Com certeza, o passeio de bicicleta gerou incômodos, porque fui chamado à Brasília e, o ministro da Educação pessoalmente me interpelou embora eu fosse um mero servidor do MOBREAL. Acontece que à época eu já tinha notoriedade no esporte e então autoridades me consultavam e no caso do EPT me interpelaram. Este comportamento

acontece até hoje, pois acabo de ser chamado à Brasília para a apresentação dos resultados do DIESPORTE aos dirigentes do Ministério do Esporte.

Sérgio – Qual ministro?

Lamartine – Ney Braga. Eu me preocupei, inclusive. O próprio Arlindo ficou atento ao fato. Eles no MEC acharam que estava havendo abusos. E não era só esse exemplo não. O MOBRAL fazia o que queria. Estava se transformando num MEC dois. Os ministros que passavam por lá interpelavam sistematicamente o MOBRAL. E tornou-se comum funcionários da Fundação MOBRAL prestarem contas em todo o Brasil. Então, eu fui chamado à Brasília: “Como é que vocês fazem uma coisa dessas e nós não temos conhecimento”? Mas nós do MOBRAL não sabíamos. Não tínhamos a menor ideia que haveria uma grande aceitação da campanha das bicicletas em todo o país. Note que é importante entender o EPT como um sistema de ensaio e erro. Quer dizer, o EPT se ajustava ao que funcionava. Isso desautoriza a ideia de que aquilo era uma criação que os praticantes teriam que se adaptar a ela, como hoje ocorre com os projetos do governo, seja federal, estadual ou municipal.

Mas como o EPT se modificava de acordo com os acontecimentos? Então, no ensaio e erro pode ter a interpretação que tenha. Eu apresento apenas os fatos, pois eu acho que o ganho disso tudo é ter atenção sim com a manipulação do governo militar como você pesquisa. Mas, por outro lado, há a realização de um movimento voluntário como aconteceu com o EPT. Porque se não atentarmos para distinções nós perdemos até o significado de uma manifestação autêntica da cultura brasileira. Agora, minha pergunta é a você. Você já teve em conta na sua tese o prejuízo que você pode causar a uma ideia da cultura nacional, que quem lê, pode entender que o EPT foi manipulação, pois a interpretação é atrativa. Aliás, sendo o EPT um fato da cultura, você está criticando a própria população. Você tem conta disso, ou só vale aquele momento, aquele documento da abertura da campanha? Nós somos profissionais da área, você é um doutorando e eu estou dirigindo dissertações desde 1973, o que me sugere ver diferentes tons da realidade e no trato dos dados. Então, produzir conhecimento é válido, você deve fazer isso, apontar o lado negativo para a sociedade. É um dever intelectual. Dever! Não coloquei que você pode, você deve. Mas, ao mesmo tempo, nós temos que preservar os lados positivos dessas manifestações, sobretudo, as que vêm da base, da população.

Sérgio – Antes de entrar nessa questão da cultura, que é uma pergunta que farei posteriormente, eu gostaria que o senhor falasse da desativação oficial da campanha em finais de 1978 e início de 1979.

Lamartine – O EPT, em meados de 1981 e 1982, pela descentralização, ele tinha conotações muito estaduais. Em alguns se tinha exclusivamente o governo federal. Em outros, era completamente autônomo, como o caso de São Paulo. Em outros, seguia o MOBRAL. Em outros, não seguia ninguém. Era uma invenção lá de alguma liderança ou voluntários e usava só a expressão Esporte para Todos e nada mais. Então, em momentos diferentes, dependendo do interlocutor, dependendo dos documentos. Posso citar para você um exemplo definitivo. Existe uma cartilha da campanha Esporte para Todos de Rondônia, de preservação do meio ambiente, através da construção de pistas de corrida com materiais reciclados. Os líderes desta ação estavam adiantadíssimos no tempo. Ninguém tinha essa concepção. Também posso dar um exemplo do Rio Grande do Sul, que eu participei por acaso, dando capacitação a profissionais de educação física, que era uma campanha a partir da Universidade Federal de Santa Maria, que nada tinha a ver com Rondônia, mas eram pistas de uso comunitário, construção ambientalista com recursos existentes no local, dirigidos por professores de educação física. Eu participei do treinamento, que era uma iniciativa do Jürgen Dieckert, professor visitante da universidade local. Então, se você olha para o que acontecia no Rio Grande do Sul e compara com São Paulo – tinha empresas envolvidas em São Paulo – era outra coisa completamente diferente. Qual era o denominador comum? A minha resposta é a seguinte: é que esse é um fato cultural com várias direções, várias manifestações e que documentos surgem para gerenciar as atividades, dependendo de quem está dirigindo. Você vê que a riqueza de documentos EPT é muito grande, talvez a maior da educação física em sua história no país. O próprio Edison Valente inventou, pergunte isso a ele, o EPT em Alagoas sem copiar de outras ações. Ele fazia corrida de jangadas e outras atividades regionais. Ele foi para penitenciárias e criou o EPT de prisioneiros. Eu ficava até preocupado com essa variedade. Eu não sabia o que o pessoal estava fazendo e para onde se dirigiam. Havia o EPT lá do Bramante de Sorocaba que era de várias cidades do interior de São Paulo, que era uma coisa muito vinculada ao lazer, à teoria do lazer. Então, o que é o EPT? O EPT é a soma disso tudo. Ele é bem distinto das heranças que surgiram depois, como o Dia do Desafio hoje dirigido pelo SESC SP. O Dia do Desafio é agora padronizado, tendo uma entidade por trás, que se promove com isso. E está certo em se promover. Fazem isso como uma forma de promoção, que é válida em qualquer lugar. Até atende à saúde das pessoas, é formativo, é comunitário, então, merece elogios. Mas, desdobrou-se do Esporte para Todos.

Então, como é que você pode controlar uma dispersão dessa? Então eu acho que a decisão melhor, pelo menos eu me coloco assim, foi a de nacionalizar o EPT simplesmente voltando às suas raízes. Daí que surgiu a ideia da revista e a ideia do programa de rádio, que divulgavam o que os voluntários locais inventavam ou promoviam. Agora, um desafio para você. Você diz aí nos seus textos que era manipulação do governo militar. Cite alguma revista, cite algum programa, algum documento que relaciona o EPT ao governo. Até agora nunca houve resposta para esta pergunta embora o EPT sempre tenha sido criticado e patrulhado. E aproveito o ensejo para sugerir que você entreviste a Marlene Blois da Rádio MEC que produzia os programas de rádio e o Professor Jorge Steinhilber, hoje presidente do CONFEF, que trabalhou na Central do EPT instalada no Rio de Janeiro para produzir a revista “Comunidade Esportiva”, veículo mais importante do EPT enquanto teve apoios institucionais.

Em resumo, eu acho que a sua teoria foucaultiana de envolvimento indireto, como você diz nos seus textos, pode ser preservada. Mas, até certo ponto. Senão, você entra na teoria da conspiração. O risco, no caso, é de você transformar os dados de acordo com os seus interesses de defesa de uma proposta que você tem. Esse é o grande risco de qualquer pesquisa, tese ou dissertação. Minha esperança é que você preserve a sua crítica e, ao mesmo tempo, deixe uma margem para os contextos, para verificar como isso de fato ocorreu, para não haver prejuízo para a cultura nacional. Agora, de minha parte você pode criticar à vontade, porque eu não me incomodo com isso, porque já houve das mais diferentes maneiras. Agora, o que eu insisto e repito é preservar certas circunstâncias que reforçam a própria cultura nacional.

Sérgio – Então, a questão da desativação do EPT ficou muito mais no discurso? A desativação oficial da campanha, de 1978. Além do mais, não havia como haver essa desativação, porque o movimento já estava suficientemente enraizado nas comunidades para ser dissolvido?

Lamartine – Está certo. Ele se enraizou, é verdade. Então ele se assumiu, digamos assim. Ele se tornou autônomo num segundo momento. Eu concordo.

Sérgio – Então, vamos entrar na questão da dimensão cultural do movimento. No Princípio EPT “dimensão cultural”, o senhor fala que o EPT era um costume, tornar-se-ia um costume,

enquanto as atividades esportivas eram modismos. Eu gostaria que o senhor desse uma explicação sobre esse fato.

Lamartine – Prefiro a expressão tradições. O esporte é tradicional, pela própria natureza. A informação que eu quero passar para você e seu orientador é que eu levei isso seriamente. Produzi um capítulo de um livro que foi publicado na Inglaterra recentemente como já disse antes. É um livro internacional sobre filosofia do esporte. O editor do livro conhecia meu trabalho e me encomendou um capítulo. Ele me disse que o Brasil era um dos poucos países do mundo – da América Latina ele não tinha dúvida, por ser argentino – que o esporte se associou às ideologias. Então, o Brasil era uma espécie de laboratório para ideologias que se ligavam ao esporte. Então, ele me encomendou que eu fizesse um estudo a esse respeito e, eu passei um ano estudando o tema; localizei então estudos aqui feitos no Brasil, que confirmam a hipótese, através do uso ideológico assumidamente do esporte. Portanto sua interpretação do EPT como instrumento ideológico tem uma fundamentação sustentada por tradições de intelectuais ou entes políticos típicas do Brasil. E eu consegui fazer uma revisão que vem desde Marx e as relações com o esporte. Eu não cito Foucault, mas eu tentei, li tudo sobre Foucault, mas não encontrei uma relação dele com o esporte. Os outros eu encontrei. Então, foi mais fácil chegar ao ponto que desejava. Dois ou três filósofos dos Estados Unidos, filósofos do esporte, que também examinaram essa questão. Eles negam, inclusive, o marxismo. Mas eu não adotei as mesmas abordagens desses autores americanos. E elaborei a tese da dupla função do esporte na sociedade, repressor ou libertário. Entretanto, se você optar apenas pelo viés repressor então sua tese passa a ser matéria investigativa de jornal. Já na postura da filosofia do esporte, que você pode até citar na sua tese, existe um valor intrínseco do esporte. Esse valor intrínseco convive com as ideologias. Na verdade, as ideologias sempre tentam manipular o esporte. Agora, essa questão de valor intrínseco do esporte é a minha opção atual, que deixo o registro para a sua tese. E para mim é importante, pois pretendo ir além. Eu entendo que esse valor intrínseco do esporte é importantíssimo atualmente. O valor intrínseco do esporte deve ser algo sempre considerado, quando abordamos as questões esportivas. Há interesses comerciais, tem interesses gerenciais, tem ideologias, tem tecnologias. Mas o esporte tem valores que representam meios de libertação das pessoas. Não sou eu apenas que digo isso. Escolas diferentes, em momentos diferentes, chegaram a essa conclusão. Eu apenas fiz marcos no tempo para chegar a tais concepções. Enfim eu estou em campanha, não mais no Esporte para Todos. É a campanha pelo esporte como cultura nacional. Ele é muito mais importante do que a gente percebia. Ele não é uma simples atividade de clube, como muita gente pensava. Ele não é um simples motivo de um projeto,

como os governos sempre pensaram. Ele não é motivo de uma lei ou de uma democratização. Ele é um valor da sociedade. Os proprietários do Esporte para Todos é a sociedade, meu caro. E eu no passado estava interferindo na sociedade sem saber, por ser um jovem perdido, pensando que estava fazendo uma grande coisa, contaminado com ideias do exterior. Eu estava equivocado e procurei apreender e renovar minhas concepções. Isso é que os profissionais da Educação Física deveriam fazer. E é isso que devem fazer no futuro. Vamos para a escola sim, vamos para a ciência sim, vamos respeitar o esporte e a educação física dentro de nossa tradição. Mas, não vamos esquecer que há uma dimensão cultural neste tema e que nós temos que respeitar. Então, essa é a minha resposta à sua pergunta sobre a cultura e o Esporte para Todos.

Sérgio – Pode-se dizer, então, que as atividades esportivas praticadas na comunidade já eram uma questão cultural mesmo? Talvez o nome EPT seja... De efetivo componente comunitário eram as atividades esportivas?

Lamartine – Não interessa o nome que você dá. É capoeira, é capoeira. É jogo de bola, é jogo de bola.

Sérgio – O senhor até foi chamado à Brasília. A partir do momento que esses eventos de impacto não tiveram uma profusão tão densa, o movimento EPT transcorreu de uma forma tranquila, sem interferência de órgãos de chefia, como o Ministério da Educação?

Lamartine – O EPT não chamava a atenção. O EPT era uma revista e um programa de rádio. Ele não ameaçava ninguém. As coisas culturais esportivas no Brasil não chamam atenção. Elas não são valorizadas pelos governos, porque os governos não conseguem controlar. Agora, o governo quer algo que ele controla, isso é válido em qualquer governo, seja democrático ou não. Isso faz parte do próprio governo. Então, uma coisa que ele não controla, não tem interesse. O governo pode controlar a escola de samba, por exemplo? É muito complexo e até desnecessário. E, no entanto, ali se fala que tem a manipulação das massas, tem o uso de recursos que vem do exterior, etc. É manipulada pelos bicheiros... Em vez do governo militar, há agora o bicheiro que financia. E a manipulação do samba continuou depois do governo militar? Continua porque pertence ao passista, ao chefão do morro, ao cidadão que não está muito interessado que haja alguma consequência para o bicheiro. Ele está interessado no samba, na manifestação. O bicheiro é um fator de intervenção. Você pode, por exemplo, relacionar a criação dos laboratórios de pesquisa do esporte com o governo militar, pois foram quase todos produtos da ditadura. E por que nunca houve uma tese sobre

isso? Porque não há uma atração temática do mesmo modo que ocorreu com o EPT. O Esporte para Todos é possivelmente uma das maiores e melhores realizações esportivas do Brasil em todos os tempos daí ter se tornado exercício crítico das pessoas da educação física para demonstrar a sua autonomia política ou ideológica. Afinal os laboratórios são nossos – profissionais - e o EPT é deles, do povo. Então que se critique o EPT para satisfação geral. Se nós não temos interesse, nós não somos foucaultianos. Provavelmente nós manipulamos sim muita coisa. O esporte de alto nível é um expoente de manipulação. Ou não é? Sempre foi, mas não se fala ao contrário do Esporte para Todos, sabe por quê? Porque o profissional de educação física não estava envolvido diretamente nos trâmites do EPT versão dos anos 80. EPT não é escola, não é clube, não é academia. Então para que o profissional iria se envolver? Portanto a minha preferência de consultas para sua tese reside nos críticos do EPT como a Katia Brandão Cavalcanti ou a Celi Taffarel que sempre foram situadas socialmente e não regulam por interesses corporativos. Ambas já se colocaram a sua disposição diante de meus convites.

Sérgio – O senhor falou agora mesmo sobre a questão do esporte de alto rendimento. Mas, em dado momento, existe a relação do EPT com o esporte de alto rendimento. O senhor falava que a grande participação levaria a uma concentração de recursos no alto rendimento. Até mesmo a criação de uma Escola Brasileira de Educação Física, o senhor usa essa terminologia...

Lamartine – Eu usei, mas não me lembro do contexto. Esta escola entre aspas foi proposta pelo Inezil Pena Marinho nos anos 80 para criar autenticidade na educação física do país e houve um momento de aproximação do EPT por meu intermédio.

Sérgio – Depois eu leio onde está escrito e falo para o senhor. Mas é no livro de 1981. Eu não sei exatamente aonde. Mas, isso aconteceu, essa relação, essa imanência entre o Esporte para Todos e o esporte de alto rendimento?

Lamartine – Boa pergunta. Os cultores do esporte de alto rendimento não deram a menor atenção ao EPT. Se afastaram. Para o primeiro treinamento dos agentes de campo do Esporte para Todos que houve aqui no Rio, no Hotel Glória, foi convidado o Brigadeiro Gerônimo Bastos que dirigia o Conselho Nacional de Esportes. Na sua fala me desautorizou por conduzir o treinamento, pois eu não tinha credenciais para fazê-lo.

Sérgio – Que ano?

Lamartine – Isso foi antes do lançamento da campanha em 1977. Há várias testemunhas deste fato como, por exemplo, o João Nelson dos Santos que liderava o EPT em São Paulo. Mais adiante, tempos depois, nos anos 1980, houve um grupo de estudos no Congresso Nacional sobre o esporte e que me convocou para declarações. Era algo similar às CPI atuais e surgiram acusações entre os deputados de que o EPT não era esporte e prejudicava o esporte de alto rendimento. Mais uma vez o EPT emergiu como bode expiatório e este fato constou no livro síntese internacional que eu e a Dra. Ana Miragaya fizemos para o UNESCO sobre o EPT em 36 países isto é o “Worldwide Experiences and Trends in Sport for All” (2002). Em suma, o EPT nunca se deu bem com governos e com o esporte de alta competição, ambos dependentes de controles impossíveis de serem aplicados nas atividades não formais.

Sérgio – O Esporte para Todos pode ter sido alvo de resistência, por conta dos recursos, pela briga, não bem pela briga, mas pela desconfiança de que poderia interferir nos recursos do esporte de alto rendimento?

Lamartine – Aconteceu na Alemanha, na Argentina e outros países como você pode constatar no meu livro com a Ana Miragaya de 2002, publicado no exterior. Neste livro há, entretanto um caso digno de atenção em que não faz sentido à disputa entre o esporte competitivo com o EPT. Trata-se do que ocorreu com Moçambique. Neste país foi criada uma campanha para reforçar a paz, porque era conflagrado por uma guerra civil que já tinha trinta anos. Estava destruindo o país. O Esporte para Todos foi um dos instrumentos usados, porque as partes se entendiam. Não é porque o Esporte para Todos seja milagroso, mas por ser uma atividade de esporte simplificado, então você pode colocar contendores contra ou a favor, ou ambos. Esta é uma das características do esporte não formal que no Brasil surgiu na década de 1920 em Porto Alegre. Era feito na rua. No EPT brasileiro há características que nunca se modificaram. Contextualiza tais características, relativiza alguns pontos, reforça outros e deixa o legado à herança cultural da própria população.

Sérgio – Professor, continuo nessa questão do relacionamento esporte de rendimento com o Esporte para Todos. O senhor usou uma palavra no início dessa entrevista: abasileiramento. A própria expressão “Esporte para Todos” foi configurada, de acordo com o interesse de abasileiramento, além do que na introdução do livro de 1981, o senhor formula o conceito de esporte comunitário e de esporte de massa. O esporte de massa, não formal, não fazia parte do Sistema Desportivo Nacional, onde o desporto comunitário estava ligado ao desporto de alto nível. Então, eu queria que o senhor falasse sobre isso.

Lamartine – Essa expressão sempre criou muitos problemas. Desde que ela foi simplesmente importada do exterior. Era uma campanha internacional, com muita força, desenvolvida pela UNESCO e a Europa Unida. Então, imaginava-se que aqui seria a mesma coisa. O abasileiramento não foi apenas na denominação. Foi no comportamento, no desenvolvimento, na gestão das relações do Esporte para Todos. Este é o abasileiramento, mas a expressão continuou. Qual seria a outra expressão? Veio uma opção para isso, que seria o esporte não formal, como está na constituição hoje. O esporte de massa era uma expressão dos países do leste europeu, não era da Europa Ocidental.

Sérgio – O senhor falou também da questão da participação de pessoas no EPT. A maioria, voluntários, não tendo muitos professores de Educação Física. Isso pode ter contribuído para que o movimento não tivesse criado a materialidade necessária para que ele continuasse com vigor por mais tempo? Aí, o senhor fala da preocupação em formar agentes teóricos. Houve a carência de formação de agentes teóricos?

Lamartine – Se você abre o Atlas do Esporte do Brasil de 2005, há um capítulo lá, sobre o Esporte para Todos, feito pelo Edison Valente, com outro autor. Já viu esse capítulo? Ele apresenta o EPT por ordem de acontecimentos, por datas. Tem uma cronologia. Lá tem a citação de vários cursos de pós-graduação lato sensu em Esporte para Todos. Fui professor, em vários. Todos naturalmente se situaram em universidades. Uns quatro ou cinco. Mas, a profissionalização acabou não vingando. Aliás, isso não aconteceu em nenhum país. Na Argentina, eles entregaram tudo aos profissionais de Educação Física. E, no entanto, também foi esvaziado. E lá na Argentina o Esporte para Todos surgiu quando houve a desmilitarização do governo. Foi um governo democrático e eleito que criou o EPT. Pois bem, a mesma culpabilidade de manipulação surgiu lá, num governo democrático. O mesmo aconteceu no Peru. Eu trabalhei no Peru em 1992, fui avaliador de um projeto EPT, para uma agência internacional alemã em conjunto com outros especialistas e nós organizamos os procedimentos de avaliação in loco na capital Lima. O governo lá era democrático e, o Esporte para Todos foi proposto por esse governo. E a acusação era a de que aquilo estava favorecendo o governo. Tanto na Argentina, como no Peru houve reações similares. Então, a conclusão que se chega é a seguinte: o Esporte para Todos é inviável com o envolvimento do governo, seja ditatorial ou não. Não dá certo pela própria natureza do esporte não formal, porque ele entra na comunidade de forma pulverizada. Trata-se de um pertencimento da comunidade. E isso é um pouco complicado para se gerenciar de uma forma que o governo tenha efetiva participação.

Sérgio – A gente conversou antes do início da gravação sobre a questão do Decálogo. O senhor falou que foi um documento elaborado de forma bem consistente. Como ele era seguido pelos voluntários e pelos agentes que faziam parte do EPT?

Lamartine – A experiência do MOBRAL mostrou que não se podia concentrar apenas na alfabetização. Era um mundo de opções que se fazia a nível local. Quando se avaliava, não correspondia o que estava nos documentos com o que acontecia. Tanto é que o MOBRAL criou o que chama de sistema de supervisão. O que era isso? Era um acompanhamento das supervisoras, que eram treinadas permanentemente. Isso era impossível de se fazer no Esporte para Todos. Não havia condição. Porque, em cada Estado era uma coisa diferente. Como fazer outro sistema de supervisão? Aí tem um detalhe: não tinha dinheiro, só tinha dinheiro do MOBRAL para fazer a revista. O programa de rádio era projetado pelo MEC, era cedido pelo MEC. Então, não tinha recursos e essa foi uma das razões da formação da Rede EPT. Já que não podia existir a supervisão, apelou-se para uma auto-avaliação representada pelo Decálogo do EPT. Mas, esta era uma solução muito limitada. Então, o Decálogo foi uma espécie de resíduo final. Porque seus princípios se basearam no que veio do exterior, você vai ver no livro que você recebeu hoje, eles davam certo num lugar, não davam noutro lugar e então eram abandonados. Por outro lado, se via muita criatividade local. O movimento 4-S em Santa Catarina era tudo criação 4-S. O Esporte para Todos em Santa Catarina chamava-se 4-S. Quando você via o Esporte para Todos lá não tinha absolutamente nada a ver com o que tinha em qualquer documento ou em qualquer coisa que a gente falava. Quer dizer, você ia dizer que os voluntários locais estavam errados? Não, era o esporte que eles entendiam que deveria ser para os 4-S. Você quer que faça o que? Você tinha que se adaptar a essa situação. Então, eu diria que o Decálogo foi transformado em comum acordo, inclusive com os membros da Rede EPT, como o Edison Valente pode esclarecer a você. O Decálogo não é produto de uma cabeça. Ele foi sendo destilado, destilado, destilado, até chegar num determinado ponto. Ele era uma espécie de segurança final para dar coerência ao que estava sendo feito, porque ele se referia a qualquer circunstância, com exceção do item que fala no esporte de alto nível. Este item fui eu que sempre batalhei para ficar, para não criar uma guerra inicial com o esporte de competição. Porque, na Alemanha houve essa guerra. O Jürgen Dieckert foi vítima na Alemanha disso. E foi atacado por todos os lados. Os alemães diziam: procura não brigar com esse pessoal do esporte de competição, porque são radicais. Então, nós incluímos um item lá no Decálogo que com o passar do tempo se mostrou bem cabível, pois a proposta era do EPT como um dos suportes do esporte de alto nível. E

explicável. E legítimo, até certo ponto. Então, o Decálogo é um resíduo que ficou, porque cada coisa mudava com o passar do tempo e com o local.

Sérgio – Mas, os Princípios EPT. Eu falei para o senhor a respeito da sua inserção no livro de 1981. Eles não se tornaram mais exequíveis? Ou não?

Lamartine – Eles foram se mostrando mais operativos.

Sérgio – Eles foram uma consequência do Decálogo, uma revisão? Ou não?

Lamartine – Não. Os princípios já existiam antes de todos nós. Eles vinham lá dos documentos do Dieckert e do EPT da Europa Unida. O Dieckert trouxe a mensagem para o Brasil. O Dieckert publicou mais livros em português do que eu sobre o Esporte para Todos. Você está sabendo disso? Vários. Ele chegou a fazer por modalidade esportiva. Então, aqueles princípios eram vindos de fora do país. Não foram da minha cabeça. Algumas coisas colaram e outras não colaram. No Brasil as atividades eram abertas, dependia de quem fazia e do local de prática. Por exemplo, os tais eventos de impacto, eles continuaram, embora com outros nomes. Quer dizer, intuitivamente o agente local, percebia que, de vez em quando, ele precisava ter uma mudança qualquer, que é o procedimento que acontece até hoje com o Challenge Day, o Dia do Desafio. Mantem-se como um evento de impacto, mas foi adicionando atividades recreativas. O evento de impacto era, sobretudo para chamar a atenção das pessoas. Está lá nos manuais iniciais do EPT.

Sérgio – Eu queria que o senhor falasse da Carta de Compromisso do Esporte para Todos, de 1983. Por que a formulação dela?

Lamartine – A Carta de Compromisso... estou procurando na minha cabeça... O Esporte para Todos juntava muita gente, depois chamou-se de Rede EPT, isto bem antes das atuais redes sociais. Foi uma grande inovação, mas muitos membros participavam apenas para criticar. Vários. Mas, nunca deixaram de participar, porque isso fazia parte do jogo e eu concordava com isso. Eu convivia com isso. E eu achava bom, porque muitas modificações surgiram por causa disso. As pessoas criticavam e depois você modificava as ações. Até localmente isso acontecia. Quer dizer, nós aprendemos que aquilo era bom. Isso é uma coisa difícil de fazer no Brasil, você sabe disso. É difícil você aceitar crítica. É até raro. Mas, para o EPT foi produtivo. Você não tinha nada a perder e a crítica trazia ganhos e então, criou-se um acordo de cavalheiros, em rede. Então, a Carta de Compromisso foi num determinado momento que as críticas eram tão grandes, que precisava que o pessoal se entendesse melhor, para o EPT

continuar. Cada um dizia uma coisa, outros apontavam defeitos. Era uma coisa intrincada. Tem algo que você nunca perguntou e nunca citou, que veio à luz nesse momento. Eram os congressos do Esporte para Todos. Foram três. Um em Belo Horizonte, outro no Paraná-Curitiba e outro em Campo Grande, Mato Grosso todos nos primeiros anos de 1980. Nesses congressos, a proposta - quem elaborou a estrutura da proposta, foi o Alfredo Gomes de Faria Júnior, que é outra pessoa que você podia também conversar – era de um evento aberto às opiniões e críticas com soluções. Alfredo era crítico público do Esporte para Todos. Mas, ele achou o máximo essa ideia de fazer o congresso aberto, que cada um pudesse expor como quisesse. E, o próprio Alfredo foi à Belo Horizonte. Ele não foi a Campo Grande. E funcionou esse arranjo. E, até hoje eu me pergunto: por que morreu esta ideia? Por que não continuou? Então, o congresso EPT teve grandes riscos, de fato, mas, sinceramente, quem viveu essa situação aprendeu a conviver com as críticas. O Alfredo nos ensinou isso, o legado é dele. A revista “Comunidade Esportiva” publicava inclusive os itens que os críticos apontavam como negativos. Teve um determinado momento que achavam que tudo no EPT tinha que ter bases profissionais. Que uma intervenção de atividades físicas não podia ser feito por pessoas leigas. Alguém pode dizer que esses críticos estavam errados? Não. Tiveram o foro de se manifestar e se manifestaram. Por isso o EPT incomoda até hoje, por ser incomum. Você mesmo é resultado disso. Ele tem um significado sim. É do receio da liberdade excessiva, do exagero libertário, de que as pessoas acabem fazendo o que elas querem. Elas optam pela autonomia, essa é que é a verdade. Você vai fazer corrida de rua, se você quiser. Se você não quiser, você não faz. Já pensou nisso? Então, incomoda. Se incomoda, está presente. Isso não é foucaultiano. Foucaultiano é quando o controle é preservado. Como ele diz: os hospícios transformaram-se em hospitais. Aliás, tem uma tese neste departamento aqui na UERJ, contra a medicalização do esporte no Brasil. Que era a campanha que foi feita em São Paulo, do Agita São Paulo, interpretada no sentido de medicalização da sociedade. As abordagens do Agita são distintas do EPT, mas no fundo há uma correlação quando se pensa na possibilidade de manipulação.

Sérgio – Primeiro, comentando a fala do senhor, eu não sou tão radical. Tenho procurado fazer as minhas ponderações dentro daquilo que as fontes demonstram. Eu tenho as minhas opiniões, o senhor sabe disso, até fiz algumas críticas em relação ao movimento, mas acho importante, nesse momento, mesmo tendo feito essas críticas, conversar com o senhor, ter esse contato, por conta de sua participação nesse movimento Esporte para Todos e pela própria trajetória sua na Educação Física.

Lamartine – Muito obrigado. Agora, houve uma mudança, porque quem lê aquele primeiro documento do EPT que você publicou numa revista com uma crítica foucaultiana, não resume o que aconteceu como EPT, pois houve mudanças sucessivas. Assim foi produzida uma fraude acadêmica, dado a que você selecionou o que interessava para provar o que interpretava e abandonou a sucessão dos fatos. Eu apontei este desvio e você não gostou; e também não quero recuperar isso. Para mim, desculpe, eu não sei se tenho autoridade para isso. Formalmente eu não tenho. Mas, eu tomo você como orientando, pois eu vivo cotidianamente esta relação. Desde 1973 que eu oriento teses, nunca tive problemas. Porque eu respeito a pessoa que eu oriento. Mas, eu preciso dizer o que deve ser dito senão eu também pratico fraude intelectual. Você pegou a teoria foucaultiana e simplesmente transferiu para o que você selecionou. Não tem um fato, não tem uma demonstração. Aquele seu texto depõe contra você. Foucault não fez simples transferências, meu caro. Se você verificar o que eu estou dizendo, ele chegou a criar uma metodologia. Nós falamos sobre isso. Você não precisa colocar este nosso embate e eu nem vou exigir, na entrevista. Fica aqui entre nós. Você vê que Foucault era rigoroso do ponto de vista de metodologia. E aquele seu texto não tem metodologia. O texto sobre o EPT e Foucault é coisa de blog. Não sei como publicaram um trabalho daquele. Trata-se de um xingamento e não de análise, Mas eu não posso ver você como um inimigo. Eu tenho que apostar em sua honestidade. Eu estou apostando. Eu aposto com convicção. Já me dei mal em várias situações, em diversas circunstâncias de confiança irrestrita. Mas, no dia seguinte é como nada tivesse acontecendo. Vou atender outro aluno ou orientando da mesma forma. Porque senão a academia vira uma terra hobbesiana, uns contra os outros, como nós estamos assistindo agora na política. Na civilização, tem que aceitar a crítica, mas temos que aceitar também o entendimento. E, na área acadêmica, isso é vital. Isso é vital, porque nós lidamos com o conhecimento e lidamos com as novas gerações. Desculpe eu contextualizar o que eu estou dizendo, mas eu não posso ficar apenas em responder diretamente uma pergunta sua, tendo em vista uma operação do ano tal, daquilo ali, aquilo assado. Algumas coisas eu me lembro, outras não. Eu dei o máximo de material para você ler e, até mesmo, para você organizar. Eu estou achando que você conhece mais dessas coisas do que eu. Se sair outro Atlas do Esporte, você já é o autor convidado para fazer a parte do EPT. Você sabe muito mais que o Edison Valente. Mas, eu tenho que finalmente dar o suporte a você mesmo discordando e vou dar até o final.

Sérgio – Professor Lamartine, para finalizar, eu gostaria que o senhor falasse - o senhor até já abordou sobre isso, ao falar do Agita São Paulo – quais foram os legados do EPT? Mas, o EPT que surgiu com o senhor, não as atividades que o senhor fala que surgiram desde 1920.

Lamartine – Olha, eu acho que se desvaneceram, mas há vestígios por toda a parte. Quem constatou que foi uma manifestação cultural brasileira, tudo bem. Houve um proveito. Mas, isso não é um legado. O EPT já existia. E agora discute-se o passado com perspectivas de presente, como nós dois estamos fazendo nesse momento. Mas, os movimentos que vieram depois do EPT têm características muito próprias. O Agita São Paulo é muito Agita São Paulo e pouco EPT. O Agita começou parecido com o Esporte para Todos, mas não é mais. Ele sempre tentou se adaptar ao momento atual. Eu sou do conselho do Agita e ali, eu sempre estou examinando a questão, se ficou alguma coisa ou não. Em uma das reuniões, nós discutimos essa pergunta. Porque não é somente o Esporte para Todos que abordou a cultura esportiva e recreativa brasileira. Houve várias histórias similares ao EPT no passado. Será que alguma coisa ficou? Aí, é um defeito da cultura brasileira. Nós temos registro de coisas do passado, mas nós não somos hábeis em saber transformar em nossas experiências em história que consolidem a nossa cultura. Isso é algo que precisa ser mais feito no Brasil. Como comprovação do que eu estou falando, eu sou o curador do acervo da Maria Lenk. Estava lá na Gama Filho. A Gama Filho dissolveu-se e nós conseguimos tirar o acervo lá de dentro, senão ia ser destruído. A universidade está fechada. Está na justiça e vai ficar por muitos anos. E então salvamos recortes de jornais, cartas, fotos, etc. São dez mil peças. E eu trabalhei só com alunos. Eu sempre fiz acervos e história. Esta é a razão do EPT ter sido um projeto muito bem documentado no Brasil e no exterior. Dos meus doutorandos, dos nove, seis foram voluntários para manter o legado da Maria Lenk e isto para mim é formação, aperfeiçoamento acadêmico.

Meu objetivo agora é juntar voluntários e transformar aquele acervo numa memória, para que sirva de referência para o esporte de alto nível no Brasil. Porque não existe coisa igual, que examine o que houve com o esporte de competição no Brasil, nos anos de 1930 e 1940. Trata-se de uma fonte inestimável com dez mil peças. Então, o meu problema já não é mais o Esporte para Todos, porque o que precisava ser registrado já foi e continua sendo agora com sua tese. Tal como acontece agora estamos fazendo história com o tema Maria Lenk. Então quando você apareceu, eu tratei você como uma peça rara e continuo tratando. Não interessa se você vai criticar ou não, não interessa se você é influenciado por Foucault ou não. Interessa é que sua tese vai alimentar outras pessoas com conhecimentos e novas questões. Outras

situações, outras convicções e, assim, nós vamos caminhando na academia. Contudo eu me preocupo com o Agita São Paulo. Eu já falei com o Victor Matsudo. Eu sei que ele também está preocupado com a memória daquele movimento. Afinal, a área não formal esportiva do país não pode se resumir apenas no Esporte para Todos cuja memória se deve à crítica, caso contrário também já teria entrado no esquecimento.

Sérgio – Então, professor, agradeço a sua participação mais uma vez, pela disponibilidade em me atender e pela cordialidade.

Lamartine – Muito obrigado a você. Boa sorte.

(Assinatura do entrevistado)

(Assinatura do entrevistador)

ANEXO 2 – ENTREVISTA COM EDISON FRANCISCO VALENTE

ENTREVISTADO: Edison Francisco Valente

LOCAL DA ENTREVISTA: Maceió – AL

ENTREVISTADOR: Sérgio Teixeira

DATA DA ENTREVISTA: 12/05/2015

TRANSCRIÇÃO: Sérgio Teixeira

TEMPO TOTAL DE GRAVAÇÃO: 1:00:36

NÚMERO DE PÁGINAS TRANSCRITAS: 20

Sérgio – Professor Edison Valente, bom dia. Em primeiro lugar eu queria agradecer a sua presteza em me atender para responder sobre o Esporte para Todos e, gostaria de começar esta entrevista com você falando da sua trajetória no EPT.

Edison – Eu sou quem devo agradecer por sua proposta. Fico muito satisfeito mesmo, porque, como você sabe, sempre fui um grande defensor do Esporte para Todos e sempre serei. Meus trabalhos acadêmicos sempre foram voltados a ele e, fiquei muito satisfeito em saber que alguém se interessa por ele. Porque uma das coisas que me diziam quando eu fiz mestrado na UNICAMP é que meu trabalho iria ficar na prateleira, ninguém iria estudar ele. Mas, foi ao contrário. Vi muita gente lendo meus livros, estudando, fazendo trabalhos. Inclusive o último “Esporte para Todos, a desescolarização da Educação Física e o universalismo olímpico”, ele foi o mais vendido pela editora da Universidade Federal de Alagoas, lá na Bienal em São Paulo. Tivemos que reproduzir para mandar mais livros para lá. Então, é um prazer muito grande estar com você. E, eu fico à disposição para as questões que você queira fazer. E, com relação à minha trajetória, que você já fez a primeira pergunta, eu quero dizer o seguinte: eu era do esporte formal. Quando eu vi a proposta do Esporte para Todos, voltado para o não formal, eu me apaixonei. Porque a coisa que eu não gostava e até hoje não gosto, é aquela coisa repetitiva. Eu abandonei a Química por isso; porque era muito repetitiva. Então, quando eu vi o esporte não formal sendo implantado no Brasil, foi em 1977, foi quando eu entrei, eu fiquei apaixonado e aí comecei a ter asas para voar. Ou seja, ter criatividade, não ficar bitolado a treinamento esportivo. Então, eu entrei em 1977, como voluntário esportivo do MOBREAL. E o voluntário esportivo era muitas vezes aquele carregador de saco de bolas, ele era o animador, ele era aquela pessoa que se envolvia com a comunidade, enfim, a minha

trajetória iniciou aí. Eu com o MOBRAL. Na época, o Esporte para Todos ainda não era da Secretaria de Educação. Mas aí, eu voluntariamente me apresentei ao MOBRAL e daí, parti para a frente e continuei a minha caminhada.

Sérgio – Você está falando da questão de sua inserção, num primeiro momento na campanha Esporte para Todos. No seu trabalho, você tece algumas considerações sobre essa questão, inclusive sobre o Documento Básico da Campanha e sobre o Decálogo. Essa primeira fase foi um tanto diretiva, por parte do regime militar, do governo que à época era militar, ou não teve essa influência?

Edison – Veja bem. O Esporte para Todos surgiu num governo militar, mas aos poucos ele foi adquirindo asas e nós perdemos o controle. Foi um dos motivos pelo qual em 1978 o ministro Ney Braga mandou desativar a campanha, porque era um movimento de massa, estava surgindo um novo sindicalismo, surgindo centros comunitários, etc. Esse movimento de massa não interessava para o governo. Então, ele realmente começou a influenciar politicamente as pessoas. Ele surgiu no MOBRAL. Por que ele surgiu no MOBRAL? Ele surgiu porque o MOBRAL era um movimento de alfabetização e, os próprios elementos que compunham o MOBRAL, os próprios alunos, os próprios professores, exigiam que o MOBRAL tivesse um programa de esportes, um programa de atividades físicas. E, com relação a isso, foi quando o MOBRAL implantou. Foi quando o Lamartine, após um encontro na Argentina, ele veio com o Palm para o Brasil e, aqui eles lançaram a proposta. Havia um movimento que a Rede Globo tinha, o MEXA-SE. Mas, eles trouxeram, mais ou menos, uma proposta similar ao MEXA-SE, só que não usava muito a mídia. Ele trouxe para o MOBRAL. O Lamartine era do MOBRAL. Com relação a isso, foi implantada a proposta do Esporte para Todos. O Decálogo é uma visão paulofreireana. Foi o Paulo Freire que criou o Decálogo para a educação, para o MOBRAL e, o Esporte para Todos adaptou aquela visão paulofreireana. Então, a influência militar havia sim. Havia o controle, mas não tinha como conter a massa. Para você ter uma ideia, no primeiro passeio ciclístico, lá em São Paulo participaram mais de 150.000 pessoas. E a coisa começou a crescer, porque o MOBRAL realizava além dos eventos de impacto, os eventos de sustentação e os eventos permanentes. Os eventos de impacto eram para a grande mobilização. Sustentação era periodicamente em cada região. E, os eventos permanentes já eram vinculados às prefeituras, vinculados aos municípios, então, foi muito interessante essa trajetória. E, o governo militar não teve condições de breicar esse desenvolvimento do EPT no Brasil.

Sérgio - Você fala , Edison, que o Decálogo tem uma inspiração de Paulo Freire. Mas, a gente sabe que no Esporte para Todos, com essa influência do MOBRAL, o Arlindo Lopes Corrêa que era o presidente do MOBRAL, escreveu o livro dele, em 1980, em que ele vai totalmente contra o Paulo Freire, pelo menos ele critica muito a Pedagogia dos Oprimidos. Não surgiu esse embate na implantação do Decálogo?

Edison – Eu não vejo que surgiu o embate, porque o Lamartine estava à frente da coisa, então, ele tinha um poder de discussão, um poder de mobilização muito grande. E o Arlindo respeitava muito o Lamartine. Tinham divergências nas opiniões, mas se respeitava muito. Ele tem uma frase interessante que fala sobre isso, eu anotei aqui, eu não sei onde está, que ele mostra a importância do movimento. Agora, ele não admitia que a visão era paulofreireana, mas o Lamartine dizia que era. Foi que pegou o Decálogo do MOBRAL e procurou adaptar os dez itens. Mas, era visão paulofreireana, apesar da discordância do Arlindo.

Sérgio – Certo Edison. Eu continuo no Decálogo. O Decálogo tinha lá elementos consensuais, vamos dizer assim. Você pega lá, a valorização da natureza, harmonização das cidades, lazer... Mas, isso aí na mão dos voluntários era bem compreendido?

Edison – Era. O Decálogo foi divulgado perante os voluntários e perante a comunidade também, como um código de ética do movimento. Quer dizer, era um elemento de orientação para os voluntários. Logicamente, cada voluntário tinha a liberdade de interpretá-lo e executá-lo. Mas, dentro dessas questões de lazer, a saúde, o desenvolvimento comunitário, integração social, tudo isso aí, foram orientações apresentadas e, cada voluntário, localmente falando, desenvolvia as suas ações.

Sérgio – Você, como um voluntário, essas discussões sobre o Decálogo estavam constantemente presentes?

Edison – Estavam. Tanto é que a Carta de Belo Horizonte teve, praticamente, a base de sua discussão começando por aqui. Em 1984, em Belo Horizonte, quando foi redigida a Carta de Belo Horizonte, muitos experts da área estiveram presentes como: Tubino, Lamartine, Bramante, Alfredo Farias Júnior, Pérsen Cândido, Celi Taffarel, dentre outros. Inclusive eu estive lá. Tudo girou em torno do por que não criarmos a nossa carta de Educação Física para

definirmos sua identidade perante a sociedade? Na época Educação Física não sabia para que caminho deveria seguir e o que era. Então, o Tubino sugeriu : “Vamos fazer uma carta daqui propondo uma mudança em sua identidade”. O Decálogo do EPT foi uma de suas referências, isso porque nós discutíamos muito o seu conteúdo nos encontros de Agentes de Ligação do EPT.

Sérgio – Você que participou da campanha, tudo indica que ela foi um sucesso?

Edison – Olha, a Campanha EPT, no primeiro ano ou um ano e pouco atingiu 3.595 municípios no Brasil. Quer dizer, foi um negócio estupendo, foi rápido, muito rápido. Aí, depois, começou a avançar, porque só em Minas Gerais, na época tinham 700 municípios. Então, havia uma difusão muito grande.

Sérgio – Você até fala sobre isso, principalmente em sua dissertação, sobre a questão da aglomeração. Muitas pessoas reunirem-se simultaneamente pode ter causado incômodos. Você já falou da intervenção do ministro Ney Braga. Mas, era só essa questão de cima? Por quê? Eu estou falando agora do final da campanha em 1978. Meados de 1978. Eu não tenho essa data em nenhum documento, mas eu vi pela saída do Ney Braga. O Ney Braga deve abandonar o Ministério da Educação, por volta do meio de 1978. Mas, também não existiam aí algumas questões, inclusive envolvendo o Arlindo talvez, de outras disputas de poder, que não somente essa questão da aglomeração? Digo isso pela própria abrangência que o MOBREAL estava alcançando.

Edison – O Arlindo tinha uma visão muito ampla da coisa. Eu até coloco assim: “o MOBREAL assumiu a execução da Campanha Esporte para Todos, em virtude de sua grande capacidade de mobilização popular, de sua capilaridade territorial, que era usual à realização de atividades esportivas dentro da programação geral da instituição”. Essa foi uma das falas do Arlindo Corrêa. Quer dizer, assumindo a execução da campanha, em virtude da grande capacidade de mobilização.

Sérgio – Então, você acha que pode ter havido, além dessa questão da grande mobilização, disputas, questão de vaidades mesmo, pela figura do Arlindo ser muito importante, pelo MOBREAL ser muito importante e, o Arlindo estar se destacando muito naquele momento político?

Edison – Tanto na Câmara, como no Senado, eles não estavam gostando desse tipo de coisa. O Arlindo estava aparecendo muito. E, com a campanha Esporte para Todos, aí que cresceu mesmo o nome dele, com a mobilização... Até, teve uma época que o pessoal dizia assim: “O EPT é um novo partido que vai surgir no Brasil?”. Era sempre vinculado à política. Mas, foi um movimento também político, você não pode deixar de avaliar, mas que estava indo de encontro às perspectivas políticas do Brasil naquela conjuntura.

Sérgio – Aí, uma pergunta que te faço: não somente na questão das grandes aglomerações, mas também a penetração nas comunidades pode ser que tenha incomodado determinados segmentos pertencentes aos escalões de comando?

Edison – Creio que sim, porque a partir daí, começaram a surgir associações, centros comunitários. Depois veio o novo sindicalismo, em que o próprio Lula começou. Então, com essas aglomerações, a comunidade começou a se organizar. Começou a politicamente estar organizada. E começou a influenciar. E foi avançando, avançando, que chega a um ponto que você não tem mais controle.

Sérgio – Edison, eu não vejo nas minhas leituras, depois que a campanha foi extinta oficialmente em 1978, não vejo referência alguma, pode ser que exista, sobre os eventos de impacto. Existiram?

Edison – Quando a campanha foi desativada, ela passou um ano, um ano e pouco em *stand by*, parada. Aconteceram algumas organizações, mas independente da campanha Esporte para Todos. Começaram a surgir organizações comunitárias, independente de campanha, do MOBRAL. Eles faziam suas atividades. Mas, em 1979, com a desativação da Campanha Esporte para Todos, houve uma paralisação, até quando houve a transformação do DED em SEED-MEC, em 1981. Aí, foi quando o coronel Péricles Cavalcanti criou a Subsecretaria de Esporte para Todos. Daí, partiu para a Rede.

Sérgio – Eu queria que você falasse sobre isso. Ao mesmo tempo em que você tem uma autonomia, você acaba vinculado à própria SEED, que cria uma subsecretaria para isso. Isso não seria também uma forma de vincular esse movimento que poderia ser autônomo a um aparato governamental?

Edison – Veja bem. A ideia do esporte não formal pegou no Brasil. Porque nós vivíamos vinculados ao esporte formal. De repente, surge a ideia do esporte não formal, principalmente a partir de 1970, com o Cooper, corridas, etc. Na década de 1970, isso foi muito visível no Brasil, em função da aceitabilidade do povo brasileiro. É por isso que eu coloco no meu livro: Esporte... para Todos? Eu faço uma interrogação. Por que, não fica ninguém de fora? Aí, no esporte de elite é que havia uma discriminação. E no movimento Esporte para Todos, independente de campanha ou não, do tipo de atividade não formal, dava oportunidade de participação a todos. Não participava quem não queria ou não podia. Mas, essa mobilização popular em nível de Brasil foi muito grande, que mexeu muito com os setores políticos.

Sérgio – Você está falando aí de uma carta, a Carta de Belo Horizonte. Mas antes eu queria falar de outra carta, a Carta de Compromisso do Esporte para Todos, também mencionada por você no seu trabalho de dissertação, principalmente quando você fala do Esporte para Todos no Brasil. Então, por que fazer uma carta compromisso se o movimento era autônomo? Qual o sentido?

Edison – Porque com a criação da SEED-MEC, criou-se a Subsecretaria de Esporte para Todos. Essa Subsecretaria começou a municipalizar essa ideia do Esporte para Todos. Ou seja, qual foi a forma mais fácil, mais viável de mobilização? Foi a criação do agente Esporte para Todos, o agente estadual, o agente vinculado à Secretaria de Esporte, vinculado à Secretaria de Educação. Em cada Estado, em cada município, em cada local. E com isso, tinha no Decálogo, que era o seu código de ética, coisas pontuais. E com a carta de compromisso, o que aconteceu? Foi em São Paulo, no Hotel das Paineiras, em 1982 eu acho. Nós reunimos lá com os professores universitários, com os presidentes de APEF's e com os agentes estaduais do Esporte para Todos. Ali discutimos e resolvemos criar uma carta de compromisso do EPT, que falasse sobre a mobilização, sobre a divulgação e sobre a integração entre esses segmentos, oferecendo propostas e orientações sobre o movimento.

Sérgio – Estava tendo algum tipo de desvirtuamento do movimento naquele momento?

Edison – Não. Pelo contrário, estava havendo uma expansão muito grande. Agora, as APEF's estavam querendo chegar junto. As universidades, os cursos de Educação Física também. Porque inicialmente eram só os agentes. Não tinham vínculo acadêmico, não tinham nada,

nada. Então, houve uma abertura para professores de recreação, presidentes de APEF's, etc., para que montasse um grupo maior e mais heterogêneo para a discussão dessas questões no Brasil. Foi aí que surgiu a carta de compromisso, com as ideias. Tanto que foi a partir daí que se começou a falar de pesquisa no EPT. Isso foi consolidado a partir de um encontro no Rio Grande do Norte, com os professores universitários. Foi a primeira vez que se falou sobre a necessidade de pesquisas na nossa área do Esporte para Todos.

Sérgio – Então, deixa eu tentar fazer uma síntese, vamos ver se você concorda ou não. O Decálogo pode ser um instrumento ético, no âmbito das ideias e, a carta de compromisso atuava mais no contexto das relações imediatas dos agentes?

Edison – Isso. Orientações nessas ações imediatas. Por exemplo, a questão da divulgação. Ele fala sobre a questão de entidades, sobre os estudantes, as condições locais, as atividades esportivas, os profissionais de Educação Física, esportes, recreação, o material esportivo. Que tipo de material que o profissional vai usar para cada tipo de atividade não formal. Então, tudo isso tem. Tem a questão da divulgação, tem a incidência de eventos comunitários e de impacto do EPT. Tem uma série de coisas que estão no Documento Básico. Até fiz aqui um resumo para você dar uma lida. Mas, esse documento foi muito importante, porque uniu forças.

Sérgio – A carta de compromisso?

Edison – Não, o Documento Básico. Dentro do Documento Básico está a carta de compromisso.

Sérgio – Mas, vamos pegar a diferença entre o Documento Básico e a carta. Talvez, o Documento Básico fosse mais diretivo do que a carta de compromisso? É lógico que em sua dissertação você, não me lembro bem das palavras que você usa, mas o documento está um pouco coercitivo. Não são bem essas palavras, mas o documento é tendencioso...

Edison – Veja bem, o papel da Carta de Compromisso do Esporte para Todos. A carta de compromisso, na realidade, foi um documento histórico, elaborado por agentes de ligação das unidades federadas, que tentou apresentar um grau de maturidade desses agentes, em relação às suas práticas epetistas, baseadas no Decálogo, no Documento Básico do EPT e em

experiências acumuladas. Desde a implantação da campanha no Brasil, esses agentes utilizaram-se para a elaboração da Carta de Compromisso do EPT. Então, a partir dessa carta de compromisso é que veio a questão da crítica, uma série de coisas, a ideia sobre os participantes, quais eram os participantes. Por exemplo, os agentes: os agentes endógenos, exógenos, os agentes independentes, os agentes profissionais, teóricos. Então, falava sobre tudo isso aí. Quem era o agente endógeno? Era aquele da comunidade, que não tinha formação acadêmica, mas ele era um líder comunitário. Era um agente nato. Já o agente teórico, ele era o agente acadêmico, já vinculado à universidade, entendeu? Então, tinha toda uma diferença, eu coloco aqui para você.

Sérgio – Edison, o EPT é tido como um movimento pluralista, descentralizado, autônomo...

Edison – E até subversivo. Ele estava tentando subverter aquela ordem até então existente na Educação Física e no Esporte do Brasil.

Sérgio – Mas eu quero uma opinião sua. A presença de instituições privadas, inclusive visando à questão da produtividade, pode ter descaracterizado o movimento em algum momento? Vou dar um exemplo para você: Fundação ISHIBRAS, um estaleiro, colocava lá claramente essa questão de melhoria da produtividade. Isso pode ter...

Edison – Não vejo como descaracterização, mas que surgiram muitas iniciativas em prol da produtividade. Percebo que houve sim em alguns casos. O EPT foi usado por vários segmentos e de diversas formas. Então, usavam dessa forma também, como sinônimo de produtividade, sinônimo de mobilização, tinha tudo isso. Porque num movimento gigante como o EPT, nós não podíamos nos furtar de cercar essas questões; em função da perda do controle. Quando ele foi desativado em 1988, enquanto projeto previsto para dez anos de execução, a SEED/MEC não conseguia ter mais controle nenhum sobre ele.

Sérgio – Essa desativação de 1988 já estava prevista?

Edison – Se levarmos em conta o planejamento da SEED/MEC isso ainda não estava previsto, pois a ideia era de dez anos, ou seja de 1981 a 1991, se não me engano. Mas, a partir de 1986, isso já começou a ser sentido pela maioria dos Agentes de Ligação. Quem foi o secretário, qual o nome dele? Não me lembro!

Sérgio – O secretário de Educação Física depois do Péricles foi o Tubino?

Edison – Não, não.

Sérgio – Bruno.

Edison – Isso foi o Bruno. Ele era avesso ao EPT. Então, ele não aceitava que a SEED/MEC estivesse assumindo e bancando um projeto dessa natureza. Então, ele chegou a um ponto que iniciou esse processo de desativação. Antes disso eu havia sido convidado pelo Cel. Newton Ribeiro para ser o Subsecretário de EPT lá no MEC.

Sérgio – SUEPT?

Edison – SUEPT – Subsecretaria de Esporte Para Todos.

Sérgio – Newton.

Edison – Coronel Newton Ribeiro. O coronel Newton Ribeiro indicou meu nome para ser Subsecretário. Eu cheguei a ir até Brasília. Foi na época do Sarney, ocasião em que estava confusão danada em função da morte do Presidente Tancredo Neves. Eu fui até lá, tinha audiência com o ministro Marco Maciel, mas eu resolvi não aceitar o cargo.

Sérgio – O Newton continuou por determinado tempo?

Edison – Continuou, mas já estava prevista a sua saída, motivo do meu convite. Depois disso, com a minha negação, assumiu a Professora Clotilde, que era Agente de Ligação de Santa Catarina e que já estava residindo em Brasília, com lotação na SUEPT/SEED/MEC.

Sérgio – Até no congresso de 1986, o Newton respondia pela Subsecretaria.

Edison – Sim. Depois assumiu o Bruno e a Clotilde pegou um período muito ruim. Período em que o Bruno não dava apoio, cortou verbas, não queria nada. Ela queria fazer as coisas e dar continuidade ao programa, mas não conseguia, pois ficou totalmente de mãos atadas.

Sérgio – O Bruno era do esporte de alto rendimento?

Edison – O Bruno era o secretário. Era do alto rendimento e ele era avesso ao Esporte para Todos. Foi quando ele desativou a campanha. Desativou bruscamente, a campanha não, a Rede. Na época era a Rede Esporte para Todos.

Sérgio – Então, a ideia era que o EPT continuasse até 1991?

Edison – Sim. Era um projeto de dez anos, mas que na verdade muitos atropelos ocorreram, o Lamartine ficou aborrecido, o Takahashi, o Jorge Steinhilber, que era da Rede, então as coisas foram se deteriorando e, cada vez mais a Rede EPT foi minguando.

Sérgio – No congresso de Campo Grande, o EPT já estava enfraquecido, já não tinha aquele vigor que ele teve até 1984?

Edison – Olha, vou dizer: no congresso de Campo Grande eu estava lá, trabalhei muito. Foram dois lugares que eu trabalhei muito, foi em Minas e o outro lá em Campo Grande. No congresso de Campo Grande, eu não consegui ver um enfraquecimento do EPT. Lá participaram professores, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte participou com a Celi, com a Kátia Brandão, com o Lino. Ele aconteceu num espaço de pecuária, num parque de exposições onde eles adaptaram aqueles galpões e fizeram as salas de palestras. Então, inclusive eu estava apresentando o meu trabalho, num canto aqui e meu filho com 12 anos, estava do outro lado, apresentando o trabalho dele. Quando souberam que era um garoto de 12 anos que iria apresentar, esvaziou a minha sala. Foi interessante. Mas eu não vi assim o enfraquecimento do EPT naquela época. Houve sim muita discussão, a questão acadêmica, a necessidade de pesquisa.

Sérgio – Eu estou falando isso pela própria participação dos comandantes da Educação Física. Você falou que o Bruno não gostava, é uma informação que eu não tinha...

Edison – Veja bem, eu disse que ele aparentava não gostar.

Sérgio – Porque ele mesmo não vai lá e escreve qualquer coisa em relação ao congresso. Isso aí ficou a cargo do prefeito de Campo Grande, do governador, do secretário...

Edison – O próprio coronel Newton estava lá.

Sérgio – Só que ele não escreveu nada. Então, por isso que avento a hipótese de que tinha certo enfraquecimento. Tanto é que não teve o congresso de 1988 que seria em Blumenau. Pelo menos, na última edição da Revista Comunidade Esportiva tem uma propaganda sobre esse congresso de Blumenau.

Edison – Teve um encontro de agentes no Rio de Janeiro só. O último encontro de agentes foi no Rio de Janeiro.

Sérgio – Em que ano?

Edison – Foi em 1986, aliás, em 1988.

Sérgio – Porque dá a entender que aquela base queria a continuação, porque a revista falava da possibilidade do EPT ter um congresso em Blumenau, mas a cúpula que dirigia a Educação Física não tinha interesse que continuasse.

Edison – A Rede mexeu muito com vários segmentos da sociedade brasileira. A Rede expandiu-se e começou a trabalhar as questões do EPT na televisão, com panfletos, com jornais, com rádio, inclusive em cadeia nacional. Os próprios Agentes de Ligação preparavam matérias gravadas e encaminhavam para a Rede EPT. Essa foi uma outra etapa vivenciada pelo EPT no Brasil. A Rede contribuiu, em muito, para difundir o EPT pelo Brasil de uma forma fabulosa. Então, isso mexeu muito, com muita gente.

Sérgio – Eu vou problematizar uma questão: a própria Carta de Belo Horizonte não foi responsável por enfraquecer o EPT? Vou te dizer porque, aí você concorda ou não. É o seguinte: até então, o EPT tinha um bom respaldo governamental. 1984 é o fim do regime militar. A carta não se verte mais para a profissionalização do professor de Educação Física, muito mais afeita a uma garantia de reserva de mercado, porque ali não fomentaria a prática do esporte de massa?

Edison – Em 1984 foi o congresso de Belo Horizonte e, como atividade paralela, foi realizado esse encontro para a criação dessa carta. Então, doutores *honoris causa* da Educação Física, Inezil Penna Marinho que estava propondo a mudança da identidade da Educação Física. Em vez da Educação Física era cinesioantropologia ou cinesioantropometria, qualquer coisa nesse sentido, mas não foi aceito. O Lino fez uma moção com relação a essa proposta do Inezil. Realmente, ali foi o início da profissionalização, foi a semente plantada para a questão da profissionalização, do reconhecimento profissional da Educação Física no Brasil.

Sérgio – E tem muitas coisas que se assemelham à lei de 1998.

Edison – A Carta de Belo Horizonte falava do formal, do não formal, mas não tocava em EPT. Pode ver que ela não fala em EPT. Ela fala assim: esporte formal, esporte não formal, esporte de participação, esporte comunitário, fala da atuação do profissional de Educação Física, mas não fala nada de Esporte para Todos. Foi uma coisa paralela que tinha um documento genérico que atingia ao profissional de Educação Física. Era o caminho inicial para o reconhecimento da profissão.

Sérgio – Aí eu vou tratar disso. A própria elite intelectual da Educação Física pode ter sido responsável pela extinção definitiva do movimento em 1989?

Edison – Provavelmente.

Sérgio – Foi em 1989?

Edison – Foi em 1989. Em 1988, estava morto praticamente. O ano de 1988 marca simultaneamente a culminância da atuação e a desativação da Rede EPT. Nesta ocasião, já não funcionavam a revista e o programa de rádio. Em 1989 foi desativado totalmente. Provavelmente, a elite acadêmica da Educação Física... Porque, o que Lamartine falava? Ele dizia o seguinte: “nós não temos condições de assumir nada, de controlar nada, então, nós não temos o controle de mais nada”. Então, agora a comunidade está assumindo as atividades não formais, cada um coloque o nome do que quiser, lazer na escola, lazer disso, aquilo, aquilo outro. Mas, independente da sigla Esporte para Todos. Na verdade houve uma desativação do EPT enquanto um programa institucional assumido, até então, pelo Governo brasileiro. Na

verdade foi um planejamento previsto para dez anos, no nível nacional, no entanto, nos níveis locais, o programa continuou independente da marca “Esporte para Todos”.

Sérgio – Então, esse movimento de massa estava disseminado?

Edison – Estava disseminado e muito.

Sérgio – Eu tinha falado aqui na nossa conversa inicial, antes do início da gravação, do professor Bramante e do texto dele com a Leila Magalhães Pinto. Eles acusam que o EPT ficou no fazer pelo fazer. O que você tem a dizer sobre isso?

Edison – Eu faço até críticas a esse trabalho. Eu acho que é até no segundo livro, não sei se é no primeiro. Ele achava que o movimento EPT naquela época era um movimento ativista e isso ele expressa num trabalho que fez da Revista Comunidade Esportiva. Ele fez análise da revista com a Leila e eles chegaram a essa conclusão. E eu fui um dos críticos do trabalho deles, dos dois, dizendo que eram afirmações vazias. Eles não tinham como dizer que era o fazer pelo fazer. Por quê? Porque era um movimento muito heterogêneo, um movimento que você não tinha como mensurá-lo. Do jeito que eu aqui em Alagoas, como agente de ligação, procurava desenvolver um trabalho voltado para a comunidade de forma planejada, sistematizado e dentro de padrões acadêmicos e científicos, outros Agentes adotavam outras estratégias. Por exemplo, o projeto “Lazer na escola”, surgiu de uma pesquisa que nós fizemos em escolas da rede estadual de ensino, principalmente no complexo do CEP/SEC, que possui 33 escolas. Tudo começou com uma pesquisa multiprofissional que fizemos nesse complexo e verificamos o seguinte: que durante o período das aulas, em função da merenda, os alunos estavam em ascensão de produtividade intelectual, eles estavam evoluindo. Quando chegava o período de férias, que eles iam para casa e não tinham regularmente a merenda escolar, quando retornavam às aulas, voltavam com um nível lá embaixo, às vezes até piores do que quando eles tinham começado aqui no começo do ano. O que nós fizemos? Com base nos resultados dessa pesquisa, resolvemos propor um projeto lá dentro da escola, para que o aluno permanecesse na escola, mesmo no período de férias. Com atividades esportivas, com atividades culturais, enfim, ele passava o dia lá. Esse projeto, depois, envolveu a própria família. As mães iam fazer a merenda, os pais iam pintar a escola, tínhamos atividades diversas para os familiares, como cursos etc. Foi um projeto em que nós atingimos em dois anos mais de 150.000 pessoas, espalhadas em 75 municípios do Estado de Alagoas. Então, era

esse o trabalho que nós desenvolvíamos aqui, sistematizado, organizado, planejado, com o envolvimento de várias instituições como: corpo de bombeiro, exército, marinha, rede ferroviária, Universidade Federal de Alagoas, Prefeituras, bem como instituições privadas, empresas e o comércio. Foi um grande projeto, o qual merecia ser copiado e reproduzido anualmente em nosso Estado. A participação dessas instituições era de apoio, promoção e patrocínio para a mobilização. A nossa equipe planejava tudo e executava. Era um negócio fabuloso e muito produtivo. Enquanto eu estive lá na secretaria, esse projeto durou três anos. Aí depois eu me afastei e o pessoal não teve mais ânimo para dar prosseguimento.

Sérgio – Isso aí foi em que ano? Você se recorda?

Edison – Foi de 1982 a 1985. Foi um projeto de referência nacional. A partir desse ano é que surgiu a Jangada Esporte para Todos. Foi ideia nossa.

Sérgio – O Lamartine fala sobre esse trabalho seu. Edison, voltando à questão do ativismo, você não acha que o EPT precisaria de outros “edisons valentes” para que ele se consolidasse também numa dimensão acadêmica para reforçar esse seu caráter cultural e para ele ter uma sobrevida maior?

Edison – Existem muitos outros profissionais comprometidos e competentes por esse Brasil afora. O Bramante fala isso, mas ele tinha um trabalho muito bonito lá em Sorocaba, trabalho de ação comunitária. E ele desenvolvia esse tipo de trabalho. O que ele não concordava era com os eventos de impacto. Para ele, o ideal seriam os eventos permanentes, de sustentação. Ele não aceitava os eventos de impactos, dizia que aquilo era ativismo, mas para você divulgar alguma coisa, mobilizar a massa para alguma coisa, você tem que realizar periodicamente um evento de impacto. Por exemplo, agora mesmo tivemos essa campanha contra a Dilma, contra não sei o que, isso é impacto, chamar a atenção popular. E os eventos de impactos no EPT eram ativismo mesmo. Era fazer por fazer. Era chamar a atenção. O Bramante tinha razão em chamar de fazer por fazer, mas ele se refere ao EPT e, eu não concordei com ele, porque não foi o EPT, mas foram os eventos de impacto que eram realizados no EPT.

Sérgio – A gente pode dizer que o EPT demarcou um novo paradigma para a Educação Física no Brasil?

Edison – Com certeza. Para mim, eu vejo a Educação Física antes do EPT e a Educação Física depois do EPT. Houve um marco muito grande na Educação Física, porque a partir do EPT, nós começamos a pensar a Educação Física de uma forma diferente. Houve uma quebra de paradigma daquele sistema tradicional do “um, dois, feijão com arroz” e começamos a desenvolver trabalhos diversos, científicos. Vieram os professores que foram para os Estados Unidos e para a Europa fazer mestrados e trouxeram uma nova visão para a Educação Física. A partir desse marco histórico, começaram a surgir os cursos de Educação Física em nível de graduação, cursos de especialização, os cursos de mestrado e começou a surgir outras ideias nas universidades. Aqui mesmo, na Universidade Federal de Alagoas, no Curso de Educação Física, houve uma mudança total e, eu vejo que realmente o EPT foi responsável por isso e foi um dos instrumentos para que houvesse a quebra de paradigmas na Educação Física. Ele foi uma das sementes da profissionalização da Educação Física que por meio da Rede EPT, encabeçada por Jorge Steinhilber, que era o presidente da Rede, começou a trabalhar em prol da profissionalização.

Sérgio – Mas essa profissionalização não acabou também enfraquecendo um pouco o EPT, por conta da inibição da atuação dos voluntários, dos agentes?

Edison – O enfraquecimento já tinha ocorrido com a desativação do programa, da Rede. E depois surgiram novas frentes de trabalho, que foram voltadas para a briga para o reconhecimento profissional da Educação Física. Então, isso tirou o foco. O foco esteve mais voltado para o reconhecimento profissional. Mas as coisas comunitárias continuaram acontecendo, como continuam até hoje. Há pouco tempo nós realizamos aqui em Maceió um grande evento na Praça do Centenário, para homenagearmos os Dias dos Profissionais da Educação Física e da Nutrição. Foi um evento de impacto, mas que nós também planejamos, divulgamos informações, distribuimos panfletos sobre a importância do profissional. E, nós conseguimos juntar na praça, que normalmente a prefeitura faz eventos e junta de 100 a 200 pessoas, nós conseguimos mobilizar mais de 3.500 pessoas nessa praça. Quer dizer, mostrando a importância do lazer e da saúde para as pessoas, para as comunidades, que, juntamente com o pessoal da nutrição, nós conseguimos realizar esse evento. Então, as coisas acontecem. Realmente, com a questão da profissionalização, questão da briga pelo reconhecimento profissional, tirou de foco um pouco essa questão, mas as coisas continuaram a acontecer. Continuaram, independente de sigla EPT ou não.

Sérgio – Então, vamos lá. Independentemente de sigla, vamos falar um pouco de política governamental. O fim do regime militar pode ter provocado o fim do EPT?

Edison – Eu creio que não. O regime militar foi muito bom para a implantação do EPT, da campanha, mas na Rede eu não vi influência. O fim do regime militar influenciando a queda do EPT, não. Eu não vi, porque depois da desativação da campanha, a partir da SEED-MEC, era uma visão totalmente diferente do que aquela que se fazia na campanha, porque era mais constituída de eventos de impactos.

Sérgio – Mas não tinha certa institucionalização, mesmo por conta da Portaria 522/81?

Edison – Houve uma institucionalização, mas isso não quis dizer que ficou como uma rédea do povo brasileiro não. Havia uma rédea para os agentes estaduais, as secretarias que recebiam recursos. Então, o governo cobrava, mas independente disso, eu não vejo. Eu vejo que a partir daí, o EPT, com a criação da Rede, cresceu muito. Muito mesmo! Muito mais que a campanha e, a partir daí, começou a caminhar com suas próprias pernas.

Sérgio – Edison, para encerrar a nossa conversa, no que tange à desescolarização, que é o título de sua tese, o EPT conseguiu implantar um legado para a Educação Física brasileira?

Edison – Conseguiu. Veja bem, esse termo desescolarização não é meu. È um termo que Illich utilizou e, quando eu fui para a Grécia, inclusive eu senti muita dificuldade para encontrar um termo que identificasse desescolarização. E, na minha tese lá na Grécia, eu encontrei no termo “Unschooling” aquele mais próximo para o que eu queria definir como “Desescolarização”. Mas eu apanhei muito lá daqueles ingleses, daqueles alemães, porque eles não aceitavam bem a questão da desescolarização. Depois disso, eu procurei definir bem o que era desescolarização, naquele meu trabalho e, aí eles aceitaram.

Sérgio – Aí você usou o Illich?

Edison – É, eu disse que esse termo não era meu e eu adaptei à Educação Física, porque o Illich usou na educação. Eu usei na Educação Física e no esporte. Então, a questão da desescolarização é porque, veja bem, eu via e vejo ainda hoje, com a implantação do

programa Esporte para Todos, as pessoas começaram a praticar atividades dentro da escola e fora da escola. A mídia começou a influenciar demais. O Lamartine criou o constructo formal e o não formal e eu acrescentei á esse constructo o informal. Numa das ocasiões em que estive com ele fui questionado: “Mas por que o informal”? Respondi-lhe de que o informal estaria vinculado à informação. Por exemplo, uma pessoa assiste, num programa de televisão, a prática do voleibol de praia. Ela recebe aquele estímulo e passa a praticar esse esporte. A partir daí ela passa a gerir aquela atividade, de acordo com as suas conveniências. Mas, antecipadamente, recebeu a informação da mídia que foi o elemento estimulador para que ele começasse a praticar aquele esporte. Então, quando eu falo de desescolarização é porque a Educação Física estava vinculada antigamente muito à escola tradicional e aos métodos historicamente tradicionais. Foi somente a partir do programa EPT que houve o incentivo à prática comunitária, o incentivo à prática de espaços livres e a grande maioria das pessoas começaram a desenvolver determinadas atividades onde e quando queriam. Então, a minha ideia foi em relação a isso quando eu criei o termo desescolarização, ou seja, atividade física fora do contexto da escola, o esporte, a atividade física, a atividade de lazer, enfim, a desescolarização surgiu disso. E teve influência sim, porque quando houve essa quebra de paradigma na Educação Física, o EPT foi um dos pontos que colaborou para essa quebra de paradigma da Educação Física tradicional, daquela Educação Física antiga, principalmente a partir dos anos 1970, com o Cooper. Diante disso, houve essa quebra de paradigma e as coisas começaram a acontecer diferentemente na Educação Física brasileira.

Sérgio – E hoje o legado que o EPT traz é que ele conseguiu fomentar muito mais práticas esportivas na população, saindo daquilo que o Lamartine falava lá no Diagnóstico de 1971, de que 0,6 % da população praticavam atividade física e o EPT tem uma contribuição fundamental...

Edison – Sabe um exemplo disso aí que está registrado e cadastrado é o Atlas do Esporte. Sabe qual é o esporte mais praticado no Brasil?

Sérgio – Vôlei de praia?

Edison – A pesca é o esporte mais praticado no Brasil. Normalmente nos referimos ao futebol, ao vôlei de praia etc. Está lá registrado no Atlas do Esporte. Eu tenho dois capítulos ali no Atlas. Então, o Atlas foi um documento que veio registrar, veio mostrar a realidade do

esporte brasileiro. A própria pesquisa da UNESCO que nós fizemos tem uma visão geral do Esporte Para Todos no Brasil e apresenta uma cronologia histórico-geográfica das atividades de lazer no Brasil, que eu passo para você, que define bem isso que eu estou afirmando. Olha, o livro da UNESCO que nós participamos, que tem umas referências aqui também, coletâneas dos encontros de história. Tem bastante coisa. E, eu vejo que a desescolarização veio para ficar. Hoje com a mídia divulgando cada vez mais as coisas do esporte ela está em alta e não é à toa que os organismos internacionais já rotulam a Educação Física como a profissão do século XXI. Ou seja, nós profissionais temos que ter muito cuidado e muita responsabilidade com o que fazemos, porque se nós somos rotulados como a profissão do século XXI, nós temos que fazer jus a isso aí.

Sérgio – Edison Valente, queria ter agradecer por sua receptividade comigo e se você quiser acrescentar alguma coisa, algo que eu não perguntei que você queria falar, você pode ficar à vontade. Por favor, faça as suas considerações finais.

Edison – Sérgio, foi um prazer muito grande estar participando dessa entrevista, porque é um assunto palpitante, eu gosto demais, gostaria de estar junto com você, trabalhando com você nessa tese, porque eu adoro essa temática. E dizer o seguinte: o EPT trouxe um legado para a Educação Física brasileira que não se acaba mais, que a coisa está presente no dia a dia, principalmente nesse processo de desescolarização, quando isso aconteceu tranquilamente e que nos proporcionou outra visão sobre a Educação Física, outro perfil do profissional da Educação Física, principalmente depois da criação dos conselhos. Hoje, a sociedade já tem um outro perfil do profissional da Educação Física. Com a divisão do bacharelado e da licenciatura, bacharelado vinculado à saúde, licenciatura à educação, a visão de atuação do profissional de Educação Física passou a ficar bem diferente. E essa sementinha surgiu com a Carta de Belo Horizonte. Foi, na verdade, a primeira sementinha implantada, no encontro realizado lá em Belo Horizonte, que começou a alavancar essa discussão em torno da profissionalização. Depois disso, por vários anos, várias iniciativas aconteceram em prol da regulamentação do profissional da Educação Física. E essa carta foi, como eu falei anteriormente, um marco histórico advindo desse evento paralelo ao congresso EPT. Na verdade, apesar de tudo isso, tivemos muitas críticas em relação ao EPT e temos ainda hoje, principalmente por pessoas que concordam ou não concordam com a ideia do que foi apresentado por ele. Mas, isso faz parte do processo gigante como esse! Hoje, o Esporte para Todos existe no Brasil por expressão cultural ou iniciativas de intervenção, ambas de

ocorrência local ou por programas de alcance nacional desenvolvidos pela iniciativa privada e sem relações entre si, todos com denominações e conceitos próprios. Fico satisfeito em ver uma pessoa como você, vir aqui a Maceió para saber alguma coisa sobre a minha vida no EPT, sobre o EPT em si, porque eu acho que ele ainda precisa de estudos mais aprofundados igualmente a esse que você está desenvolvendo. Eu acho que seu trabalho vai ser uma espécie de referência para outros novos estudos, assim como foi o meu. Eu tenho prazer de passar às suas mãos um livro meu sobre o Esporte para Todos, não sei se você já o tem. Sinto-me lisonjeado em passá-lo para você, bem como, tenho esse outro livro aqui, que já está esgotado, mas como você disse que já possui a cópia da minha dissertação, não vejo a necessidade de entregá-lo. Muito obrigado Sérgio, pela confiança, pelo seu carisma e por sua dedicação para dar continuidade a essa temática.

(Assinatura do entrevistado)

(Assinatura do entrevistador)

ANEXO 3 – ENTREVISTA COM KATIA BRANDÃO CAVALCANTI

ENTREVISTADO: Katia Brandão Cavalcanti

LOCAL DA ENTREVISTA: Natal- RN

ENTREVISTADOR: Sérgio Teixeira

DATA DA ENTREVISTA: 15/05/2015

TRANSCRIÇÃO: Sérgio Teixeira

TEMPO TOTAL DE GRAVAÇÃO: 1:26:57

NÚMERO DE PÁGINAS TRANSCRITAS: 13

Sérgio – Professora Katia, bom dia. Em primeiro lugar, queria agradecer a sua disponibilidade em me receber, para tratar do tema “Esporte para Todos” e, a minha primeira pergunta é sobre a sua trajetória no Esporte para Todos. Você me mandou um memorial recentemente, em que você fala do seu processo tanto da busca dos teóricos do lazer, como de seu processo de autoformação nessa situação do lazer, que estava vinculado ao Esporte para Todos. Eu queria que você fizesse um comentário sobre isso.

Katia – Eu já mandei para adiantar Sérgio, aquele material... Também tenho uma cópia aqui daquele memorial, sobre aquele envolvimento e, tenho até dificuldade em repetir, por isso é que eu pensei que você já estava gravando. Dificilmente eu vou repetir o que eu já falei aqui. Mas eu preferia que você, nessa descrição de trajetória da Educação Física, dissesse o que mais especificamente você gostaria que eu complementasse que não estaria naquele documento. Porque muitas coisas já estão nos escritos, eu penso que não preciso falar, pois já estão divulgados. Mas, o que é mais importante nessa minha trajetória de Educação Física no EPT?

Sérgio – Me fale sobre o seu contato com o Esporte para Todos.

Katia – O Esporte para Todos institucional. Então, eu fui convidada pelo Lamartine, quando eu voltei do curso de especialização em lazer, em Porto Alegre. Estava concluindo a minha monografia, que tratava de uma experiência piloto em Porto Alegre e que estava sendo objeto de análise para a construção de uma Política Nacional de Centros Sociais Urbanos. Então, era uma experiência pioneira de Porto Alegre e, isso tinha tudo a ver com que o grupo gestor da Secretaria de Esporte e Lazer do Ministério da Educação, tendo à frente o Lamartine, que já

visualizava uma política de esportes que abrigasse o Esporte para Todos e que depois se configurou como a dimensão do “esporte de massa”. Então, já existia essa perspectiva. E também porque era necessário escrever documentos para a Campanha Esporte para Todos. Já estava definido que seria uma campanha. O nome não estava ainda definido. Parece que foi feito até um concurso para saber qual era o nome mais adequado para essa campanha, como tinha sido na Alemanha para o surgimento do TRIMM. Houve até um concurso. Esse grupo participava de trabalhos no Rio de Janeiro, era muito prestigiado, na sede da presidência do Mobral, na Ladeira do Ascurra no Cosme Velho, no Rio de Janeiro. E quem na época era a autoridade máxima era o Mário Henrique Simonsen. E precisava de profissionais, no caso da Educação Física, que soubessem ler e escrever, também tivessem facilidade com leitura da bibliografia estrangeira, porque a literatura especializada era em francês, inglês e em espanhol naturalmente; alemão também seria um requisito, mas não era o meu caso. Então, buscava-se esse profissional que tivesse a qualificação para essa área do lazer e que tivesse algumas competências para participar desse projeto, principalmente, para redigir esse Documento Básico e outros que viriam para orientar nacionalmente, através da rede MOBREAL. Então, era isso. Lamartine pediu para o professor Tubino, que eram muito amigos, a indicação porque ele mesmo não tinha contato com o mundo acadêmico na época. E como eu já tinha chegado do curso de especialização em lazer e já tinha começado a lecionar na Gama Filho na disciplina de Recreação, o Tubino me indicou. Foi assim o meu contato inicial e como eu fui parar no gabinete do grupo central do Esporte para Todos. Tinha um tratamento muito privilegiado como intelectual do projeto! Era quem pensava... E para isso, todas as regalias possíveis no tratamento a esse profissional que estava ali junto para pensar e para escrever. Então, começa um diálogo muito intenso meu e do Lamartine... Na época por cartas, não tinha Internet... Eu morava pertinho, no mesmo bairro, no Cosme Velho, então, o motorista passava, trazia a mensagem do Lamartine, algumas ideias, o material bibliográfico, porque eu só aparecia em reuniões quando tinha algum texto elaborado, alguma coisa construída. Então, era um tratamento muito adequado para um pesquisador, para um intelectual! Muito bem remunerado e muito bem tratado para a tarefa que exigia bastante dedicação para uma produção criativa. Como você falou de seu trabalho, de suas caminhadas, sem pressa, sem estresse, para produzir um material bem adequado. Então, surgiram essas cartas, infelizmente eu não tenho mais comigo, eram muitas cartas que eu tinha sobre a história dessa construção toda... Foi perdida porque eu tinha uma mala cheia dessas cartas, minha e do Lamartine. Fiz uma viagem, deixei em casa, minha irmã veio fazer uma limpeza aqui e queimou... Mas depois continuou... Depois de um tempo, eu também retomo esse meu diálogo com o

Lamartine, mas aí já é diferente, já é no tempo da construção da tese dele de doutorado sobre ética.

Sérgio – Pelo que você falou aí Katia, o EPT foi um mecanismo utilizado pelo regime militar? E outra pergunta: o discurso do EPT alude que é um movimento de baixo para cima. Seria mesmo um movimento de baixo para cima, ou um movimento gestado do alto, para fomentar a prática das massas?

Katia – Primeiro eu não concordo que o EPT tenha sido um movimento popular. Ele foi um movimento institucional que envolveu as secretarias de educação, principalmente as que tinham um departamento ou um setor de esportes. Depois, foram criadas as Secretarias de Esporte e Lazer. E tinha verba para isso. Então, tinha uma boa atração, que era exatamente participar da campanha e da implantação dessa política, porque tinha verba específica, tinha qualificação, encontros itinerantes, com viagens, com boa hospedagem... Tudo isso era um fator atrativo para profissionais, por exemplo, aqui do Nordeste... Depois até cheguei a orientar monografias de curso de especialização em lazer que criamos na Gama Filho, por essa época, logo que eu terminei a Dissertação de Mestrado, em 1982. Era também para favorecer uma produção de conhecimento na área de lazer, mas não especificamente na área de atividade física e esporte. Era um convênio com o SESC, aberto a profissionais de diversas áreas do lazer, não específico para profissionais de Educação Física. Tinha gente de música, de artes plásticas e de Educação Física. Então, eu também fiz a minha contrapartida com o curso de Pós-Graduação que eu acreditava. Um curso muito bom, mas os profissionais de Educação Física não tiveram interesse específico nessa política do esporte de massa da época. Até porque, como eu criticava, as pessoas não encontravam uma temática que fosse interessante para contribuir. Mas você faz uma pergunta difícil. Eu acho que você vai tentar responder na sua tese. Mas, eu quero deixar claro que eu não concordo que tenha sido um movimento popular. Não foi um movimento popular! Foi um movimento institucional, para a implantação da política do esporte de massa e que não era fácil, porque compreendia abordagens para a escola ou para a performance. Então, o apoio do Ministério foi decisivo para essa área, para abrir essa possibilidade. Quando se diz que é um movimento de baixo para cima, fala-se de espontaneidade, de improvisação, há uma confusão conceitual e epistemológica, porque os profissionais de Educação Física não aprofundaram o conhecimento em Sociologia e muito menos em Antropologia. Há um problema sério que confunde o lúdico que é da natureza... Eu não digo que nem é do humano... É do vivo, porque até as plantas brincam, os animais brincam. Então, o futebol de várzea, o futebol em

campinho, isso existe em áreas livres, desde muito tempo, como algumas pesquisas já mostraram, que o jogo com bola usando o chute já era utilizado pelos nativos. Então, não era um movimento que rotulasse: “Olha o EPT aí!”. Há um equívoco muito grande atribuir a esse movimento popular, um movimento de expressão lúdica, a denominação de “Esporte para Todos”. São duas coisas distintas. Essa expressão lúdica é do ser humano, é da cultura, não pode ser atribuído ao Esporte para Todos, embora a mídia, os patrocinadores e os políticos que usavam o esporte para a sua própria promoção tivessem interesse em acentuar esta distorção. Mas isso também é do esporte: a premiação, as medalhas, a ritualística. As crianças que estavam lá jogando espontaneamente e viam aquele outro modelo, começavam a querer trazer aqueles elementos daquela cultura esportiva que estava sendo divulgada, promovida e que se tinha um retorno, através dos brindes. Tinham muitos brindes, brindes para todos. Então, havia um mecanismo de sedução para que se experimentasse como se faz com uma nova “droga”. É uma coisa que vicia, porque a pessoa experimenta aquele tipo de prática, que vai promover o ego por conta das medalhas, da premiação... Aí também, começam muitas distorções: As atividades que eram meramente lúdicas começam a tomar uma configuração de miniaturização do esporte. Quer dizer, sempre uma coisa menor, que você pode fazer improvisando. Pode-se dizer: A gente pode jogar basquete! Ali tem um coqueiro, ali tem outro coqueiro, a gente faz uma tabela com uma cesta... E, tudo bem. Não vamos reivindicar uma quadra com as dimensões para jogar o vôlei, o basquete, uma quadra poliesportiva, porque a gente fica feliz com isso aqui... Também aí no seu projeto trata da sutileza de controle social. É aquele negócio: Se eu dou algumas migalhas, as pessoas vão ficar felizes com aquilo. “Olha, porque esse é o novo, esse é o Esporte para Todos”. Temos o trabalho do Valter Bracht. A contribuição dele é muito importante nesse sentido. Porque não foi uma abordagem recreativa, no sentido mais antropológico do ser. Quando você pergunta sobre a intencionalidade, fica até difícil, porque não tinha como pensar essas coisas... Havia muita pobreza de referenciais teóricos. Hoje já temos a Internet, é mais fácil ter acesso, embora também seja até mais difícil, porque a pulverização é muito grande para você acessar e construir um referencial mais adequado para o que você precisa em qualquer área de conhecimento. Mas, naquela época quem se envolvia com o EPT não tinha acesso a outros referenciais teóricos no mundo acadêmico... Eu fico pensando, porque eu estava no Rio de Janeiro e vendo os representantes aqui do Nordeste, do Rio Grande do Norte, Pernambuco e tudo. Nesses encontros, eles ficavam deslumbrados com a novidade... Com essas viagens, com esses cursos ministrados por estrangeiros, especialmente os alemães ou por um japonês, que era o Takahashi. Mostrava aqueles vídeos bonitos, aqueles treinamentos, naqueles

parques como em Curitiba. Era um mundo muito fantasioso. Eu acredito no valor do seu trabalho, agora que você vai fazer uma boa reflexão e pode reacender uma luz para novas reflexões sobre esta área de conhecimento. Mas, que era difícil era! O mentor de toda a história do EPT no Brasil é o Lamartine. Para mim, ele é uma das pessoas mais inteligentes que conheço! Muito sagaz, ele articula tudo, cruza tudo. Não é à toa que ele está na Academia Olímpica! Ele tem uma visão ampliada de tudo! Eu não creio que ele teve uma má intenção. Ele não estava mal intencionado, mas não tinha suporte. Encontrou o Takahashi, que também tinha uma visão administrativa para colocar a coisa em prática, colocar aquela disciplina, porque era o esporte que ele conhecia, a filosofia japonesa, de como o Japão se ergueu.

Sérgio – Você falou do futebol de várzea. O futebol pelada é uma espécie de baluarte do movimento, constantemente citado nas falas do Lamartine, como na Revista Comunidade Esportiva. E você trata dos Princípios EPT no seu livro, que foi a sua dissertação de mestrado. Nos Princípios EPT, dimensão comunitária, fala-se que o EPT seria um costume, enquanto as atividades seriam modismos. Você inverteria essa questão? Na verdade, pelo que você falou, são as atividades esportivas que são culturais, que são costumes da população e, o EPT não passou de um modismo, de um movimento institucionalizado que teve o seu início e o seu fim?

Katia – De fato, o EPT teve um início, depois ele foi institucionalmente desativado, vamos dizer assim... Ele saiu de cena, por conta também dessas críticas todas... Depois, nesse artigo do Nelson Mello e Souza, da Fundação Roberto Marinho, foi criado um problema institucional com o Márcio Braga. Houve uma discussão com o Lamartine e o próprio Lamartine foi se afastando. E também, vamos dizer assim, já tinha cumprido a missão de implantar essa área do Esporte-Lazer no Brasil. As secretarias de Esporte e Lazer já estavam sendo formadas... O SESI, SESC e outros grupos já estavam ampliando os seus programas e projetos específicos para a área. O terceiro setor começou a avançar aí... Então, o EPT teve um início e não sei precisar exatamente quando terminou essa ação institucionalizada, porque depois se criou também um correspondente no Ministério da Educação e, depois surgiu o Ministério do Esporte. Foi Tubino, foi Bramante, foi Lino Castellani para lá... Então, essa ponte para cá, eu não sei, porque eu não me envolvi mais... Então eu não tenho muito a contribuir, porque eu aposto no lúdico, eu penso que precisamos muito do lúdico, inclusive o cientista precisa do lúdico. Não se pode separar. Mas voltando à questão comunitária, estou até de acordo com os princípios básicos, porém qual é a diferença, qual é a sutileza? Olha, se

acabaram com o MOBREAL, porque não queriam que a educação fizesse isso, como é que o esporte iria fazer? Entra um subproduto mal acabado do que seria o esporte, porque poderia ser o esporte para a comunidade... Então, aqui se tem algumas perspectivas: Se tivesse pessoal, uma boa equipe, poderia se fazer um projeto maravilhoso. Lazer, saúde, desenvolvimento comunitário real...

Sérgio – O Decálogo tem inspiração de Paulo Freire? Você falou de Paulo Freire em seu memorial e eu estou problematizando. Isso você não falou agora...

Katia – Não, porque o Decálogo é uma concepção do Lamartine. A partir das políticas de outros países.

Sérgio – Eu acho que você vivenciou esse momento: final da campanha EPT, em 1978 e início do que é chamado de movimento. Eu sei que você percorre isso no seu livro. Por que se a campanha fosse boa, ela teria sido desativada para continuar como um movimento que se diz autônomo?

Katia – Olha, porque se confunde essa coisa com o lúdico. Mas eu só estive no grupo mesmo até antes do 1º de maio de 1977. Eu fiquei completamente de espectadora. Eu fiquei acompanhando... Isso já em 1977. Eu me apressei para ir vivenciar nas fontes do EPT! E o que era ir à fonte? Viajar para a Europa, visitar esses parques, ir para a Alemanha, como usuária... Por isso, lá fotografei muito, tenho muito material fotográfico de slides daquela época. Fiz um grande investimento em bibliografia especializada! Na Suécia, foi quando eu me encontrei os chamados “*playgrounds* de aventura”, uma concepção muito interessante, porque há uma preocupação com o verdadeiramente lúdico e eu queria me envolver com projetos assim... Então, em 1977 mesmo, eu fiz essa viagem, por conta própria a vários países, para acompanhar. Em 1979, eu passei uma temporada grande fora do Brasil e foi quando aconteceu o Congresso de EPT em Portugal. Depois, quando retornamos ao Brasil, Lamartine encomenda uma crítica e eu falo das ambiguidades sociais, porque naquela época não se podia falar muita coisa não... Eu separei este livro porque é uma referência muito importante para compreender a estrutura da minha Dissertação de Mestrado. Este livro de Moacir Gadotti sobre a “Educação para Todos” vai me inspirar a seguir a estrutura conceitual utilizada na sua tese de doutorado. Como é que eu ia justificar uma crítica ao Esporte numa dissertação de mestrado em Educação Física? Era a primeira turma do mestrado em Educação Física na

UFRJ. Foi muito complicado! Então, quem assumiu a minha orientação foi uma professora que ministrava Introdução à Sociologia, mas ela não tinha condições de me orientar de fato... Apesar de ser uma pessoa estudiosa e ela disse ao coordenador: “É preciso um co-orientador”. Conseguimos encontrar uma professora de Sociologia da Educação da UFRJ, que no final participou de minha banca e revisou o meu trabalho.

Sérgio – Eu não tive contato com sua dissertação, só com o livro.

Katia – Na dissertação original tem essa parte aqui, o anexo, que são as matérias que foram objetos de minha análise. Eu listei tudo, fiz muitas análises, mas depois eu achei que não valeria muito a pena, mas está aqui o que era citado. Mas isso não era importante quando eu fui publicar o livro... Mas, a primeira parte era importante. Eu tinha que ter uma análise de conteúdo para poder justificar. E aqui eu usei as mesmas categorias que Gadotti usou. Porque se ele pôde fazer isso na Suíça como tese de doutorado, eu como mestrado poderia fazer também, pois se tratava da análise do discurso da educação permanente que também era o referencial educacional do Esporte para Todos. Então, foram exatamente as categorias que Gadotti usou. Eu coloquei fenomenologia que vinha de Paulo Freire, Moacir Gadotti, e assim eu ficava respaldada.

Sérgio – Só mesmo essa questão do Paulo Freire com o Decálogo. Você não falou nada disso, mas alguém já falou, por isso que eu estou te perguntando.

Katia – Não, porque nessa época de 1977, com o Decálogo, não tinha inspiração de Paulo Freire. Até porque era proibido... Não se tinha literatura de Paulo Freire. A literatura acessível de Paulo Freire vai aparecer depois, em 1975 e 1976 e vinha em espanhol. Eu vou ter acesso a esta bibliografia no Rio Grande do Sul. Não chegava por aqui... Era proibido. “Educação como prática da liberdade” só foi publicado pela Editora Paz e Terra depois... O MOBREAL estava banido. Só estavam usando a estrutura do MOBREAL para isso, porque eram quase cinco mil municípios envolvidos. Fazer o que com o MOBREAL? Acabaram com o MOBREAL. Vamos colocar esporte no MOBREAL. Aí também se criou a estrutura dos centros sociais urbanos. É tudo dessa época, com outro propósito comunitário. Não tinha Paulo Freire não... Paulo Freire chega depois.

Sérgio – Você falou dessas categorias, uma delas é a nova religião. Então, vamos ver como você pensa em relação a isso. Você estava falando que o Lamartine dizia: “Isso é Esporte para Todos”, em qualquer prática. Será que o EPT teve mesmo esse papel de nova religião ou as práticas comunitárias já estavam suficientemente enraizadas nas comunidades e, o papel dele foi institucional apenas?

Katia – Pela mídia sim. Porque vamos dizer: a nova religião seria um novo ritual para substituir a tradicional religiosidade católica. No Brasil, somos católicos não praticantes. Agora existem muitos evangélicos, mas naquela época não era assim... Então, uma nova religião que substituiria uma prática espiritualizada, vamos dizer assim... Era o surgimento de uma nova religião que iria ocupar as pessoas com um novo ritual. Veja bem, o que se divulgava da prática do Cooper no calçadão de Copacabana? Vão surgir as primeiras maratonas! Então, as pessoas começam a se preparar, começam a cultivar o corpo... É nesse sentido que há o surgimento de uma nova religião. A Sociologia do Corpo depois vai explicar bem isso. Essa nova religião surgindo, nesse sentido de culto ao corpo, na realidade também é um desvio cultural. Tem uma literatura que eu procurei e não encontrei meu livro, que também foi importante, de Bernard Charlot, que trata da mistificação pedagógica. Como você é da educação, essa era a época. Era um desvio cultural! Porque se fosse uma verdadeira religião ou qualquer prática espiritual que a pessoa vivenciasse conscientemente, era uma coisa boa. Agora, o desvio cultural é que é complicado. Você entrar por um atalho, como uma seita e não vivenciar a sua conexão com uma força superior é complicado. Então, no caso a campanha colocaria isso: o esporte é maravilhoso, o esporte é para a saúde, você faz amigos, você faz tudo, você é feliz praticando esporte! Nesse sentido, vamos cultivar, vamos cultuar.

Sérgio – O Edison Valente, na dissertação dele, de 1993, fala o seguinte: o EPT teve muitas críticas e ele cita vários autores, inclusive você. Mas, isso ficou no campo das hipóteses. O que você tem a falar sobre isso, já que você participou do movimento?

Katia – Eu conversei algumas vezes com o Valente. Eu não consegui e, também não tive interesse, compreender. Eu sei que ele teve envolvimento direto, por muitos e muitos anos, ele teria que defender o EPT! Eu não tinha muito interesse, mas qual é a pergunta mesmo?

Sérgio – Sobre você ter ficado apenas no campo das hipóteses, em relação ao EPT na sua crítica. Você não ter vivenciado, entrado no movimento e ter feito as críticas.

Katia – Mas como é que eu iria entrar num movimento que eu não acreditava? Eu estava no campo do lazer, eu não estava fora do lazer. Eu trabalhava no SESC nacional, dando consultoria para o SESC de São Paulo, Interlagos, a Pompeia... Participei diretamente da discussão da construção dos espaços de lazer da Pompeia. Então, penso que o equívoco é dele... Eu não estava a serviço daquela política institucional, aí não! Como é que eu ia entrar numa coisa que eu não acreditava? Eu quero fazer um gancho... Isso não vai ser importante para a tese em si, mas pode ser importante para outra coisa... Eu não estou participando em mais nada do mundo acadêmico: Não participo mais de banca, porque eu não quero compactuar com coisas que eu não acredito mais... Porque eu acredito em dissertações de mestrado, em teses bem elaboradas e bem feitas. Hoje, a gente vê coisas muito superficiais. Então, eu não compactuo com a mediocridade acadêmica. Eu posso orientar pessoas nos bastidores quando acredito no projeto e os orientadores confiam no meu trabalho. Então, para o bem da humanidade, eu oriento! Recuperamos o antigo grupo de pesquisa BACOR – Corporeidade e Educação que passou para o Departamento de Saúde Coletiva da UFRN e foi ampliado para Corporeidade, Transdisciplinaridade e Saúde – ECOTRANS. Vou continuar produzindo, mas fora dos muros da Universidade! Há muito que trabalho com o vivencial, mas vivencio o que acredito. Então, o que ele diz não tem lógica. Eu não fiquei no mundo das hipóteses não. Fizemos várias observações, porque eu fotografava os eventos, as vivências... Como eu poderia estar dentro de uma coisa que eu não acreditava?

Sérgio – O Valente colocou essas questões na dissertação dele.

Katia –. Eu vivenciava a questão do lazer, do esporte... Eu não precisava estar dentro daquele meio do EPT para sentir... Por exemplo, a fenomenologia faz isso, você consegue... Eu não preciso estar ali para sentir, por exemplo, os maus tratos, o sofrimento de um animal, participando de um rodeio.

Sérgio – O Tubino fala no prefácio de seu livro que o seu trabalho recupera a autenticidade esquecida do EPT, os seus propósitos de origem. Eu te pergunto: o EPT conseguiu atuar como elemento em favor da alfabetização esportiva? Nós falamos em alfabetização e desalfabetização antes do começo da entrevista e, em algum momento, você sentiu que ele poderia ser revolucionário para a Educação Física no Brasil?

Katia – Eu sou da área do lazer. O Tubino se refere ao verdadeiro lazer, porque eu apresentei reflexões sobre com o antilazer, que não é criação minha. O conceito é de um americano que eu conheci pessoalmente no Brasil. Foi orientador do Bramante na Pensilvânia. Eu não recuperei nada, apenas mostrei o que poderia ser um caminho, a verdadeira essência do lazer que eu defendo e que o movimento institucional, que não é um movimento popular, não tinha o propósito de cumprir, porque não tinha interesse nessa discussão. Você viu no meu memorial. Eu comecei a estudar muito cedo a Sociologia do Esporte. Eu estava para escolher a faculdade que eu ia fazer... Eu queria fazer arquitetura. Eu sempre gostei de paisagismo e outras coisas relacionadas à Natureza. Então encontrei o livro “Sociologia do Esporte”... Eu praticava esporte e aquele livro me abriu muito a mente... Então, é por isso que eu ficava revoltada, como que o pessoal da Educação Física não tinha encontrado com aquela Sociologia do Esporte... Seria o básico para entender um pouco sobre o fenômeno do esporte na sociedade. Mas o pessoal não queria saber disso. E depois a Sociologia do Lazer foi a minha grande formação. Sociologia do Lazer com Dumazedier e outros... Epistemologia com Bachelard.

Sérgio – Bom, disso que você falou aí, pode-se dizer que o EPT se caracterizou por um ativismo. Ou seja, não se foi muito na essência desse movimento? Faltou isso também, esse desenvolvimento até mesmo de agentes teóricos, como você, questionadores desse movimento, ou mesmo apoiadores, que mergulhassem na leitura do lazer, em relação ao que poderia ser o EPT e o que o EPT poderia proporcionar como um elemento de fomento às práticas de massa, efetivamente comunitárias?

Katia – É difícil, por exemplo, você responsabilizar, determinar, vamos dizer assim, a construção de uma nova mentalidade. A gente precisava de uma nova mentalidade para o esporte. E continua precisando... Mas ela não se estabeleceu. Eu acho que faltam ainda esses pilares de sustentação, para uma nova mentalidade do esporte, como verdadeiro desenvolvimento humano. Porque uma pessoa, um estudioso que foi um ícone nessa área, estava no auge de sua produtividade intelectual, foi convocado para conviver com as estrelas. Porque se você ainda não se debruçou sobre a sua obra, vale a pena... Era o espanhol Juan Maria Cagigal. Ele esteve aqui no Rio de Janeiro. Ele fez questão de me conhecer, Tubino também fez questão de apresentar, no congresso internacional do AIESEP, em 1981. Ele defendia uma concepção ampliada do esporte como desenvolvimento humano!

Sérgio – Você fala que o EPT foi um antilazer, em seu livro e, também em relação...

Katia – Porque dificultava e até agia no sentido contrário da busca do verdadeiro lazer.

Sérgio – Certo, e aí você falou antes, aqui na nossa conversa, sobre a relevância social dos trabalhos acadêmicos e, em seu livro, você fala que buscava, de certa forma, uma politização da Educação Física brasileira. E aí, passados esses anos todos, na questão do antilazer e da politização, o que o EPT pode ter contribuído ou dificultado para a Educação Física no sentido do esporte de massa?

Katia – No CONBRACE de 1989 em Brasília, quando houve uma eleição para o CBCE, houve também uma separação política e acadêmica interna. O Dieckert estava presente, levou um trabalho com os nativos aqui do Maranhão. A nossa discussão era sobre os novos referenciais da motricidade humana ou do homem movimento para os novos currículos de Educação Física no Brasil...

Sérgio – Licenciatura?

Katia – Era licenciatura, não queríamos discutir bacharelado, porque bacharelado era uma tendência a abreviar, uma tendência mais tecnicista. Nessa época, tinha muita coisa de lazer, na formação.

Sérgio – O que você acha dessa questão do EPT como antilazer nos dias de hoje e como ele contribuiu, ou não, para esse processo de politização da Educação Física?

Katia – Pois é, volto à questão mesmo do antilazer como definido, de uma busca de seu desenvolvimento. O que a gente vê hoje? Aqui nessa esquina, nessas academias todas, as pessoas que buscam o *fitness* encontram o antilazer. Na década de 70 existiam os espaços de lazer como o calçadão de Copacabana para se caminhar e fazer atividades físicas, buscar a forma e, hoje são os pequenos espaços das academias. Então, ali tudo está totalmente controlado...

Sérgio – Katia, para terminar a nossa entrevista eu te pergunto: o EPT deixou algum legado? Após as suas análises do livro de 1984, houve alguma modificação dos rumos do EPT no Brasil?

Katia – Entendendo o EPT como campanha e movimento institucional datado. Talvez, pesquisando com as pessoas que estiveram realmente envolvidas, possam evidenciar esse legado do Esporte para Todos. Eu não consigo enxergar... Aí sim, seria hipótese... Agora, se você perguntar qual foi o legado do EPT para mim, posso afirmar o mesmo que disse para o Lamartine: Foi muito desafiador! Eu acreditava na época e continuo acreditando numa prática de esporte mais lúdica, de lazer, para o desenvolvimento humano. Quando via e vejo ainda projetos e programas totalmente desviados dessa essência, isso me inquieta muito porque eu acredito que eu ainda teria algo a contribuir, porque eu gosto de ocupar espaço vazio... Eu não gosto de competição. O esporte para mim é arte para a nossa vida. O resultado em si não é importante. O importante é colocar em prática uma boa tática, colocar em prática uma boa jogada, colocar em prática os bons fundamentos... Isso é mais importante do que qualquer resultado. Então, eu aprendi muito tendo que me preparar para compreender esse fenômeno do esporte e do lazer. Do esporte, do tempo livre e de uma política institucional que pretendia promover esse esporte como lazer. Deveria ser essa a preocupação e não promover qualquer tipo de prática de esporte ou uma prática de esporte simplificada, de estrutura, de ambiente, de instalações, de materiais, para no final se ter as estatísticas. As estatísticas eram importantes e as imagens também. Quer dizer, era a quantidade, em detrimento da qualidade. Mas o legado para o Brasil eu não saberia lhe responder. O legado para o Rio de Janeiro ou o Rio Grande do Norte, uma cidade, não sei, porque não pensei nisso com praticamente quarenta anos depois. Mas eu desejo que o seu trabalho possa permitir mostrar esses aspectos, porque muita coisa aconteceu dentro do movimento institucionalizado, que não se conseguiu colocar em prática, porque não se tinha uma compreensão.

Sérgio – Então Katia, eu quero agradecer pela sua disponibilidade, sua cordialidade em me receber aqui para essa entrevista e se você tiver alguma consideração final a fazer, pode ficar à vontade.

Katia - Eu gostaria de ressaltar o valor de seu trabalho. Com certeza, você vai apresentar alguns elementos preciosos, como você mesmo coloca na sua problematização sobre o

movimento institucional do EPT no Brasil. Penso que merece não só uma tese de doutorado, mas outros trabalhos em que você prossiga, provavelmente com colegas e orientandos.

(Assinatura do entrevistado)

(Assinatura do entrevistador)

ANEXO 4 – ENTREVISTA COM ANTÔNIO CARLOS BRAMANTE

ENTREVISTADO: Antônio Carlos Bramante

LOCAL DA ENTREVISTA: Sorocaba - SP

ENTREVISTADOR: Sérgio Teixeira

DATA DA ENTREVISTA: 11/08/2015

TRANSCRIÇÃO: Sérgio Teixeira

TEMPO TOTAL DE GRAVAÇÃO: 1:09:53

NÚMERO DE PÁGINAS TRANSCRITAS: 18

Sérgio – Professor Bramante, bom dia. Em primeiro lugar eu quero te agradecer pela cordialidade em me receber aqui em Sorocaba, em sua casa, para a gente tratar sobre o Esporte para Todos. Eu queria que você fizesse uma descrição de sua trajetória, tanto na Educação Física e como você chegou a ter contato com o EPT.

Bramante – Em primeiro lugar, muito obrigado pelo convite. É uma honra ser lembrado de um momento tão especial da vida recente da Educação Física. E quando eu falo vida recente, não é tão recente assim, nós estamos falando de quarenta anos aproximadamente, ou seja, certamente corro o risco de lapsos, de não me lembrar de tudo o que aconteceu, de alguns detalhes, mas por outro lado, a vantagem é que você pesquisou outras pessoas que compuseram esse quadro referencial desse período. Então, se eu cometer algum equívoco de data aqui, ou mesmo de entendimento, de maneira adiantada eu já peço desculpas. Mas, a Educação Física, minha vida sempre foi voltada para o esporte. Isso é muito interessante. Eu fui diretor de uma faculdade de Educação Física aqui em Sorocaba, foi a primeira, ela transferiu-se de um grupo para a Associação Cristã de Moços e, aí durante seis ou sete anos eu fui diretor dessa faculdade e, a gente fazia anualmente uma pergunta para os ingressos: Por que você quer fazer Educação Física? E girava sempre ente 90% e 95% a resposta: “porque eu gosto de esportes”. Então, é interessante a influência que tem na vida do jovem que pratica esporte, além de ter alguns mentores. E isso me influenciou muito, porque eu tive alguns bons professores de Educação Física que também me estimularam a isso. Fiz faculdade em São Carlos por um acidente, era para fazer na USP, na ocasião tinham três ou quatro faculdades. Felizmente, eu perdi o dia do exame médico na USP. Eu digo felizmente, porque eu acho que não seria muito feliz fazendo uma faculdade de Educação Física, sendo do interior e fazendo numa cidade como São Paulo. Foi muito bom fazer em São Carlos. E aí, feita a faculdade em São Carlos, eu tinha tido uma experiência anterior, no meu último ano do ensino médio eu fui

intercambista nos Estados Unidos e lá cristalizou-se a minha vocação em Educação Física. Porque eu vi uma Educação Física escolar diferenciada, uma Educação Física comunitária diferenciada e com muita participação e, isso veio reforçar a minha vocação na área. Eu digo isso, porque logo no primeiro ano da faculdade eu decidi queria ser professor de Educação Física, mas numa faculdade, que meu primeiro emprego seria numa faculdade. E isso aconteceu. Eu terminei a faculdade e vim para Sorocaba. Terminei no final de dezembro e nos primeiros dias de janeiro eu fui convidado para dar uma disciplina, que era o voleibol, eu adorava voleibol, só que tinha um penduricalho: tinha voleibol e recreação. “Então, tem como você pegar recreação também?” Eu falei: tem. E aí, realmente a recreação foi um amor à primeira vista, eu não tinha tido uma base muito boa. Na verdade, eu vi pouca coisa na faculdade, mas aí, foi que nasceu uma relação muito íntima com a recreação. Tanto é que dois anos depois, quando fui fazer o mestrado, a minha ideia era fazer em recreação comunitária, nos Estados Unidos, mas eu era bolsista da Fundação Rotary e eu não tinha tempo hábil para explorar essa ideia. Eu fui por um ano e mesmo assim o meu orientador lá falou: “Olha, esse tema você precisa ficar uns dois anos. Em um ano você não faz nenhum tema, então é melhor que você consiga extensão para mais um semestre”. Eu gostava de voleibol, mas já naquela ocasião, aquela família que me acolheu no último ano do ensino médio, me levou a conhecer a Universidade Estadual da Pensilvânia. E meu sonho era ter começado lá, como já estava fazendo mestrado em outra faculdade, West Chester, que era muito boa em Educação Física. Então eu falei: um dia eu volto para fazer o doutorado lá e aí eu quero fazer em recreação e lazer. Bem, essa é a minha retrospectiva para ver a minha ligação com a recreação. E, enquanto fiz o mestrado, eu vi muito da recreação comunitária, especialmente na Filadélfia, eles faziam muito, ações comunitárias em bairros mais distantes, mais em situação de risco. Então, eu vim com essa ideia, isso foi em 1974. Em 1975 eu voltei sem emprego. Fui com três empregos e voltei desempregado e aí eu fui trabalhar no SESC em 1976. Aí abriu o meu horizonte de lazer. Exatamente naquele ano tomava posse como diretor regional do SESC, o Dr. Renato Requixa, que era uma referência e é até hoje, uma referência nos estudos de lazer. E naquela ocasião havia um movimento muito grande com a vinda como consultor especial do SESC de São Paulo do sociólogo Joffre Dumazedier. Ele vinha periodicamente para São Paulo e, eu tive pelo menos duas oportunidades, uma delas com um curso de imersão com ele durante uma semana, com mais um grupo de trinta técnicos. Se eu não estou enganado, o professor Marcellino também estava neste grupo, o professor Prado e algumas pessoas de estreito relacionamento. E lá então, nós fomos obrigados a estudar, especialmente aspectos sociológicos do lazer e, o Dumazedier teve uma grande influência na minha vida, enquanto

referencial, como conceito de lazer, para aquela época. Em meados de 1976, aqui em Sorocaba, fui convidado por um grupo da comissão central de esportes, para fazer um projeto de lazer para a cidade. Porque o atual prefeito estava em vias de ser reeleito. Sorocaba tem uma história ligada à ARENA e havia uma grande força para ser reeleito. Eu fiz o projeto, só que ele perdeu. Só que quem ganhou convidou um amigo muito próximo para ser o secretário de educação e saúde, que chamava naquela época e, esse amigo me chamou para implementar o programa lazer que eu tinha desenhado, a partir de 1977. E em 1977, eu comecei a me aproximar daquilo que estava ocorrendo na área. De repente, eu vejo um EPT aí, já antes disso, em 1975, lá na Globo, tinha uma faixa meio diferente, Esporte para Todos. Eu vi aquilo lá e disse: Nossa, isso aí tem muito a ver com lazer. Mas, de uma coisa mais ligada à Educação Física. A palavra esporte não condizia muito. Que esporte é esse que não é esporte? Como eu vinha de uma linha norte americana, onde a palavra esporte tem uma conotação mais ampla do que aqui. Lá se faz alguma coisa por esporte, quer dizer, gratuitamente. Então, recebi um convite que ia ter um curso em São Paulo para falar sobre Esporte para Todos. Eu me inscrevi nesse curso. Eu fui lá, era um curso altamente disciplinado, tinha uma pessoa à frente, que certamente os que me antecederam falaram sobre essa pessoa que é o George Takahashi, que era uma pessoa dura, você não podia chegar um minuto atrasado. Aí então, toda essa dureza, de repente veio suavizada com a palestra do professor Lamartine. Foi meu primeiro contato com ele. Ouvindo ele falar e terminado aquele primeiro dia, cheguei até ele, como um caipira que sempre fui e falei: Olha, a gente faz uma coisa semelhante em Sorocaba, tem um plano lá, a gente está fazendo de quatro anos esse plano. Ele falou: “Você tem algum material?” Eu falei: tenho. “Traga para eu ver”. Eu falei: Nossa, ele se interessou. Porque o Lamartine, desde sempre foi uma referência. Eu já havia lido na faculdade o Diagnóstico que ele tinha feito. Eu sempre fui um aluno medíocre, mas quando eu entrei para a faculdade, eu me interessei muito por estudo. Eu gostava de estudar. Então, ele era uma fonte. E levei uma pasta. Tinha lá o Plano Setorial de Lazer. Ele olhou, mexeu naquilo lá e falou: “Gostaria de ir para Sorocaba”. Aí eu tive a oportunidade de falar no curso o que eu fazia em Sorocaba. Para mim, era uma coisa relativamente comum. Para outras pessoas: “Isso não tem muito a ver com o Esporte para Todos”. Outras: “Não, isso é interessante, tem alguma coisa a ver com o Esporte para Todos”. Eu não saí da minha linha de atuação. Eu entendia que o lazer era muito mais amplo do que o Esporte para Todos. Aí o Lamartine veio aqui um dia. Veio do Rio de Janeiro. Sentamos durante dois dias. Ele esmiuçou os relatórios que a gente fazia, as atividades, eu utilizava já documentos do Esporte para Todos, o famoso PAI, o projeto de impacto, de apoio e de permanência. Eu coloquei isso muito em prática aqui em 1976.

Quando ele viu, disse: “Você poderia entrar para nosso grupo, a gente está indo para outros Estados e tal”. Eu falei: Nossa, com maior orgulho, é lógico que eu vou. E aí eu realmente mergulhei nesse grupo, comecei a participar não no grupo que gerava conhecimento, tinha um grupo “suprapartidário” que ficava no Rio de Janeiro, que pensava sobre o EPT. Eu não fazia parte disso. Eu era mais do campo. Eu colocava em prática as coisas que eu tinha programado, não o que eles tinham programado. Então, a gente tinha um calendário anual, dentro desse calendário anual, tinham os eventos de impacto e, daí que eles conversavam com as ações de apoio, as que eram feitas mensalmente e, aquilo que era o cotidiano, os centros esportivos, as praças. Sem saber, estava fazendo interdisciplinaridade, porque eu estava ligado à educação, então, era esporte com educação, na mesma secretaria a saúde, mas nada assim de maneira orgânica. E aí eu comecei a conhecer as pessoas, lembro do Jorge Steinhilber, que viajava com a gente e, aí a gente viajava muito, ia dar esses treinamentos e, então foi esse o início. Como eu sei que você vai fazer mais perguntas, dessa parte não sei se está bem ou não, se quiser mais alguma coisa.

Sérgio – Então Bramante, é o seguinte: você fala que houve essa aproximação com o que era trabalhado no EPT, em âmbito nacional, com o projeto que você desenvolveu aqui, o projeto de lazer em Sorocaba. Uma coisa que eu perguntei para todos os entrevistados: Como o Decálogo, contido no Documento Básico da Campanha era entendido pelos agentes que trabalhavam no EPT? Por exemplo, aqui em Sorocaba, além de você devia haver um grupo de pessoas que atuava no Esporte para Todos. Como o Decálogo era trabalhado? Era um documento por demais genérico, ou não, ele era bem entendido pelos agentes aqui?

Bramante – É importante deixar claro que o EPT não foi implantado em Sorocaba. A ideia dele foi absorvida pelo entendimento de lazer, tanto é que mais tarde, eu posso estar equivocado com essa minha afirmação, mas o Lamartine entendeu que o campo do lazer era mais amplo que essa ideia do Esporte para Todos. A gente discutia muito conceitualmente isso. Quer dizer, você ampliar o repertório das experiências das pessoas, a partir de uma vivência físico-esportiva, era um caminho que a gente tinha aqui, essa era a preocupação, que é uma visão educativa, transformadora do lazer, quer dizer, você atrai a pessoa para participar de uma ação comunitária, atraída por uma experiência físico-esportiva, mas isso é um processo de adesão, mas a aderência viria através de uma ampliação desse repertório cultural das pessoas. Então, através das artes, através do convívio social, e tantos outros interesses culturais do lazer, utilizando a taxionomia de Dumazedier. Então, o Decálogo servia como referencial quase que filosófico, porque eram guias gerais para a atuação. Nós fomos

dialogando com esse documento conceitual produzido por esse grupo do Rio de Janeiro. Sorocaba se tornou um laboratório do EPT. Por isso que a gente era chamado, quando tinha treinamento fora, a gente ia lá e falava o que estava fazendo. E, de repente, surgiram críticas, por exemplo, a Feira da Barganha. Feira da barganha, o que tem a ver com o Esporte para Todos? Tem a ver com o interesse social do lazer. As pessoas não se movimentam, mas se quiser chamar isso como uma das vertentes do Esporte para Todos, de intervenção comunitária, para você atrair as pessoas de baixa renda, adulta, que tenha o hábito de troca. Isso nós geramos facilidades para que as pessoas se encontrassem, se reunissem e trocassem objetos. É algo que a comunidade já tinha, nós não estamos implantando e impondo. Nós apenas somos agentes facilitadores desse processo de troca. De que maneira? Divulgando, dando um apoio logístico de espaço, animando o espaço, com som para que as pessoas fossem lá e dissessem o que trouxeram para a troca, o que interessava, animando a troca, evitando que houvesse dinheiro na jogada, levando shows para animar o espaço da troca. “Então, isso não é esporte!” Não é mesmo. Isso é lazer. É mais amplo que o EPT. Isso, às vezes era criticado. Então, eu não era um agente de ligação do EPT. Eu participava muito desses treinamentos. Sorocaba não tinha os agentes de ligação, embora a gente ouvisse a Rádio EPT todo domingo pela manhã. E o nosso corpo técnico eram quatro. Em Sorocaba, a gente trabalhava com quatro profissionais de Educação Física, que fizeram curso de especialização em lazer e, esse pessoal era abnegado, fazia um pouco de tudo. A gente preparava agentes, mas que não eram agentes EPT, era um corpo de voluntários para a intervenção no campo do lazer. O Decálogo serviu sim como referência para nós aqui, mas aqui, por exemplo, fazíamos passeios a pé, passeios ciclísticos, tudo aquilo que estava dentro daquele calendário. Utilizamos e muito aquilo que propunha, mas a gente avançava na abrangência do lazer.

Sérgio – Daqui a pouco eu falo com você sobre a questão do calendário dos eventos de impacto. Mas, outra pergunta que eu gostaria que você me respondesse: em algum momento, nas suas discussões tanto com as pessoas que trabalhavam em Sorocaba, como em âmbito nacional, aqueles discursos do Documento Básico da Campanha relacionados ao movimento de baixo para cima, espontaneidade, democratização, foram colocados em dúvida, dado que a gente vivia naquele momento o regime militar, ou isso não tinha nada a ver?

Bramante – Aqui vem parte da minha ingenuidade, reconhecida especialmente por parte dos meus colegas mais críticos. Eu não me incomodo com essa avaliação. Sou muito feliz do jeito que eu sou. Mas não sentia isso. Era muito interessante. Eu não sei, se o EPT estava ligado... Era um coronel, acho que cuidava do EPT. Era...

Sérgio – O Newton? Newton Heráclito Ribeiro?

Bramante – Me parecia outro, eu acho. Eu só sei dizer que ele era um cara tão à vontade, que circulava com tanto facilidade que eu diria o seguinte: o George Takahashi era muito mais general do que ele. Mas, o Lamartine falava algumas coisas, como propor um congresso do EPT, você já deve ter ouvido sobre isso, especialmente porque a Kátia foi entrevistada. De repente, se organiza e se cria um lugar para o pessoal criticar o EPT. Dentro do congresso. Aquilo lá era uma grande feira. Mais parecia uma feira do que um congresso. E incomodava muita gente. E é interessante que essas pessoas consideradas hoje mais avançadas participaram daquele momento. E puderam também fazer todo o tipo de críticas. Era um momento diferenciado para a construção do conhecimento na área, mas eu não sentia, eu estando aqui no município, realizando um trabalho, o governo nosso era do MDB, portanto era um grupo não alinhado com o militarismo e, então, a gente foi fazendo. A gente tinha uma convicção conceitual. Eu não percebia em nossas reuniões, mesmo quando era para discutir esses documentos básicos, qualquer... “Olha, isso aqui não pode, é melhor ir por esse caminho!”. Nunca eu recebi qualquer orientação dessa natureza.

Sérgio – Na questão da desativação da campanha, ela foi feita em 1978, a campanha EPT. Teve algum questionamento aqui em Sorocaba, em relação a isso?

Bramante – Não, porque a gente estava no início. A gente estava ascendendo, estava subindo, tanto é que os eventos de impacto, alguns dos eventos de impacto de 1977 e 1978, hoje ainda existem na cidade. Falo da Feira da Barganha, tentaram destruir de toda a maneira. Depois ela se deturpou. Tornou-se um ambiente de receptação de coisas roubadas. Mas, daí criou-se uma associação dos barganheiros. E a associação tem uma força política. Eles reúnem todos os domingos cinco mil pessoas no horto florestal. Então, não tem jeito de destruir esse grupo, pelo contrário, lutam por banheiros, melhores condições, levam violeiros. É um evento muito interessante. Tal como as Férias Quentes também, uma colônia de férias que foi criada em 1977, está lá até hoje, tentaram parar, pararam um ano, depois a comunidade retomou, mudaram de nome, reclamaram que deveria ser Férias Quentes de volta, hoje continua a ser Férias Quentes. Então, o EPT, ao parar em 1978, ele gerou uma nova... E aí, você deve saber muito mais do que eu, porque os congressos foram em 1980, 1982.

Sérgio – Aí já foi o movimento EPT. Foi criada a Portaria 522 em 1981.

Bramante – Você está estudando e sabe muito mais do que eu, mas eu me lembro que ele foi criando força e eu saí para o meu doutorado em 1984. Estava tendo um grande congresso, acho que em Cuiabá, que eu recebi uma declaração do grupo, por que eu não estava com eles, tinham assinado, eu fazia parte ativa desse grupo. Quando chegou em 1984, na prefeitura tinha um setor de lazer e a gente participava ativamente, apresentando trabalhos nesses congressos. Mas o de Curitiba, acho que em 1984 que deve ter sido ou 1982, foi em Belo Horizonte...

Sérgio- 1984 foi em Belo Horizonte e 1982 em Curitiba.

Bramante – Exatamente. Esse de Curitiba foi um marco. No parque Barigui. Um *happening*. Foi um pouco de tudo. Era uma maneira diferente de construção de conhecimento. E 1984 também no Mineirinho, uma grande festa e, você verifica que muitas pessoas que eram agentes e estavam envolvidas, elas fizeram mestrado, doutorado, seguiram a carreira acadêmica. Eu acho que foi uma época muito propícia, mas eu não me lembro dessa época de 1978 ter marcado. A gente era voo solo. O EPT era parte, não era o EPT em Sorocaba.

Sérgio – Pelo que você falou, Sorocaba seguiu e segue até hoje caminhos independentes, em relação ao EPT. Não necessitaria que ele estivesse tutelado por esse movimento EPT. Ele caminharia com as próprias pernas, independentemente disso?

Bramante – Eu acho que ele retroalimentou. Retroalimentou porque como era um laboratório, o movimento utilizava muito Sorocaba como exemplo, então, eu lembro muito bem, uma ocasião o Lamartine veio com o coordenador da Alemanha, o Jürgen Palm, veio aqui num evento em Sorocaba, para ver como era feita a coisa aqui. Nós trouxemos, eu já era o diretor da faculdade, através do ministério, do MEC, pelo EPT, o Primeiro Encontro Nacional de Recreação, que foi feito em Sorocaba. O Segundo Encontro de Recreação foi feito em Sorocaba. E, esses agentes estaduais vinham para o evento aqui. Então, essa figura do agente estadual é interessante, virou quase uma religião. Esse pessoal tinha o Decálogo na ponta da língua. Era um pequeno grupo alinhado com um conjunto de ideias comuns. Defendia com unhas e dentes, a convicção de que esse era um movimento que a Educação Física precisava. Tanto é que os movimentos de grande transformação da Educação Física surgem em meados de 1980, e eu quero crer que teve influências dessas pessoas.

Sérgio – Sobre os eventos de impacto, você falou agora há pouco. Na literatura, eu li alguma coisa em relação ao Esporte para Todos e não vejo depois dessa desativação que eu te falei, em 1978, ali no transcurso da década de 1980, muitos relatos sobre isso não. Como ficou essa

articulação entre Sorocaba e o Rio de Janeiro, os mentores nacionais, em relação a trazer esses eventos de grande magnitude?

Bramante – Era uma recomendação programática. Eu lembro que a gente ia dar esses seminários em Estados e foi daí, que eu não sei se fui eu quem cunhei, mas as pessoas falam: eu devo escrito que evento chama “é vento”, porque não sobra nada, bate um vento e, eu escrevi várias vezes isso. E a gente brigava muito sobre isso: a programação deve ser uma abordagem sistêmica, orgânica, porque não dá para você ficar só no evento anual. Em cada mês fazendo, você congrega e desagrega em seguida. O que vem antes desse evento e o que vem depois desse evento? É fundamental que um dialogue com o outro e forme uma rede de atuação programática. Isso a gente tentou e fez com algum sucesso em Sorocaba. Você sabe que políticas públicas nesse país, lamentavelmente, a gente pensava que quando mudasse o partido era desconstruído. A gente está vivendo um momento em que o atual prefeito é do mesmo partido que o anterior e está num processo de desconstrução de muitos projetos voltados para a qualidade de vida da população. Porque Sorocaba evoluiu muito em relação a esse envolvimento comunitário. Então, esses eventos de impacto, eles existiram e existem até hoje, independentemente do EPT. Lá era uma recomendação do que era para ser feito, por exemplo, em 1975, acredito que teve o primeiro passeio ciclístico realizado em São Paulo, ou em 1974. Quer dizer, a gente viu que aquilo deu certo, vamos fazer em Sorocaba. Só que Sorocaba continuou fazendo. Aí, entra um prefeito louco e acha que Sorocaba deve ter ciclovias. Uma cidade de altos e baixos, contraria a natureza, faz ciclovias e resolve se tornar a cidade com maior quilometragem de ciclovias do Brasil, que não seja praia. Sorocaba é hoje. Aí, eu estava nesse momento na prefeitura e veio essa “Pedala Sorocaba”, mas era um programa articulado com a escola, reciclando bicicleta, não fica só no momento de impacto. Você gera um programa, envolvendo os diversos segmentos, os diversos interesses culturais das pessoas. E isso a gente não via muito. A gente via muito aquele... Aglutinava muitas pessoas para a caminhada, mas se perdia depois... “Bom, eu gostei de fazer caminhada, agora onde eu posso continuar minha programação, na minha base?” Não era muito fomentado.

Sérgio- No EPT? Você fala num artigo seu que eu li na Revista Comunidade Esportiva, acho que do ano de 1984, se não me engano, sobre a conscientização da população. É justamente por aí, talvez os eventos não tenham conseguido conscientizar muito a população, principalmente em âmbito nacional e, você se preocupou com isso aqui em Sorocaba?

Bramante – Sim. A gente gerou facilidades. Existem inúmeras pesquisas que indicam quais são os fatores que limitam o acesso. Se não tem acesso, você começa a dificultar a ação das

peessoas, que vai desde a segurança, transporte público, ramificação das localidades, onde as pessoas podem fazer. Então, isso é política pública, a gente tinha preocupação de estabelecer uma política pública, daí eu fui secretário de esporte e lazer. Essa minha incursão dentro do poder público facilitava algumas coisas, de criar pelo menos em alguns momentos, um arcabouço teórico e conceitual do que a gente queria fazer. Então, altos e baixos e aí vinha outro e desestruturava totalmente. Mas, isso acho que faz parte, infelizmente, do poder público.

Sérgio – Mas você fala que a própria população reclama essas situações, você gera facilitadores, aí vem outro governo que bloqueia esses facilitadores. Mas a própria comunidade que já tem aquilo lá como uma prática cultural dela também reclama essa continuidade?

Bramante – Sim, Sorocaba tem mais de trinta grupos de caminhada institucionalizados, vamos dizer assim. Tentam desarticular isso aí. Esse atual governo não dá o fomento necessário, condições necessárias. Ao longo do tempo, consegue. Consegue, porque já é difícil você tirar a pessoa de dentro de casa, cada vez mais difícil e, se você não cria condições para tirar essa pessoa para fora de casa, se você fica inerte, você perpetua a pessoa dentro de casa. Então, uma política pública deve ser facilitadora para a pessoa experimentar algumas coisas. A gente vê muito isso. As políticas públicas no campo do lazer, elas são reduzidíssimas nesse país. Eu já tive a oportunidade de ir ao Ministério do Esporte e disse: Olha, eu queria ter um *benchmarking*. Queria uma que faz quatro anos e que só está melhorando. Não tem uma política pública. Agora, sem dúvida alguma, o Esporte para Todos, ele gerou nesse grupo, aprofundar estudos e aí, então, as pessoas que como um de seus entrevistados, o Edinho, o que ele fez na região dele, eu lembro que a Leila, na UFMG, ela fez mestrado comigo, doutorado, ela se tornou uma crítica muito grande de algumas ações do EPT, mas trabalhou e ainda trabalha insistentemente nessa visão de lazer. A própria Kátia também, que num dado momento aderiu e depois escreveu um livro muito crítico, mas relativizou depois a importância desse momento, como tudo na vida, tem coisas boas e coisas ruins.

Sérgio – Você acha que o EPT foi por demais institucionalizado e por isso ele não conseguiu prosseguir?

Bramante – Olha, eu pergunto a você, nos últimos quarenta anos, se você tem algum momento da Educação Física que até hoje está sendo estudado? Ele incomodou. Porque se ele

está sendo estudado, é porque alguma coisa ele fez. Então, não é à toa que as pessoas estão se debruçando ainda sobre esse fenômeno e estudando. Isso quer dizer que ele desacomodou muita coisa, seja o governo militar achando que era muito bom, ou as esquerdas achando que era instrumentalização, o fato é que deu uma chacoalhada na Educação Física no momento que ele existiu, com todos os defeitos que possam ter ocorrido.

Sérgio – Você fez uma crítica, juntamente com a Leila, que você citou agora, em relação à Revista Comunidade Esportiva. Você fala que a revista ficou muito no fazer pelo fazer. Isso aí pode ter prejudicado o próprio andamento do EPT?

Bramante – Eu creio que sim. Eu acho que havia um distanciamento muito grande entre quem gerava conhecimento, quando passava esse conhecimento e quando aplicava esse conhecimento. Eu não preciso dizer, está na cara que eu sou fã de carteirinha do Lamartine até a morte. Então, ele sempre esteve à frente de nosso tempo, em termos de nossa área. Então, essa internacionalização que ele já tinha nos anos 1970, era uma coisa que para muitos de nosso país, dos profissionais, mal saía de sua cidade. Então, essa visão mais ampla, essa capacidade de enxergar a floresta e não somente a árvore, era uma coisa muito importante, de um grupo do Rio de Janeiro, que produzia os documentos, tinha a capacitação. Quando chegava essa capacitação, no nível estadual, a hora que ia passar para os agentes municipais, era um cano furado. Sai um duto aqui de água, com furo, com furo e quando chegava na base, essa base por mais que tivesse o apoio da revista, do programa de rádio, farto material de divulgação, ainda pareciam mais ativistas do que programáticos, do que orgânicos. Então, isso fez com que quem abraçou o EPT como referencial, que não é o caso de Sorocaba, a hora que faltou o documento, a hora que faltaram os encontros, os seminários, começou a diluir. Na mudança de governo, isso se tornou tão frágil, que vem outro movimento dentro de nossa área, que começa a questionar a própria existência desse Esporte para Todos. Então, o Esporte para Todos, eu costumo brincar, que as pessoas ou amam ou detestam. Raramente você encontra alguém que vai ponderar onde acertou, onde teve dificuldade. Você vê nas faculdades, infelizmente, fica mais fácil você chegar lá e descer a boca, que isso foi um movimento instrumentalizado por militares e que a gente está querendo fazer festa para o povo esquecer as durezas da vida.

Sérgio – Voltando à discussão de como chegava às comunidades. Você acha que faltou formação maior dos agentes? Eu falo com o Edison Valente: Edison, você acha que faltaram

mais pessoas como você para que o movimento Esporte para Todos desse um prosseguimento maior?

Bramante – A palavra “Esporte para Todos” no Brasil, entre nós profissionais, ficou de certa maneira estigmatizada, os conceitos que estavam ligados a essa denominação Esporte para Todos, eu diria que até hoje eles são atuais. Queira ou não, você pega o conjunto da obra, você vai ver que muita coisa ainda é isso que ele está buscando. E são coisas meio lógicas, a articulação programática, a avaliação, capacitação de pessoas e ampliação dos interesses das pessoas. Então, eu acho que faltou preparação de quem estava na base e faltou também a decisão política de dar continuidade a isso. Talvez, não tenha chegado aos municípios essa mobilização, que a gente falava tanto da sensibilização e da mobilização da comunidade, não chegou a esse ponto. E não é incomum, como hoje, começa a parar de chegar dinheiro, começa a parar de fazer as coisas, porque está muito vinculado. Veja por exemplo o resultado de alguns programas federais em nossa área. A hora que sai o recurso, há uma desmobilização, porque não há uma conscientização da comunidade e, a comunidade não enxergou o significado daquilo que estava fazendo. E hoje em dia, mais do que nunca, naquilo que você não vê significado, você para. Tem tantas outras atrações que te chamam a atenção.

Sérgio – Mas, independentemente do regime militar, na questão do enfraquecimento do EPT, você acha que o próprio corpo da Educação Física, principalmente os intelectuais, digo isso pelo próprio congresso de Belo Horizonte que você falou aí... Concomitantemente ao congresso, foi elaborada a Carta de Belo Horizonte, em que se falava que deveria se preocupar com as ações dos leigos e dos não profissionais, para que eles não fossem remunerados e tudo mais. Isso também não pode ter enfraquecido o movimento, era outra perspectiva muito mais voltada para a reserva de mercado?

Bramante – Não vou me lembrar de detalhes, mas uma coisa a gente sempre prezava e, aí vinha no meu caso um vício de formação norte americana, onde a ação voluntária é muito forte. Eu acredito que você preparar pessoas voluntárias, para intervir, é muito importante, tanto é que aqui em Sorocaba, a gente criou programas de formação de voluntários. Não era possível fazer Férias Quentes com três mil, quatro mil crianças, com meia dúzia de funcionários. Mas, não era usar esse funcionário que não tem como fazer. Era uma consciência clara de que vamos preparar essas pessoas. Porque essas pessoas, ao atuarem como voluntários vai gerar significado para eles, estar junto com os outros. E vamos continuar. E é impressionante quanto desses se tornaram depois profissionais. Então, eu não

sei muito bem a sua pergunta, se nós estimulávamos a ação dos voluntários ou a gente queria valorizar o profissional.

Sérgio – Eu vejo que a Carta de Belo Horizonte tinha mais essa preocupação de buscar uma garantia de mercado ao professor, do que fomentar essa questão do voluntariado. Independentemente da carta, será que os próprios profissionais não se preocuparam muito com essa situação?

Bramante – Eu acho que é um equívoco o profissional trabalhar com a legalização *versus* a legitimação. Ele não se legitimou, aí fica lutando para legalizar aquilo que ele é. Ao invés de ele ampliar a sua base, para valorizar aquilo que está sendo feito. Não é possível que um voluntário seja melhor que um profissional. Porque se um voluntário for melhor que um profissional, aí o profissional tem que entregar os pontos. Há uma articulação necessária, em ação comunitária, de você empoderar o voluntário, porque senão na hora que você sai do sistema, aquilo cai. Esse é o grande desafio da ação comunitária. Como é que você empodera pessoas para que elas encontrem significado daquilo que estão fazendo e continuem fazendo, independentemente da ação externa? A ação externa vai lá para potencializar o que está sendo feito. E essa é uma linha que eu lembro que a gente atuava aqui e sempre atuou e se o EPT estava contra isso daí, eu estava contra isso daí também.

Sérgio – Não é bem o EPT. Não digo que nem o Lamartine, diretamente. Era a própria estrutura da Educação Física brasileira que estava reivindicando outras situações, não é?

Bramante – Essa questão da profissionalização é bem complexa. Lá na UNICAMP a gente se debateu muito com ela, sempre gente a favor, gente contra.

Sérgio – Naquele artigo seu, com a Leila, você fala que o EPT participou de um processo de abertura política. Ele vivenciou uma época em que se falava dessa abertura política. Em que ele pode ter contribuído para que a Educação Física adentrasse nesse cenário?

Bramante – Não tenho isso muito claro. Eu vi que essa era uma de suas perguntas, refleti sobre ela. Até onde eu pude viver, eu não via isso como uma estratégia. O grupo que atuava, eu posso estar equivocado, na direção acho impossível, porque o governo era militar, não era possível que eles lá estavam fomentando uma coisa contra eles, ou se isso era uma estratégia do grupo de conhecimento de “vamos minar isso daqui”. Eu acredito muito mais numa crença que esse era o caminho a ser seguido mesmo, porque esse era o caminho que a Europa vinha seguindo, como voltado para uma conscientização maior da sua experiência do não trabalho e

que poderia influenciar em outras dimensões da vida, no trabalho e inclusive na política. Mas eu não via grupos do EPT instrumentalizando o EPT como uma forma de resistência ao militarismo, pelo menos eu não participei disso aí.

Sérgio – Ele não foi um marco revolucionário para a Educação Física?

Bramante – Marco revolucionário? Não quero crer. Pode ser que tenha feito parte de um contexto mais amplo, que envolveu a Educação Física, marcadamente, quando... Eu acho que a obra do Medina é realmente um *turn point* que a Educação Física...

Sérgio – Precisa entrar em crise?

Bramante – Não. “A Educação Física estuda o corpo e... mente”. E ele usava o mente como mentira. Porque estava mentindo que a gente estava promovendo a Educação Física. E ali começa um processo que se estende em nossa área, 1989 é outro marco, aí entra um grupo dirigindo o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Uma visão mais radicalizada, de que a Educação Física deveria ser um momento de intervenção na política. Mas é interessante notar que quem está na base, às vezes até ingenuamente mesmo, está instrumentalizando algo que não percebe, embora você fale em ação comunitária, em você empoderar a comunidade, eu pelo menos não via isso como um ato revolucionário, que aquela comunidade ao invés de fazer lazer, eles agora vão pegar em armas, vão fazer alguma coisa, eu não via isso.

Sérgio – Na última frase sua no artigo seu com a Leila, você lança uma pergunta: “deveria ter continuado a publicação da RCE?” Então, eu te pergunto: o que faltou para a continuidade do próprio EPT?

Bramante – Eu acredito que apoio institucional. Eu acho que, se não estou equivocado, quando o Collor entrou é que houve uma ruptura, a Subsecretaria do Esporte para Todos foi eliminada. E na medida em que você não tem recursos, por mais mobilizador discurso que você tem, chega uma hora que você vai ter que reunir pessoas, você vai ter que trazer pessoas de lugares, organizar um congresso – eu estou vendo, vamos organizar o ENAREL agora – demanda recursos. Então, uma maneira que contribui muito para a ruptura, mesmo de uma ideia muito boa, é recurso. Acho que a combinação de ausência de recursos para fazer essa revista e o Brasil, naquela ocasião, começa a surgir outras publicações, que de certa maneira poderiam colocar textos e artigos, eu acho que isso daí fez muita falta. O que era jornal e depois virou revista, junto com o rádio, era um conjunto para a época, de *marketing*, muito bem estruturado, que sensibilizava muita gente e conseguiu mobiliar muita gente. Eu acho que isso era feito na Europa. Eu lembro que, isso mais tarde já, em 1995 nós trouxemos aquele

evento que é uma cidade contra outra cidade, o Dia do Desafio, o Lamartine trouxe para o Brasil e Sorocaba foi uma das primeiras, foi encampado pelo SESC. Mas, era também nessa linha, de você mobilizar as pessoas e, a crítica cabe também ao Dia do Desafio, porque vira o “Dia do Desafio”. Depois do Dia do Desafio não tem o ano do desafio. E ficou uma coisa muito de atividade física. Aqui a gente fez uma parceria com outras secretarias, para estudar o país com o qual a gente ia competir. A gente estudava o país. A gente conseguiu trazer o embaixador do outro país para vir aqui, as escolas estudavam o outro país. Quando você não dá um sentido orgânico, por isso que eu acho que a revista também caiu, porque a revista ficou pendurada, acabou o recurso. É uma pena que ela não tenha continuado. Entre o fim da revista e a vinda de algo que poderia dar continuidade a essa linha demorou muitos anos, que foi a LICERE, que é uma revista específica do lazer e que caberiam textos semelhantes. E eram textos também, essa é outra coisa, era mais uma revista de experiência. Nós não temos revistas de experiências bem sucedidas. A pessoa tem que seguir o rigor da academia, para ver algo publicado. Esse rigor da academia não dialoga com cinco mil quinhentos e não sei quantos municípios que estão lá na base, fazendo. Por mais que a gente ache odiosa essa separação teoria e prática, há uma distância, aproveitando o ano aí, uma distância olímpica entre quem pensa e quem faz. Então, eu acho que a revista ajudava, porque ela tinha uma linguagem... Eu lembro que falava tecnologia da escassez, era isso né?

Sérgio – Sim. Você participou dela, não é?

Bramante – Participei. Tecnologia da escassez. Agora, tecnologia da escassez é porque você não tem. Tecnologia da escassez não pode virar moda. Foi o que aconteceu em Sorocaba. A gente entrou num governo, numa pré-escola que não tinha *playground*. Eu tinha visto nos Estados Unidos como é que se utilizavam troncos, cordas, pneus, bobinas, para fazer *playground*. Vamos fazer numa emergência aqui. Aquilo era tecnologia da escassez. De repente, aquilo virou moda. Então, em outro lugar que podia comprar equipamentos melhores se dizia: “Põe esse kit” Não, mas não é essa a ideia. “Não, mas é porque foi bem lá”. Foi bem porque não tinha. Aí o Brasil inteiro começou a fazer coisas de madeira, de madeira mal tratada, daí quebrava. Faz parte, eu acho, do nosso subdesenvolvimento.

Sérgio – Numa carta que você mandou para o Lamartine, de uma avaliação de 1983 e ele me passou essa carta, você fala até que houve alguns equívocos, em relação à interpretação do EPT. Quer dizer, se não fosse por meio da tecnologia apropriada, acho que é essa a tecnologia, como se o EPT para sobreviver precisasse de um “voto de pobreza”, você usa essa

expressão. Então, é mais ou menos por aí. As pessoas acreditavam que o EPT tinha que ser aquelas atividades simplificadas, com recursos limitados, senão escapava do seu ideal?

Bramante - É, isso a gente era muito cobrado. Havia uma religião. Esses agentes aí pareciam um exército, que começavam a censurar: “Isso é EPT?” Eu falava: eu não sei gente, eu não chamo de EPT. Lá em Sorocaba eu faço outra coisa. “Não, eu acho que o Bramante não está seguindo o Decálogo”. Então, esse patrulhamento que a gente vê hoje em certos segmentos da Educação Física, também tinha lá. E como é que pode falar que era um movimento militar de direita? Esse patrulhamento era do próprio grupo, de entender que estava saindo fora daquilo que era popular. Se eu posso dar melhores condições, eu sou obrigado a dar o pior para ele? Tô fora! Felizmente, eu sempre tive certa independência para fazer as coisas aqui em Sorocaba.

Sérgio – Você falou do rigor da RCE, que poderia ter tido mais, até mesmo para estimular a crítica, é isso que você falou agora: “Olha, o negócio não é bem assim, nós podemos trabalhar em outro sentido”. Isso pode ter faltado também?

Bramante – Não deu tempo. Eu acho que é uma pena que a gente não tenha continuado com aqueles congressos. De novo, se a gente usar o modelo – impacto, permanente e apoio – aquele poderia ser o impacto. Um congresso daquele que gerasse apoio nos Estados, gerando conhecimento baseado na periodicidade das ações. Eu via muito isso. Se anualmente a gente tivesse nos Estados um encontro para levar o que estava sendo feito e sistematizar conhecimento daquela prática dialogada, quer dizer, ampliar o conhecimento com a prática existente e, isso no outro ano levar no congresso nacional, numa visão diferenciada de congresso, você não banalizar a informalidade. Esse é outro problema, aconteceu muito isso no EPT, quer dizer: “Ah, aqui é informal!”. O cara chegava lá, queria chegar tarde, vinha de qualquer jeito, quer dizer, esculachava com o negócio. Então, é difícil você encontrar o meio termo, especialmente naquela época que havia muitas restrições, você abrir um espaço de crítica. As pessoas, provavelmente, não tinham a maturidade suficiente de criticar e conviver e, dialogar sobre as diferenças e avançar entre a ingenuidade e a criticidade, avançar para a construção de algo melhor. Mas faltou tempo eu acho. Acho que não deu tempo. Foi tudo muito intenso e reduzido. Foram dez anos, entre a ideia do Lamartine em 1974 e esse evento aí do congresso de 1986. Nesse congresso aí, eu não estava aqui, estava nos Estados Unidos fazendo doutorado, eu acho que foi em Campo Grande. Aí eu já não sei como foi.

Sérgio – A leitura que eu tenho dele é que as pessoas que faziam parte da organização do EPT não participaram, ficou uma coisa muito mais regionalizada. Então, eu acho que os congressos também se enfraqueceram. Não sei se também por conta da mudança do governo. Pode até ser que tenha sido. Bom, você falou de um detalhe aí que até você usa nessa carta que você mandou para o Lamartine. Por ser informal, as pessoas achavam poderia ser de qualquer jeito. Então, faltou uma objetividade organizacional para que o EPT fosse mais bem sucedido?

Bramante- Você vê o pêndulo como é que funciona. Como vinha de uma organização rígida, como é que a fórmula rígida convive com o conteúdo libertário? Um conteúdo comunitário, um conteúdo de empoderamento das pessoas. Não é uma tarefa simples. Mas, no nível dos agentes estaduais, isso a gente tinha claro: “gente, tá vendo como é isso aqui. Não chegou no horário, não entra”. Não tem horário de tomar água, umas coisas meio estranhas e dureza, a forma. Tinha uma moça, eu não vou lembrar o nome dela, era uma enfermeira, eu acho, do Rio de Janeiro, que falava sobre comunidade, tinha o Person, que era um cara também muito aberto em seus conceitos. Então, culminar essa forma e conteúdo, era muito difícil. Você abre um congresso que tinha vários retroprojetores na época, mostrando o programa central e o programa do dia, porque a programação poderia ser mudada, de acordo com o dia anterior, com o que aconteceu no dia anterior. De repente, vamos levar para esse campo aqui, vai ter uma vivência do outro lado. Você trabalhar essas duas dimensões, eu acho que talvez não estavam ainda preparados para isso.

Sérgio – Bramante, já encerrando a nossa fala, você acha que o EPT deixou algum legado?

Bramante – Certamente. Sem dúvida. Se você for na faculdade de Educação Física de Sorocaba, a minha biblioteca está lá. Então lá tem um legado que creio eu que pela primeira vez o conhecimento é sistematizado na nossa área. Existem livros, existem cadernos, há um conjunto de publicações que por alguns até pode ser: “Também, aquele lixo lá, não adianta nada ter sido publicado”. Não, muita coisa lá foi efetivamente feita, foi efetivamente transformada. Então, esse é o legado e, hoje, se você começa a verificar as políticas do esporte recreativo, tem gente que não gosta de chamar de EPT. Eu tive acesso, semana retrasada, de um documento do Ministério do Esporte, que vai ser votado o Plano Nacional de Esportes. Parece que cabe direitinho o Esporte para Todos, a palavra, mas nunca vão querer colocar isso daí. Mas é aquilo que eles querem falar. Então, nos últimos quarenta anos, o que aconteceu mais foi essa democratização do acesso às práticas físicas e desportivas. Então, tem-se um legado de conhecimento, tem um relato, tem um repertório extenso de práticas bem sucedidas

e, algumas que até hoje são realizadas e aqui em Sorocaba tem. Eu tenho certeza que muitos municípios por aí têm.

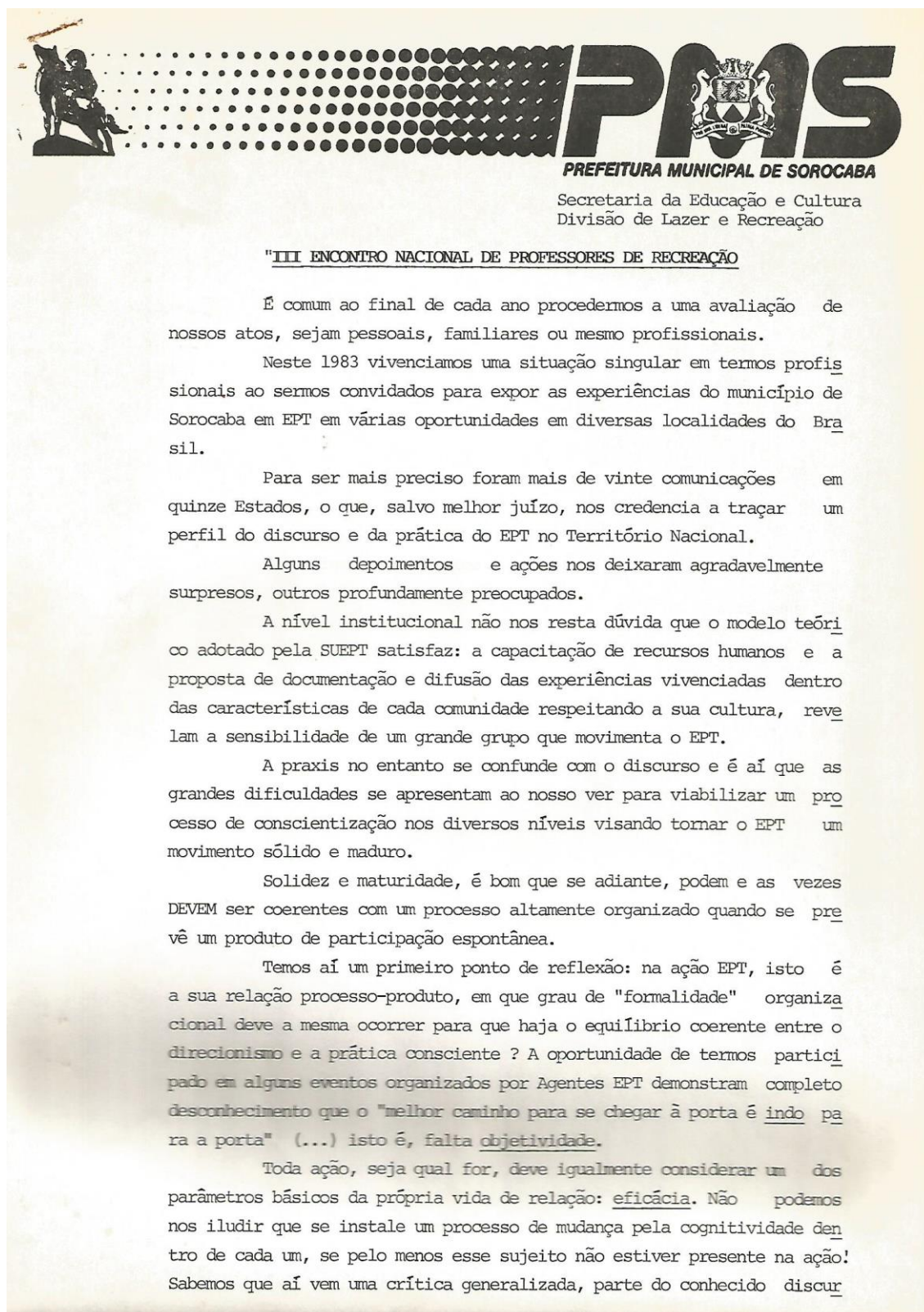
Sérgio – Então, Bramante, para terminar eu gostaria de agradecer a sua participação nessa nossa entrevista, nesse papo, sei que vai ser muito importante para minhas análises em relação ao Esporte para Todos. Eu gostaria que você fizesse as suas considerações finais, alguma coisa que eu não perguntei, que você queria ter falado, algo que você tenha a acrescentar.

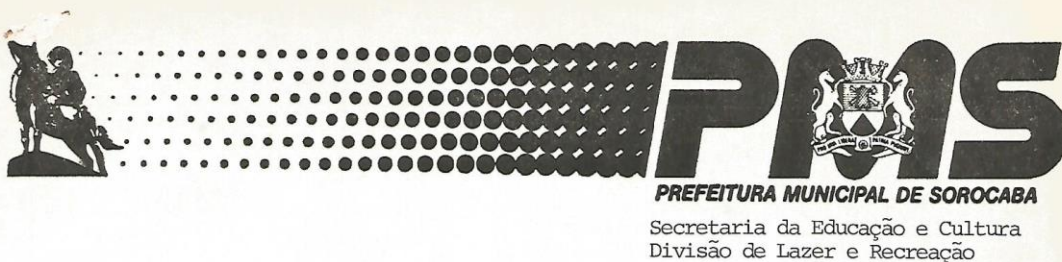
Bramante – Em primeiro lugar, o que você está fazendo eu acho que é um ato de coragem. Um esforço extraordinário. Fazer uma pesquisa que vai ao campo e, não é a campo perto, é a campo longe, perguntar para as pessoas, depois de tantos anos, eu acho que é uma abordagem que merece muito respeito. Então, total respeito à sua iniciativa. Eu diria que depois de tanto tempo, eu vejo que o Esporte para Todos, consciente ou inconscientemente traçou caminhos importantes para uma geração. Muitos cursos de pós-graduação saíram do Esporte para Todos, especialmente os cursos de especialização em recreação e lazer. O EPT era muito mencionado, como falei anteriormente, eu acho que vale à pena continuar este estudo. Eu acho que você vai trazer uma grande contribuição de outras pessoas buscarem outras vertentes não reveladas. Porque existe muito material. Não sei até que ponto os programas de rádio já foram analisados, qual era a mensagem que tinha por trás do EPT. Sempre se está querendo saber o que está nas entrelinhas, mas o que eu vejo é que surgiu do EPT um grupo de pessoas que efetivamente fizeram, não ficaram só no discurso. Então, eu acho que esse país aqui precisa cada vez mais de gente que faça, porque fazer discursos belos, a gente está meio cansado de ouvi-los. Eu agradeço e espero ter contribuído de alguma maneira, porque depois de ter entrevistado tanta gente importante, eu não sei como posso ter contribuído. Mas, muito obrigado pela oportunidade.

(Assinatura do entrevistado)

(Assinatura do entrevistador)

ANEXO 5 – AVALIAÇÃO DO EPT REALIZADA POR ANTÔNIO CARLOS BRAMANTE EM 1983





so: "ele (a) não deve permanecer no treinamento (ou qualquer outro evento) se ele (a) não está sentindo motivação para tal !" Como gostar de quiabo se eu ao menos nem provo ?!

Tem mais !

A mensagem de mentores teóricos do EPT (e nos consideramos um deles apesar de estarmos permanentemente "policiado" pela ação prática), via de regra dirigida a um grupo de pouco acesso às informações básicas da própria ideologia, não é permeada pela audiência ficando marcados itens que normalmente recebem maior ênfase. É o caso específico do "Continuum Formal - Não formal - Informal" que trafega entre os agentes de forma estereotipada quando se nota a nítida preocupação em rotular eventos e situações. E, assim, poderia dar inúmeros exemplos que marcam com certa profundidade a prática pelo não entendimento do processo teórico. Só para deixar outro exemplo clássico, é o caso da "Tecnologia A apropriada !" É lamentável que todo conceito elaborado, o qual indica que a real importância da existência de uma atividade independente de recursos mais sofisticados, reste como mensagem que o EPT é "voto de po breza !" Porquê? Porque se podemos fazer com o melhor tenhamos que adaptar ? "Ah ! É que aí não é EPT !" dizem alguns...

Há ainda a célebre discussão "que o EPT não sobrevive tão só mente de Eventos de Impacto"... Discursos que recebem o apoio unânime de todos os agentes mas, por alguma razão, seja ele de formação acadêmica ou mesmo por convicção, não conseguimos nos livrar desse mal (?) res tando na prática, na maioria dos locais, exatamente aquilo que tanto condenamos.

Para encerrar este breve "brain storm" (... ou "tempestade de rebral" para ficar de acordo com os ditames do EPT...) talvez o mais grave é a "religião EPT" que vemos aos poucos sendo formada. Por mais que enfatizemos que "O EPT tem que conviver com o Formal", na prática essa aliança parece impossível ! Existe um grupo de agentes (nós di ríamos numerosos) que não conseguiu ainda resolver o número de "anti corpos" suficiente para enfrentar e sustentar uma discussão a nível acadêmico sem que entre pelo caminho da fuga exaltando valores de uma prática inexistente. Fazemos essas reflexões pois muito nos preocupa o fu turo do movimento, como praticante e pretensão teórico.

ANTONIO CARLOS BRAMANTE